

P. Carlos de Villapadierna, O. F. M. Cap.



MENSAGEM

DA

DÍDILIN

MANUAL BÍBLICO

DIDLH

P.^e CARLOS DE VILLAPADIERNA, CAP.

1-B-100

a

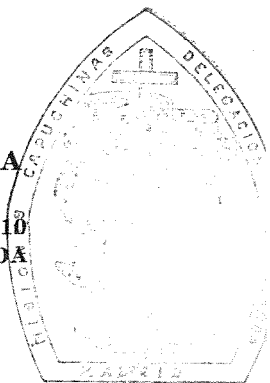
Mensagem da Bíblia

(Manual Bíblico)

Traduzido do Espanhol por
P.^e FERNANDO DE NEGREIROS
O. F. M. Cap.

DIFUSORA BIBLÍCA
MISSIONÁRIOS CAPUCHINHOS
Aven. Conselheiro Barjona de Freitas, 10
(Benfica) Telef. 78 23 71 LISBOA

1959



NIHIL OBSTAT :

Dr. Frei Francisco da Mata Mourisca, o.f.m. cap.

CENSOR

IMPRIMI POTEST :

11 de Fevereiro de 1959

P. Frei Cornélio de San Felices

Comissário Provincial dos Capuchinos em Portugal

IMPRIMATUR :

† *José do Patrocínio Dias*, Bispo de Beja

PRÓLOGO

O tesoureiro da Rainha da Etiópia, prosélito do judeísmo, subiu a Jerusalém para adorar a Javé. Satisfeita a sua piedade, regressava à Etiópia pelos caminhos desérticos de Gaza, levando consigo um exemplar da Sagrada Escritura (Act. 8, 26-40). Sentado em rico coche o piedoso tesoureiro lia atentamente o Profeta Isaías. Mas quantas dificuldades em conhecer e aprofundar o pensamento de Deus! Longe dos Rabinos de Jerusalém, não tem quem o guie na interpretação das Sagradas Letras.

Quanta oração teria feito a Deus para que o iluminasse. De repente, uma voz afável — a voz de um outro viandante, que caminhava a pé — sauda-o, e, como o vê preocupado e com o pergaminho desenrolado, pergunta-lhe: «Porventura entendes o que estás a ler?» (Act. 8, 30).

O fervoroso tesoureiro confessa com toda a modéstia e ingenuidade a sua ignorância: «Como o poderei entender, se não houver alguém que mo explique?» (Act. 8, 31).

Muita razão tinha este afortunado etíope a quem o diácono S. Filipe ensinou a interpretar a Sagrada Escritura...

Este facto repete-se, tantas vezes nos nossos dias!...

Aos seus filhos, peregrinos no árido caminho da vida, oferece Deus uma companhia, a Sagrada Escritura. Ela é no dizer da Imitação, «uma mesa posta que contém a doutrina santa e ensina a verdadeira fé, e levanta o véu conduzindo, com segurança, ao interior do santuário, onde está o Santo dos Santos.» Porém, quantas obscuridades na Sagrada Escritura!

«A Bíblia, e principalmente o Velho Testamento, apresenta-se-nos, muitas vezes, como um enigma, pois forma uma colecção de documentos escritos que tratam de história, de direito, de moral, de poesia, de filosofia, e que se referem ao povo de Deus, durante um período de vinte séculos. Os seus autores, conhecidos ou anónimos, umas vezes são escritores de talento, outras vezes são

almas ignorantes. Estes escritos podem subtrair-se, com frequência, à nossa compreensão, porque reflectem uma mentalidade semita e oriental, profundamente diferente da nossa cultura ocidental» (1). Quem, pois, nos explicará a Sagrada Escritura?

O livro — «A Mensagem da Bíblia», da autoria do illustre biblista P. Carlos de Villapadierna, O. F. M. Cap., que agora se apresenta em português, será uma voz suave, tal como a do diácono Filipe, que nos ajudará a resolver as primeiras e maiores dificuldades que encontramos, quando nos aproximamos da Sagrada Escritura.

Este Livro não é mais um livro, como tantos outros que por aí andam. É um livro que fazia falta em Portugal, tão pobre em literatura bíblica.

O Reverendo P. Villapadierna sabe, com estilo de jornalista moderno, apresentar os mais complicados problemas da Sagrada Escritura e dar-lhes, dentro da mais perfeita ortodoxia, a oportuna solução. Bem hajam, pois, os beneméritos Padres Capuchinhos em traduzir para o português esta obra.

Que ela não falte na biblioteca do sacerdote e do leigo ilustrado. Que ela seja lida e meditada por todos os filiados dos sectores cultos da A. C. P.

Ela será o guia de todos aqueles que, de acordo com a Igreja, põem na Bíblia as suas esperanças, certos de que quanto mais se dedicarem ao conhecimento e meditação da Sagrada Escritura, tanto mais conhecerão e amarão Nosso Senhor Jesus Cristo.

Que todos os católicos portugueses leiam este livro. Assim encontrarão gosto pela leitura da Bíblia, na qual descobrirão a luz da verdadeira fé e a graça de uma vida cristã autêntica.

Isto será a mais bela recompensa, para o esforço compreendido pelos Reverendos Padres Capuchinhos.

DR. P. MANUEL TEIXEIRA BORGES
Prof. de Sagrada Escritura
no Seminário de Vila Real

(1) (Cultura Bíblica, 14 (1947), 363).

Um original programa de Televisão

Uma das últimas invenções da Televisão americana foi um aliciente programa, subordinado ao título: «A pergunta dos 64.000 dólares». O programa, como é óbvio, suscitou enorme interesse entre os tele-espectadores. Sesenta e quatro mil dólares equivaliam à bonita soma de um milhão e oitocentos mil escudos e representavam o chorudo prémio oferecido àqueles que pacientemente se submetessem aos intrincados «quiz» propostos pela «Companhia Columbiana de Radiodifusão».

Origem do programa dos «quiz»

O programa dos «quiz» galvanizou imediatamente o público. A origem deste novo género de espectáculos é tão misteriosa como a etimologia da palavra «quiz». Um matrimónio de Princeton, Fred e Flora Van Deventer, hoje conhecido por todos os americanos pelo apelido dos Senhores Quiz, foi quem inventou este sugestivo e instrutivo programa. Durante os anos da grande crise económica, Fred era correspondente de uma Agência Oficiosa de Detroit, e um dos seus passatempos favoritos era o jogo dos «quiz», com o qual se entretinha na companhia da mulher e dos filhos. Um belo dia, os pequenos pedam ao pai para transmitir pela rádio um programa de perguntas ou adivinhas. Fred fala com o chefe de uma com-

panhia de radiodifusão; a ideia não era má e sempre se poderia tentar uma experiência sem graves riscos. A experiência foi extraordinariamente bem acolhida pelos radio-ouvintes. Desde 1950, todas as quartas-feiras, os esposos Van Deventer vão aos microfones da A. B. C., na companhia dos dois filhos, lançar, através das ondas hertzianas, perguntas e mais perguntas... O êxito tem sido enorme e já receberam mais de vinte milhões de cartas.

Este método pareceu tão genial na sua técnica pedagógica que foi adoptado pelos professores de algumas universidades, e os esposos Van Deventer têm sido agraciados com diplomas e medalhas honoríficos, como beneméritos da Educação Pública. Há seis anos que esta experiência se tem vindo a realizar; e da rádio passou também à televisão.

Etapas sucessivas

A guerra inerente dos «quiz», travada entre as duas companhias da A. B. C. e da C. B. S. está a apaixonar toda a gente. É que também esta última companhia escolheu a tarde de quarta-feira para lançar ao ar o seu programa, intitulado «A pergunta dos 64.000 dólares». A maneira como a transmissão é feita é um tanto complicada. O aspirante ao prémio tem de ser submetido a uma série de perguntas preliminares, para provar a sua preparação e a sua resistência à luta. Qualificado nesta prova, o concorrente pode escolher o terreno no qual se quer bater: história, geografia, um determinado ramo da ciência, um argumento literário, etc. E aqui começa o grande «sprint» para a meta dos 64.000 dólares. O prémio duplica, à medida que o examinado supera os obstáculos que obstroem a pista; se uma pergunta vale mil dólares, a segunda vale dois mil e assim sucessivamente. Com um pouco de sorte, uma boa dose de serenidade e uma memória feliz, o opositor pode chegar ao fim da primeira etapa com o prémio de oito mil dólares.

Depois disto o espectáculo é interrompido e o candidato tem uma semana de completa liberdade, finda a qual deverá comparecer diante do auditório da Sociedade para responder a este dilema: contenta-se com os oito mil dólares, ou quer continuar a jogar o dobro, submetendo-se à pergunta sucessiva? Atenção! Se não vencer o próximo obstáculo, perderá o direito aos oito mil dólares e apenas receberá um prémio de consolação, que consiste num luxuoso Cadillac. Se se retira, outro opositor ocupará o seu lugar, voltando ao princípio do jogo; se for paciente e a sorte o acompanhar poderá chegar em semanas sucessivas aos 64.000 dólares.

Semana de angústia

A semana de intervalo é, naturalmente, uma semana de angústia e reflexão para o candidato, coagido a escolher entre um prémio relativamente modesto, mas seguro, e um prémio bem mais apetitoso, mas incerto. É também uma semana de estudo, porque os examinadores colocam à sua disposição três livros nos quais se encontra a resposta à pergunta seguinte. Ninguém lhe poderá dizer qual será a pergunta seguinte, porque o texto dos «quiz», juntamente com as respostas e os dólares do prémio, estão encerrados na caixa forte do Banco. As perguntas são elaboradas por um conselho secreto, formado, segundo parece, por professores da Universidade e especialistas nos diversos ramos da Ciência. O interrogatório é feito num proscénio, em cujo centro há uma cabine separada, onde o candidato se pode concentrar e reflectir, por espaço de trinta segundos. Nada o pode distrair, porque a parede anterior da cabine está formada por um cristal especial, que permite aos espectadores observar as reacções do interrogado durante os trinta segundos fatais.

A primeira que chega à terceira semana é uma assídua leitora da Bíblia

A primeira que conseguiu chegar à terceira semana da prova, com um prémio de 32.000 dólares, foi uma idosa senhora da Pensilvânia, Catarina E. Kreitzer, mãe de seis filhos, avó de nove netos e assídua leitora da Sagrada Bíblia.

Eis as etapas da sua exibição: Pergunta dos oito mil dólares:

Locutor: Quais foram as palavras escritas por mão misteriosa sobre a parede do palácio real durante o banquete do Rei Baltazar?

Senhora: Mane, Tecel, Fares (Mene, Tekhel, ufar-sim).

Não se julgue que a pergunta era simples. Em dada ocasião o Ministro da Guerra francês, quiz saber as impressões de Mr. Bidault sobre os acontecimentos de Marrocôs; e Bidault, que tinha sido professor de História, respondeu-lhe: «está escrito na parede». Fazia alusão à frase bíblica, mas o Ministro não compreendeu. Se, como a Senhora da Pensilvânia, tivesse lido assiduamente a Bíblia a frase do seu colega não necessitaria de posteriores esclarecimentos.

E segue a corrida para os 64.000 dólares. Pergunta de 16.000 dólares:

Locutor: Seria capaz de me nomear, ao menos sete, dos onze irmãos de José?

Senhora: Rubens, Simeão, Isacar, Zabulão, Gad, Dan, Benjamim...

A Senhora Kreitzer está segura da sua ciência e prepara-se para um novo assalto. Pergunta de 32.000 dólares. Eis a pergunta que, na realidade, levava incluída outras três:

Locutor: Sabendo que quatro discípulos de Jesus se chamavam Pedro, Mateus, S. Tiago Menor e S. Tiago Maior, seria capaz de me enumerar os restantes oito, indi-

cando além disso, o ofício de Pedro e de Mateus e dizendo o nome do pai de S. Tiago Menor?

Senhora: André, Filipe, Bartolomeu, Tomé, Simão, Judas Iscariotes...

Faltava ainda um nome. A senhora Kreitzer repete depressa a lista e finalmente ajunta o oitavo discípulo: João. As outras duas partes da pergunta não ofereciam a menor dificuldade: Pedro era pescador; Mateus publicano ou cobrador de impostos e o pai de S. Tiago Menor chamava-se Alfeo.

A velhinha da Pensilvânia era o primeiro candidato a chegar aos 32.000 dólares.

Quantas senhoras católicas seriam capazes de repetir a façanha desta senhora protestante? Para isso é necessário ler a Bíblia. A leitura da Bíblia, além de dinheiro através de algum programa de rádio ou televisão, dá luz ao nosso entendimento, força ao coração, dá-nos Jesus Cristo, fulcro e centro da História Humana, esperança de todo o ser vivente e consolo na última hora.

Vamos lê-la.

Renascimento Bíblico

Nenhum livro, na História da Humanidade, tem exercido tão grande influência no desenvolvimento espiritual e cultural do mundo, como o livro dos livros: a Bíblia. A sua difusão tem sido inigualável. Das suas páginas brotam incessantes raios de luz, de graça, de consolação para os pobres filhos de Eva. Traduzida a 1.120 idiomas e dialectos, a Bíblia é ainda hoje, entre todos os livros, o Livro por excelência.

Actualidade eterna da Bíblia

À medida que o tempo avança e os estudos da Antiguidade se intensificam, esclarecendo velhas e primitivas civilizações, a actualidade perdurável da Bíblia como a sua verdade religiosa e histórica, adquire luminosos contornos.

A Bíblia tem sido, através dos séculos, o livro de texto onde se forjaram as inteligências privilegiadas e os corações generosos. A Bíblia, além duma primordial e densa significação no campo ético-religioso, encerra também um valor histórico e cultural de primeira ordem. A Arte e a Ciência foram e continuam a ser admiravelmente enriquecidas pela Bíblia. As Páginas Sagradas têm exercido profunda e decisiva influência nas múltiplas manifestações artísticas do espírito humano. Literatos, poetas, artistas, hauriram na Bíblia os melhores temas da sua inspiração. Entre muitos outros, em cuja vida e

obras foi patente o influxo da Bíblia, citemos apenas estes: Dante e Tasso, na Itália; Frei Luís de León e Calderón de la Barca, na Espanha; Milton e Shakespeare, na Inglaterra; Goethe, na Alemanha; Racine e Claudel, na França.

A Bíblia oferece ao artista as suas imagens e cenas para que por meio delas, leve a Religião às almas. Os quadros e as telas, as pinturas na cerâmica e no vidro, as miniaturas finas e complicadas, os vitrais policromos das catedrais, igrejas e capelas, são em cada nação e em cada aldeia, um testemunho vivo da extraordinária influência do Livro Sagrado. Em virtude do seu conteúdo doutrinal, do seu modo elegante de expressão, da sua benéfica influência em todos os campos da actividade humana, a Bíblia é o Livro dos livros, incomparável tesouro da Humanidade.

Hoje são poucos os que conhecem a Bíblia

Apesar disso, poucos conhecem este livro divino e muitos o ignoram. Há uns trinta anos, o Cardeal Mercier lamentava-se amargamente: «O Novo Testamento — dizia — deveria estar à cabeceira de todo o cristão que sabe ler; porém, entre os meus fiéis, há muitos cristãos que nunca o leram, e não o possuem na sua biblioteca, cheia de outros panfletos e literatura sem valor». Não sejamos pessimistas. Depois que Pio XII publicou a Encíclica *Divino afflante Spiritu*, em 1943, o entusiasmo pelo estudo e pela leitura da Bíblia tomou novos incentivos. Assim o reconhece a recente instrução da Comissão Bíblica (15 de Dezembro de 1955): «Esta Pontifícia Comissão Bíblica, que tem o encargo peculiar de dirigir e fomentar os estudos bíblicos, teve conhecimento por várias vias e fontes, do entusiasmo com que os excelentíssimos Prelados secundaram estas exortações do Sumo Pontífice, e do abundante fruto que deste renovado es-

tudo dos Livros Sagrados, colheram os fiéis em muitas regiões».

Conta-se que o Cardeal Manning, entrando certa vez, no gabinete de Wilfred Meynell, exclamou: «Como gostaria de convencer os meus fiéis de que a Bíblia não está no Indice dos livros proibidos». Com isto afirmava a necessidade de convencer os católicos e os não católicos das grandes vantagens da leitura deste Livro Sagrado. Graças a Deus, o amor e a veneração pela Bíblia vão-se arraigando profundamente no coração do povo fiel, mercê dos esforços dos exegetas, investigadores e divulgadores.

É certo que desde o século XVI, com o aparecimento dos Protestantes, que fizeram da Bíblia a fonte e o apoio de todós os seus erros, esta, escrita em língua vulgar, durante algum tempo, perdeu muito da sua influênciã. Muito antes que os protestantes proclamassem a Bíblia como única norma de fé e regra de vida, já esta era lida com assiduidade e altamente venerada pelos fiéis. Depois, a Igreja deu algumas normas de prudência e cautela, e mais nada.

«Nenhum lar sem os Evangelhos»

Nos últimos tempos, os Papas têm recomendado insistentemente a leitura da Bíblia em língua vulgar. O Papa S. Pio X escrevia: «Nós, que desejamos restaurar todas as coisas em Cristo, nada desejamos com tanto ardor, como a graça de que os nossos filhos leiam os Evangelhos, não somente com frequência, mas todos os dias, pois são eles que nos ensinam o modo como devem ser restauradas todas as coisas em Cristo». E Bento XV recomendou: «A exemplo de S. Jerónimo, nunca nos cansaremos de exortar os cristãos para que todos os dias leiam os Santos Evangelhos». O Papa felizmente reinante comunga dos mesmos desejos; é dele este pregão: «Nenhum lar sem os Evangelhos».

Antes de Leão XIII — como medida de prudência da

parte da Igreja — se algum católico quizesse ler a Bíblia em língua vulgar, deveria obter primeiro a necessária licença; a partir de Leão XIII, a disciplina da Igreja mudou, e agora qualquer católico pode ler livremente a Bíblia, desde que use uma edição católica.

O Cardeal Manuel Suhard, arcebispo de Paris, coração sensível e aberto a todas as inquietações, a todos os problemas da intrincada vida moderna, ardoroso impulsor do movimento sacerdotal operário, entre os meios eficazes para um sincero retorno a Deus, aponta a leitura da Bíblia: «Como reacção contra a tese protestante, que fundava nela o livre exame, os católicos abstiveram-se, durante certo tempo, da riqueza infinita da Palavra de Deus. Hoje, este perigo foi conjurado, e é com alegria que vemos aparecer uma corrente, cada vez mais forte, a favor dos livros inspirados. Educados num mundo científico, técnico e materialista, os intelectuais do nosso tempo já não encontram a Deus nos quadros antigos. Mas volverão a este Deus, que actua na História, por um regresso à Economia bíblica. Nós, encorajamos este movimento com as necessárias precauções para não nos desviarmos da verdadeira fé, da qual a Igreja é a depositária. Porque temos a impressão de que este movimento espontâneo é verdadeiramente providencial; em sítio algum melhor que nos Profetas, no Evangelho, em S. Paulo e no Apocalipse, encontraremos o testemunho da grandeza e da santidade de Deus».

É preciso trabalhar

Muito trabalho é necessário fazer ainda para que a Sagrada Escritura — conservada e transmitida pela Igreja durante séculos, muito antes que Lutero e o Protestantismo se arvorassem em possuidores exclusivistas — derrame no crente a força que só ela contém, já que é a palavra de Deus vivo, o fundamento da sua doutrina, da sua vida e da sua oração, da sua Liturgia e da admi-

ristração dos Sacramentos. Devemos descobrir aos homens da nossa época este antigo e divino tesouro, como um bem vivificador, uma fonte de luz e de esperança.

E todos temos de trabalhar para tornar reais os desejos que o Romano Pontífice exprimiu em 1950: «Pedimos que empregueis o vosso melhor zelo para que a Bíblia seja colocada em cada lar, e assim, posta à disposição do maior número de homens, a fim de ser lida e meditada assiduamente e influir profundamente na vida de cada um».

Excelência da Bíblia

A Bíblia ocupa um lugar destacado e único na vida religiosa, moral, social e cultural da Humanidade. De todos os livros que, cada dia, aparecem à luz da publicidade, há um que sobrevive a todas as vicissitudes humanas. É a Bíblia, a Sagrada Escritura. Eternamente jovem ela actua e revive na História Humana pelos séculos. «Nenhum livro foi tão citado como este; Nenhum forneceu ao património comum da Cultura Universal tantos provérbios, sentenças e apotegmas (uma colecção moderna insere 1.500).

A Bíblia é verdadeiramente o livro por excelência, o livro dos livros. O grande espanhol Donoso Cortés, num imortal discurso (embora o estilo seja bastante empolado, alambicado e oratório) descreveu primorosamente o valor da Bíblia, por razão do seu conteúdo e da sua influência através dos séculos: «Livro prodigioso aquele, senhores, em que o género humano começou a ler há trinta e três séculos, e apesar de o ler todos os dias, todas as noites e a todas as horas, ainda não acabou a sua leitura».

A excelência da Bíblia está na sua origem divina, no seu conteúdo doutrinal e na sua influência, através das idades, em todas as manifestações e actividades dos indivíduos e dos povos.

Artigo I — Sua origem divina

A Bíblia sobreleva incomensuravelmente todas as obras mestras e criações mais geniais do espírito humano.

É o único livro ao qual se dá, por excelência, o título de «sagrado, santo». O primeiro livro dos Macabeus chama ao Antigo Testamento «Livros Sagrados». S. Paulo dá à Bíblia o adjetivo de «Páginas Sagradas». (II Tim. 3, 15-16).

E porque é que a Bíblia é «santa e sagrada»? Não é pelo facto de nos narrar uma história sagrada: a história do povo eleito. Os catecismos elementares, os nossos devocionários, os compêndios de histórias santas, etc., contêm uma doutrina divina; mas ainda ninguém se atreveu a equipará-los à Bíblia Sagrada.

Será, porventura, porque a Bíblia santifica os que a lêem e meditam com fé? Outros livros, por exemplo, o *Itinerário da mente para Deus*, de S. Boaventura, a *Imitação de Cristo*, de Tomás de Kempis, o *Livro das moradas*, de Santa Teresa, o *Abecedário espiritual*, de Francisco de Osuna, despertam a nossa sonolência espiritual, encaminhando-nos para a santidade.

Este privilégio da Bíblia temos de ir buscá-lo numa causa singular. A sua origem divina é que lhe dá este carácter sagrado e santo. A Bíblia é o único livro que tem por autor a Deus e ao hagiógrafo ou escritor humano. A Bíblia é um conjunto de livros religiosos, escritos em épocas diferentes, em circunstâncias diversas, por autores de diferente estilo e temperamento. Mas há uma característica fundamental que aproxima, numa unidade profunda, misteriosa e sobre-humana, estes homens: é o sopro inspirador de Deus, como adiante veremos, ao falarmos da inspiração bíblica. Deus ilumina-os, sem alterar a estrutura da sua inteligência; guia a sua vontade, sem os privar da liberdade; assiste-lhes, respeitando o delicado jogo da sua psicologia humana. E de tal modo Deus os ilumina, guia e acompanha, que a mensagem por eles formulada é, simultaneamente, uma mensagem do homem e uma mensagem de Deus, a palavra de Deus! Por isso S. Paulo diz que «toda a escritura é divinamente inspirada» (II Tim. 3, 16) e S. Pedro precisa: «movidos pelo Espírito Santo, falaram os homens de Deus» (II

Pet. 1, 20). A Igreja, depositária infalível dos ensinamentos apostólicos, afirma, no Concílio Vaticano, que os Livros do Antigo Testamento são sagrados, porque, «escritos sob a inspiração do Espírito Santo, têm a Deus por autor».

Deste modo se explica a assombrosa unidade e orientação misteriosa que se descobre no Livro Sagrado. A Bíblia, em todas as etapas do seu crescimento, mantém intacta a sua homogeneidade, apesar dos materiais que se lhe foram juntando, porque um só e mesmo autor vigia a sua formação e o seu crescimento.

Artigo II — O seu conteúdo

Do estudo comparado da literatura antiga e da Bíblia, deduz-se um facto incontrovertível: as verdades contidas no Livro Sagrado transcendem radicalmente todas as doutrinas dos povos antigos.

Os sábios investigadores interrogaram os anais sagrados da Pérsia; esquadrinharam o código de Hammurabi, rei da Babilónia, um dos códigos mais antigos da Humanidade; estudaram as crónicas reais de Sárگون, de Assurbanípal, de Nabucodonosor, as obras poéticas da Índia, da Grécia, de Roma. Os povos antigos, excelentemente dotados no campo da Filosofia, das Artes, da Política e da força militar, legaram-nos escritos peçados de erros na ordem moral e religiosa. Israel, ao contrário, povo sem artes, sem Filosofia, sem grandes recursos naturais, produziu a incomparável maravilha do Livro por excelência. E este facto singular sòmente se explica admitindo um auxílio superior de Deus.

A Bíblia contém e transmite-nos a Revelação de Deus; por isso deve ser o livro com o qual temos de viver e morrer. Indubitavelmente, as verdades religiosas da Bíblia pertencem, em parte, à ordem natural; mas há nela também outras verdades que o homem nunca poderia conhecer pelas suas próprias forças. Estas verdades convinha que lhe fossem reveladas por Deus de uma ma-

neira especial, já que eram necessárias à sua perfeição, seu bem-estar temporal e eterno. Eis o que nos leva a estimar este Livro como o tesouro mais precioso da Humanidade.

É certo que as decisões da Igreja, segundo o princípio católico, como adiante veremos, são a regra de fé próxima e formal. Porém, a Bíblia juntamente com a Tradição são as duas fontes da verdade religiosa. Por isso Cristo enfrenta os fariseus e reconhece o valor supremo dos Livros Santos: «Consultai as Escrituras, já que julgais ter nelas a vida eterna, pois elas dão testemunho de mim, e vós não quereis vir até mim para ter a vida» (Jo. 5, 39). E um sábio alemão escreve: «Com este livro nas mãos e no coração, o cristão adquire mais sabedoria do que possuindo uma biblioteca; sabe o motivo porque está na terra, sabe o que Deus quer dele e o que deve fazer para ser eternamente feliz».

Podemos compendiar todo o conteúdo doutrinal da Bíblia nestas três verdades fundamentais:

Deus,
Cristo,
Moral.

a) **Deus.** — No frontispício do Livro Sagrado, topamos com estas palavras, simples, lapidares, mas de uma vigência imorredoura: «No princípio criou Deus o Céu e a terra» (Gen. 1, 1). Esta declaração inicial que nos parece tão espontânea e natural, coloca a Bíblia num plano superior ao de todas as literaturas da antiguidade. O povo judeu, vivendo num mundo politeísta e em relações contínuas com Babilónia, Síria e Egipto, — nações onde proliferaram prodigiosamente deuses e deusas —, guiado pelo Espírito providente e inspirador de Deus, permanece imune neste aspecto religioso, conservando, incontaminada, a sua fé num Deus Único.

Chamam a Deus de vários modos: Javé, Elohim. Os Patriarcas invocam o Deus eterno, o Deus da visão. Mas, como diz o célebre Daniel Rops, (recentemente nomeado membro da Academia Francesa): «Não há vestígio algum

de politeísmo, como o não há no costume de chamar a Virgem Maria pelos nomes dos seus santuários». Jamais alguém acreditou que a Virgem de Fátima fosse diferente da Virgem de Lourdes, ou a Virgem de Guadalupe diferente da de Covadonga, de Monserrat ou do Pilar. Em todas as etapas da sua história, o povo hebreu, apesar da pressão social e religiosa que sobre ele exerceram os povos pagãos que o rodeavam, conservou intacta a sua fé no Deus Único.

b) **Cristo.** — Cristo, é o sol ao redor do qual gira todo o sistema planetário das Sagradas Escrituras. Digamos até: é a pessoa de Jesus que compendia e resume toda a Bíblia. A questão mais transcendente para o homem de todos os tempos, a pergunta que o inquieta e angustia, é aquela que o mesmo Salvador propõe aos fariseus: «Que pensais de Cristo»? (Mt. 22, 42).

A resposta dá-no-la S. Pedro: «Senhor, para quem iremos? Só tu tens palavra de vida eterna, e nós conhecemos e acreditamos que tu és o Santo de Deus». *De Deus para Deus, mediante o seu Filho Jesus Cristo*, tal é o tema imenso da história humana, e, portanto, da Bíblia, Livro da Humanidade, desde o primeiro capítulo do Génesis, no Antigo Testamento, até ao último capítulo do Apocalipse, no Novo Testamento.

Nas origens da História Humana, encontramos já o anúncio gozoso da redenção libertadora do pecado, por obra e graça d'Aquele que há-de esmagar a cabeça da serpente: «Porei inimizades entre ti e a mulher e entre a tua descendência e a dela; esta te esmagará a cabeça...» (Gen. 3, 15). A ideia central que move os historiadores e os profetas é o estabelecimento do Reino de Deus pelo Messias. O Messias veio e fundou o novo Reino. O Evangelho descreve a vida e a obra de Jesus. Os Feitos dos Apóstolos narram-nos a expansão da Primitiva Igreja e a sua penetração no Império Romano. O Apocalipse prediz o triunfo e a glorificação eterna deste Reino. S. Paulo e os outros Apóstolos, nas suas epístolas, são o porta-voz deste eco íntimo e insinuante: «O que tem sede, venha;

e o que quer receba de graça a água da vida» (Apoc. 22, 17).

Deste modo Cristo é o centro luminoso ao redor do qual se ordenam todas e cada uma das páginas da Bíblia. Ele constitui o vértice do Cosmos e da História, porque, como diz S. João «todas as coisas foram feitas por Ele e sem Ele nada se fez de quanto está feito» (Jo. 1, 3): «Nele estava a vida e a vida era a luz dos homens» (Jo. 1, 4), e por isso Cristo é o Caminho, a Verdade e a Vida (Jo. 4, 16), Luz que ilumina a todo o homem de boa vontade: «Eu sou a Luz do mundo; aquele que me segue não anda em trevas, mas terá a luz da vida» (Jo. 8, 12).

Deste modo, facilmente se compreende o sentido profundo da frase de S. Jerónimo: «Ignorar as Escrituras é ignorar Cristo», porque nela brilha a verdadeira luz, a sabedoria eterna da palavra de Deus, que se fez homem e habitou entre nós». A Igreja continua a obra de Cristo, transmitindo às gerações a boa nova de eternidade e criando, no seu coração de Mãe, luz, calor e força, pelos séculos dos séculos.

c) **Moral.** — Neste momento crucial do mundo, em que a lei do mais forte se torna uma realidade vergonhosa e sangrenta; e quando um sistema materialista e ateu intenta impor os seus princípios económico-sociais, à força de tanques e de selvagens morticínios, espezi-nhando as mais sacrossantas liberdades dos povos e dos indivíduos, é bom recordar a doutrina moral, eterna e sempre eficaz do Livro dos livros, a única que pode levar a concórdia a todos os homens. Onde falta Deus, aí reina a morte. Por isso, o mundo está em agonia. O mundo actual é parecido a um campo semeado de ossos descartados, como na visão do profeta Ezequiel. Mas nesta visão, o profeta ouve a palavra de Deus: «Vem, ó espírito, vem dos quatro ventos e sopra sobre estes ossos mortos e eles viverão. E mal o profeta acabou de falar, segundo a ordem de Deus, entrou neles o espírito, e reviveram, e se puseram de pé, formando um enorme exército» (Ezeq. 37, 9 e ss.). Assim a vida virá sobre

os campos de mortos da Humanidade, quando pousar sobre eles o espírito vivificador de Deus. *E virá da Bíblia, das páginas sagradas*, de que a Santa Igreja é a guarda e a intérprete, e nas quais sobrevivem os princípios eternos que devem reger a vida dos indivíduos e das sociedades.

Artigo III — Doutrina Moral da Bíblia

I) Primado do Amor. — Só uma moral teocêntrica pode criar sólidas e estáveis obrigações. Uma moral sem a ideia de um Deus autor da lei, sem a segurança de um castigo e de um prêmio, é uma paródia e um absurdo. Toda a doutrina da Bíblia está fundamentada e depende deste único princípio: crença num Deus Criador, e, por conseguinte, omnímota sujeição a Ele, como fim último; o homem deve submeter-se, no seu ser e no seu operar, à vontade soberana de Deus. E esta vontade divina é o amor divino, porque — como diz S. João —, Deus é caridade (I Jo. 4, 8) e esta caridade, manifestada ao homem, exige um retorno ao amor. Ninguém como o profeta Oseias descreveu, no Antigo Testamento, o amor esquisitamente delicado de Deus para com o seu povo. «Atei-os com ligaduras humanas, com ligaduras de amor; fui para eles como o que tira o jugo de cima dos seus queixos e aproximei-me deles para os nutrir» (Oseias, 11, 4). Este amor tão ardente, posto em relevo por Moisés, encontra formulação completa, luminosa e definitiva no Novo Testamento, especialmente em S. João, cujo Evangelho e Epístolas é necessário ler para se compreender a sublimidade do amor de Deus para com os homens: «Vede que amor nos mostrou o Pai, o chamar-nos filhos e sermo-lo de veras» (Jo. 3, 1). «Nisto se manifestou a caridade de Deus para conosco, em que enviou o Seu Filho Unigénito ao mundo, para que vivamos por Ele». (Jo. 4, 9-10; Cfr. Jo. 3, 16; Rom. 5, 8-9; Efes. 2, 4-2; I Tes. 2, 15-16).

O amor do homem para com Deus, consequência

do amor que Deus lhe tem, fundamenta toda a religião e toda a moralidade: «Agora, pois, Israel, que exige de ti Javé teu Deus senão que temas a Javé, teu Deus, seguindo os Seus caminhos, amando e servindo a Javé, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e guardando os mandamentos de Javé e as suas leis que hoje te prescrevo, para que sejas ditoso? ». O princípio capital da moralidade bíblica e da felicidade humana implica, portanto, uma absoluta sujeição do homem à vontade divina e, em último termo, ao amor de Deus.

Amor ao próximo

Podemos dizer que o amor a Deus e o amor ao próximo são duas manifestações de um só e único amor; ambos se entrelaçam e completam misteriosamente, de tal forma que o amor de Deus somente se realiza se amamos aos outros irmãos. S. João, que profundamente penetrou na união indissolúvel entre o amor de Deus e o amor do próximo, escreveu: «Se alguém disser: amo a Deus, mas odeia o seu irmão, é um mentiroso. Pois o que não ama o seu irmão a quem vê, não pode amar a Deus a quem não vê. E nós recebemos dele este preceito: o que ama a Deus tem de amar também a seu irmão» (I Jo. 4, 20-21). «O que diz que anda na luz e aborrece a seu irmão, ainda está nas trevas» (I Jo. 2, 9).

S. Paulo expôs e explicou de um modo inimitável, em página sublime, as qualidades e a excelência da verdadeira caridade. Todo o cristão deveria saber este hino de memória e esforçar-se por realizar na sua vida a experiência da caridade aqui descrita. Está no capítulo 13 da primeira epístola aos Coríntios: «Se eu falasse todas as línguas dos homens e dos anjos, mas não tiver caridade... Sou como o bronze que soa e o címbalo que retine. A caridade é paciente, é benigna; não é invejosa, não se ensoberbece, não é ambiciosa, não busca os seus próprios interesses, não se irrita, não suspeita mal... Por aqui se

vê como a bíblia encerra uma importância capital para a vida moral do homem: é a carta, a mensagem que anuncia aos homens a religião do amor de Deus e do próximo. Os Evangelhos e os escritos dos Apóstolos, que nos nararam a vida de Cristo e de seus sequazes, são fontes perenes de orientação, de luminosos e perduráveis exemplos.

2) *O Decálogo*. — À luz destes dois princípios — que fundamentalmente se fundem num só — a Bíblia, através das suas páginas, vai ditando normas tendentes a regular a conduta dos homens, nas diversas circunstâncias da sua vida e actividade, de tal modo que estes ensinamentos constituem um rico veio de moralidade permanente. Assim, os Livros Sapienciais, procuram dar a solução prática, concreta, dos grandes problemas propostos à razão humana pelos acontecimentos cósmicos de cada dia. Deus, origem e destino do homem, o direito, a felicidade, as relações sociais e políticas.

As orientações e ensinamentos morais do Antigo Testamento, especialmente dos Livros Sapienciais, adquirem um realce mais transcendente e espiritual no Novo Testamento; a moral pregada por Cristo tem como objectivo transformar e sublimar a vida dos homens, modelando-a segundo as características do Reino de Deus, maravilhosamente explicitadas na Carta Magna deste Reino — o Sermão da Montanha. A mesma vida de Cristo é um perene e eficaz exemplo de procedimento. Os escritos apostólicos são a projecção vivente do fervor religioso dos primeiros tempos da Igreja. Jesus é a fonte transbordante e clara das suas ideias religiosas. Embora grande parte das epístolas apostólicas sejam escritos circunstanciais, contudo, encerram uma profunda significação para todos os tempos e um manancial inexaurível de princípios religiosos e morais.

Ninguém propôs, de modo tão brilhante, diáfano e eficiente, a moral cristã, como o Apóstolo, nas passagens parenéticas das suas cartas. Principalmente as duas aos Coríntios projectam uma luz orientadora sobre uma série de importantes questões, nascidas no seio das comu-

nidades primitivas, tanto no que se refere à vida privada como à vida pública.

Construído sobre a rocha imóvel do amor a Deus e ao próximo, temos o Decálogo, «as dez graníticas colunas dos mandamentos, solenemente promulgados no Sinai». Todo o grandioso e complicado edifício da moral humana está enquadrado nestas dez radiantes e firmes colunas, de tal forma que as ideias morais posteriores dos profetas, dos Livros Sapienciais, são apenas explanações e aplicações deste Decálogo.

3) *Importância na vida social e internacional.* — Podemos também imaginar a influência que este princípio de moralidade — o amor de Deus e o amor do próximo — tem na vida social e internacional. As suas ressonâncias no campo do Direito, da Política, da Sociologia, são insofismáveis.

Segundo a doutrina da Sagrada Escritura, todas as manifestações externas e internas da comunidade estão sujeitas à vontade de Deus. A autoridade humana encontra a sua norma, o seu fundamento e os seus limites, na Lei eterna. O princípio sobre que se apoia a autoridade, e, portanto, a obediência, no antigo direito semítico, é a noção da divindade: Deus é o Senhor Soberano do país; a designação de Deus com o apelativo de Melech (rei) é muito comum entre os semitas. Quando Israel se converte em Monarquia, Javé continua a ser o verdadeiro, o supremo Soberano da terra prometida, e os reis são unicamente Seus representantes.

Este princípio encontra-se geralmente nos Provérbios: «Por mim reinam os reis e os juizes administram justiça. Por mim mandam os príncipes e governam os soberanos da terra» (Prov. 8, 15). Esta sentença pode entender-se de duas maneiras: ou que o poder de reinar e administrar justiça vem da divina sabedoria, ou que por ela se têm aquelas disposições de espírito necessárias para governar e administrar a justiça. Nas duas interpretações permanece o princípio de que a Divindade está

na origem de tudo, dela derivando a autoridade, o conselho e a justiça.

A concepção cristã — seguindo a mesma linha do Antigo Testamento, que fundamenta a autoridade e todo o poder superior na vontade divina — está exposta de um modo mais amplo e sistemático nas epístolas de S. Paulo. O Apóstolo fundamenta a sua doutrina moral e social sobre o alicerce fecundo e luminoso da doutrina do Corpo Místico, que, por sua vez, se apoia na regeneração baptismal pela qual os homens são incorporados a Cristo, cabeça do grande organismo da Igreja, tornados iguais e livres diante de Deus. Mostrando que a diversidade de membros e unidade de vida são essenciais a esse corpo, do qual Cristo é a cabeça e o Espírito Santo a alma, S. Paulo deduz os deveres recíprocos de caridade, de justiça e de solidariedade, que obrigam cada um dos membros a colaborar para o bem do corpo todo (I Cor. 12, 12-27; Gal. 3, 27-5, 1). Fala, por conseguinte, destas obediências: a) — obediência aos poderes públicos; b) — obediência aos chefes de família; c) — obediência aos chefes religiosos da comunidade cristã.

a) — *Obediência aos poderes públicos.* — É característica esta passagem aos Romanos, no cap. 13: «Todos deveis estar sujeitos aos poderes superiores; porque não há poder que não venha de Deus e os que há *no mundo* foram estabelecidos por Deus, de sorte que aquele que resiste à autoridade resiste à disposição de Deus... Faz o bem e terás a Sua aprovação, porque o *príncipe* é ministro de Deus para o bem».

O príncipe é o (diákonos) servidor de Deus, o Seu lugar-tenente, no esforço de promover o bem. Por isso é que se lhe deve obedecer, e não para escapar ao castigo; isto seria não compreender que a ordem do mundo, e particularmente a ordem imposta às sociedades, é querida e intentada por Deus. Portanto, a submissão deve ser não somente externa, mas interior e voluntária, procedente da consciência, das exigências da própria natureza do

homem, criado para viver em sociedade e, portanto, obrigado a observar as leis.

S. Paulo traça-nos, na epístola a Tito (3, 1), o modo como se devem comportar os cristãos para com a autoridade. Não quer isso dizer que se deva aceitar cegamente, como vinda de Deus, qualquer lei promulgada por governos humanos. A expressão de S. Paulo: «porque é ministro de Deus para o bem», inclui uma limitação à obediência universal. Há leis que podem ir contra a consciência e contra o bem da Sociedade. Temos o caso de Pedro e dos Apóstolos diante do Sinédrio: «Importa obedecer antes a Deus que aos homens» (Act. 5, 29). Porém, fora desta circunstância, cada qual deve procurar manter o equilíbrio social, mesmo à custa de sacrifícios pessoais.

E se as autoridades recebem de Deus o seu poder, segue-se, logicamente, que só o podem usar em conformidade com a vontade divina. Desde o momento em que o Superior é ministro de Deus para o bem, toda a Política, tanto colectiva como individual, deve sujeitar-se à lei divina. À luz da Bíblia, o maquiavelismo que tudo permite ao príncipe para a manutenção do poder, é uma espantosa imoralidade.

O Estado que pretende ser absolutamente soberano — lei e fim, ao mesmo tempo — converte-se, segundo a Bíblia, num ídolo; e toda a «política realista», privada de Deus e da Sua vontade, se coloca ao serviço dos ídolos.

b) — *Relações entre pais e filhos.* — (Ef. 6, 1-6; Col. 3, 20). S. Paulo expõe nessas duas epístolas as relações mútuas entre pais e filhos. A obediência dos filhos aos pais deve ser universal, porque, isto é agradável a Deus e aos homens; na epístola aos de Efeso, diz que a obediência deve proceder de um motivo sobrenatural. Isto define também os limites da obediência: não obriga quando as ordens são contrárias à vontade divina.

Os pais, por sua vez, devem educar os filhos, conforme as exigências do ideal cristão: com firmeza e docura; não os irritar com ordens duras, caprichosas, arbitrarias, com ameaças ou castigos desproporcionados; a

criança não é um animalzinho que se domestica à força de uma disciplina implacável, como faz o domador de feras; ao contrário, é um ser que se deve formar. Para o conseguir, o educador deve corrigir, ajudando; endireitar e orientar, animando; estimular com a simpatia inteligente e o dom de si mesmo, porque o dever torna-se eficaz quando o amor o dulcifica.

c) — *Obediência aos chefes religiosos da comunidade cristã.* — (Heb. 13, 17). Segundo o pensamento de S. Paulo, a Igreja é a grande família de Deus, com a hierarquia de seus membros: uma igreja compõe-se de «regumenois» e de «Aguiois», de dirigentes e dirigidos. (Heb. 13, 14). Deus confia àqueles a alma destes; por isso se lhes deve respeito e obediência. Deve-se-lhes obedecer porque tais chefes são responsáveis diante do Soberano Juiz (12, 13), donde se infere, por uma parte, que Deus lhes deu este ofício e lhes ordenou que falassem em seu nome; e, por outra, que exercessem o seu ministério com delicadeza de consciência.

d) — *A questão social.* — É útil e oportuno estudar brevemente, à luz da Bíblia, a questão mais debatida e que tem feito correr rios de tinta, nos tempos modernos: a chamada «questão social».

A lei, os profetas e os sábios de Israel apregoam constantemente a imparcialidade e a incorruptibilidade no exercício da justiça, segundo os postulados da lei eterna. Os profetas, perante a venalidade dos juizes e a corrupção devida à tirania dos reis, clamam com acentos apocalípticos por uma ordem mais conforme com a justiça. Leia-se o capítulo 21 do primeiro Livro dos Reis, onde o rei de Israel, por não se poder apoderar da vinha de Nabot, induzido por sua mulher, ordena que ele seja conduzido fora da cidade e apedrejado. Morto o proprietário da vinha, Acab, rei de Israel, apresenta-se para tomar conta dela; mas aparece-lhe o profeta *Elias*, movido pelo espírito de Deus e increpa-o nestes termos: «assim fala Javé: não és tu um assassino e um ladrão? Neste lugar em que os cães lamberam o sangue de Nabot

lamberão eles também o teu sangue». E disse a Jesabel (esposa do rei): «os cães comerão a Jesabel no campo de Jesrael; Se Acab morrer na cidade comê-lo-ão os cães, mas se morrer no campo, comê-lo-ão as aves do Céu».

No Antigo Testamento a legislação vigente entre o povo escolhido converteu-se num direito natural, orientado no sentido da justiça e do amor: «Em todas as literaturas não existem doutrinas sociais que se possam comparar com as da Lei e dos Profetas, sobre as quais recaíram os olhares inquietos dos homens de todos os tempos e onde os corações abalados pela dúvida, na luta contra a injustiça, encontraram tanta alegria e espírito de sacrifício».

Na época dos patriarcas

Os hebreus, na época dos patriarcas e durante a sua estadia no deserto, eram nómadas. Entre os nómadas ou semi-nómadas, as tendas, os utensílios, os rebanhos, são propriedade individual, mas os pastos ou não pertencem a ninguém ou pertencem às tribos que ocupam essas regiões. As terras de cultivo, quando existem, pertencem aos indivíduos ou à tribo; neste último caso, geralmente, reparte-se todos os anos por cada família. O P. A. Jausen, no seu livro «*Coutumes des Arabes au pays de Moab*», conta-nos que a tribo cristã de Hegazin, todos os anos sorteia as terras de cultivo entre as famílias, «e deste modo a pobreza não existe entre estas gentes, pois ninguém pode açambarcar o terreno, mas todos podem viver, se trabalham».

Ao estabelecerem-se os Hebreus em Canaã

Quando os hebreus se estabeleceram em Canaã operou-se uma profunda mudança no campo social e económico; de pastores nómadas converteram-se em agricultores sedentários. A propriedade antes de ser privada, foi, ao menos em parte, familiar. A lei do levirado é,

talvez, um vestígio daquilo que afirmamos (Rut, 4, 4-8 e Jer. 32, 6). A finalidade desta lei era impedir que as possessões passassem a outras famílias. Embora houvesse grandes proprietários, como Nabal, que possuía rebanhos de três mil ovelhas e mil cabras (I Sam. 25), contudo, todos tinham o mesmo género de vida, sem distinção de classes, mais ou menos como sucede em muitas partes da Península Ibérica e noutras regiões mediterrâneas, onde os ricos vivem, geralmente, como os que não possuem tanto como eles.

Nova organização com David e Salomão

David e Salomão deram à organização um rumo diferente. Até então, as famílias tinham vivido do fruto do campo e dos rebanhos. Salomão introduz o luxo do Oriente no país de Israel. O rei procura imitar a Fenícia, Egipto, Babilónia e Nínive, na construção dos edifícios e na organização dos estados. Forma-se uma aristocracia administrativa, militar, comercial e campestre. Ao lado destas, aparece outra classe popular, os jornalheiros, que vendem os produtos da terra aos mais afortunados. As guerras com Damasco e as contínuas rivalidades entre Israel e Judá enfraquecem o país; as derrotas trazem sempre grandes encargos e fortes tributos. Como sempre sucede, os que mais sofrem com as exigências, às vezes brutais, dos funcionários reais, são as gentes-de condição humilde e, praticamente, sem meios de defesa.

O profeta Samuel, aos anciãos que lhe pedem um rei para governar Israel reprova em termos duros as venalidades, as injustiças e arbitrariedades cometidas pelos reis que eles desejam: «Vede como vos tratará o rei que governará sobre vós: tomará os vossos filhos e os porá nas suas carroças e fará deles moços de cavalo, e correrão diante dos seus coches... E fará de vossas filhas suas perfumadeiras, e cozinheiras, e padeiras. Tomará também o melhor dos vossos campos e das vossas vinhas

e dos vossos olivais e dá-los-á aos seus servos. Tomará também os vossos servos e servas, e os melhores jovens, e os jumentos, e os empregará no seu trabalho. Dizimarás vossos rebanhos e vós mesmos sereis seus escravos» (I Sam. 8, 10-17).

Além dos tributos e das devastações das guerras, é preciso ter em conta outras causas psicológicas de empobrecimento. Para o camponês da Palestina a vida era sumamente fácil; suas ovelhas e cabras davam-lhe o leite, a carne e a lã; as vinhas cresciam, quase sem trabalho, pois de março a outubro não há chuvas e ali não se verificam as moléstias que entre nós são a praga da viticultura. Bastava levantar a mão para ter à sua disposição azeitonas, tâmaras e figos. Mas esta facilidade trazia com frequência a preguiça, a indolência e o abandono. O Livro dos Provérbios estigmatiza a indolência dos camponeses: «O preguiçoso não lavra no inverno; vai depois à busca da colheita e nada acha. Passei junto do campo do preguiçoso e junto da vinha do insensato. E tudo eram cardos e ortigas... e a sua cerca estava destruída» (20, 4; 34, 30).

Uma má colheita, uma guerra ou as exigências tributárias de pingues rendas, e eis o homem do campo, insensato e confiado, prostrado na miséria. Tinha de pedir emprestado. Disto se aproveitavam homens hábeis e sem consciência para enriquecer à custa da indigência do vizinho. Compravam terras por módicos preços e arrendavam-nas por preços elevados e com pagas por adiantado. O cidadão que pedia emprestado hipotecava o vestuário, uma parte do campo, todas as suas possessões, e às vezes, filhos e mulher; quando não podia liquidar o empréstimo, o seu credor apoderava-se dos bens hipotecados: campo, filhos, mulher e até a sua mesma pessoa. Mas a reforma social iniciada por Salomão vai tomando vulto e já no tempo dos profetas existem duas classes separadas e hostis: a classe dos pobres, que são explorados e sofrem, e a classe dos ricos que vivem em insolente e descarada prosperidade.

Pobres e ricos na Legislação Mosaica

A legislação mosaica tem já disposições tendentes a suavizar as misérias sociais e até a preveni-las.

Permite, por exemplo, cortar espigas ou cachos de uvas, mas proíbe levá-las no cesto: «Se entrares na vinha de teu próximo podes comer uvas até te saciares, mas não as guardes em algum recipiente» (Deut. 23, 21-26). O Levítico manda que se não faça a colheita nos extremos dos campos: «Quando segares as messes do teu campo não cortarás até ao chão *o que nasceu na superfície da terra* nem apanharás as espigas deixadas, nem o rabisco e os bagos que caíem, nem recolherás as frutas dos pomares, mas deixarás que os apanhem os pobres e os forasteiros» (Lev. 19, 9-10).

No Pentateuco, encontramos um ensaio da caridade organizada. As prescrições referentes ao ano sabático e jubilar mostram-nos o ideal social da Lei. De sete em sete anos não se deviam amanhar os campos, nem fazer a colheita, nem a vindima, etc... (Ex. 23, 10-11; Lev. 25, 1-7, 18-22). A terra descansava e cada um, fosse pobre ou rico, somente poderia apanhar, para comer, os frutos criados sem trabalho. Atenuavam-se assim as diferenças entre pobres e ricos, pois todos tinham os mesmos direitos nos frutos.

O ano sabático devia ser entre os israelitas o ano do perdão geral das dívidas: «No sétimo ano farás a remissão, a qual será celebrada desta maneira: aquele a quem é devida alguma coisa por seu amigo, ou por seu próximo, ou por seu irmão, não a poderá exigir, porque é o ano da remissão do Senhor; poderás exigi-la do peregrino e do estrangeiro, mas não ao teu irmão, para que não haja pobres entre vós» (Deut. 15, 1-11). Não se devia exigir ao hebreu juros nos empréstimos monetários (Ex., 22, 24), nem nos de mercadorias: «Não exijas aos teus irmãos juro algum, nem por dinheiro, nem por víveres, nem por nada do que se presta a usura» (Deut., 23, 20).

Esta legislação procurava manter a igualdade social,

evitando o empobrecimento de uns e o enriquecimento de outros. É digna de nota a lei dada em relação aos escravos judeus; deviam ser libertados depois de seis anos de servidão: «Se um dos teus irmãos, um hebreu ou uma hebreia, te for vendido e te tiver servido seis anos no sétimo ano deixá-lo-ás ir livre; e ao despedí-lo da tua casa não o deixarás ir de mãos vazias, mas dar-lhe-às provisão para o caminho, dos teus rebanhos, da eira e do lagar, fazendo-o partícipe dos bens com que Javé, teu Deus, te tiver abençoado» (Deut., 15, 12-14).

O quadro desastroso que nos pintam os profetas mostram-nos que no seu tempo estas leis caíram em desuso: «Vós, os que em Aescalón vos sentais no extremo do divã e em Damasco sobre o tapete, escutai e dai testemunho contra a casa de Jacob, diz o Senhor Javé Sabaot. Porque no dia em que eu faça justiça sobre Israel por causa das suas transgressões, derrubarei as casas de inverno sobre as casas de verão e serão destruídos os palácios de marfim e desaparecerão muitas casas» (Amós, 3, 12-15). «Ouvi isto vacas de Basão que estais sobre os montes de Samaria, vós que oprimís os necessitados e deixais os pobres e dizeis a vossos senhores: trazei e beberemos... (4, 1). «Porque pisais com vossos pés o pobre e lhe exigís os débitos do trigo, não habitareis as casas de pedra que haveis contruído; não bebereis o vinho das deleitosas vinhas que haveis plantado...» (5, 11).

O ano jubilar devia celebrar-se de cinquenta em cinquenta anos (Lev. 25, 8-34). Todas as propriedades vendidas, terras e casas, deviam voltar à posse dos seus antigos proprietários. Ao aproximar-se o ano jubilar, os negócios eram sempre mais baratos. Portanto, a legislação mosaica apresenta-se como um esforço para proteger os débeis contra a desmedida ambição dos grandes.

Pregação social no tempo dos profetas

Os profetas, nos seus discursos, insurgem-se constantemente contra os abusos introduzidos na adminis-

tração da justiça: «O homem justo nos seus caminhos e recto nas suas palavras, que rejeita as riquezas adquiridas com a exortação, e sacode as suas mãos de todo o presente corruptor, e tapa os seus ouvidos para não ouvir conversas sanguinárias, e fecha os olhos para não ver o mal, habitará nas alturas e terá o seu refúgio nas rochas fortificadas, terá pão e nunca lhe faltará a água» (Isaías, 33, 15-16).

Clamam, com violência e indignação, contra o açambarcamento do produto dos campos, contra as grandes propriedades adquiridas à custa da usura e da opressão, contra o luxo atrevido, contra os abusos cometidos na pessoa dos débeis: «Isto diz o Senhor: Depois das maldades que Israel cometeu três e quatro vezes, eu não mudarei o meu decreto, pois que vendeu o justo por dinheiro e o pobre por um par de sandálias» (Amós, 2, 6). Estas indignadas palavras do profeta indicam a injustiça dos usurários que, por um par de sandálias emprestadas ou outra insignificância, pagavam-se, vendendo os desvalidos.

«A acção social dos profetas não pretende modificar a ordem estabelecida na sua forma externa; vai ao âmago das coisas; busca a última razão, a causa dos erros e, dando um impulso social novo em matéria de ética e de religião, procura provocar, de dentro para fora, uma renovação social do povo».

Na literatura sapiencial

Estas directrizes sociais da Lei e dos Profetas tem amplo eco nos escritos sapienciais. Lutam contra a monopolização das riquezas, contra os juros exagerados e a usura (Prov. 28, 8-22), defendem os interesses dos pobres, das viúvas e dos órfãos: «Tiraste, sem causa, os penhores a teus irmãos e, aos nós, despojaste dos seus vestidos, não deste água ao fatigado nem pão ao faminto. Despediste as viúvas de mãos vazias e quebrantaste os braços dos órfãos. Por isso estás cercado de laços e um súbito

temor te perturba; rodeam-te as trevas e vê-te oprimido pela inundação das águas» (Job, 22, 7-10; Cfr. Job., 29, 11-17; 31, 16-21).

Os Livros Sapienciais fundam a sua doutrina social sobre os princípios enunciados no livro dos provérbios: «A justiça engrandece as nações; o pecado é a decadência dos povos» (14, 34). «O ódio acende as dissensões; o amor esconde as faltas».

Sociologia do Novo Testamento

Ao contrário do Antigo Testamento, o Novo não contém lei alguma. Contudo, tanto Jesus como os Apóstolos apresentam princípios morais e religiosos que influem necessariamente na Sociologia e na Política. Todos os homens formam uma só família, e, enquanto filhos de um só Pai, são membros do mesmo organismo.

S. Paulo

S. Paulo, na epístola aos Gálatas, tem uma afirmação que nos faz penetrar no coração do mistério cristão: «Não há judeu, nem grego; não há servo, nem livre; não há homem ou mulher, porque todos sois um em Jesus Cristo» (Gal. 3, 28). Desde que o Baptismo nos incorpora a Cristo, desaparecem todas as diferenças de religião, de raça, de condição social, de sexo. A unidade espiritual de Israel era menos perfeita: os prosélitos, as mulheres e os escravos perante a lei não estavam no mesmo plano que o homem judeu.

Esta afirmação é de largo alcance para o indivíduo e para a Sociedade: magnífica proclamação da unidade e igualdade, postas acima de todo o exclusivismo. O nacionalismo judaico é uma veste muito estreita que se rasga por todas as partes, sem interesse para o universalismo cristão. O mundo pagão com as suas divisões, o seu desprezo pela mulher, as suas injustas desigualdades e a praga vergonhosa da escravidão, treme em seus funda-

mentos. O fermento cristão vai levedando paulatinamente, sem pressas imprudentes e sem revoluções que poderiam agravar o mal em vez de lhe propiciar remédio oportuno. Vão prevalecendo definitivamente o respeito pela pessoa humana e pela dignidade cristã, a verdadeira igualdade, a justiça e a caridade.

S. Paulo expõe idêntica doutrina nas epístolas aos efésios e aos coríntios (Ef, 4, 7; I Cor. 12, 12-27), ao elaborar a grandiosa concepção do Corpo Místico, o «grande mistério» — como lhe chama o Apóstolo — que está na mente de Deus desde toda a eternidade, mas revelado somente no Evangelho, para a salvação de todos os homens sem distinção de raças, tornando-os semelhantes a seu Filho na unidade do Corpo Místico.

Vida da primitiva comunidade cristã

Os primeiros cristãos praticavam esta fé e esta doutrina, pois, os Actos dos Apóstolos dizem que «a multidão dos que haviam acreditado tinham um só coração e uma só alma, e nenhum dizia ser sua coisa alguma daquelas que possuía, mas tudo entre eles era comum» (4, 32). Estavam unidos de alma e coração, estreitados pela recordação da presença mística e real de Cristo, pela *fracção do pão*, que estabelece e manifesta esta união (I Cor., 10, 16-17), e pelo canto dos hinos e salmos, que acompanhavam a celebração litúrgica da Eucaristia (Act., 2, 42-47). Como prática desta união de corações e sentimentos, todos os bens eram postos em comum.

Que era o «comunismo» da primitiva Igreja?

Certos tribunos acusaram a Igreja de se aliar contra os grandes capitalistas e burgueses, esquecendo a vida comunitária dos primeiros cristãos. Objectam: a Igreja nos seus primórdios era comunista, mas com o andar do tempo foi degenerando em formas contrárias ao Evangelho. Convém insistir nestas afirmações, para desfazer

velhos preconceitos e falsos fundamentos. Certas expressões tomadas ao pé da letra, à primeira vista, parecem favorecer tais acusações. Contudo, nem as expressões, nem a prática e vida dos primeiros cristãos se podem interpretar em sentido colectivista.

Para S. Lucas os termos «pas» e «apas» não designam plenitude completa, mas o maior número de pessoas ou a maior quantidade de uma coisa. Ao afirmar que «todos os crentes» tinham «todos os seus bens em comum», quer dizer que muitos deles, de facto, assim procediam.

Esta comunidade de bens não era obrigatória, pois, de outra forma não se explica o louvor dado a Barnabé por se ter despojado de seus bens, colocando-os aos pés dos Apóstolos; (4, 36-37). As palavras de Pedro a Ananias provam claramente o carácter facultativo de tais vendas: «... Ananias, porque tentou Satanás o teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo, e retivesses parte do preço do campo? Não é verdade que, conservando-o, era teu, e, mesmo depois de vendido, não ficava à tua disposição o preço?» (5, 4). Além disso, as colectas feitas por S. Paulo para socorrer a Igreja de Jerusalém mostram que o colectivismo não era norma geral.

Portanto, o apregoado «comunismo» da Igreja de Jerusalém é apenas a realização do ideal monástico de pobreza encarecido por Jesus. «Não se trata de comunismo no sentido teórico, mas de uma aplicação mais ampla do princípio de caridade; trata-se simplesmente de uma caixa ou fundo comum enriquecido e alimentado pelos donativos voluntários dados para acudir às necessidades individuais».

O Cristianismo não é um movimento político-social, mas religioso

O Cristianismo intenta a fundação do Reino de Deus mediante a pregação da verdade e do espírito de caridade; deste modo desaparecem as diferenças entre escravos e homens livres. Não devemos esquecer que o primitivo

cristianismo não foi um movimento social-político, mas religioso. Por isso S. Paulo manda que cada um permaneça no estado em que foi chamado pela fé (I Cor., 7, 20).) O escravo e o homem livre são iguais e estão na mesma linha fundamental: tanto um como outro são servidores de Cristo. A razão desta igualdade sobrenatural está em que todos foram resgatados pelo sangue de Cristo (6, 20).

O facto de o Cristianismo ser o ponto de partida para uma mudança radical na vida moral e religiosa do homem interior não exige modificação alguma na condição exterior e social dos fiéis. O Cristianismo não se apresenta como uma revolução brusca das condições sociais existentes. Pretende, antes de mais nada, reformar os corações e penetrá-los da lei da caridade, do sentimento da igualdade cristã, e preparar assim, de um modo sensível, a mudança das instituições e a abolição final da escravidão.

S. Paulo não fala, certamente, da abolição da escravatura; mas impõe tais normas sobre a maneira como os senhores devem tratar os seus escravos que, praticamente, faz desaparecer as diferenças de classes existentes no mundo greco-romano, pois o escravo converte-se em irmão do seu senhor (Ef., 6, 5-8; Col., 3, 22-25). Leia-se a breve carta a Filémon sobre o modo como este deve tratar o seu servo Onésimo: «Talvez ele se apartou de ti por algum tempo, para que tu o recebesses para sempre, não já como um escravo, mas, em vez de escravo, um irmão caríssimo, principalmente de mim; e quanto mais de ti, não segundo a carne, mas também segundo o Senhor».

Únicamente sobre as bases desta «política bíblica», fundada sobre a moralidade religiosa-política de justiça, igualdade, confiança, boa vontade e humanidade, é que se pode manter uma estável concórdia entre os povos da Terra. Não há outro direito internacional que nos possa dar a paz a não ser aquele que está exarado na eterna e imutável Carta Magna do Sinai: «Um direito

internacional sem um direito divino é um permanente estado de guerra ou um simples período de tréguas...». O direito e a justiça dos ímpios, diz o salmista, é como palha que o vento arrebatava (Salmo 1, 4).

Artigo IV — a sua influência.

Vou resumir, numa breve e substanciosa síntese, os principais aspectos da universal, intensa e permanente influência da Bíblia.

a) **Na Teologia.** Desde os Santos Padres até às lições dos nossos seminários e universidades, a Teologia vive, alimenta-se e inspira-se na Escritura. O grande Papa Leão XIII via na Bíblia «a alma da Teologia». Na Encíclica *Providentissimus Deus*, ordena aos Bispos: «Procurai, com a vossa autoridade e exortações, que, nos seminários e centros de estudo dependentes da vossa jurisdição, se dê a estes estudos toda a importância que lhes corresponde». Em 1903 cria a Pontifícia Comissão Bíblica para promover e proteger os estudos bíblicos. Os Romanos Pontífices posteriores procuram inculcar, com insistência, o estudo consciencioso e sério das sagradas páginas. O Papa felizmente reinante, em vários e solenes documentos, manifesta a sua preocupação e interesse em fomentar os estudos bíblicos entre sacerdotes e fiéis. Na grandiosa e radiante Encíclica «*Divino afflante Spiritu*», exorta os exegetas e pregadores ao estudo e meditação das Divinas Letras: «Entreguem-se, pois, de todo o coração, a este negócio os expositores da divina palavra... Orem para entender, trabalhem para penetrar cada dia com maior profundidade nos segredos das sagradas páginas; puguem e ensinem para abrir aos outros os tesouros da palavra de Deus. Aquilo que os preclaros intérpretes da Sagrada Escritura levaram a cabo, em séculos passados, intentem-no também os intérpretes de hoje, segundo as suas forças, para que também no presente a Igreja possa contar com expositores exímios das Divinas Letras; e, graças ao seu trabalho e esforço, os fiéis de

Cristo recebam toda a luz, força persuasiva e alegria das Sagradas Escrituras...».

É também de suma importância a Instrução da Pontifícia Comissão Bíblica de 13 de Maio de 1950, na qual se dão normas acertadas, principalmente aos professores de Escritura, a fim de cumprirem dignamente ofício tão grave e delicado.

Na antiga Igreja.

A ciência teológica, na antiga Igreja, era a ciência da Sagrada Escritura. Santo Ireneu é o primeiro dos Padres a quem pode ser dado o título de teólogo. Na sua controvérsia com os gnósticos — temível heresia, onde se mesclam as tendências místicas das religiões orientais e da filosofia platónica —, a Bíblia é o fundamento dos seus argumentos teológicos. Insiste na unidade de Deus: Deus é o mesmo, tanto no Antigo como no Novo Testamento. Afirma a unidade do plano divino da salvação que, lenta e progressivamente, encaminha o homem para a revelação plena e esplendente de Jesus Cristo. Por isso, segundo todos os historiadores, é o primeiro «teólogo da história».

Nos séculos seguintes, os Padres gregos assim como os latinos fazem da Bíblia o livro predilecto de reflexão e estudo, da sua mística e piedade. Os mais importantes são, entre os gregos, Orígenes e Santo Atanásio, e entre os latinos, Tertuliano, Santo Agostinho e S. Jerónimo. O ensino ministrado nas escolas de Alexandria e Antioquia versava, quase exclusivamente, sobre a interpretação e defesa do Texto Sagrado.

Na Idade Média

Esta mesma preponderância da Bíblia aparece nos estudos da Idade Média. Como muito bem diz A. D'Ales, em *Initiation Biblique*, (2.^a edição, págs. 910-912), «houve uma hora privilegiada na história da Igreja na qual a lei

de Deus foi amplamente associada à lei do Estado e na qual a Bíblia, como instrumento de educação sobrenatural, foi reconhecida de facto como a Constituição oficial da sociedade humana... Não só os homens da Igreja, mas também os homens do Estado ouviam dizer que eram instrumentos de Deus para o bem da salvação, e não se maravilhavam». Os exemplos são muitos. Vamos citar, ao acaso, três personagens representativos: um grande Papa do século VI, um grande Bispo do século IX e um grande monge do século XII.

«Gregório Magno, durante o seu pontificado, (590-604), deu ao mundo o exemplo de um governo ideal, paternal e firme, orientado pelo exemplo do governo divino. Sua obra ascética e mística, toda ela impregnada da Sagrada Escritura, manifesta uma vida unida estreitamente a Deus. Nas suas *Moralia* sobre o livro de Job, recorre ao patriarca da Idumeia para expor a lei positiva divina. A presente argumentação dirige-se aos leitores que conhecem a Providência sobrenatural afirmada na Bíblia. Na sua *Pastoral*, recorda insistentemente aos sacerdotes os deveres do seu estado. Quando se pensa que S. Gregório foi, juntamente com Santo Agostinho, o autor mais lido da Idade Média, ninguém se estranha que o ideal religioso, moral e político dessa época fosse completamente bíblico.

São Bernardo, formado e alimentado pelas Sagradas Escrituras, domina toda a vida da Igreja e da Sociedade do século XII. Na sua actividade apostólica dirigiu-se aos templários, monges e soldados; e da doutrina de S. Paulo e dos Salmos forma o programa que, segundo o seu pensamento e o de seus contemporâneos, mais convém a um exército cristão (hoje seria um escândalo), chamado a servir a Cristo a golpes de espada. Já no fim da sua vida, escreve os livros *De Consideratione*, dirigidos a um dos seus filhos espirituais, o futuro Papa Eugénio III. E também aqui, a trama da sua obra é inteiramente bíblica».

Na idade de ouro da Escolástica

Também na idade de ouro da Escolástica, a Bíblia conserva o seu luminoso primado na Teologia. As ideias e os métodos dos dois maiores luminares da Escolástica, S. Boaventura e S. Tomás, são disso um sinal evidente. O conteúdo religioso dos Livros Santos era para eles alimento, luz, sangue e vida. Como prova de interesse pelos estudos bíblicos, o segundo concílio de Viena (1312) recomenda a erecção das cátedras de hebraico, caldeu e árabe, nas famosas Universidades de Paris, Oxford, Bolonha e Salamanca, para auxiliar à formação dos missionários e explicar melhor a Sagrada Escritura.

É que a Bíblia, juntamente com a Tradição, é fonte de revelação. A Teologia deve propor, de uma maneira acessível, todo o conteúdo doutrinal religioso da Bíblia; deve ordenar os dados e as noções adquiridas na exegese de cada um dos livros, na sucessão do seu desenvolvimento histórico, tendo em conta o plano unitário da Revelação e a coesão de umas verdades com outras.

b) **Na Liturgia.** O povo fiel começa agora a ter amor e veneração pela Bíblia, graças ao esforço dos exegetas, investigadores e divulgadores. Para isto contribuiu poderosamente o indiscutível ressurgimento litúrgico no mundo católico; o povo participa de um modo mais activo e consciente na liturgia da Igreja. Isto exige um conhecimento mais profundo da Bíblia, pois o Livro Sagrado constitui a medula das lições, hinos, orações, antifonas, etc... Pela Liturgia, a Bíblia introduziu-se na vida da Igreja. Está sobre o altar, no Missal, no Breviário, nos outros livros de piedade. Muitas lições do Ofício Divino, e todas as orações da missa, são tomadas da Bíblia. O Saltério, compêndio de cânticos litúrgicos do Antigo Testamento, foi adoptado pela Igreja nas suas preces, cantos e hinos, e forma a substância da liturgia católica.

A Bíblia contém todos os sentimentos do homem perante Deus.

Nesta Carta escrita por Deus aos homens — a Sagrada Escritura — reflectem-se todos os sentimentos cultuais que o homem tenha necessidade de manifestar na presença da Divindade. Nenhuma literatura expressou tão bem os sentimentos de confusão, arrependimento e confiança no divino perdão, como os salmos penitenciais, (6, 32). «Bem-aventurado aquele a quem foi perdoado o seu pecado, a quem foi remetida a sua iniquidade» (51). «Amerceia-Te de mim, ó Deus, segundo a Tua piedade; apaga a minha iniquidade, segundo a Tua grande misericórdia» (143), etc.

Nada mais belo, para exprimir a absoluta necessidade do auxílio divino e a confiança em Deus, que os salmos 3, 4, 5, 7, 42, 54, 70, 102; o cântico de Ezequias ou a oração de Jeremias: «Lembra-Te, ó Deus, do que nos aconteceu, vê e contempla o nosso opróbio... Somos como órfão sem pai, e nossas mães são como viúvas».

O mesmo sucede quando se trata de agradecer a Deus os benefícios, de Lhe render actos de adoração ou de Lhe cantar Suas glórias. Temos na Bíblia cantos épicos, imensamente superiores aos das literaturas humanas: o cântico de Moisés (Ex., 15), o de Débora (Jud. 5), o de Ana (I Sam., 2), o hino dos três jovens no forno da Babilónia (Dan. 3, 26), os cânticos do Novo Testamento (Luc., 1, 46; 68 cs.; 2, 14, 29; Ef., 5, 14).

Os livros rituais, que os Sacerdotes usam nas funções sagradas, estão impregnados de ideias, narrações, frases e cânticos tirados da Bíblia. As missas dominicais, onde a Bíblia, lida em língua vulgar, encontra a sua função catequética adequada, é um frisante testemunho da actualidade da Bíblia, do seu significado e importância no mistério da história da Salvação. Por isso, as funções litúrgicas, desde as mais simples às mais solenes e espectaculares, são uma fonte de informação bíblica, e levam-

-nos necessariamente à aquisição de um conhecimento mais consciente e vivido do Texto Sagrado.

Poderíamos ainda falar da influência da Bíblia noutras manifestações do espírito humano, por exemplo, na Arte; mas disto falaremos num capítulo especial: a beleza da Bíblia e a sua influência no campo cultural. Aqui está a razão por que a Bíblia é tida em consideração e lida com igual respeito por judeus, católicos e protestantes. Ainda hoje os judeus guardam os pergaminhos da Lei em recipientes de ouro e prata. Os primeiros cristãos gostavam de levar consigo o texto da Bíblia e pediam aos Sacerdotes para que lhe lessem algumas passagens. Nas perseguições, muitos preferiam morrer a entregar as sagradas páginas aos perseguidores, que depois as destruía. Nos tempos de Hitler, era frequente ver os judeus perseguidos lançarem-se ao fogo para libertarem os fragmentos do Livro Sagrado, levando-os para suas casas como preciosas relíquias.

Que os antigos cristãos, conscientes do valor da nossa fé e das excelências da Bíblia, nos sirvam de exemplo, para que, como eles, apreciemos este livro divino e façamos dele a nossa leitura predilecta.

A Leitura da Bíblia

Numa folha de propaganda protestante, «O Semeador», li esta cena, delicada e emotiva, é certo, mas na qual se dá à Bíblia uma desmedida e errônea importância.

«Cristo, a Luz, está comigo...»

«Lá pelos fins do século passado um índio dos Peles-Vermelhas, achando-se doente, mandou chamar um missionário que, anos antes, lhe trouxera uma Bíblia. Este, após longa caminhada, chegou junto do enfermo, que estava sobre uma cama de fetos numa pobre cabana. As faces macilentas, o corpo deprimido e uma tosse angustiosa, eram sinais inequívocos de que a vida estava por um fio. A seu lado, sobre as mantas, estava a Bíblia.

Ao ver o missionário, saudou-o com afecto e, pegando-lhe na mão, disse, à maneira dos Peles-Vermelhas: «Homem branco, mandei chamar o senhor, porque lhe quero transmitir os desejos do meu coração. Dou graças a Deus, por me ter dado esta Bíblia há já muitos anos, pois este livro bendito tem sido o meu melhor tesouro e o meu melhor amigo. Tudo o que sei do grande e bom Deus, e de Seu amado Filho, agora meu Salvador, aqui o aprendi. Uma vez ao fazer uma viagem perdi a minha Bíblia. Busquei-a durante muitos dias. Por fim, encontrei-a; e foi tanta a minha alegria, que jurei nunca mais me separar do meu tesouro e que ao morrer o levaria comigo.

Missionário, escuta-me. Há nove luas que tenho esta tosse e há sete luas que esta minha leve canoa — quero dizer, o meu corpo — está muito débil. Sei que as minhas horas estão contadas, mas que importa? Vou viver com Cristo. Missionário, leva contigo este livro que tanto amo. Já não o posso ler. Falta-me a vista e sei que só a recobrarei quando vir o Senhor Jesus, meu Salvador. Disse-lhe há pouco que pensava ordenar que me interrassem com a Bíblia, mas agora pensei melhor. Não quero encerrar esta formosa luz do Céu numa fria e escura tumba. Desejo que o senhor a leve para com ela presentear algum pecador extraviado como eu. Poderá dizer-lhe que ela serviu para guiar até ao Senhor Jesus este pobre índio como eu... Diga-lhe também que sòmente chegará a apreciar devidamente este tesouro quando chegar ao transe em que me encontro. Antes temia tanto a sombra do vale da morte! Agora nada me espanta, porque Cristo, a Luz, está comigo. A minha canoa está muito débil, o rio da morte é largo, mas sinto que Cristo está comigo e me conduzirá ao outro lado».

As horas passaram e o corpo do índio ficou inerte, estendido, sobre a sua cama de fetos na pequena cabana; porém, o seu espírito remido estava já com Cristo Jesus, seu Salvador, a quem conheceu e em quem confiou, graças à leitura do grande livro: a Bíblia».

O cronista termina com este conselho: «Leia a Bíblia; é o livro que Deus escreveu especialmente para si, com a sua mensagem de salvação para o pecador perdido».

Afirmei ao princípio que esta cena tão terna, atribui uma exagerada e errónea importância à leitura da Bíblia, e procurarei esclarecer agora esta afirmação.

Falsas afirmações e verdadeira posição católica

A Igreja Católica não pode perfilhar a tese defendida por outras comunidades cristãs separadas de Roma. Para estas todo o cristão teria o direito, e até a obrigação, de ler a Bíblia para precisar o objecto da sua fé e

encontrar por si mesmo as verdades que deve crer, sem recorrer ao Magistério Eclesiástico. A obrigação estrita de ler a Bíblia é uma consequência lógica da concepção protestante: a Bíblia é a única norma de fé, fonte exclusiva de todas as verdades e crenças. Quando se não admite a Tradição vivente das verdades emanadas de Cristo; quando se nega um magistério que salvaguarda, interpreta e propõe, autêntica e infalivelmente, os dados contidos nas fontes da Revelação, não há mais remédio que fazer da Bíblia norma próxima de fé e único manancial de Revelação, proclamando-se, conseqüentemente, a absoluta necessidade da sua leitura, interpretada consoante o capricho peculiar de cada leitor.

Das 101 proposições do jansenista Pascásio Quesnel, condenadas por Clemente XI em 8 de Setembro de 1713, sete referem-se à exagerada importância que dá à leitura da Bíblia: «É útil e necessário, em todo tempo e lugar, e para todo o género de pessoas, estudar e conhecer o espírito, a piedade e os mistérios da Sagrada Escritura. Todos devem ler a Sagrada Escritura. A santa obscuridade da palavra de Deus não é razão suficiente para que os seculares não leiam a Sagrada Escritura. É condenável afastar os cristãos desta leitura. Proibí-los da leitura da Sagrada Escritura, especialmente do Evangelho, é proibir o uso da luz aos filhos da luz e fazê-los sofrer uma espécie de excomunhão».

Estas ideias de Quesnel, apesar de condenadas, foram actualizadas mais tarde pelos jansenistas; mas de novo foram proscritas por Pio VI, na Bula *Auctorem Fidei* (1794), contra os erros do sínodo de Pistóia.

Segundo os princípios católicos sobre o Magistério Eclesiástico, instituído por Cristo para interpretar a sua lei, conservar intacta a pureza da fé e dos costumes, a leitura da Bíblia de modo nenhum é necessária à salvação. A não ser assim, grande número de homens, impedidos, por circunstâncias diversas, de ler a Bíblia, teriam embargado o caminho da salvação. A Igreja, desde os seus começos, apesar de recomendar e realçar o excelso

valor da Bíblia, nunca afirmou que a sua leitura fosse necessária para a salvação. Na verdade, o cristão pode conhecer e viver as realidades dogmáticas e morais, ensinadas na Bíblia, sem nunca haver lido uma só linha dela.

Na Bíblia e na Tradição, encontramos a luminosa Revelação que Deus deu aos homens, por intermédio de Seu Filho; mas é através do Magistério vivo da Igreja, da autoridade instituída pelo mesmo Cristo, que chegaremos a essas fontes de Revelação, cujo conteúdo ela, assistida pelo Espírito Santo, propõe infalivelmente. Adiante, voltaremos a insistir neste ponto, ao falarmos do princípio de interpretação católico e protestante, da Bíblia e a Tradição.

Artigo II. — UTILIDADE

Embora o Magistério da Igreja nos proponha as verdades encerradas na Bíblia e na Tradição, contudo, a leitura dos Livros Sagrados é utilíssima para os sacerdotes e para os fiéis. Vamos apontar aqui algumas razões.

A Bíblia, livro popular de edificação espiritual.

Inspirada por Deus, a Bíblia deve ser considerada como o melhor livro de edificação e de espiritualidade, superior a qualquer outro livro humano. Assim pensaram todos os autores ascético-místicos que beberam na Bíblia os pensamentos fundamentais, as imagens, figuras e alegorias com que exprimiram a sua doutrina espiritual. É também, por antonomásia, o livro popular. «De tal modo nos fala este livro — diz Santo Agostinho — que sua venerável simplicidade se ri do orgulho, sua força oferece aos grandes alimento, e sua condescendência, nutrição aos pequenos». Os outros livros de espiritualidade, comparados com a Bíblia, são pálidas imitações e de nenhum modo podem substituir o valor imenso de cada página sagrada. Na Sagrada Escritura, está a vida, como diz Cristo no Evangelho de S. João.

Os Santos Padres teceram-lhe os mais rasgados elogios, servindo-se de belas figuras retóricas para encaecer o seu valor. S. João Crisóstomo diz assim: «Um prado é agradável, um jardim é deleitoso; mas é muito mais agradável o estudo da Sagrada Escritura. Nesses, encontramos flores que murchem; nesta, palavras que encerram uma força de vida sempiterna. Ali, sopra o zéfiro; aqui, quem sopra é o Espírito Santo... Um jardim está sujeito às mudanças das estações; as sagradas páginas estão sempre cobertas de folhagem e de frutos».

A Bíblia, para os cristãos, não é um livro que se lê uma vez e depois se abandona; não é uma novela ou uma narrativa de viagens, cuja leitura é circunstancial e momentânea; não é um livro que se devora àvidamente, à espera do desfecho sempre apaixonante; a Bíblia é o livro de todas as horas e de todos os momentos da vida, cujas páginas se passam devagarinho para se poder sentir e perceber toda a luz, verdade, força e vida que promanam das suas linhas. Deste modo, a alma abisma-se cada vez mais nos insondáveis segredos de Deus, manifestados neste livro insigne. A Bíblia é, pois, o melhor livro de leitura espiritual, porque é o livro de Deus.

A Sagrada Escritura, pela sua origem e destino e pelo uso que dela se deve fazer, é o livro destinado a todos os fiéis. Não foi escrito para uma categoria selecta de judeus ou de cristãos, mas para toda a sinagoga e para toda a Igreja; sobretudo, o Evangelho e as cartas apostólicas, dirigidas às comunidades da Igreja nascente e aos cristãos de todos os tempos.

A Bíblia, alimento espiritual dos primeiros cristãos

A Bíblia, nos primeiros séculos do cristianismo, foi o alimento quotidiano e assíduo da piedade e oração dos fiéis, tanto das classes superiores e instruídas como da plebe. Os santos e sábios doutores da Igreja recomendavam esta prática, e assim foram aparecendo as tra-

duções em diversas línguas, os manuscritos e os comentários.

No que respeita ao Saltério, a Igreja ainda hoje, mas sobretudo nos séculos passados, além da recitação litúrgica, aconselhou e praticou a recitação privada dos salmos. As cartas de S. Jerónimo mostram como eram utilizados no seu tempo; no elogio a Santa Paula, pode-se ver como os salmos lhe eram familiares; deles se servia para se exercitar na paciência, para se consolar na tristeza, para se resignar na morte dos seres queridos; «de-sejava aprender o hebraico — diz o Santo —, e de tal modo o conseguiu, que cantava os salmos nesta língua e a falava sem ressaibos de pronúncia latina».

Santa Paula, escrevendo a Marcela, diz que em Belém «sòmente rompe o silêncio, o cântico dos salmos; o camponês, guiando a sua carroça, canta o *Alleluia*; o segador mitiga os ardores do sol, entoando salmos; o vinicultor, trabalhando a vinha, tem sempre na boca alguma passagem de David».

Santo Ambrósio, copiando quase literalmente a S. Basílio, afirma: «Os mais insolentes, isto é, a maior parte, não retém um só versículo dos profetas nem das epístolas; mas cantam os salmos tanto em suas casas como em público... E que profundos ensinamentos encontramos! Ali se encontra uma Teologia perfeita, as profecias da Encarnação, a ameaça do juízo, o temor do castigo, as promessas da glória, a revelação dos mistérios...».

Simplicidade dos Livros Sagrados

Esta simplicidade transparece em todos e cada um dos livros da Bíblia. Não existem períodos artisticamente elaborados. Não há artifício. Tudo é diáfano, simples e inteligível. É uma pregação singela, sem ter nada de plebeu ou ordinário; a Bíblia fala-nos de coisas vividas e experimentadas por todos; são assim as pala-

bras dos Profetas, dos Salmos, dos Livros Sapienciais, dos Evangelhos.

Os livros históricos do Antigo Testamento têm a sua raiz em tradições populares, que nos foram transmitidas fielmente, escrupulosamente, de geração em geração. Os profetas de Israel, seus poetas e seus sábios não escreveram ao modo das gentes cultas. Ao contrário, estavam imbuídos da vida do seu povo, onde procuravam exercer uma influência moral e religiosa; por isso os seus escritos brotam do mais recôndito da alma popular. É esta uma das razões essenciais dessa força irresistível que ainda hoje arrebatava o coração de todo o homem sem cultura. Os problemas dos escritos sagrados são os mesmos que preocupam os seus vizinhos e contemporâneos; esforçam-se por encontrar uma solução satisfatória com palavras límpidas e simples, rodeadas do colorido matizado da imagem caseira e oportuna. As árvores, os pássaros, os rios, os campos, os costumes dos cidadãos, tudo serve para a exposição de uma ideia transcendente.

Veja-se com que simplicidade o Profeta Amós, pastor e descascador de sicômoros, anuncia a ruína de Israel: «Isto me fez ver o Senhor Deus: um cestinho de fruta já madura; e depois disse-me: que é o que vês, Amós? Eu respondi: um cestinho de fruta madura. O Senhor disse-me: já está madura a sorte do meu povo de Israel, já não lhe perdoarei mais tempo. Naquele dia uivarão os artesoados dos seus palácios. Serão muitos os seus cadáveres, e serão silenciosamente atirados para qualquer lugar».

O carácter popular da Bíblia torna-se mais notório nas narrações do Novo Testamento. Jesus, como Sócrates, não escreveu nada; mas o que os Evangelhos nos transmitem da Sua pessoa, é o suficiente para nos manifestar uma simplicidade clássica, fundada no amor à língua do torrão natal e num carácter evidentemente popular, aliado a uma profundidade jamais igualada por qualquer orador do mundo. Jesus faz a primeira história popular: uma história que fala de camponeses, de

pastores, de cobradores de impostos, de aguadeiras, de leprosos e de malvados, dos lírios do campo, dos pardais e das raposas, das serpentes e das pombas, do lago e da montanha; uma história de pecadores, de pequenos industriais, de cegos, de soldados e de pescadores... Estes homens do povo são colocados junto de Herodes, Caifás e Pilatos. As enxadas e os azevém dos jornaleiros, as redes dos pescadores ou os cântaros das alegres aguadeiras, têm para Jesus o mesmo significado que o cetro do Imperador Romano, a púrpura dos Reis, a tiara do Sumo Sacerdote ou a empáfia do Procurador da metrópole.

A Bíblia está, pois, enraizada no âmago da vida popular. Por isso é tão estimada pelas gentes de boa vontade; livro sempre novo, antigo, simples, humilde como a Natureza, tão natural como ela mesma; um livro que diariamente se nos apresenta como sol que nos aquece e alimento que nos nutre. Aquele que um dia perdeu a Deus pode reencontrá-Lo na Bíblia. A luz da palavra divina, interpretada pela Igreja Romana, pode indicar o caminho seguro àquele que nunca conheceu a Deus, porque na frase de Jeremias, ela «é fogo que queima e alumia, é martelo que pulveriza a rocha».

Palavras sempre actuais de Lacordaire e Tomás de Kempis

O P. Lacordaire, nas «Cartas a um Jovem», pergunta-lhe: «Que lugar devem ocupar as Sagradas Escrituras na tua vida de cristão? Continuarão a estar elas encerradas? Olha-las-ás com um livro misterioso que só o sacerdote tem o direito de abrir, como Ministro do Santuário, carta da aliança do Novo Testamento, escondida sob os véus do templo, que os fiéis não podem ver com seus olhos nem tocar com suas mãos? ».

Infelizmente ainda hoje existem estes preconceitos entre os católicos, tanto da parte dos sacerdotes, como

da parte dos fiéis; aqueles, perante a ânsia dos propagandistas em introduzir a Bíblia na vida espiritual dos fiéis, encolhem céptica e cobardemente os ombros, para não complicarem a sua existência, privando deste modo os seus fiéis dos incalculáveis tesouros do Antigo e do Novo Testamento; estes porque ignoram a grande utilidade que lhes proporciona a leitura das Sagradas páginas.

A Imitação de Cristo de Tomás de Kempis — o melhor livro espiritual da Idade Média e o «único livro religioso que, além da Bíblia, é comum às duas confissões —, coloca a Bíblia muito perto do Santíssimo Sacramento e propõe-na como fonte de luz, de força, de consolo». Não se pode fazer maior elogio do Livro Sagrado. Leamos a Bíblia porque, segundo S. João Crisóstomo, a sua leitura é «um bem imenso» e, como ajunta Victor Hugo, «nos vai modelando segundo a imagem de Deus».

Artigo III. — A IGREJA CONVIDA-NOS A LÊ-LA

São muitas as recomendações do Magistério da Igreja acerca da utilidade da leitura da Bíblia. Leão XIII, na Encíclica «Providentissimus Deus», dizia que a Igreja Católica «sempre fez correr para os seus fiéis mananciais salutíferos da divina Eseritura». O Concílio de Trento fundamenta deste modo as medidas tomadas em relação à expliação dos Livros Santos na vida da Igreja: «O tesouro escondido das Sagradas Páginas que, na sua liberalidade, o Espírito Santo deu aos homens, não deve ser descuidado».

Porém, já nas origens da Igreja, os corifeus da heresia abusaram do Texto Sagrado, truncando ou torcendo o seu verdadeiro sentido, em defesa ou apoio dos seus erros, dos seus desvios doutrinaes. O mal agravou-se consideravelmente com o aparecimento do Protestantismo. Cada fiel podia livremente interpretar as suas páginas, mergulhar nos mistérios da palavra divina, guiado sò-

mente pelas suas luzes naturais e ilusões do seu próprio espírito.

Recomendações de alguns Papas

Era evidente que as Sagradas Letras não se podiam deixar nas mãos de uma multidão indocumentada, para que caprichosamente fizesse delas mangas e capuzes. Foi por isso que vários Papas — Inocêncio III (1198-1216), Pio IV (1559-1565) e Clemente VIII (1592-1605) —, se viram obrigados a tomar precauções, não com o fim de proibir mas apenas de limitar a leitura da Bíblia entre os fiéis. Mais tarde, com o enfraquecimento do Protestantismo, estas medidas foram-se suavizando, e por toda a parte começaram a aparecer versões da Bíblia em língua vernácula sob a direcção e aprovação dos Bispos.

«A Igreja, depositária da palavra de Deus, nunca temeu expor o texto verdadeiro à contemplação do género humano; não o ocultou sob o véu de uma língua hierática, como o mistério do santuário, e... permitiu a todos os cristãos apropriar-se dele para uma interpretação popular. Respeitou as fontes primitivas, criando uma tradução privilegiada (a Vulgata), cuidou da exactidão das versões de segunda ordem... e assim... deu à palavra de Deus uma difusão que abrange todo o universo» (Lacordaire, no livro «Cartas a um jovem»).

Num tempo em que até nos meios católicos se discutiam as vantagens da leitura da Bíblia, o Papa Pio VI (1775-1799), escrevia ao Arcebispo Ant. Martini, editor de uma Bíblia em língua italiana: «Fazeis bem, aconselhando os fiéis à leitura dos Livros Santos, porque eles são fontes particularmente ricas, às quais todos devem recorrer». Os Papas S. Pio X, Bento XV e Pio XII têm idênticas passagens.

Bento XV

Bento XV, na Encíclica «Spiritus Paraclitus» de 15 de Setembro de 1920, por ocasião do XV centenário da

morte de S. Jerónimo, recomenda aos fiéis a leitura diária da Bíblia; enumera os frutos desta leitura e louva a Pia Sociedade de S. Jerónimo e todos quantos trabalham na sua difusão.

«Pelo que a Nós se refere, veneráveis irmãos, à imitação de S. Jerónimo, jamais deixaremos de exortar todos os fiéis a ler diariamente, os Santos Evangelhos de Nosso Senhor, os Actos e Epístolas dos Apóstolos, procurando convertê-los em seiva do seu espírito e em sangue das suas veias. Assim, nestas solenidades centenárias, o nosso pensamento dirige-se à Sociedade que se honra com o nome de S. Jerónimo... Bem sabeis, veneráveis irmãos, que o propósito desta Sociedade é divulgar, por todos os meios ao seu alcance, os Evangelhos e os Actos dos Apóstolos, de tal modo que nenhuma família fique deles privada e todos se acostumem à sua leitura e meditação diária... Nesta mesma ordem de coisas são verdadeiros beneméritos da causa católica os que nas várias regiões têm procurado e continuam a tentar editar, num formato cómodo e claro, todos os livros do Novo Testamento e alguns seleccionados do Antigo, coisa que produziu abundantes frutos na Igreja de Deus, sendo hoje muitos os que se aproximam desta mesa de doutrina celestial, que o Senhor proporcionou ao mundo cristão por meio dos seus Profetas, Apóstolos e Doutores».

Orientações de Pio XII

Pio XII, na sua maravilhosa Encíclica «Divino Afflante Spiritu», recomenda ardorosamente a leitura da Bíblia, porque nela encontramos Cristo, solução de todos os problemas, e caminho da paz. «A este Cristo, autor da salvação, tanto mais plenamente O conhecerão os homens, amando-O intensamente e imitando-O, quanto com maior ardor se sentirem movidos ao conhecimento e meditação das Sagradas Letras, especialmente do Novo Testamento». «Se há alguma coisa que nesta vida interessa ao homem sábio e o persuade a permanecer de

ânimo inquebrantável entre os apertos e torvelinhos do mundo, creio que essa coisa é unicamente a meditação e a ciência das Escrituras». Porque, os que se vêm fatigados e oprimidos, com adversidades e ruínas, encontrarão nelas verdadeiro consolo, divina virtude, para sofrerem resignados; Cristo apresenta-Se nos Evangelhos como sumo e perfeito exemplar de justiça, caridade, humildade e misericórdia; ao género humano, desgarrado e temeroso, estão-lhe abertas as fontes daquela divina graça, sem a qual, nem os povos, nem os directores dos povos poderão iniciar e estabelecer tranquilidade de situação, apaziguamento de ânimos; finalmente, todos aprenderão a conhecer Jesus Cristo, que para nós foi feito por Deus sabedoria e justiça, santificação e redenção».

A disciplina externa da Igreja Romana talvez se tenha modificado levemente, no decurso dos tempos, com respeito à leitura da Bíblia por parte dos fiéis, mas os seus princípios permaneceram imutáveis.

Por um lado, a Santa Madre Igreja oferece o Texto Sagrado àqueles que o podem ler com fruto; por outro, na sua solícita sabedoria, vela para que tal leitura não seja causa de ruína espiritual dos seus filhos. Também os judeus não permitiam que se lessem certos livros, antes dos trinta anos, e os próprios protestantes tendem a restringir a leitura integral e universal da Bíblia.

É necessário trabalhar para que a Bíblia seja cada dia mais conhecida e amada, mas nem todos têm a suficiente preparação para se internarem nas páginas do Livro dos livros. Impõem-se certas restrições e normas orientadoras.

Artigo IV — LEITURA DA BÍBLIA EM LÍNGUA VULGAR: NORMAS DA IGREJA

Para evitar abusos e erros em matéria religiosa, que se pretendem justificar com ditos e passagens da Bíblia, a Igreja viu-se na precisão de dar certas normas orienta-

doras, que se devem ter em conta na leitura daquela. Pois, como diz Santo Agostinho, «as heresias surgem somente quando não se entendem bem as Escrituras, e quando se afirma, temerária e atrevidamente, aquilo que se não compreendeu bem nelas». Como, pela natureza do mesmo livro, há perigo de as não entender bem, torna-se absolutamente necessário que uma autoridade suprema nos aponte o caminho a seguir na sua leitura.

Normas da Igreja

Podemos resumir assim a legislação eclesiástica respeitante às edições da Bíblia em língua vulgar: «A Igreja recomenda e permite a leitura da Bíblia traduzida às línguas modernas, sob três condições: que sejam aprovadas pela Santa Sé; publicadas sob a vigilância dos Bispos; e acompanhadas de notas ou explicações de escritores eclesiásticos e dos melhores comentadores católicos. Proíbe, também, a leitura das edições feitas pelos não-católicos. (Cânones do Direito Canónico, 1385, 1391). Os autores e editores que imprimem livros das Sagradas Escrituras, suas anotações ou comentários, sem a devida licença, incorrem, *ipso facto*, em excomunhão «a ninguém reservada» (can. 2318).

A versão das perícopas bíblicas em língua vulgar que, segundo o costume ou a oportunidade, os sacerdotes lêem ao povo durante a missa, em conformidade com a resposta da Pontifícia Comissão Bíblica de 30 de Abril de 1943, deve corresponder ao texto latino. Dez anos depois (22 de Agosto de 1953), a mesma Comissão Bíblica diz ainda ser muito conveniente ler publicamente, nas igrejas, o Evangelho ou a Epístola da missa, segundo alguma versão feita sobre a Vulgata, que é o texto litúrgico, mas, a fim de ilustrar essa versão, permite que se leiam todos os textos originais ou outra versão mais clara.

Razão das normas eclesiásticas

A razão destas normas eclesiásticas deduz-se logicamente da natureza dos Livros Sagrados e da Sociedade fundada por Cristo para transmitir, guardar e interpretar a mensagem do Salvador. Cristo fundou a sua obra de salvação no mundo; pôs nela uma autoridade suprema, assistida pelo Espírito Santo, infalível nas coisas de fé e costumes. À semelhança de qualquer outra sociedade, onde a autoridade suprema é quem fixa o sentido autêntico da sua legislação, também a Igreja possui o direito de guardar e interpretar as Sagradas Escrituras.

Natureza do Livro Sagrado

A Bíblia formou-se ao longo de quase dois mil anos. Manuscritos e traduções estão cheias de variantes. Quem apontará a lição genuína? A Bíblia foi escrita em hebraico, arameu e grego. Se se desconhecem estas línguas, é necessário recorrer a uma tradução. E quem nos garante uma tradução autêntica, perfeitamente fiel ao original?

Na Bíblia, aparecem um mundo e uma cultura diferentes do nosso mundo e cultura. Muitas passagens são obscuras e difíceis, e na sua interpretação, os comentadores nem sempre estão de acordo. A Bíblia não é tão clara como tendenciosamente afirmam os protestantes. A diversidade de géneros literários nos diferentes livros, o meio de conhecer o pensamento preciso dos escritores sagrados...: tudo isto indica quão absurdo é o princípio da transparente clarividência da Sagrada Escritura. E suposto que uma explicação da Bíblia seja necessária, quem no-la dará?

A propósito de outros livros antigos, a resposta a esta questão seria a seguinte: a ciência deve esclarecer o texto, a tradução e a explicação. Mas nesta resposta não serve para as verdades contidas na Bíblia; temos de ter uma certeza mais profunda e mais sólida, do que

a que provém da investigação humana. Mediante a Igreja, o Espírito Santo — que nela vive e actua até ao fim dos séculos —, propõe-nos as verdades para crer. A Igreja guarda e interpreta autênticamente o depósito das Sagradas Escrituras. Sòmente deste modo, podemos alicerçar o edifício da nossa fé religiosa sobre a rocha inamovível da verdade eterna. Porque, em última análise, a veracidade de Deus infalível, que nos fala por meio da sua Igreja, é o fundamento em que se apoia, com segurança, a nossa fé e a nossa esperança de salvação.

Exige-o o dever pastoral da Igreja

Em virtude do dever pastoral de vigiar seus súbditos, a Igreja tem o direito de designar as modalidades pelas quais os fiéis se devem orientar na leitura da Bíblia... Para os que conhecem a Bíblia na sua integridade, este direito e este dever são incontestáveis. Efectivamente, encontramos diversas passagens, difficilmente inteligíveis; e muitas outras prestam-se a falsas interpretações. Convém não esquecer que a Bíblia foi escrita por homens de diferente psicologia, em circunstâncias diversas, movidos, às vezes, por acontecimentos imediatos, concretos, cujo alcance e significado não podemos compreender à distância de muitos séculos. Há narrações escabrosas, situações descritas com o mais vivo realismo, que podem ser perigosas para muitos leitores... Por isso, é imprescindível uma autoridade infalível que determine exactamente o sentido das passagens e indique as pessoas que as podem ler. Isto ninguém o poderá negar, a não ser os que têm a mente embotada por confessáveis preconceitos. Por conseguinte, a Igreja tem razão ao dar sábias prescrições que proibem a leitura de Bíblias protestantes ou desprovidas de notas explicativas.

Para confirmação do que deixamos escrito, basta estudar as inumeráveis seitas protestantes, nascidas do princípio do livre exame; cada qual se arroga a auto-

ridade de interpretar individualmente as diversas passagens da Bíblia; daí, a gama indefinida de sentenças, de opiniões e crenças, sobre o mesmo facto ou narração bíblicos. Este facto fez do protestantismo um amalgame de doutrinas que se contradizem e destroem mutuamente, fratricidamente. É para evitar este perigo que a Igreja Católica ordena que as traduções da Bíblia tenham notas explicativas que orientem o leitor nas passagens difíceis, obscuras, mantendo deste modo a unidade e imutabilidade da fé, sinais inequívocos de verdade.

A Bíblia e o Sacerdote

Se a Bíblia deve ser o livro predilecto do cristão, com muito maior razão deve o sacerdote fazer dela a sua companheira inseparável.

As palavras de Bento XV, a este respeito, são decisivas e substanciosas: «Se a todos os fiéis São Jerónimo exige afeição aos Livros Sagrados, de um modo especial isto é exigido àqueles que puzeram sobre os seus ombros o jugo de Cristo» e foram chamados por Deus à pregação da divina palavra. São Jerónimo, dirigindo-se a todos os clérigos, na pessoa do monge Rústico, assim fala: «Enquanto estiveres na tua Pátria, faz da tua cela um paraíso; colhe os variados frutos da Escritura; saboreia as suas delícias e goza do seu amplexo... Jamais se aparte das tuas mãos o Livro Sagrado; aprende o Saltério, palavra por palavra, ora sem descanso, vigia os teus sentidos e fecha-os aos vãos pensamentos».

Conselho de Deus a Josué

Depois da morte de Moisés, nos montes de Moab, Deus ordena a Josué que levante as tendas e emprenda a passagem do Jordão. Entre as normas dadas por Deus ao novo chefe do povo escolhido, há uma applicável aos sacerdotes de todos os tempos: «Que esse livro da Lei nunca se aparte da tua boca; tem-no presente dia e noite para procurar fazer tudo o que nele está escrito, e assim prosperarás em todos os teus caminhos, e terás bom successo» (Josué, 1, 8).

S. Paulo, na segunda epístola a Timóteo, afirma a necessidade que todo o pastor de almas tem de estudar a Sagrada Escritura: «Porém, tu permanece no que aprendeste, porque desde a infância conheces as Sagradas Escrituras, que podem instruir-te em ordem à salvação, pela fé em Jesus Cristo. Pois, toda a Escritura é divinamente inspirada e útil para ensinar, arguir, corrigir e educar na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e consumado em toda a obra boa» (II Tim., 3, 15-17).

A importância da leitura da Bíblia podemos considerá-la sob três pontos de vista: espiritual, científico e pastoral.

Artigo I — NO ASPECTO ESPIRITUAL

O sacerdote, em virtude das suas sublimes funções, está obrigado a viver imerso numa atmosfera de espírito sobrenatural, em silencioso, íntimo e permanente colóquio com Deus.

Exige-o a sua missão

Nenhum livro melhor que a Bíblia é capaz de alimentar e avivar esta constante comunhão do sacerdote com Deus. Na Bíblia, ouve-se a voz do Espírito Santo, palpita e vive o coração de Cristo, «no qual estão encerrados todos os tesouros da sabedoria e da ciência» (Col. 2, 3), e reflete-se a pessoa de Jesus em toda a Sua luminosa exemplaridade. Por isso, o sacerdote está obrigado a tornar realidade vivente o lema de S. Gregório Magno: «Aprende a conhecer o coração de Deus na palavra de Deus, para que com mais ardor aspire às coisas eternas». O que o sacerdote deve buscar, como todo afã, na assídua leitura das Sagradas Letras, é o coração ardente do Senhor Jesus Cristo. Assim o quer Pio XII, ao mandar aos professores de exegese que «proponham o chamado sentido literal e, sobretudo, o teológico, explicando-o com tal competência e inculcando-o com tal ardor, que os

seus alunos possam experimentar em certo modo, o que sentiram os discípulos de Emaús, os quais depois de ouvir falar o Mestre, exclamaram: Não é certo que o nosso coração interiormente se abrasava à medida que nos descobria as Escrituras? Deste modo as Divinas Letras serão para os futuros sacerdotes da Igreja, por um lado, fonte pura e perene da sua vida espiritual, e, por outro, alimento e força do sagrado encargo da pregação que tomaram sobre os seus ombros» (Divino afflante Spiritu).

A Bíblia, devocionário predilecto do sacerdote

A Bíblia deve ser o devocionário predilecto do sacerdote; nela encontrará orações apropriadas para todas as situações do seu espírito. Os próprios autores sagrados beberam, na maioria dos casos, nos escritos dos seus antecessores, as ideias de tranqüila e sapiente meditação. Assim, por exemplo, as primeiras páginas do Génesis alimentavam a inspiração poética e a piedade do Salmista, quando comentava, entusiasmado, a magnificência do Criador, projectada nas suas obras maravilhosas, o Qual, apesar da sua excelsa grandeza, se recorda do homem, criando-o à Sua imagem e semelhança:

«Ó Deus, Senhor Nosso, quão admirável é o Teu nome em toda a terra! Como o mais alto dos Céus canta a Tua majestade! As próprias bocas das criancinhas, dos que mamam, são já um forte argumento contra os Teus adversários, para reduzir ao silêncio o inimigo e o perseguidor.

Quando contemplo os céus, obra das tuas mãos, a lua e as estrelas que estabeleceste:

Quem é o homem para que Te lembres dele, e o filho do homem para que dele cuides?

E fizeste-o um pouco menor que Deus, coroaste-o de glórias e de honra.

Deste-lhe o domínio sobre as obras das
Tuas mãos, colocaste tudo debaixo de seus pés :

As ovelhas, os bois, tudo juntamente e todas as bestas do campo;

As aves do céu, os peixes do mar, tudo quanto corre pelos caminhos do mar.

Ó Deus, Senhor Nosso, quão admirável é o
Teu nome! ».

Religiosa admiração na presença das maravilhas que refletem o nome, a face, as perfeições de Deus: sabedoria, poder, beleza, bondade, sentimento da iminente dignidade do homem, senhor da terra e vice-rei do universo; acção de graças, de adoração, de júbilo para com um Senhor tão munificente: tais são os sentimentos que a leitura ponderada das primeiras páginas do Génesis fazem brotar na alma do Salmista.

A Bíblia, livro de meditação diária do sacerdote

A Bíblia, principalmente o Novo Testamento, há-de ser o livro por excelência para a meditação diária do sacerdote. Editam-se com profusão «meditações para sacerdotes», mas, sinceramente, poucas chegam a interessar o sacerdote, e convencemo-nos de que a Bíblia é insubstituível! Ler uma passagem do Evangelho, das Epístolas, dos Profetas, dos Livros Sapienciais, segundo a especial circunstância da alma, para fazer dela vida e sangue do nosso espírito, na meditação silenciosa diante do Sacramênto, é a melhor maneira de penetrar o sentido profundo, a eficácia vital da palavra divina.

Enquanto se não conseguir que os sacerdotes e seminaristas leiam a Bíblia com esta fé viva e este gosto peculiar, capazes de os manter estreitamente unidos ao Verbo de Deus, que lhes fala em cada linha dos Livros Santos, a formação dos seminaristas e a vida espiritual e apostólica dos sacerdotes carecerão de um centro de energia e de um foco de luz sumamente importante.

A Igreja quer que se infunda nos futuros sacerdotes

esta veneração e este amor aos Livros Santos, para que «durante toda a vida encontrem neles o principal culto do entendimento, ocupação da alma, consolo e fruição do coração». (Ilustração da P. Com. Bíblica de 13 de Maio de 1950).

Artigo II — NO ASPECTO CIENTÍFICO

A Sagrada Escritura é o fundamento primordial e indispensável da Teologia. Esta, nos seus diversos aspectos — dogmáticos, moral, ascético, místico; procede directamente da palavra inspirada na mesma linha que da Tradição. Se o estudo teológico há-de ser o núcleo da formação científica do sacerdote, é fácil de ver a importância das Sagradas Letras no processo formativo do seminarista e do ministro de Deus.

Existe, hoje em dia, nos colégios religiosos de formação e nos seminários, um desmedido afã de não ficar atrás dos colégios seculares a fim de não desmerecer e poder ocupar o seu lugar na sociedade, na qual o sacerdote há-de exercer o seu ministério. Este desmedido afã leva-os a ler todas as obras literárias, antigas e modernas, todas as revistas que lhes chegam às mãos; é necessário — dizem, — alguma coisa de Cinema, de Televisão, da bomba atómica, de desporto, de Medicina, de Química e de muitas outras coisas. Se isto se faz com o nobre fim de um exercício eficaz do ministério, não há dúvida de que é bom e louvável; mas convém não esquecer o principal, que é o estudo consciencioso e ponderado das ciências eclesiásticas, que são as que dão personalidade ao sacerdote e o capacitam radicalmente para levar a salvação às almas.

Queixas dos profetas contra os sacerdotes

As amargas palavras dos profetas poderiam ser aplicadas, em muitos casos, aos sacerdotes de hoje: «Também me queixo contra vós, ó sacerdotes, — disse Deus pelo

profeta Oseias. — Tropearás em pleno dia e contigo tropeçará também o profeta, e a noite será uma analogia do teu dia. O meu povo perece por falta de conhecimento; por teres recusado o conhecimento, também te apartarei do sacerdócio ao meu serviço; por teres esquecido os ensinamentos do teu Deus, eu me esquecerei de teus filhos». (Os. 4, 4-6).

Deus repete a mesma queixa por Malaquias: «...os lábios dos sacerdotes guardarão a sabedoria e da sua boca sairá a doutrina, porque é um enviado de Deus Sabaot; mas vós apartaste-vos do caminho e fizestes tropeçar a muitos na Lei, e pervertestes o pacto de Levi, diz Deus Sabaot. Portanto, eu também vos fiz desprezíveis e vis perante todo o povo, na medida em que vós não seguistes os meus caminhos nem tivestes em conta a minha Lei» (2, 7-9).

O sacerdote é o possuidor da fé e da revelação que no campo da teologia, da Escritura, da Moral e da Filosofia, não pode assimilar sem um intenso estudo. Se o sacerdote não for um homem de estudo, capaz de penetrar o tesouro da verdade que possui, viverá descentralizado, como um professor que não sabe a sua matéria. Não há maior vergonha para um sacerdote do que não sentir afeição alguma por aquilo que deve constituir a obrigação diária da sua vida.

A Igreja, desde os seus começos, fez da Sagrada Escritura o livro de texto e o manual de educação dos seus escritores e ministros. As célebres escolas de Alexandria e Antioquia, as Universidades medievais onde se formaram os mestres escolásticos, ainda hoje insuperáveis em muitos aspectos, tinham como base do seu ensino a leitura, explicação e defesa dos Livros Sagrados. Esta preocupação constante da Igreja está bem patente nos documentos pontifícios.

Os Papas impõem ao sacerdote o estudo da Bíblia

Leão XII, na maravilhosa encíclica «Providentissimus Deus», — chamada por Pio XII na «Divino afflante Spiritu» «Lei fundamental dos estudos bíblicos», referindo-se à formação do clero, deseja que os que «foram chamados pela graça de Deus às sagradas ordens ponham cada dia maior cuidado e diligência em ler, explicar e meditar as Escrituras...». Recomenda aos teólogos que, ao proporem os fundamentos dos dogmas, estudem as passagens da Bíblia que tenham relação com eles e insistam na premente necessidade de formar bons professores de Escritura, segundo o exige a importância da disciplina e o aconselham os tempos.

S. Pio X, nas letras apostólicas «Quoniam in re Biblica» (27 de Março de 1906), sobre o ensino da Escritura nos seminários, mostra qual é a mente e as exigências da Igreja no respeitante à formação do clero nos estudos bíblicos. «Dado que os estudos bíblicos têm hoje uma importância como talvez nunca tiveram, é absolutamente necessário — diz o Papa — que os jovens clérigos sejam diligentemente instruídos na ciência das Escrituras, de tal modo que não só conheçam bem a força, a razão e a doutrina da Bíblia, mas também possam, sábia e dignamente, ocupar-se no ministério da divina palavra e defender os livros inspirados por Deus das impugnações dos que negam a divina revelação».

Pio X estabelece a obrigatoriedade de estudar a Sagrada Escritura durante os anos de permanência nos seminários, determinando as matérias que se devem explicar e o que se pode omitir na explicação do Antigo e Novo Testamento. Indica o que é conveniente ensinar em matéria bíblica; a preparação necessária dos professores desta assinatura, que, possivelmente, devem ter graus académicos em Sagrada Escritura; deve-se atender, também, à formação de pequenas bibliotecas bíblicas nos seminários. Uma das maiores glórias de Pio X, neste

particular, é a fundação do Instituto Bíblico de Roma, para a formação de professores competentes em Sagrada Escritura.

Por ocasião da celebração do décimo quinto centenário da morte de S. Jerónimo, Bento XV expressa as mesmas ideias e, à semelhança de seus predecessores, faz suas as palavras de S. Jerónimo: «Ignorar as Escrituras é ignorar a Cristo» (Enc. «*Spiritus Paraclitus*»).

Pio XII, no «*Motu proprio*» de 27 de Abril de 1924, dá aos graus académicos obtidos na Comissão Bíblica, ou no Pontífico Instituto Bíblico, os mesmos direitos e efeitos canónicos que aos graus em Teologia ou Direito Canónico. Manda que os alunos, durante o curso dos estudos sagrados, sejam profundamente instruídos e exercitados, pelo que os professores têm de adquirir «um conhecimento pleníssimo e incorrupto das coisas bíblicas», de tal maneira que «não poderá ser professor desta disciplina (Sagrada Escritura) nos seminários senão aquele que, terminado o curso especial da dita disciplina, conseguiu legítimamente graus académicos na Comissão Bíblica ou no Instituto Bíblico».

Pio XII, na sua luminosa encíclica «*Divino afflante Spiritu*», tantas vezes citada, depois de analisar os progressos realizados no campo bíblico a partir da encíclica «*Providentissimus*», de Leão XIII, dá algumas normas finais sobre o emprego da Sagrada Escritura na instrução dos fiéis. «A todos é patente, que os sacerdotes não podem levar tudo isto a cabo, se eles, primeiramente, durante o tempo do seminário não beberam este activo e perene amor à Sagrada Escritura. Pelo que, os sagrados prelados, aos quais incumbe o paternal cuidado dos seus seminários, vigiem com diligência para que também neste ponto nada se omita do que possa levar à consecução deste fim. E os mestres de Sagrada Escritura de tal modo tomem a peito o ensinamento bíblico nos seminários, que armem os jovens destinados ao sacerdócio e ao ministério da divina palavra, com aquele conheci-

mento e amor às Divinas Letras, sem os quais se não podem obter abundantes frutos de apostolado».

O estudo da Bíblia nos centros de formação religiosa

Uma prova concludente do desvelo e da preocupação do Santo Padre pelos estudos bíblicos nos centros de formação religiosa, é a Instrução da Pontifícia Comissão Bíblica de 13 de Maio de 1950, dirigida não só aos Ordinários e Superiores Gerais das Ordens Religiosas, mas também aos Reitores de Seminários gerais e aos professores da Sagrada Escritura. A Comissão não se contenta com exigir que os professores de Sagrada Escritura sobressaiam na vida sacerdotal e estejam formados nessa matéria, mas ordena-lhes que dediquem toda a sua vida a tais estudos, recomendando aos superiores que os dispensem de outros ministérios, «por santos e nobres que sejam». Repetem-se as normas dos documentos anteriores acerca das explicações que hão-de ser preferentemente doutriniais, num tom científico acomodado aos que não hão-de ser especialistas, enfrentando com valentia as dificuldades. O professor deverá ter algum curso especial para os alunos mais avantajados; deve também vigiar e ordenar sobre temas bíblicos, as homílias pregadas pelos estudantes de teologia. A fim de que os sacerdotes, ao saírem do Seminário, continuem a cultivar o estudo das Sagradas Letras, manda que nos programas dos exames sinodais se incluam questões bíblicas; o mesmo se diga nas conferências de *re morali et liturgica*. (Confr. C. I. C., c. 131 e 591).

Três meses depois desta Instrução, o Papa promulgou a sua encíclica «*Humani Generis*», sobre os erros da chamada «teologia nova», (12 de Agosto de 1950). Chama a atenção dos professores de Sagrada Escritura para que sejam conspícuos e cautelosos na exposição de teorias novas; assinala os limites dentro dos quais, nos estudos bíblicos, se pode usar da liberdade que a Igreja concede na «*Divino afflante Spiritu*».

A comissão Bíblica, na Instrução de 15 de Dezembro de 1955, dirigida a todos os Ordinários, reconhece o entusiasmo com que os excelentíssimos Prelados puseram em prática as exortações do Sumo Pontífice, e «O fruto que, do renovado estudo dos Livros Sagrados, colheram os fiéis», e dá normas práticas referentes à Pastoral bíblica, que veremos mais adiante.

Todos estes documentos citados mostram a grande importância que a Igreja dá aos estudos bíblicos na vida do seminarista e do sacerdote.

Na citada Instrução de 13 de Maio de 1950, a Comissão Bíblica escrevia estas linhas, dignas de uma atenta e responsável meditação por parte dos superiores, professores e sacerdotes ou aspirantes ao Sacerdócio: «Todo o mundo admite que os estudos bíblicos, tão úteis para a piedade sacerdotal e a actividade apostólica, merecem ser desenvolvidos com o maior zelo, e, por isso, é para deplorar vivamente que se lhes não dê sempre a hora que merecem e que se posponham frequentemente a outros estudos, e que, às vezes, até se esqueçam indignamente».

Exemplo e conselho de Maldonado

O P. Prat, biografando o grande exegeta espanhol, Maldonado, conta-nos o seu grande zelo pelos estudos da Bíblia. Maldonado, antes de se converter em exegeta de celebrado renome, ensinou brilhantemente Teologia na Universidade de Paris (1534-1583). Encaminhava todos os seus estudos para a Sagrada Escritura, diz o P. Prat. A fim de a estudar nas suas fontes, familiarizou-se com todas as línguas orientais: grego, hebraico, siríaco, aramaico e árabe. Buscara a explicação nos Santos Padres, nos Doutores, nos antigos Escriptores Eclesiásticos, em todos os comentaristas anteriores; examinara nos escritos dos rabinos e nos dos hereges de todos os tempos, as falsas aplicações do texto Sagrado; ele mesmo tinha pene-

trado no sentido e feito dele a base das suas lições teológicas.

Depois deste magnífico exemplo, Maldonado podia recomendar aos seus alunos, em nome da mesma Teologia, um ardente amor às Sagradas Letras. A 9 de Outubro de 1572, na abertura do curso, dirigia aos seus estudantes estas palavras apaixonadas sobre a Bíblia: «Sendo a Escritura a fonte de toda a Teologia... por onde começaremos o nosso trabalho da manhã e da tarde senão por estes ricos tesouros? Eu não considero como teólogos os que descuidam as Sagradas Escrituras e se consomem eles mesmos e suas forças não sei em que livros. Chamem-se teólogos, se assim o querem, aqueles que consagram uma parcela mínima do seu tempo às Divinas Letras; para mim, sem sombra de dúvidas, são teólogos desconsiderados. O que quiser seguir o meu conselho consagre, a seguir aos exercícios de piedade, a primeira hora da manhã, a ler o Novo Testamento, e a primeira hora da tarde a ler o Antigo Testamento. Que leia o Antigo em hebraico e o Novo em grego, se conhece as línguas; deste modo, tal estudo permitir-lhe-á aprender a história santa e a Teologia e impedi-lo-á de esquecer as línguas».

A Bíblia no campo da Apologética

A Bíblia oferece ao sacerdote armas incisivas e contundentes no campo da Apologética. Neste sentido S. Paulo chama à palavra de Deus, «a espada do espírito» (Ef. 6, 17). A Escritura fornece ao sacerdote, para a defesa da sua fé, critérios externos mediante as profecias e os milagres, para demonstrar que o Cristianismo é a Religião da força de Deus. As relações escritas da Bíblia sobre os milagres são a prova autêntica da autoridade divina conferida à palavra dos homens de Deus. Na apologética cristã, desde o tempo dos Apóstolos, juntamente com as provas do poder divino pelos milagres da Bíblia, encontramos as provas pelas profecias do

Antigo Testamento, que se referem ao destino do povo eleito, seu reino e esplendor, à pessoa de Jesus, Sua paixão e ressurreição, às lutas e vitórias dos seus discípulos.

Impregnando-se desta ciência teológica e apologética, o sacerdote realiza a frase de S. Jerónimo: «O que se apoia nos testemunhos dos Livros Santos é uma fortaleza da Igreja».

«Come esse pergaminho e depois fala à casa de Israel»

Convém recordar aqui, como ponte de união entre o que deixamos dito e o que adiante escreverei sobre a importância da Bíblia no exercício pastoral, a dramática visão de Ezequiel no início da sua missão profética. O Senhor ordena-lhe que vá pregar ao povo rebelde «de cara dura e coração empedernido», e para o alentar na sua árdua tarefa, diz-lhe: «Tu, filho do homem... não temas as suas palavras, nem tenhas medo da sua cara, porque é gente rebelde. Dize-lhes o que eu te disser, ouçam-te ou não, porque são muito rebeldes. Tu, filho do homem, escuta o que te digo, não sejas também rebelde, como a casa rebelde. Abre a boca e come o que apresento. — Olhei e vi que se estendia para mim uma mão que tinha um rolo. Desdobrou-o diante de mim e vi que estava escrito de uma e de outra parte, e o que nele estava escrito eram lamentações, elegias e choros» (Ez., 2, 6-9). E disse-me: «filho do homem, come o que tens diante: come esse rolo e depois fala à casa de Israel. E eu abri a boca e fez-me comer o rolo, dizendo: «Filho do homem, enche o teu ventre e as tuas entranhas deste rolo que te apresento»; e eu o comi e soube-me a mel». Depois disse-me: «Filho do homem, vai, apresenta-te à casa de Israel e anuncia-lhe as minhas palavras» (Ez., 3, 1-4).

Esta significativa cena tem perfeita aplicação na pregação do sacerdote. Demonstra-nos que todo o que recebeu a sublime e grave missão de anunciar a palavra de

Deus, tem, primeiramente, de beber no manancial das Divinas Escrituras, para depois a poder transmitir aos outros. Então poderá ter a certeza de que a sua pregação será frutuosa e eficaz.

Artigo III — NO ASPECTO PASTORAL

Segundo os Actos dos Apóstolos, o apóstolo é um eleito que tem por missão ser mártir, testemunha de Cristo. Proclamando nos mais afastados rincões que Jesus de Nazaré é o Messias e o Filho de Deus, morto e ressuscitado pelos pecados do mundo, o apóstolo dilata pacificamente o império de Cristo. Na Bíblia tudo se move em torno a Cristo, desde as primeiras páginas do Génesis, com o anúncio gozoso do Redentor, concretizado e perfilado nas bênçãos de Abraão, Isaac, Jacob e nas visões e pregação dos Profetas, até ao Evangelho e Cartas dos Apóstolos, compêndio luminoso e exemplar da vida, obra e ensinamentos de Jesus...

Dáí a necessidade de volver constantemente à Bíblia para conhecer a fisionomia inexgotável d'Aquele que há-de constituir o objecto único da pregação do sacerdote: «Como as abelhas, os sacerdotes preparam um doce mel com a flor das Santas Escrituras e compõem o que é útil para a salvação dos almas» (St.º Ambrósio). Portanto, a Bíblia há-de ser considerada como a fonte mais importante da pregação. Em nenhuma parte como nos Livros Sagrados o sacerdote encontrará temas para o seu ensino: homilias, sermões solenes, catequese, exortações no confessionário, círculos de estudo, conferências, etc.

«Toda a Escritura é divinamente inspirada e útil para ensinar»

S. Paulo, querendo animar o seu discípulo Timóteo, Bispo de Éfeso, a levar uma vida mais perfeita, de acordo com o seu estado, recomenda-lhe a leitura dos Livros

Sagrados, apesar de já os conhecer desde a infância, como S. Paulo reconhece: «Pois toda a Escritura é divinamente inspirada e útil para ensinar, para arguir, para corrigir, para educar na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e consumado em toda a obra boa» (II Tim., 3, 16-17). Para S. Paulo um só livro conta: a Bíblia. Estudou-a e penetrou-a durante toda a sua vida, primeiramente como rabino entre os rabinos, aos pés de Gamaliel e de outros mestres famosos; depois como convertido, profundando o seu sentido à luz da deslumbrante claridade em que se viu envolvido. Ninguém como ele calou tão fundo nas insondáveis riquezas da palavra divina.

Por isso, aconselha, como mestre experimentado, o seu discípulo Timóteo, sobre a prova suprema; emprega a Bíblia como perfeito conhecedor que sabe tirar todas as vantagens: argumentações, parágrafos oratórios, aplicações variadas, citações, alusões e acomodações. Para S. Paulo a Bíblia é o mais precioso dos tesouros, porque contém Cristo. A Bíblia, tesouro da verdade, é também arsenal abundante, onde o Apóstolo das gentes encontra as melhores armas para a defesa desta verdade. Timóteo firmará melhor a sua esperança de salvação mediante a paciência e o consolo que lhe proporcionam as Sagradas Páginas: «Pois, tudo quanto está escrito, foi escrito para nosso aproveitamento, a fim de que, pela paciência e consolação das Escrituras, permaneçamos firmes na esperança» (Rom., 15, 4). Portanto, a Escritura, segundo o conselho dado a Timóteo, é útil para exercer os quatro principais ofícios do apóstolo: ensinar a verdade da fé, afastar os erros, corrigir e admoestar os transviados, e conduzir a uma perfeição mais alta de vida os especialmente chamados por Deus.

O pregador encontrará na Bíblia a fonte perene e clara das suas ideias, a norma do seu estilo e os edificantes modelos que deve imitar. A Pedagogia cristã deve-se encaminhar no sentido de formar os outros à imagem de Cristo. Como educador, Jesus é insubstituível no

ensino religioso. «A Sua imagem projecta-se no mundo com uma claridade e uma firmeza incomparáveis; é tão atraente e inteligível que até uma criancinha a pode compreender; e, contudo é tão grande e sublime, que as mais subtis inteligências não a podem esgotar. Pertence a toda a humanidade, a todas as raças, a todas as épocas, a cada estado, a cada povo.

Na Sua vida, tudo é modelo de santidade. A Sua imagem a todos cativa; e o caminho aonde conduz — caminho do amor de Deus e do próximo, da bondade e da doçura, da força e da mansidão, da veracidade e da sinceridade, — é acessível a todos os homens, jovens e velhos, grandes e pequenos, sábios e ignorantes. Tal é a verdadeira formação na piedade cristã.

Tinha razão Santo Agostinho ao escrever: «quanto mais pobre é alguém em seu próprio fundo, mais necessidade tem de se enriquecer nestas fontes sagradas. Sendo-se pequeno para expressar coisas tão admiráveis (as da fé), é necessário crescer, graças à autoridade das Escrituras».

Poderia tecer-se uma áurea e gloriosa grinalda de doutores e escritores eclesiásticos que fizeram da Bíblia a canteira de todos os seus recursos oratórios: S. João Crisóstomo, um dos maiores exegetas e o maior orador dos primeiros séculos do Cristianismo; Santo Ambrósio, Santo Agostinho, S. Jerónimo, Santo António de Lisboa, a quem Gregório IX, depois de o ter ouvido pregar em Roma, chamou a «arca de ambos Testamentos», pela sua amplíssima cultura bíblica, oportunamente manifestada no seu sermão; Bossuet, Fenelón, etc.

A Bíblia, segundo os Papas, é a principal fonte de apostolado

Compreende-se, pois, que os Papas dos últimos tempos, em preciosos documentos sobre os estudos bíblicos, recomendem ao sacerdote o estudo da Bíblia, como principal fonte do seu apostolado. «Aqueles que devem tra-

tar, tanto entre os doutores como entre os ignorantes, a doutrina da verdade, em parte nenhuma, fora dos Livros Santos, encontrarão ensinamentos mais numerosos e mais completos sobre Deus, Bem sumo e perfeitíssimo, e sobre as obras que manifestam a Sua glória e o Seu amor... Se aquilo que se procura é alguma coisa que se relaciona com a conformação e disciplina da vida e dos costumes, os homens apostólicos encontrarão na Bíblia grandes e excelentes recursos: prescrições cheias de santidade, exortações plenas de força, notáveis exemplos de todas as virtudes, ao que se ajunta, em nome e com palavras do mesmo Deus, a importantíssima promessa das recompensas e o anúncio das penas para toda a eternidade. Esta virtude, própria e singular das Escrituras, que procede do sopro divino do Espírito Santo, é a que dá autoridade ao autor sagrado, lhe faculta a liberdade apostólica no falar e lhe subministra uma vigorosa e convincente eloquência» (Leão XIII, na *Providentissimus Deus*).

Bento XV, na *Spiritus Paraclitus*, expressa-se em termos semelhantes: «O uso mais importante da Escritura é o que se relaciona com o santo e frutuoso exercício do ministério da divina palavra. O seu falar não teria autoridade, nem peso, nem eficácia para formar as almas, se não estivesse informado pela Sagrada Escritura e não recebesse dela a sua força e o seu vigor»... «Nada comove tanto como um exemplo tirado das Escrituras Santas».

Pio XII

E Pio XII, seguindo o mesmo pensamento, assim se expressa na *Divino afflante Spiritu*: «Os sacerdotes, pois, a quem foi cometido o cuidado da eterna salvação dos fiéis, depois de terem indagado com diligente estudo as Sagradas Páginas e de as terem feito suas com a oração e a meditação, exponham cuidadosamente estas soberanas riquezas da divina palavra em sermões, homilias e exortações; confirmem, além disso, a doutrina cristã com sentenças tomadas dos sagrados livros, ilustrando-a com

preclaros exemplos da história sagrada, e nominalmente do Evangelho de Cristo Senhor Nosso».

Pio XII ajunta ainda umas palavras que nos dão pé para indicar como se deve usar a Sagrada Escritura no ministério pastoral: «E tudo isto, evitando, com cuidado e diligência, aquelas acomodações próprias do capricho individual e tiradas de coisas muito alheias ao caso, o qual não é uso, mas abuso da divina palavra!...».

No emprego da Sagrada Escritura é preciso evitar vários escolhos, por exemplo, citações apoiadas numa má inteligência ou interpretação do texto. Há pregadores, mesmo nos nossos dias, que aduzem textos em abono da sua tese, sem se preocuparem de investigar o verdadeiro sentido, fundando-se numa mera semelhança verbal, que no contexto e na interpretação verdadeira, às vezes, tem significado radicalmente diverso. Leia-se o livro de Ricciotti, *Bíblia e não Bíblia*, no qual nos dá uma série de interessantes passagens, muito usadas, com o sentido verdadeiro, juntamente com o que ordinariamente se lhes dá no campo da Oratória, da Ascética e da Mística e, às vezes, até no da Teologia.

Bíblia e tradição oral

No presente capítulo vou resumir, em brevíssima síntese, duas questões intimamente relacionadas: a formação progressiva dos Livros Santos, na sua misteriosa unidade de pensamento e variedade de pessoas, de estilo, de formas literárias; e a questão da Tradição das verdades reveladas. Ajunto breves observações sobre outros pontos que servem de esclarecimento e complemento.

Artigo I — NOMES DA BÍBLIA

A colecção de Livros, cujo carácter divino é unânime-mente afirmado por judeus e cristãos, apresenta-se com um nome singular e único: o Livro. Tal é a significação etimológica da palavra «Bíblia». O latim medieval, derivado do grego, emprega a transcrição do grego *ta Biblia*, os livros, como substantivo feminino, passando depois às línguas romances. Este nome qualifica-a como o livro por excelência, imensamente superior a todos os livros existentes. Portanto, este título não se pode aplicar a nenhum outro livro da literatura mundial.

Costuma-se também nomear a colecção dos livros sagrados com outros apelativos menos frequentes: Escrituras, Sagradas Escrituras, Sagradas Páginas, Livros Santos, simplesmente a Escritura, o Testamento.

Contudo, a Bíblia não é um só livro, mas o conjunto de muitos livros escritos ao longo de mil e quinhentos anos por homens diferentes, em circunstâncias diversas, de diferente cultura e psicologia; mas milagrosamente

unidos todos pelo sopro inspirador de Deus, que preserva do erro e da corrupção e, juntamente com o homem, transmite o livro à humanidade.

A palavra «Testamento»

A palavra «Testamento» é uma tradução latina aproximativa da palavra grega *diázeke*, que encerra uma ideia fundamental da Revelação, com grandes repercussões no campo da história até aos nossos dias: a ideia da aliança. O povo hebreu foi predestinado por Deus para conservar intacta a verdade religiosa e a chama da esperança num Messias Redentor; várias vezes na sua história, e especialmente no Sinai, Deus se compromete solenemente a proteger o povo escolhido com benevolente e especial amor, desde que ele se submeta às leis religiosas e morais promulgadas com solenidade (Êx. caps. 19-25).

Testamento significa disposição última do testador, realizada segundo as formalidades legais e válida depois da sua morte. Deus, ao manifestar aos homens a sua vontade e ao prometer-lhes em herança um copioso cúmulo de bênçãos temporais e espirituais, faz com que a noção de aliança evolucione para a de testamento. O profeta Jeremias, falando dos tempos messiânicos, emprega já o termo de «nova aliança», como complemento e perfeição da antiga: «Virão dias, diz o Senhor, em que eu farei uma aliança nova com a casa de Israel e com a de Judá; não como a aliança que fiz com seus pais quando os tirei naqueles dias; eu colocarei neles a minha lei e a escreverei em seu coração e serei seu Deus e eles meu povo» (Jerm. 31, 3).

A palavra testamento adquire uma significação definida e relevante, quando S. Paulo na epístola aos hebreus, aludindo ao sacrifício do Calvário, ensina que a morte do testador assegura aos filhos de Deus o direito à herança eterna: «Por isto (ele, Cristo) é o mediador de uma nova aliança, a fim de que pela sua morte, para redenção das transgressões cometidas sob a primeira aliança, os que

foram chamados recebam as promessas da herança eterna. «Porque onde existe testamento, é preciso que intervenha a morte do testador. O testamento é válido pela morte, pois o testamento nunca é firme enquanto vive o testador. E nem o primeiro foi outorgado sem sangue; porque tendo sido lidos ao povo todos os preceitos da Lei de Moisés, tomando este o sangue dos bezerros e dos bodes, com água e lá tinta de escarlate, e com o hissopo, aspergiu o mesmo livro e todo o povo, dizendo: «Este é o sangue da aliança que Deus contraiu convosco» (9, 15-22).

«Testamento» segundo S. Paulo

Em S. Paulo encontramos a dupla expressão de Novo e Antigo Testamento (I Cor. 11, 25; II Cor. 3, 14; Heb., 9, 15). É conveniente verificar mais explicitamente que «testamento» se toma em dois sentidos: o dos gregos clássicos, que significa «disposição testamentária» e o dos tradutores gregos do Antigo Testamento que lhe dão o significado de «aliança». O Apóstolo usa o vocábulo nos dois sentidos (Gal. 3, 15; 4, 24), mas não lhe dá o significado de testamento a não ser no caso da nova aliança.

O termo testamento aplica-se, em certo sentido, à antiga aliança, e este significado foi o que prevaleceu. Os escritos bíblicos levam o nome de testamento, porque narram a origem, o desenvolvimento e o cumprimento das promessas divinas e porque formulam autênticamente as condições para participar nas promessas.

Temos, pois, os dois termos de Antigo e Novo Testamento, dos quais derivou a classificação dos livros sagrados em livros do Antigo Testamento — escritos antes de Cristo — e livros do Novo Testamento — os livros cristãos.

Artigo II. — Número dos livros: O ANTIGO TESTAMENTO

Segundo os judeus e os protestantes, o Antigo testamento consta de 39 livros: cinco livros da Lei, seis

livros históricos, chamados profetas anteriores, quinze livros dos profetas e treze dos restantes escritos. Estes escritos classificam-nos em três grandes grupos: 1) A Torah ou Lei, que se identifica com o Pentateuco. 2) Profetas anteriores (Josué, Juizes, Samuel, Reis) e profetas posteriores (doze menores e três maiores: Isaías, Jeremias, Ezequiel). 3) Os hagiógrafos que compreendem os outros escritos.

A Igreja Católica reconhece como inspirados quarenta e cinco livros, segundo a enumeração do Concílio de Trento, que reconhece o livro das Lamentações como parte do livro de Jeremias. Mais adiante, ao falar da formação dos livros sagrados, daremos também a lista daqueles, em cuja enumeração, judeus, católicos e protestantes não estão de acordo.

Desde o século XII os católicos agruparam os livros em três categorias:

1.º) Livros históricos: Génese, Êxodo, Levítico, Números, Deuterónimo (chamados globalmente Pentateuco), Josué, Juizes, Rut, 1 e 2 de Samuel; 1 e 2 dos Reis, 1 e 2 dos Paralipómenos ou das Crónicas; 1 e 2 de Esdras (ou Edras e Neemias); Tobias, Judit, Ester, 1 e 2 dos Macabeus.

2.º) Livros didáticos: Job, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cânticos dos Cânticos, Sabedoria, Eclesiástico.

3.º) Livros proféticos: quatro profetas maiores: Isaías, Jeremias, Ezequiel e Daniel e doze menores: Oseias, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miqueias, Naum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias.

O Novo Testamento

No referente ao *Novo Testamento*, os protestantes estão praticamente de acordo com os católicos na enumeração de 26 livros. Costumam-nos classificar em três grupos, como os do Antigo Testamento:

1.º) Livros históricos: Compreende os quatro evangelhos: Mateus, Marcos, Lucas, João e os Actos dos Apóstolos.

2.º) Livros didácticos: As catorze epístolas de S. Paulo: Romanos, 1 e 2 aos Coríntios; Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, 1 e 2 aos Tessalonicenses, 1 e 2 a Timóteo, Tito, Filemon, Hebreus e as sete epístolas de outros apóstolos, chamadas católicas: 1 e 2 de Pedro; 1 e 2 e 3 de João, Tiago, Judas.

3.º) Um livro profético: O Apocalipse.

A Bíblia Católica consta de 73 livros ou 74 se se enúmera separadamente o livro das Lamentações. É uma obra mestra em três tomos. A Bíblia protestante tem 66 e a judaica tem 39. Embora em teoria os protestantes só admitam sessenta e seis livros, na edição das suas Bíblias não discrepam dos católicos quanto ao número de livros. Apesar disso, um católico não pode, sem licença especial, ler as bíblias protestantes, mesmo que não se afastem das católicas nas passagens e nos livros. E a razão ficou já indicada no capítulo anterior, ao apontar as normas da Igreja sobre a leitura da Bíblia em língua vulgar e o perigo que existe de interpretar errôneamente palavras obscuras e de difícil intelligência, quando guiados unicamente por um critério individual e exclusivo.

Artigo III. — ESCRITURA E TRADIÇÃO

No começo da religião judaica não encontramos a escritura, mas tão somente a palavra vivente, que, de pais a filhos, transmite a religião revelada à comunidade eleita. Muitos profetas não escreveram nada e, contudo, eram intérpretes autênticos da verdade religiosa. Para nos certificarmos disto, basta examinar a origem dos livros do Antigo Testamento e também do Novo. Em muitos deles recolhem-se tradições orais antiquíssimas, que formam o núcleo da palavra escrita. A Tradição, pois, é anterior à Bíblia.

Moisés, no grande poema onde nos descreve a bon-

dade de Deus para com Seu povo, invoca o testemunho dos maiores, que de geração em geração vão contando as maravilhas operadas por Deus. «Traz à memória os tempos: atende aos anos de todas as gerações; pergunta a teu pai e ele te ensinará; aos teus anciãos e eles te dirão» (Deut. 32, 7). Muitas outras passagens da Bíblia manifestam a importância e a influência da tradição como fonte de autoridade e de informação religiosa. Josué, elegendo doze homens, um de cada tribo, mandá-los tirar do leito do Jordão uma pedra cada um, para construir um monumento comemorativo da passagem desse rio, e acrescenta: «Quando um dia vos perguntarem os vossos filhos: Que significam para vós essas pedras? Dir-lhes-eis: as águas do Jordão separaram-se diante da arca da aliança de Javé; ao passar o Jordão, as águas do rio dividiram-se; e estas pedras serão, para sempre, um memorial para os filhos de Israel» (Josué, 4, 6-7). E Job: «pergunta, se queres, às gerações precedentes; considera a sabedoria dos pais. Nós somos de ontem e não sabemos nada, porque os nossos dias são uma sombra sobre a terra. Mas eles te ensinarão e falarão com palavras cheias de sensatez» (Job, 8, 8-10).

Os filhos de Abraão aprendem e transmitem, de boca em boca a revelação

Abraão, «pai dos crentes», é o primeiro chefe do povo eleito. Contudo, Moisés é quem, bastantes anos mais tarde, codifica a lei do Sinai, e escreve as tradições antigas existentes no seio da comunidade hebraica acerca da origem do mundo, do primeiro par humano, do pecado original, das bênçãos e promessas de um redentor.

Nós cidadãos do século XX, acostumados desde há muitos séculos à escritura corrente, dificilmente concebemos uma transmissão de factos sem ser por escrito. Na antiguidade não sucedia assim. A memória era considerada meio mais seguro que as tábuas de barro cozido, de chumbo ou rolos de pergaminho ou papiro. Entre os

gregos, os poemas homéricos recitaram-se e vulgarizaram-se oralmente antes de serem escritos. Nos arquivos faraônicos do Egípto encontraram-se cartas como esta de um funcionário que escreve ao rei: «juntamente com esta tábua envio-te um mensageiro que a sabe de memória». A tábua pode-se extraviar, a memória é mais segura. Entre os judeus, o Talmud, volumoso e difícil, será resuscitado de geração em geração; e, entre os maometanos, o Corão transmitiu-se principalmente por tradição oral.

Sobre a negra tenda, no país de Mambré, e, depois, nas minúsculas casas brancas do Delta, os filhos de Abraão conservarão e aprenderão a sua história, transmitida de boca em boca e escutando os cantores, custódios da tradição oral».

Jesus também não escreveu

Jesus, autor do Novo Testamento, não fundou a sua religião sobre documento algum escrito. Jesus anuncia a Boa Nova verbalmente, prégando com simplicidade às turbas nas margens aprazíveis do lago de Genezaré, nas esplanadas do templo, nas desérticas colinas da Judeia e nos férteis vales da Galileia. O Evangelho foi prégado, antes de ser escrito. O Novo Testamento apareceu depois da fundação da Igreja, à qual Cristo entregou toda a autoridade de magistério e jurisdição no decorrer dos tempos. Os Apóstolos ensinaram oralmente e só depois se puseram a escrever; por isso, a sua palavra precede os seus escritos, já que estes foram circunstanciais no seio da primitiva comunidade.

Os primeiros cristãos «eram perseverantes em ouvir o ensino dos Apóstolos» (*Act. 2, 42*); não falam nada da leitura das Escrituras, por onde se vê a grande importância da pregação apostólica nas origens da Igreja. Não foi pela Escritura, mas por meio da vivente e fogosa palavra dos missionários que se propagou a fé e dilatou

o reino de Cristo. «Por conseguinte, a fé é pela pregação e a pregação pela palavra de Cristo» (*Rom. 10, 17*).

S. Pedro, na sua segunda carta, previne os cristãos contra as falsas interpretações a que poderiam levar a leitura das cartas de S. Paulo, nas quais há alguns pontos difíceis de entender, e que homens indoutos e inconstantes pervertem, como as mais Escrituras, para a sua própria perdição (*2 Ped. 3, 16*).

A Bíblia e a Tradição são fontes de revelação

Se Cristo entregou toda a potestade de magistério e jurisdição à sua Igreja, segue-se que só a Igreja Católica, fundada sobre Pedro e seus sucessores, tem poder para interpretar autenticamente as Sagradas Escrituras. Para os protestantes, a Bíblia é a única regra de fé e fonte de revelação, isto é, não existem mais dogmas nem mais verdades que as contidas no Livro Sagrado, interpretado individualmente por cada crente: imaginemos as divergências doutrinárias originadas da leitura de uma mesma passagem obscura, escrita há mais de dois mil anos e em circunstâncias tão diversas.

Segundo os ensinamentos da Igreja, corroborados solenemente nos concílios de Trento e do Vaticano, a revelação sobrenatural de Deus está contida nas Sagradas Escrituras e nas tradições orais não escritas, que, «recebidas dos Apóstolos dos lábios do próprio Cristo ou transmitidas pelos mesmos Apóstolos sob a acção do Espírito Santo, chegaram até nós».

Artigo IV — FORMAÇÃO DOS LIVROS

a) **Cânone dos livros sagrados.** — Chama-se «Cânone» dos livros sagrados à colecção de livros formados desde Moisés até à era cristã e reconhecidos como sagrados. Segundo a etimologia da palavra e o significado que lhe deram os Santos Padres, entende-se por cânone do Antigo e Novo Testamento a reunião de livros

divinamente inspirados que contêm a revelação ou a regra infalível da fé e dos costumes. Neste sentido, o Concílio de Trento definiu o cânone das Sagradas Escrituras, especificando quais os livros reconhecidos pela Igreja como inspirados e canónicos.

Canonicidade e inspiração

Para que um livro se possa chamar canónico é necessário que a Igreja oficialmente reconheça o seu carácter de inspirado. É certo que esta declaração feita pelo Magistério da Igreja nada ajunta ao valor intrínseco do escrito declarado canónico, pois, a inspiração é a condição e a base necessária da canonicidade; reveste-o, porém, de uma autoridade absoluta no campo da fé e converte-se em sinal da mesma inspiração.

A inspiração é um acto pelo qual Deus, mediante o homem se converte em autor do livro que, em virtude da sua origem divina e da sua autoridade, possui uma aptidão intrínseca para regular infalivelmente a fé e os costumes.

A canonicidade é um acto pelo qual a Igreja *notifica* aos fiéis a origem divina e autoridade do livro inspirado, o que faz com que o livro comece a regular infalivelmente a fé e os costumes. O livro só tem valor infalível, quando a Igreja o admite no Cânone, isto é, o declara inspirado.

b) O Cânone dos judeus e dos cristãos. — Não pretendo, por não caber dentro dos planos deste livro, fazer a história dos livros sagrados. Apenas quero enumerar aqueles livros que são objecto de discordância por parte dos judeus, protestantes e católicos. Os judeus e os protestantes não admitem como inspirados os livros de Tobias, Judit, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc, primeiro e segundo dos Macabeus. No Novo Testamento, os protestantes também não reconhecem como inspirados: A Epístola aos hebreus, São Tiago, segunda de S. Pedro, segunda e terceira de S. João, S. Judas e Apocalipse.

Estes livros são chamados *Deuterocanônicos* a partir de Sixto de Sena (1566), porque houve algumas vacilações na tradição para os reconhecer como inspirados. Os que sempre foram considerados como inspirados, são chamados *protocanônicos*. Contudo, do ponto de vista da inspiração e do seu valor normativo, tanto os protocanônicos como os deuterocanônicos estão no mesmo plano, depois da definição do Concílio de Trento.

Na prática, os protestantes editam as suas bíblias com o mesmo número de livros que os católicos.

c) Livros apócrifos. — São escritos de autores desconhecidos, de argumento ou título similares aos da Bíblia, mas nunca admitidos no cânone da Igreja. Ao lado dos Livros Sagrados, inspirados por Deus, floresceu uma abundantíssima literatura que desenvolvia os mesmos temas, com o fim de preencher certas lacunas dos livros autênticos ou com fins parenéticos e morais.

Para que as suas descrições e ficções tivessem autoridade, os autores ocultavam a sua personalidade sob o nome de algum personagem famoso: um profeta, um apóstolo ou um santo. A fim de impressionarem o espírito dos leitores, fazem gala de revelações extraordinárias e atribuem-se a inspiração divina e o conhecimento de factos e tradições ainda não divulgadas. Um exemplo: Como o livro canónico dos Actos dos Apóstolos não fala mais que de S. Pedro e S. Paulo, os livros apócrifos suprimiram o silêncio de S. Lucas sobre a pregação e a actividade dos outros apóstolos.

Logo desde o princípio, as autoridades da Igreja puseram os fiéis de prevenção, para não se deixarem alucinar pelas descrições detalhadas e até algumas vezes ridículas destes livros, muitos deles de origem abertamente herética.

Apesar disso, tiveram grande ressonância na piedade popular, nas manifestações literárias e artísticas; a poesia e as artes plásticas frequentemente se alimentaram de motivos tomados dos livros apócrifos.

Os protestantes chamam «apócrifos» aos livros deutero-canónicos e aos que nós chamamos apócrifos, dão-lhes o nome de «pseudoepígrafos».

Artigo V. — UNIDADE E VARIEDADE

Os setenta e três livros da Bíblia católica formaram-se, em circunstâncias diversas, durante um período de mil e quinhentos anos, em lugares e países muito diferentes, escritos em várias línguas: hebraico, aramaico (língua dos diplomatas e dos comerciantes) e grego, o idioma mais suave, sonoro e belo de quantos têm aparecido em lábios humanos.

A Bíblia nasce na península da Arábia

Sabemos, com certeza, que a Bíblia tem sua origem com Moisés, o grande condutor do povo judeu. O Livro Sagrado nasce nas estepes da península da Arábia, lá pelo século XV ou XIII, segundo a data que se dê à época mosaica. Depois, vai-se desenvolvendo paulatinamente, como um organismo, sem se poder precisar as diversas fases da sua evolução. Esta multiforme colecção de livros, transporta-nos às diversas regiões da sua origem: Mesopotâmia, Egipto, monte Sinai, Ásia Menor, Ilhas do Mediterrâneo, Grécia, Itália, Roma, e, sobretudo, Palestina, Terra Santa, terra de Patriarcas e Profetas, de Juizes e Reis, terra de mulheres esplendentes, cujo nome perfuma toda uma história; terra de visões, de aparições de fogo e luz, sonhos de grandes escadas que chegam até aos céus e por onde sobem e descem os anjos protectores; terra luminosa, predestinada para a mais sublime e perdurável epopeia...

A Bíblia conservou-se substancialmente a mesma através dos séculos

A Bíblia, apesar de ter tantos anos, conservou-se maravilhosamente jovem e substancialmente idêntica.

Tem sido o livro mais traduzido, mais transcrito e recopiado; mas não perdeu sua essencial fisionomia; as variantes encontradas nos manuseritos, nas versões, nas citações bíblicas atestam este facto inaudito: a Bíblia passou através dos séculos substancialmente imutável.

As passagens mais diversas refletem-se em suas páginas. Povos e cidades, exuberantes pastos e desertos infinitamente monótonos, delicados oásis e selvagens montanhas, campos de trigo e vinhedos, prateados olivais e jardins esmeradamente cuidados, constituem o marco e o inexgotável tesouro onde os poetas sagrados encontraram as cores para os seus quadros, cheios de vida e de força.

Variedade de estilos e de autores

O Livro Sagrado leva consigo o penhor de uma rica e gloriosa herança. Vários autores, escalonados ao longo de muitos séculos trabalharam na sua elaboração, imprimindo-lhe seu cunho pessoal e próprio. Se o estilo é o homem, imaginemos então a variedade de estilos na Bíblia.

Cada autor fala a língua que convém à sua origem, ao seu temperamento, à sua época. Entre os escritores bíblicos encontramos reis: David, o melífluo cantor de Israel, autor de grande parte dos salmos; Salomão, o Luís XIV dos judeus, cuja sabedoria avantajava a de todos os sábios do Oriente e do Egipto; aristocratas elegantes e distintos: Isaias, o mais genial dos profetas e um dos escritores mais vigorosos da literatura universal; camponeses, de alma simples, e linguagem incisiva e directa: Amós, o mais antigo dos profetas escritores, era vaqueiro e cultivador de sicômoros; almas sacerdotais, de sensibilidade exquisita, como Jeremias, com as suas incomparáveis lamentações...

Espíritos cultos, como S. Lucas, médico e literato; corações fogosos e inteligências privilegiadas, como S. Paulo; homens simples e quase literatos, que escrevem como falam, imprimindo aos seus relatos uma vi-

vacidade e variedade de matizes que comovem e subjagam.

Isto explica a gama variada e indefinida de formas literárias na Bíblia. Encontramos narrações históricas muito elementares, à maneira dos antigos; lendas ingênuas, mas edificantes; contos populares, tão encantadores como os da nossa infância: «era uma vez...»; sentenças surpreendentes, enigmas, comparações diáfanas. Ainda hoje nos comovem os enérgicos discursos dos profetas sobre a penitência e também as suas palavras de consolo nos enchem a alma de esperançosa alegria. Os misteriosos e terríficos quadros do vidente do apocalipse deixam-nos estarecidos. Os provérbios e as sentenças, artisticamente agrupados, dão lugar a sábias reflexões; as ideias sobre a filosofia religiosa convidam-nos a um estudo mais demorado e profundo; as narrações evangélicas são sempre actuais, quando nos falam d'Aquele que passou pela terra a fazer o bem e a anunciar a Sua doutrina, com uma simplicidade magestosa. Ouvimos subir ao céu triunfais cânticos de vitória, e, sobretudo, jubilosos hinos nas comovedoras orações dos homens santos e piedosos...

Esta deversidade de documentos revelados e inspirados por Deus e escritos por autores humanos, satisfaz plenamente as necessidades mais íntimas do espírito humano, adaptando-se a todas as situações e disposições do leitor.

Todo o homem que sofre e que é torturado pela angústia e que caminha privado de luz, achará na Bíblia o consolo, a paz e a luz.

História única, no seu género, a Bíblia, desde o Génesis ao Apocalipse, abre-nos, em variedade de estilos, os arquivos do género humano. Porém, estas formas literárias — como diz Pio XII na *Divino afflante Spiritu* —, não correspondem a nenhuma das nossas categorias clássicas e não podem ser julgadas à luz dos géneros literários greco-latinos ou modernos. Estes géneros literários não podem estabelecer-se a *priori*, mas devem ser o resul-

tado de um consciencioso e paciente estudo sobre a índole e condição da vida do escritor sagrado, da idade em que floresceu, das fontes utilizadas tanto escritas como orais, da antiga literatura do Oriente.

Autor principal e ideia unitária da Bíblia

A variedade está harmonizada por uma superior e profunda unidade; Deus plasmou através dessa diversidade uma ideia central, uma mensagem unitária. Em todas as suas páginas ressoa o acento d'Aquele que penetra até ao mais íntimo do coração humano. Por isso, os antigos escritores eclesiásticos chamaram à Bíblia «um templo vivente de Deus, que, em vez de estar construído com pedras, está feito de letras e de palavras. O Verbo bíblico habita neste templo sagrado, da mesma maneira que o Verbo eucarístico vive nas Igrejas de pedra».

Uma funda e bem definida finalidade palpita em todas as páginas bíblicas. Na verdade, a Sagrada Escritura é um conjunto de livros religiosos escritos em épocas diferentes, em circunstâncias diversas e por autores de diferente estilo e temperamento. Contudo, está dominada por uma ideia fundamental que se desenvolve lógicamente.

Ler a Bíblia na sua variedade de setenta e três livros, buscando unicamente os elementos interessantes e episódicos de cada um deles, sem ir à ideia central, é praticamente supor que não têm todos um autor principal e superior, que vai fiando e perpetuando no canhamago do tempo essa ideia unitária. Esta ideia gira ao redor de dois polos: a alma e o Deus único, criador e providente, rei dos homens e dos povos; uma lei moral dada por Deus à alma, que se cumpre de um modo preciso e perfeito mediante o amor de Deus e do próximo; um pecado por parte do homem e uma redenção por parte de Deus.

Buscar o pensamento central é penetrar na sua íntima estrutura e obter a chave, não só para a ler como

letra, mas para a intuir como espírito, que é o que vivifica.

No terceiro capítulo do Génesis surge, numa misteriosa obscuridade, um personagem não menos misterioso. Membro da família humana, ele começa uma luta sem quartel contra o imortal inimigo da nossa estirpe. Paulatinamente a sua fisionomia vai-se perfilando; os contornos da sua personalidade tornam-se mais lúcidos e definidos; nascerá da família de David, de uma virgem, para se converter no fundador de um reino universal de paz e reconciliação. O Messias enche com a sua invisível presença todo o Antigo Testamento. Santo Agostinho ousa afirmar: «Moisés fala de Cristo em tudo o que escreveu». Tudo se orienta para o Messias: acontecimentos e personagens, a liturgia com os seus ritos e minuciosas prescrições, como num campo magnético as limalhas do ferro são atraídas pelo imã.

Línguas, escrituras, textos e versões

Trato, neste capítulo, das línguas em que foram escritos os livros sagrados; das diversas classes de escritura e materiais empregados; da transmissão substancial do texto original através das diversas cópias e códices; e das versões do texto primitivo, feitas nos diferentes idiomas.

1. — Línguas. — Os Livros Santos foram escritos em três línguas: hebraico, aramaico e grego. O hebraico e o aramaico — muito afins na gramática, na pronúncia e na escrita —, pertencem ao grupo das línguas semitas. O grego, ao contrário, é uma língua muito diferente e pertence ao grupo indo-europeu.

a) Livros escritos em hebraico. — O hebraico é um desenvolvimento da língua falada em Canaã, antes da chegada dos israelitas. Só conhecemos a língua que falavam os cananeus por cartas babilônicas de Tell-el-Amarna, assim chamadas porque foram achadas neste lugar do Alto Egípto. Estas cartas, datadas pouco mais ou menos do ano 1400 antes de Cristo, estão escritas na língua diplomática do tempo — o babilônico —, e foram enviadas ao governo do Egípto, por escrivães e secretários cananeus, os quais, às vezes, empregam modismos, palavras, formas sintáticas da sua própria língua.

O hebraico caracteriza-se, principalmente, pela abundância de guturais e por as raízes das palavras serem

trilíteras. É uma língua muito simples, com uma gramática insignificante, o que acarreta uma série de dificuldades para o intérprete, pois, uma mesma expressão, pode revestir significados muito diversos, dependentes do tom, da situação e das circunstâncias em que se emprega.

Escreveram-se em hebreu a maior parte dos livros do Antigo Testamento, ou seja, quarenta e dois livros: Gênese, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio, Josué, Juízes, Rut, primeiro e segundo de Samuel, primeiro e segundo dos Reis, primeiro e segundo das Crônicas ou Paralipômenos, Esdras, Neemias, Ester, primeiro dos Macabeus, Job, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Eclesiástico, Isaías, Jeremias, Lamentações, Baruc, Ezequiel, Daniel, Oseias, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miqueias, Naum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias, Malaquias.

b) *Livros em aramaico.* — O aramaico é a língua falada pelas tribos nômadas do deserto da Síria. Pouco a pouco foram-se assenhoreando de outras regiões, de tal modo que, do Mediterrâneo ao Irão, das fontes do Tigre e do Eufrates até ao golfo Pérsico, as línguas indígenas, autóctonas, vão desaparecendo e dando lugar ao aramaico, ao menos nos negócios diplomáticos e comerciais.

O mesmo sucedeu em Israel. Ao findar o século VII, apenas os grandes e ilustrados entendem a língua aramaica; o povo fala e compreende exclusivamente o hebraico (2 Re. 18, 26). Depois do desterro, o hebraico perde grande parte da sua influência, e, durante séculos, as duas línguas coexistem paralelamente. O hebraico converte-se na língua da liturgia, da lei; o aramaico, é a língua «universal», a língua comumente falada e compreendida. Tanto é assim, que a partir do século II, a Bíblia lê-se solenemente nas sinagogas em língua hebraica e para ser compreendida pelo povo é necessário que um intérprete a explique em aramaico. Têm aqui sua origem os célebres *Targums*, ou seja, interpretações que ao princípio se faziam de viva voz e depois passaram à escrita.

A preponderância do aramaico subsistiu até à invasão muçulmana. Ainda restam alguns insignificantes resíduos na Síria.

O aramaico, e mais concretamente o dialecto galileu, é a língua materna de Jesus, dos seus discípulos, da primitiva catequese oral e, quase poderíamos dizer, da catequese escrita. Infelizmente, os documentos aramaicos contemporâneos da catequese primitiva são muito escasos. Um dos rolos do deserto de Judá, escrito em aramaico e não em hebraico, como os outros, ainda não pode ser desenrolado. Os livros de Tobias, Judit. o Evangelho de S. Mateus e os fragmentos de Esdras 4, 8-6, 18; 7, 12-16; Dan. 2, 4-7, 28; Jer., 10, 11; Gen., 31, 47, foram escritos em aramaico.

c) *Livros escritos em grego.* — O grego da Bíblia é o grego chamado *Koiné*. Dá-se este nome à língua grega que desde Alexandre Magno domina na bacia do Mediterrâneo, usada nos negócios económicos e nas relações humanas. Fundamentalmente, é o grego clássico com modificações exigidas pela própria difusão da língua, como acontece com qualquer idioma falado no período de aperfeiçoamento e propagação.

Os livros escritos em grego foram: do Antigo Testamento: o livro da Sabedoria e o segundo dos Macabeus; do Novo Testamento: os quatro Evangelhos, excepto o original de S. Mateus, e todos os outros livros do Novo Testamento.

2. — Escrituras. — Nada direi acerca das diversas classes de escritura que empregavam, por me parecer uma questão demasiado difícil e de pouca utilidade prática. Limitar-me-ei apenas a indicar os diversos materiais usados na escritura.

Os judeus escreveram em pedra (embora muito parcamente, excepto as tábuas da Lei (*Ex.*, 24, 12), em tabuinhas de argila, em lâminas de chumbo e de madeira; os pergaminhos foram empregados a partir do século II antes de Cristo, feitos de pele de animais; inventou-os, segundo parece, o rei Pérgamo II (197-159 antes de

Cristo). Contudo, o material mais usado até ao século IV era o papiro. Parece ter sido este material empregado pelos cristãos na cópia dos Livros Sagrados, embora S. Paulo fale também nos pergaminhos. O papel, de origem chinesa e fabricado no mundo árabe, não conseguiu suplantar o pergaminho na transcrição dos Livros Santos, por ser um material mais sólido e duradoiro. O pergaminho somente deixou de ser empregado quando apareceu a imprensa.

Os livros entre os hebreus compunham-se de uma comprida membrana, enrolada num cilindro de madeira... Escrevia-se apenas no interior e só raramente nos dois lados. Os cristãos usaram a forma de códice; porém, os judeus ainda hoje conservam a Lei à forma antiga.

3. — Textos. — Os livros da Bíblia foram escritos durante um intervalo de tempo considerável, por autores diversos. No decorrer dos tempos foram copiados milhares de vezes para serem transmitidos às gerações seguintes. É impossível que os copistas, ao transcrever os textos, não tenham incluído inadvertidamente falsas lições, mudança de letras e de ordem na frase; sobretudo, quando a transcrição era feita num alfabeto de letras muito semelhantes entre si. Outras vezes, os próprios copistas introduziam variantes intencionadas, explicações do texto, pequenas adições ou glosas, etc. Isto explica a diversidade de lições numa mesma passagem e nos diferentes códices ou manuscritos. Portanto, na Bíblia, encontramos diferenças, mudanças accidentais entre uns manuscritos e outros.

Apesar de tudo, estamos absolutamente certos da sua integridade dogmática. Isto é, os Livros Santos foram-nos transmitidos de tal forma que, no seu estado actual, o texto que chegou até nós é substancialmente idêntico ao primitivo escrito pelos autores sagrados, no tocante à fé, aos costumes e ao seu conteúdo histórico, enquanto este se apresenta como fundamento real da fé. É claro que se tem de admitir uma especial intervenção da divina

Providência, que guarda e preserva do erro a transcrição dos Livros Santos através dos tempos.

4. — Versões. — Desde o princípio, os judeus começaram a dispersar-se pelo mundo à busca de dinheiro e de meios mais confortáveis de vida; pouco a pouco foram-se esquecendo da língua dos seus maiores, falando unicamente a língua dos povos onde habitavam. Tornou-se, pois, necessário traduzir a Bíblia hebraica para as línguas faladas pelos judeus da dispersão. O mesmo se diga dos livros do Novo Testamento; escritos todos eles em grego, excepto o original de S. Mateus, foram, com o tempo, traduzidos ao latim, ao copto, ao árabe e a outras línguas incorporadas no Cristianismo.

As versões mais importantes da língua grega e latina são, respectivamente, a versão dos Setenta e a Vulgata.

Versão dos Setenta. — É a primeira versão grega da Bíblia. Mais: é a primeira tradução feita de uma a outra língua, na literatura universal. Foi feita em Alexandria, para uso dos judeus helenistas, isto é, dos judeus que residiam no Império grego de Alexandre Magno e que já se tinham esquecido ou não entendiam o hebraico. Este trabalho levou mais de 50 anos a realizar, pois só se terminou no fim do século II antes de Cristo. É chamada também versão «alexandrina», pelo lugar onde se fez, a versão dos Setenta, pelo que adiante se verá.

Segundo uma carta escrita por Aristeas a Filócrates, a versão grega «alexandrina» teve a seguinte origem: O rei Ptolomeu Fiadelfus (285-47), homem de grande ciência e afeiçoado aos livros, pediu às autoridades de Jerusalém que lhe enviassem setenta e dois doutores da Lei, seis de cada tribo, os quais, no retiro da ilha de Faro, situada diante do porto de Alexandria, traduziram todo o Pentateuco em setenta e dois dias. O número legendário e simbólico setenta e dois, que se repete frequentemente na carta, arredondou-se mais tarde em setenta, dando origem à denominação da versão dos Setenta.

As muitas versões em grego que se fizeram na era

cristã tiveram como norma e fundamento a versão «alexandrina». Entre as principais, podemos enumerar a de Áquila, Teodocion e Símaco.

A Vulgata. — O grego foi a língua primitiva da Igreja; os pregadores da primeira e da segunda geração anunciaram o Evangelho em grego; o Novo Testamento foi composto em grego; os Padres Apostólicos e os Apologetas compuseram igualmente as suas obras em grego; esta foi também a língua litúrgica primitiva e nela se fazia a leitura pública dos Livros Sagrados; para o Antigo Testamento, serviam-se dos Setenta; e para o Novo, dos Textos originais. A Igreja Romana usou o grego até meados do século XIII, como fãcilmente se pode comprovar pelos livros litúrgicos, pelas inscrições funerárias das Catacumbas, pelos nomes dos Papas, etc.

A necessidade de uma versão latina da Bíblia tornou-se inadiável, quando o Cristianismo se espalhou por aquelas regiões onde se ignorava o grego. Já no ano 180 existiam traduções latinas, ao menos das epístolas de S. Paulo, segundo uma declaração dos doze fiéis de Seillum, pequena aldeia da Numidia, os quais, obrigados a comparecer no tribunal de Cartago diante do procônsul Saturnino, declararam ao magistrado levarem consigo «os livros e as epístolas de S. Paulo, varão justo». Tertuliano e S. Cipriano conheceram também versões latinas. Estas versões latinas, anteriores a S. Jerónimo, foram chamadas communmente *Vetus Latina*.

A multiplicidade de versões latinas e as inevitáveis diferenças na tradução, representavam um grande inconveniente para a leitura pública, para o uso litúrgico e para as próprias controvérsias entre judeus e herejes. Tornou-se imprescindível, portanto, fazer uma revisão a fundo do texto bíblico. Um homem tomou à sua conta tamanha empresa — S. Jerónimo.

S. JERÓNIMO nasceu lá pelos anos 347-349 em Estridón da Dalmácia. Feitos os seus estudos em Roma, sob a direcção do célebre gramático Donato, dirigiu-se para o Oriente, onde passou a viver como asceta. Em

Antioquia ouviu as lições de exegese ministradas por Apolinário de Laodiceia, e, em Constantinopla, as de Gregório Nazianzeno. Aprendeu perfeitamente o hebraico. Entre os seus numerosos trabalhos bíblicos, ocupa um lugar de merecido relevo a tradução da Vulgata. A Vulgata é a tradução latina feita por S. Jerónimo, resultado da revisão, tradução e inclusão da *Vetus Latina*. Eis, resumidamente, os livros de que se compõe a Vulgata e o trabalho de S. Jerónimo: o santo Doutor traduziu do hebraico, todos os protocanônicos; do aramaico, Tobias e Judit, e do grego os fragmentos deutero-canônicos de Ester e Daniel; fez a revisão do texto da antiga versão latina para o Saltério, segundo as Hexaplas de Orígenes; fez também a revisão da antiga latina para os Evangelhos e Epístolas.

O Concílio de Trento declarou a autenticidade jurídica e crítica da Vulgata. Segundo o Concílio, a Vulgata tem autenticidade jurídica, enquanto todos a devem ter como digna de fé e dotada de suficiente força probativa. O Concílio enumera quatro circunstâncias, nas quais se deve usar o texto da Vulgata: nas lições (ensino público ou leituras litúrgicas), nas disputas ou polémicas, na pregação ou exercício pastoral, nas exposições ou comentários exegéticos. Estas condições devem ser públicas. Privadamente, o Concílio permite o uso de qualquer texto. Pio XII, na *Divino afflante Spiritu*, reconhecendo que o uso da Vulgata preserva do perigo do erro, por estar substancialmente conforme com o texto original, fala, também, na necessidade de recorrer aos textos originais para corrigir e penetrar melhor o sentido da Vulgata. Esta, além disso, tem autoridade crítica em virtude do texto estar substancialmente conforme com os textos primitivos. Deste modo, a Vulgata converte-se em norma infalível de fé. Daqui se depreende a importância que em toda a Igreja se deu sempre à leitura dos Livros Santos, pela sua autenticidade e autoridade críticas.

Conteúdo dos Livros da Bíblia

Para não nos alongarmos demasiado, visto uma minuciosa exposição do argumento e conteúdo de cada um dos livros exigir excessivas páginas, farei uma breve síntese, agrupando os diversos livros nas seguintes classes:

LIVROS DO ANTIGO TESTAMENTO:

1.º — Pentateuco

{ Génese.
Éxodo.
Levítico.
Números.
Deuteronomio.

2.º — Livros históricos

{ Josué.
Juizes.
Rut.
Dois de Samuel.
Dois dos Reis.
Dois das Crónicas.
Esdras.
Neemeias.
Tobias.
Judit.
Ester.
Dois dos Macabeus.

3.º — Livros proféticos	A) — <i>Profetas Maiores</i>	Isaias.
		Jeremias.
		Ezequiel.
		Daniel.
	B) — <i>Profetas Menores</i>	Oseias.
		Joel.
		Amós.
		Abdias.
		Jonas.
		Miqueias.
		Naum.
		Sofonias.
		Habacuc.
		Ageu.
	Zacarias.	
	Malaquias.	
4.º — Livros sapienciais	Job.	
	Salmos.	
	Provérbios.	
	Eclesiastes.	
	Cântico dos Cânticos.	
	Sabedoria.	
	Eclesiástico.	

LIVROS DO NOVO TESTAMENTO:

1.º — Evangelhos e Actos dos Apóstolos.

2.º — Epístolas

a) Epístolas de S. Paulo.
b) Epístolas Católicas.

3.º — Apocalipse

1 — O Pentateuco. — Os judeus chamavam Torah, Lei, aos cinco primeiros livros da Bíblia, que os gregos, mais tarde, chamaram Pentateuco. Os judeus de-

nominavam os livros pela primeira ou primeiras palavras do mesmo. Os gregos deram-lhe uma denominação própria, atendendo ao argumento: *Gênesis*, porque nele se narram as origens do mundo e do homem; *Êxodo*, porque narra a saída do povo do Egipto; *Levítico*, colecções de prescrições rituais relacionadas, sobretudo, com a tribo de Levi; *Números*, porque começa fazendo o censo dos israelitas, antes de empreenderem a viagem para a Terra Prometida; *Deuterónimo*, ou segunda Lei.

O Pentateuco, conjunto dos cinco livros mencionados, é o primeiro documento que narra a criação de todas as coisas, a eleição de um povo que fosse o depositário das promessas e esperanças messiânicas no meio da humanidade. Este povo estava destinado a converter-se em profeta de outros povos, a fim de que se cumprisse, finalmente, o reino de Deus e a Sua vontade sobre a terra, no reino do Messias. Não se deixa guiar pelas mitologias de outros povos, mas pelas ideias nítidas e precisas de um Deus único, criador e providente.

A ideia central que resume os diversos elementos legislativos, litúrgicos e históricos do Pentateuco, é a existência de um plano divino imutável que se realiza indefectivelmente, cujo termo é a criação do povo de Israel como nação teocrática, tendo a Palestina como Pátria e a Lei mosaica como código.

O homem foi criado num estado de felicidade e harmonia com Deus; o pecado, porém, privou os nossos primeiros pais deste estado privilegiado. Deus castiga-os, mas, no próprio castigo, dá-lhes a promessa da futura reabilitação. O pecado perverte a humanidade, e a justiça e a misericórdia transparecem no dilúvio, onde aparece, também, a ideia de amizade e de reabilitação por parte de Deus (Gén. 8).

O primeiro acto do plano salvífico de Deus consiste na eleição de um povo que manifeste ao mundo a revelação divina e a futura redenção de toda a humanidade. Deste modo, da história primitiva, se desprende, no Gé-

nese, a história dos Patriarcas, que, nos livros seguintes, se converte na história do povo eleito. É este o livro mais importante no mundo antigo, pela sua envergadura histórica e profundidade religiosa.

O Pentateuco ensina, além disso, uma lei moral que procede de Deus e obriga a todos os homens. Sua expressão clássica é conhecida pelas crianças, nos bancos da escola, sob a forma abreviada dos dez mandamentos do catecismo.

2 — Livros históricos: O Livro de Josué. — A História Sagrada continua onde termina o Deuteronomio. Indica o cumprimento do plano divino de Israel, conquistando e estabelecendo-se na Palestina, a terra prometida. Narra-nos a passagem do Jordão e a entrada na Palestina ocidental; a conquista aparatosa e espectacular de Jericó e a ocupação do país; divisão do território entre as tribos...

Livro dos Juizes. — Descreve a história dos juizes, homens adornados de uma autoridade temporal, os quais lutam contra a religião e cultura dos cananeus, durante o tempo em que os israelitas colonizam a Palestina.

Livro de Rut. — Conta-nos, em quatro capítulos, a história da moabita Rut, viúva que, em companhia da sua sogra Noemi, também viúva, se estabelece em Belém. Booz toma-a para esposa, em conformidade com a lei do levirado (Deut. 25, 5-10). Desta união nasce Obed, que será avô de David. É uma história familiar edificante, que aconselha a piedade e faz uma espécie de comentário ao quarto mandamento. Exalta a fidelidade às afeições e obrigações familiares e, discretamente, ensina que Deus gosta das homenagens, mesmo que seja feita por povos estranhos aos israelitas, e recompensa a virtude.

Livros de Samuel. — São chamados livros de Samuel pela Bíblia hebraica, em virtude do grande papel que este profeta desempenha nos acontecimentos decisivos da sua época. A versão dos Setenta chama-lhes «primeiro

e segundo dos Reis», e tal denominação foi a que prevaleceu na tradição latina.

Estes livros constam de três partes: história de Samuel, Saúl e David. Na primeira parte (I Sam. 1-12), descreve a judicatura de Samuel e a fundação da realeza; na segunda parte, o reino de Saúl: 13-31; na terceira, (II, Sam. 1-20), o reino de David.

Livros dos Reis. — O primeiro e o segundo livro dos Reis, segundo o texto hebraico, (terceiro e quarto dos Reis, segundo os Setenta e a Vulgata), contam-nos a história de Israel, desde a vinda de Salomão, no ano 871, até à destronização de Joaquim, com o cativo da Babilónia, no ano 562. A narração divide-se em três partes: a primeira, descreve o reinado de Salomão (I R., 1, 1-11); a segunda, narra o começo do cisma e as vicissitudes dos reinos do Sul e do Norte (I R., 12, 1-2). Na terceira parte, narra-se a história do reino de Judá, (18, 18; 125-30).

Livros das Crônicas. — Assim chamados desde o tempo de S. Jerónimo. Nos Setenta e na Vulgata, são chamados primeiro e segundo dos Paralipómenos, o que indica serem simples compêndio dos precedentes livros históricos. O nome hebraico equivale a Crônicas, Anais. O nome de Paralipómenos vem do grego, e significa coisas omitidas, por os tradutores julgarem que o fim do autor era escrever as coisas omitidas nos livros de Samuel e dos Reis. Narram a história sagrada desde as suas origens até ao decreto de Ciro (538).

Tanto os livros de Samuel como os dos Reis e das Crônicas têm, além disso, uma finalidade religiosa: manifestar, sob o ponto de vista religioso, a acção interna de Deus na história de Israel e de Judá, os quais, segundo a atitude do rei e do povo com respeito a Deus, recebiam d'Ele a bênção ou a maldição.

Livros de Esdras e Neemias. — São uma continuação dos Paralipómenos ou Crônicas. Ao princípio, formavam um só livro; depois, foram divididos em dois: Esdras e Neemias. Descrevem a restauração do povo

eleito, feita por Neemias, hábil organizador, e por Esdras, grande escriba, ambos guias espirituais dos cativos no seu regresso da Babilónia.

Livro de Tobias, de Judit e de Ester. — Todos os três livros formam um todo doutrinal, pela finalidade religiosa que se propõem, pois oferecem ao homem excelsos motivos de consolo nas horas da dor, pondo em relevo a Providência, a prontidão da Sua assistência e a confiança que se deve ter na solícita e terna providência de Deus.

Tobias é um piedoso israelita deportado para Níveve no tempo de Salmanazar. Apesar da sua piedade e das suas boas obras, sofre grandes provações: cai em desgraça e fica cego. Ao mesmo tempo, em Ecbatana, Sara, filha de Raguel, que teve a desventura de perder sete maridos, dá-nos um belo exemplo de paciência e piedade. A textura do livro mostra-nos como Deus acode sempre em auxílio dos que sofrem.

O livro de Judit descreve a libertação da cidade de Betúlia por uma mulher forte e formosa, que corajosamente entra na tenda do general Holofernes e lhe corta a cabeça.

O livro de Judit conta-nos a libertação do povo judeico, graças à oportuna intervenção de Ester, da raça judaica e esposa do rei persa Assuero.

Livro dos Macabeus. — O primeiro livro dos Macabeus descreve-nos a luta heróica sustentada pelos Macabeus contra a opressão dos sírios, desde o tempo de Antíoco Epifanes (175), até à morte de Simão Macabeu, no ano de 135.

O segundo livro é um novo tratado sob a mesma matéria, compêndio de outros cinco escritos, da autoria de Jasón de Cirene, sobre Judas Macabeu. O autor não se preocupa apenas com narrar os factos históricos, mas também procura com eles instruir e edificar os seus leitores.

3) Livros Proféticos. — Os profetas são as figuras mais vigorosas da história de Israel. Os profetas, com

a sua pregação viril, cheia de vivas e impressionantes imagens, de uma doutrina dogmática e moral forte e inflexível, são os verdadeiros homens de Deus, zelosos conservadores e transmissores da divina revelação a toda a humanidade. «A sua força moral e religiosa, a sua paixão pelo bem e a sua entrega absoluta à vontade divina, da qual estavam repletos, deu-lhes uma importância que não diminuiu através dos séculos, e que é independente das culturas e das raças, e, por isso, não pode envelhecer». É que Deus fala por eles.

Os profetas, na qualidade de arautos e enviados de Deus, eram chamados directamente por Ele; a sua vocação ao ministério profético fundava-se sempre numa vocação sobrenatural, muitas vezes manifestada em visões extraordinárias e espectaculares (Is., 6; Jer., 1; Ez., 1-3). Deus escolhia estes homens, prescindindo da sua condição social, da sua cultura, da sua psicologia. Isaías pertencia a uma família nobre; Amós era simples pastor; Jeremias e Ezequiel eram sacerdotes.

O dom profético era um dom pessoal, um privilégio individual outorgado especialmente por Deus; não se fundava, como o sacerdócio, num direito hereditário, numa predisposição natural ou numa aprendizagem escolar. Os profetas recebiam as comunicações divinas em visões espirituais. Ouviam uma voz interior que pronunciava palavras misteriosas. Por isso, iniciavam as suas pregações com estas ou semelhantes fórmulas: «Assim chegou a palavra de Javé...» (Jer., 1-2).

Os profetas não eram meros instrumentos passivos. A comunicação divina respeitava o seu temperamento, cultura, ideias e sentimentos, de tal modo que cada profeta possui um selo próprio, definido. Depois de assimilarem a mensagem divina, comunicavam-na aos homens, de muitas maneiras, principalmente por meio da pregação. Às vezes, para impressionar o auditório, recorriam a acções simbólicas. Assim, o profeta Aías, no tempo de Salomão, para anunciar a divisão do reino, rasga o seu

manto novo em doze partes, dando dez dessas partes rasgadas a Jeroboam (I R., 11. 29-31).

A linguagem dos profetas é muito variada nas imagens e nas metáforas, na forma poética e na força de expressão. Uma das suas características mais peculiares é a falta de perspectiva, isto é, apresentam os factos que se hão-de realizar num futuro mais ou menos afastado, misturados com os acontecimentos actuais, como se não houvesse um intervalo cronológico a separá-los.

O profetismo israelita é um fenómeno único na história do mundo que se não pode explicar naturalmente. A transcendência da sua doutrina moral e religiosa exige uma causa de ordem sobrenatural.

O profeta Isaías. — Os escritos de Isaías ocupam o primeiro lugar, entre todos os escritos proféticos, pela beleza da sua expressão e pela riqueza do seu pensamento religioso.

A ideia central da teologia de Isaías está descrita no capítulo sexto, na célebre visão de Deus como o Senhor da Santidade e da Majestade inacessíveis, solenemente afirmadas pelo coro dos Serafins: «Santo, Santo, Santo, Javé Sabaot! A terra está cheia da sua glória!». Este Deus santo escolheu Israel, entre todas os povos, e dispensou-lhe toda a sorte de favores, exigindo, em troca, que se comporte como um povo santo. Mas Israel mostra-se indigno do seu Deus, caindo na idolatria. A amizade com Deus somente se pode restabelecer mediante um severo juízo e castigo dos culpados. O castigo não acarretará a total destruição de Israel. Um pequeno grupo sairá incólume da catástrofe para constituir o núcleo glorioso de um povo novo. A fé será condição indispensável para a salvação (7, 8; 28-16). Jerusalém será um foco espiritual donde irradiará a salvação para todos os povos.

Esta Salvação será levada a cabo por um príncipe da família de David. Nascerá de uma Virgem (7, 14), e será exornado, desde o berço, de dons excelsos. Para indicar a grandeza da sua pessoa e da sua missão, Isaías

dá-lhe o nome de Emanuel: Deus connosco (7, 14). Libertará Israel dos inimigos e será a bandeira ao redor da qual se agruparão os povos pagãos. (9, 10).

Livro de Jeremias. — Jeremias é o profeta da tristeza e das lamentações amargas. A sorte desditosa do seu povo e as suas próprias perseguições coalham a sua alma de sofrimento. As orações que dirige a Deus manifestam o íntimo estado da sua alma amargurada: «Ai de mim! Minha mãe, porque me concebeste? Sou objecto de discussão e contenda para todos. Nunca dei dinheiro a ninguém, nem a mim me deu ninguém; e, contudo, todos me amaldiçoam... Ó Deus, guarda-me, olha por mim e vinga-me dos meus perseguidores...» (15, 10-18).

Na ordem religiosa, sem avantajar a Isaías, Jeremias deixou-nos preciosos ensinamentos, coincidindo, fundamentalmente, com os do grande profeta; o reino de Judá será destruído, devido à sua infidelidade para com Deus; porém, a nação judaica não será totalmente aniquilada.

Na tradição judaica, o profeta Jeremias ofuscou a fama de Isaías, não pelo valor dos seus escritos, mas pela grandeza da sua pessoa. Judas Macabeu contempla Jeremias, numa visão nocturna, como um homem venerável pela sua idade e majestade, que lhe é apresentado como o protector por excelência do povo judaico (2 Mac., 15, 12-16). Lemos em S. Mateus (16, 14), que os contemporâneos de Cristo pensavam que ele fosse Jeremias. Os Cristãos viram sempre na pessoa de Jeremias uma figura do Salvador. A evocação está bem justificada, pois existem abundantes rasgos na vida do profeta que fazem dele figura de Cristo. A sua luta com os sacerdotes, falsos profetas e chefes do povo, recorda-nos as discussões de Jesus com os fariseus e escribas. Os ultrajes, suplícios e perseguições que sofreu, antes de Cristo, fizeram-no semelhante a um cordeiro conduzido ao matadouro (11, 19).

A Vulgata, depois do livro de Jeremias, colocou imediatamente as Lamentações e o livro de Barue, compa-

nheiro e secretário de Jeremias. As Lamentações são uma coleção de cinco dilacerantes elegias sobre a destruição de Judá e a queda de Jerusalém.

O livro de Baruc é uma dolorosa oração dos desterrados arrependidos e uma exortação a Israel, rogando-lhe que volte à observância da Lei do seu Deus. O livro termina com elegias e ternos cantos de consolo, infundindo na alma a confiança em Deus, guia de Israel e fonte de alegria, de misericórdia e de justiça.

Livro de Ezequiel. — É o profeta do exílio. Foi deportado para a Babilónia no ano de 597 com o rei Jeconias. Procura consolar os seus irmãos de cativo e impedir que se convertam ou deixem arrastar para o paganismo circundante. Estes julgavam ser injustamente castigados pelos pecados de seus pais; mas Ezequiel faz-lhes ver, com palavras severas, a grande culpabilidade de Israel através da história, culpabilidade que ainda perdura no tempo do profeta.

Livro de Daniel. — O livro de Daniel compõe-se de seis narrações e quatro profecias. As narrações são-nos familiares: deportação e educação de Daniel na corte de Babilónia; sonho de Nabucodonosor sobre os quatro impérios do mundo, simbolizados nas quatro partes de uma estátua, e o reino de Deus simbolizado por uma pedra que destrói a estátua; drama dos três companheiros de Daniel na fornalha ardente, donde são salvos por um anjo do Senhor; novo sonho e loucura de Nabucodonosor; festim e morte trágica de Baltazar; prisão de Daniel na cova dos leões e sua libertação miraculosa.

Podemos resumir assim a ideia fundamental do livro: A Providência divina tudo governa e dirige até ao fim da história humana. Depois da sucessão dos impérios, virá o império eterno e universal do Messias, filho de Deus.

Também os profetas «menores», assim chamados pela brevidade dos seus escritos, aduzem idênticas razões.

Livros Sapienciais. — Chamam-se comummente livros didácticos ou sapienciais os livros seguintes: Job,

Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Sabedoria e Eclesiástico. O objecto geral dos livros é essencialmente a solução prática e concreta dos grandes problemas propostos à razão humana pelos acontecimentos cósmicos de cada dia: Deus, origem e destino do homem, o direito, a justiça, a felicidade. Esta literatura encerra uma forma muito variada: exposições vivas e simples, exemplos e comparações. Ramifica-se em multicolores formas de dicção: sentenças, provérbios, epigramas satíricos, repetições, paralelismos, etc.

O livro de Job e a angústia. — O livro de Job, sob o ponto de vista estético, é o primeiro dos livros sapienciais, que alguém chamou «o grande monumento bíblico da nossa angústia de Deus e do testemunho divino na mística e na religião». Fulton Cheen, Bispo auxiliar de Nova Iorque e um dos melhores pregadores modernos do mundo cristão, no seu admirável livro *Paz na alma*, no capítulo que dedica à ansiedade, afirma que o livro de Job trata unicamente do problema da ansiedade, dessa inquietação arraigada no mais íntimo da natureza humana; jamais existiu no mundo um ser humano que não sofresse um complexo de ansiedade. O Sermão da Montanha é uma advertência simples e clara acerca da ansiedade humana. Os escritos de Santo Agostinho versam sobre a angústia da alma inquieta: «Fizeste, Senhor, os nossos corações para Ti e não descansarão enquanto não repousarem em Ti». Pascal escreveu sobre a humana desventura. No livro de Job, propõe-se o eterno problema que tortura o homem, e buscasse uma solução satisfatória para o porquê do sofrimento: Porquê? porquê... Também eu estou compreendido? Desta luta interior do homem que, no torvelinho da prova, vacila entre o desespero e o consolo da fé, entre a paciência cheia de confiança e a rebelião do orgulho; deste diálogo agónico com os três velhos amigos e o Jovem Eliu, nasce, como resposta, a ideia do castigo, da justificação pelo sofrimento, e, finalmente, a ideia da utilidade propiciatória da dor do justo.

O livro está iluminado, sobretudo, pela fé na Pro-

vidência de Deus que governa todas as coisas e sàbiamente dirige todos os destinos humanas na complexidade da história universal. O livro de Job é, para os nossos tempos, uma fonte perene de consolo e esperança a encher de paz todos os recantos da angustiosa vida do homem moderno.

O livro dos Salmos. — O livro dos Salmos que os sacerdotes e os Religiosos rezam todos os dias é o monumento mais importante da religiosidade do povo hebreu e a mais clara e patente manifestação da sua eterna piedade. Disse alguém que os salmos são o coração do Antigo Testamento. Nas suas páginas de oiro compendiam-se harmoniosamente os melhores sentimentos dos Patriarcas, dos juizes, dos reis e das almas boas do povo judaico. A oração é o seu centro e a fonte da sua força. Ainda hoje a luz deste livro tão venerado se projecta maravilhosamente sobre o mundo; em todo o momento as preces do Saltério batem às portas mais íntimas da alma humana, em cujas profundidades silenciosas se escuta a voz de Deus, que mantém os nossos corações em constante vigília.

Livros dos Provérbios e do Eclesiástico. — Ambos livros são uma fonte inexaurível de preceitos morais que recomendam a prática da verdadeira religião. Aí se encontram luminosos conselhos para todas as circunstâncias da vida, fundados na quotidiana experiência de séculos. Apenas este exemplo: «Passei junto do campo do preguiçoso e da vinha do insensato. E tudo eram cardos e ortigas... E ao ver isto puz-me a reflectir; aquilo foi para mim uma lição. Um pouco a dormir, um pouco a bocejear, outro pouco com os braços cruzados, descansando, e a indigência virá sobre ti como uma caminheiro e a mendicidade como um homem armado» (Prov. 24, 30-34). «Não deixes o teu amigo nem o amigo de teu pai; e não entres na casa de teu irmão no dia em que estiveres aflito. Vale mais o vizinho que está perto, do que o irmão que está longe» (Prov. 27, 10).

Livro do Eclesiastes. — Este livro tem como teina

a vaidade e a caducidade das coisas humanas; demonstra a insuficiência da religião do Antigo Testamento para responder às profundas questões da alma humana, suspirando pela chegada definitiva do Messias. Para os enigmas da vida dá este conselho prático: goza honestamente a tua vida, trabalha no teu posto, faz caridade, pensa em Deus, observa os seus mandamentos e teme o seu juízo.

Cântico dos Cânticos. — O Cântico dos Cânticos celebra o amor conjugal, forte como a morte, e de incomparável valor: «Põe-me como um selo sobre o teu coração, como um selo sobre o teu braço; porque o amor é forte como a morte; o zelo do amor é tenaz como o inferno; as suas lâmpadas são lâmpadas de fogo e de chamas. Muitas águas não puderam extinguir o amor, nem os rios terão força para o submergir. Ainda que um homem dê todas as riquezas da sua casa pelo amor, ele as desprezará como um nada» (Cant. Cant., 8, 6-7).

A Igreja interpreta este livro como uma alegoria do amor de Deus para com o seu povo.

Livro da Sabedoria. — Contém as palavras de consolação que foram dirigidas aos judeus nos revoltosos tempos da primeira metade do século I antes de Cristo. A Sabedoria é apresentada como um guia que conduz os homens a uma imortalidade segura e feliz. Neste livro aparece claramente a ideia de uma retribuição depois da morte. Os livros didáticos ou sapienciais são, pois, um manual de educação de valor inestimável.

5) — Os Evangelhos e os Actos dos Apóstolos. — **Os Evangelhos.** — Os quatro Evangelhos, a Boa Nova do Senhor Jesus, são o coração da Bíblia: obra divina maravilhosa, inacessível, cuja eficácia atinge os arcanos mais recônditos do espírito humano. Os Evangelhos assentam sobre a pregação oral prescrita por Jesus aos Apóstolos e aos Discípulos. A sua finalidade é despertar a fé no Messias e Filho de Deus; os Evangelhos descrevem a vida, os ensinamentos, a paixão, morte e ressurreição de Jesus. Os quatro Evangelhos traçam-nos a imagem lu-

minosa e única de Jesus Cristo, embora as cores e os matizes sejam diferentes em cada um deles. Os quatro Evangelhos de S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas e S. João, são formas diversas da Boa Nova anunciada por Jesus Cristo, são esboços da mesma imagem, fundamentalmente idêntica em todos.

Nenhum livro foi tão amado, estudado e entusiásticamente enaltecido como o Livro dos Evangelhos. Milhões de almas encontraram nele consolo, força e luz. As suas páginas simples, claras e penetrantes, apaixonam as inteligências privilegiadas do nosso século, e os homens de maior coturno social fazem delas tema diário de meditação. Teodoro Ratsbona, o judeu convertido de um modo fulminante e espectacular na soledade de uma igreja romana, descreve deste modo o seu primeiro contacto com o Evangelho: «Recordo perfeitamente o momento em que, depois de ter lido as últimas páginas do Antigo Testamento, abri pela primeira vez o Novo. Eram as nove da noite. A minha alma abismou-se nessa leitura de tal modo que não a pude deixar a maior parte da noite e de um fôlego li o Evangelho de S. Mateus. O mesmo sucedeu com o Evangelho de S. João».

Nos Evangelhos, a pessoa de Jesus e os seus ensinamentos são práticamente inseparáveis. Porque Jesus não pregou uma doutrina sòmente com os lábios, mas viveu na Sua mesma carne essa doutrina, Sua vida foi de acção e de sofrimento. A finalidade do Evangelho não é apenas uma doutrinação intelectual, mas uma forma prática de vida fundada nas suas normas.

Por isso, no princípio está a penitência; isto é, a atitude do homem com respeito a Deus, considerado como centro de vida pela morte do «eu» individual. Contudo, este «eu» deve ressuscitar em Deus, para uma vida nova e divina; o que equivale a caminhar em pós d'Aquele que de si mesmo disse: «eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vem ao Pai senão por mim» (Jo. 14, 6).

No capítulo seguinte, ao falarmos da beleza da Bíblia, trataremos também da beleza dos Evangelhos.

Actos dos Apóstolos. — Se os Evangelhos são a narração da vida e dos ensinamentos de Jesus, o livro dos Actos dos Apóstolos é a primeira página que nos descreve, em letras de ouro, a história da primitiva Igreja de Jesus Cristo. Esta primeira história da Igreja revela a força do Espírito e a acção contínua de Jesus glorificado em todo o seu vigor... Neste livro pode-se ver a marcha triunfal da igreja nascente na comunidade de Jerusalém, nas cidades do Império Romano e, finalmente, em Roma. Ontem como hoje, a leitura deste livro é apta e útil para confirmar a fé na origem divina da religião de Jesus e da sua Igreja e na missão universal e sempiterna desta religião extensiva a todos os povos.

6 — As Epístolas do Novo Testamento e o Apocalipse. — As epístolas do Novo Testamento são um precioso testemunho da vida religiosa das primitivas comunidades cristãs. Nelas transparece o espírito, o zelo, a santidade do apóstolo e a vida dos cristãos, suas lutas e aspirações, suas virtudes e misérias, a influência destas primeiras comunidades e a sua forma de vida no meio do mundo pagão. Escritas circunstancialmente, as Epístolas encerram uma significação transcendente para todos os tempos, contêm um núcleo perdurável de doutrina, e uma fonte inexaurível de princípios morais e religiosos.

Epístolas paulinas. — Entre as epístolas que se conservaram até aos nossos dias, estão as catorze do Apóstolo S. Paulo, pela densidade de doutrina, pela influência na formação e desenvolvimento das primitivas comunidades cristãs. A epístola *aos Romanos* constitui a obra mestra de S. Paulo; é uma espécie de testamento do apóstolo, deixando ver o modo como S. Paulo compreendeu o Evangelho; liberdade do cristianismo em relação à religião nacionalista e particularista dos judeus; mas também complemento perfeito da religião judaica na religião universal e definitiva inaugurada por Cristo. «O Evangelho é força de Deus para a salvação de todo o que crê, primeiramente do judeu, e depois do grego, porque nele se revela a justiça de Deus» (1, 16-17). Este é o tema central

ao qual se subordinam todas as ideias: uma «desnacionalização» dos povos para se fundirem numa nacionalidade mais elevada: o cristianismo, raça de Deus, em ordem ao domínio universal sobre todos os homens chamados ao reino de Deus.

Epístolas aos Coríntios. — Num quadro claro e artisticamente matizado, as duas epístolas aos Coríntios revelam-nos a situação, as dissensões e lutas existentes no seio de uma das mais importantes comunidades da Igreja primitiva. Propõe, sem rodeios, a excelência da virgindade e do celibato sobre o matrimónio, embora este seja lícito e necessário. Espraia-se, com entusiasmo, a falar da caridade e entoalhe um hino jamais superado, eco fiel da última recomendação de Cristo: «dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros como eu vos amei». (Jo. 13-34; 14-12). S. Paulo, com a linguagem de um apaixonado, glosa deste modo o mandamento de Cristo: «Ainda que eu falasse todas as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver caridade, sou como um bronze que soa, ou como um cimbalo que tine. E ainda que eu tivesse o dom da profecia e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e tivesse toda a fé, até ao ponto de transportar montes, se não tiver caridade não sou nada. E ainda que distribuísse todos os meus bens no sustento dos pobres, e entregasse o meu corpo para ser queimado, se não tiver caridade nada me aproveita» (I Cor. 13, 1 e ss.).

É nesta epístola que S. Paulo trata do tema central da ressurreição de Cristo, fundamento e prova de toda a nossa fé e da nossa futura ressurreição.

Poderíamos continuar analisando as outras epístolas de S. Paulo; mas para não tornar este livro demasiado extenso, apenas farei uma referência às epístolas católicas.

Epístolas católicas. — Levam o apelativo de «católicas» as seguintes epístolas: uma de S. Tiago, duas de S. Pedro, três de S. João e uma de S. Judas. Chamam-se assim porque o seu destino era mais amplo que o das

epístolas de S. Paulo. Extensivamente, também se chamaram católicas as epístolas de S. João, embora duas delas sejam dirigidas a uma só igreja, e a outra a um só indivíduo.

A epístola de S. Tiago é uma exortação prática, uma pastoral que um Bispo dirige aos seus fiéis. A primeira epístola de S. Pedro é uma carta de esperança. Expõe, principalmente, as verdades relacionadas com a salvação pregada por Jesus, tirando conclusões práticas para a vida cristã. A segunda epístola deste apóstolo é um solene aviso para pôr os fiéis em prevenção contra os gnósticos e libertinos. Afirma que Cristo voltará outra vez, e prediz a ruína do mundo, exortando a uma vida verdadeiramente cristã.

A primeira epístola de S. João é um ardente comentário ao quarto Evangelho. A ideia central é o amor. Nele se encontram e reconhecem os verdadeiros cristãos. A segunda ideia é a de Jesus, Filho de Deus, por Ele enviado como salvador do mundo. Os treze versículos da outra epístola recomendam o amor fraterno, fundando-se na fé em Jesus Cristo, Filho de Deus incarnado, rebatendo as doutrinas dos falsos mestres. A terceira epístola reúne uma série de conselhos e normas para o missionário. A breve epístola de S. Judas, como a segunda de Pedro, trata dos doutores.

As epístolas são, pois a prolongação do coração de Cristo no coração dos seus Apóstolos. É por elas que penetramos nos segredos do cristianismo primitivo, nos aproximamos da pessoa de Jesus e encontramos o fundamento da felicidade e paz do espírito, segundo as palavras de S. João: «O que foi desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com os nossos olhos, e contemplámos, e apalparam as nossas mãos, tocando no Verbo da vida... O que vimos e ouvimos, isso vos anunciamos, para que vós também tenhais comunhão connosco» (I Jo, 1, 1 e ss.).

7) — Apocalipse. — Ao lado das epístolas de S. Paulo, S. Tiago, S. Pedro, S. Judas e S. João, há um

livro, a um tempo misterioso e sublime, cujo significado ainda não foi totalmente esclarecido. É o livro do Apocalipse, livro em cujas vigorosas visões se tem inspirado o génio dos poetas e dos pintores. O seu autêntico valor está na ideia religiosa que desenvolve: «a vitoriosa tenacidade dos mártires no meio das tribulações, alimentada pela esperança da próxima visão de Cristo».

Destinado a ser um livro de lenitivo para as comunidades perseguidas, transformou-se em livro de consolo para a Igreja de todos os tempos e em sublime demonstração da promessa de Cristo: «as portas do inferno não prevalecerão contra ela». Expõe o combate gigantesco, perpetuado através dos séculos entre a luz e as trevas, a verdade e a mentira, entre Deus e Satanás, combate que terminará com a estrondosa vitória de Deus. É a luta de todos os tempos e de todas as horas contra os filhos da luz e da verdade... A quem pertencerá o triunfo definitivo? Para os cristãos não há a mais pequenina dúvida: a Luz dissipará e vencerá, finalmente, o poder das trevas. Tal é o conteúdo desta grandiosa filosofia da história.

Beleza da Bíblia

A Bíblia é, acima de tudo, um livro com uma finalidade eminentemente religiosa. Tudo quanto nela se diz está envolvido, de alguma maneira, em luz de eternidade. Mas essa doutrina religiosa, que constitui precioso núcleo do Texto Sagrado, é transmitida através de escritos de índole muito diversa, sob o ponto de vista literário. Temos escritos em prosa e escritos em verso. Dentro de cada género, o valor artístico é também variado, dependendo, como é natural, da personalidade do escritor. A par de capítulos escritos numa prosa simples e rudimentar, o leitor descobre peças da mais sublime e patética poesia.

Poesia da Bíblia

Uma das características dos poetas e oradores da Bíblia é o que poderíamos chamar a sua plasticidade no modo de dizer e escrever. Revestem as suas ideias com o matiz de polícromas imagens, servem-se de metáforas tomadas do meio ambiente, de cores vivas e impressionantes. Até aquilo que de sua natureza é mais espiritual, invisível e abstracto, é apresentado de um modo claro, atraente e sugestivo. Repare-se, por exemplo, no modo como Isaías expressa figuradamente a omnipotência e o absoluto domínio de Deus:

«Quem é que mediu as águas com a concavidade da sua mão? ... As nações são como uma gota de água que cai de um balde e como um grão de pó na balança;

as ilhas são também como o pó miúdo que o vento leva» (40, 12-15).

Deste modo, pelas imagens que a Bíblia toma da natureza, a criação inteira é posta ao serviço do conteúdo doutrinal: água e fogo, ar e terra, chuva e geada, tempestades e furacões, mares e planícies, areia e argila, metais e plantas, pedras e animais. A estas imagens da natureza, ajunta-se outro grupo tomado da actividade humana: a agricultura, a caça, a pesca, o comércio, as batalhas...

O espírito dos poetas e escritores da Bíblia—espírito requintadamente sensível e delicado—, estava amplamente aberto a todas as impressões da natureza e da civilização. Cada poeta anuncia a seus irmãos, com diversas cores e matizes, a grandeza e acção omnipotente de Deus no mundo.

Quando se examina o valor estético da poesia bíblica é necessário precaver-se contra um erro em que se tem caído com frequência: a poesia bíblica não se pode enquadrar nos moldes poéticos dos povos clássicos e muito menos compará-la com estes géneros literários. Nenhum escritor bíblico é escritor no sentido que lhe dão os gregos, os romanos ou os poetas modernos. «Para os escritores bíblicos a poesia não era uma arte, mas uma natureza, uma condição da linguagem, uma necessidade de chegar ao fim proposto».

Géneros poéticos

A literatura bíblica desconhece o drama; somente encontramos a epopeia e o lirismo. A ausência do drama explica-se pela distinta posição dos semitas com relação a Deus. Para os semitas Deus é o centro de gravidade. N'Ele, enquanto senhor omnipotente e supremo legislador, estão contidas todas as coisas. Por isso, a personalidade própria da criatura desaparece na força e na vida da causa primeira, de quem recebe o ser e o actuar. Toda a actividade é atribuída à causa primeira; a cria-

tura eclipsa-se, desaparece perante a presença do Omnipotente. O poeta ocidental, mesmo na presença do infinito, conserva a sua individualidade. A sua actividade em relação ao objecto é mais intensa, activa e pessoal. Isto leva-o a pôr em relevo as fórmulas artísticas, os contornos e situações. Seria esta a causa que explicaria a inexistência do drama na literatura de Israel.

Epopéia

Israel teve, indubitavelmente, as suas epopeias, cujos vestígios encontramos nalgumas passagens do Antigo Testamento; por exemplo, a história do arco iris, sina lda aliança; a paragem do sol, por ordem de Josué; passagens do livro dos Juizes, como a história de Débora (*Gen.*, 6, 1 e ss.; *Jos.*, 10, 12; *Jue.*, 4-5; 11, 13-16).

Lirismo

O género lírico sobressai na literatura de Israel, principalmente nos livros proféticos e sapienciais. Quero citar algumas passagens dos livros proféticos: Isaías canta, numa emocionante alegoria sobre a vinha, os solícitos cuidados de Deus para com o seu povo e a ingratidão deste para com o seu Deus (*Is.* 5). Não menos emocionante é o hino de acção de graças do rei Ezequias, agradecendo a saúde recuperada: «Eu disse: na metade dos meus dias irei às portas do sepulcro, privado do resto dos meus anos. Disse: não verei mais o meu Senhor Deus na terra dos viventes. Não verei mais homem algum, nem habitante do repouso. Foi-me tirado o tempo da minha vida; e ele se me enrolou como uma tenda de pastores. A minha vida foi cortada como por um tecelão; quando eu ainda a estava urdindo, ele ma cortou; desde a manhã até à tarde tu acabarás comigo. Eu esperava até amanhã; ele como um leão, quebrou todos os meus ossos. Desde a manhã até

à tarde tu acabarás comigo. Eu gritava como o filho da andorinha, gemia como a pomba. Os meus olhos cansaram-se a olhar para o alto. Senhor, eu sofro violência, responde tu por mim. Que direi eu, ou que me responderá ele, quando ele mesmo é que fez isto? Repassarei, diante de ti, pela memória, todos os meus anos na amargura da minha alma. Senhor, se é assim que se vive, e se a vida do meu espírito consiste em tais coisas, tu me castigarás e me darás a vida. Encontrei paz na minha amargosíssima aflição. E tu livraste a minha alma para ela não perecer, lançaste para trás das tuas costas todos os meus pecados. Porque o sepulcro não te bendirá, nem a morte te louvará; os que descem à cova não esperarão mais a tua verdade. O que vive, o que vive, esse é quem te louvará, como eu faço hoje; o pai fará conhecer aos filhos a tua verdade.» (*Is. 38, 10-19*).

Ezequiel chora, numa incomparável lamentação, a ruína de Tiro, rica cidade comercial, e a horrível queda do seu rei, outrora colocado sobre um querubim, sobre a montanha santa de Deus: «As tuas riquezas, os teus tesouros, a tua equipagem tão grande, os teus marinheiros e os teus pilotos, que dispunham de tudo o que servia à tua grandeza e que governam a tua tripulação cairão todos no fundo do mar no dia da tua ruína... Raparão, por tua causa, as cabelos e se vestirão de saco; e, na amargura do seu coração, derramarão lágrimas sobre ti, com um pranto amargosíssimo; e chorarão a tua desgraça dizendo: «Que cidade há como Tiro que emudeceu no meio do mar? Com as riquezas que tiravas do mar enriqueceste muitos povos; com a multidão das tuas riquezas e da tua gente enriqueceste os reis da terra, e agora estás sepultada no mar, no mais fundo das águas com a multidão da tua gente. Todos os habitantes das ilhas estarão cheios de espanto com a tua ruína» (*Ez. 27, 27 e ss.*).

Jamais alguém superou o vigor das imagens, a elegância da expressão, a plasticidade das frases.

O Livro das lamentações, cujas passagens são re-

citadas solenemente na Igreja, nos dias da Semana Santa, como manifestação da sua dor imensa pela morte de Cristo, pertence também à poesia lírica do Antigo Testamento.

É uma coleção de cinco poemas elegíacos sobre a ruína de Judá e a destruição de Jerusalém. Estes poemas estão claramente influenciados pelos cantos fúnebres usados nos funerais antigos. Embora não ocupem o primeiro lugar na poesia hebraica, contudo, encerram uma grande beleza artística. O poeta descreve, com vivo realismo, o assédio de Jerusalém, desolada e abatida pelos seus inimigos: «O Senhor destruiu sem piedade todas as moradas de Jacob... abateu no furor da sua ira toda a potência de Israel... destruiu o seu santuário... suas portas foram lançadas por terra; quebrou os seus ferrolhos, os anciãos de Sião sentam-se mudos na terra, a cabeça coberta de pó, vestidos de saco, e as virgens de Jerusalém inclinam as suas cabeças para a terra... Meus olhos estão desfeitos pelas lágrimas, revoltam-se as minhas entranhas, meu fígado derrama-se na terra ao ver o desastre da filha do meu povo, o desfalecimento das crianças, mesmo as de peito, nas ruas da cidade... Os que passam batem as palmas por ti e movem a cabeça contra Jerusalém. É esta a cidade que todos diziam formosa, a delícia de toda a terra? Levanta-te e chora ao começar as vigílias da noite; derrama, como água, o teu coração na presença do Senhor. Ergue para Ele as tuas mãos pela vida dos teus pequeninos. Vê, ó Deus, e considera a quem assim desolaste. É possível que as mães tenham de comer os frutos das suas entranhas, as crianças que amamentam? Que se faça cruel mortandade de sacerdotes e profetas no santuário do Senhor?» (*Lam.*, 2).

O poeta continua a descrever, em tom lúgubre, a catastrófica situação da cidade destruída pelo inimigo, os sentimentos de compunção e arrependimento e, por fim, a misericórdia de Deus. E fá-lo com um realismo impressionante que comove o mais íntimo da nossa alma. É impossível descrever de um modo mais vivo e patético

a fome de uma cidade, chegando ao ponto de afirmar que as mães devoram a carne dos filhos que amamentam.

O livro de Job

Na literatura de Israel, este livro emparceira com o de Isaías e o Livro dos Salmos, pelo seu valor estético e doutrinal, e, na literatura mundial, é comparado à *Iliada* de Homero, à *Divina Comédia* de Dante e ao *Fausto* de Goethe, superando até estas obras em alguns aspectos. Um escritor moderno, eminente especialista em literatura oriental, pondera deste modo a beleza do livro de Job: «O colorido e a força da visão poética, a riqueza das imagens, a profundidade inexgotável do pensamento, a penetração e observação psicológicas, a pintura matizada da natureza e do homem, a extraordinária facilidade de revestir o mesmo sujeito de uma roupagem sempre nova, a arte de mudar o tom dos discursos, segundo a variedade de sentimentos; a inimitável aptidão para expressar a tristeza, o choro, a cólera, a paixão, o desprezo, a amargura, o desejo, a esperança; enfim, o perfeito domínio da língua, a beleza, o peso e densidade de expressão, tudo faz com que o autor seja colocado na categoria dos grandes mestres de todos os tempos».

Job descreveu como ninguém, com uma delicadeza e elegância incomparáveis, a caducidade e a fragilidade do homem: «O homem, nascido de mulher, vive pouco tempo e coberto de misérias; como uma flor nasce e é cortada, foge como a sombra e não subsiste». (14, 1-2). «Os dias do homem são breves, em teu poder está o número dos seus meses; tu lhe fixaste os limites que não podem ser ultrapassados...» (14, 5-6).

E, com uma belíssima imagem no meio da sua simplicidade, Job continua a narrar a morte do homem como termo fatal imposto por Deus à existência humana: «Porque ainda uma árvore tem esperança; se for cortada torna a reverdecer, e brotam os seus ramos. Se a sua

raiz envelhecer na terra e morrer o seu tronco no pó, ao cheiro da água reverdecerá e fará copa, como no princípio, quando foi plantada. Porém, o homem, quando morrer, jamais se levantará» (14, 7-10).

Na passagem que a seguir transcrevemos, o velho patriarca apresenta-nos a Deus modelando o homem como um oleiro: «As Tuas mãos fizeram-me e formaram-me, e assim, de repente, me aniquilas? Lembra-Te de que me formaste como barro; e vais-me a reduzir a pó? Não me mungiste como o leite e coalhaste como o queijo? De pele e de carne me revestiste; de ossos e de nervos me organizaste» (10, 9-11).

O livro de Job propõe um dos problemas mais cruciantes da humanidade: o sofrimento do justo. Porque padecem os justos, e os ímpios e os malvados triunfam e gozam alegremente a vida? O diálogo desenrola-se entre Job e os seus três amigos; no decorrer deste diálogo enunciam-se os diversos pontos de vista sobre o problema, até que a intervenção de Deus concilia todas as discussões: se o homem não conhece as maravilhas da natureza, muito menos poderá prescrutar os inacessíveis desígnios de Deus. O homem deve submeter-se à Providência de Deus e adorar a divina sabedoria, mesmo que a sua razão limitada e falível a não compreenda... Quaisquer que sejam as aparências, Deus é sempre justo. Estas magníficas ideias são expostas numa linguagem de inexcelsa beleza.

O Livro dos Salmos

O Livro dos Salmos, as Lamentações e o Cântico dos Cânticos são livros inteiramente líricos. Na sua forma actual, o livro dos Salmos é uma colecção de cânticos litúrgicos e sagrados dos hebreus. Estes cânticos eram parcialmente executados e cantados em coro, ao som de instrumentos de corda, de flautas e de bailes sagrados. Os assistentes tomavam parte mediante fórmulas e respostas determinadas, definidas. No salmo 136, de acção de graças, o povo repete constantemente o mesmo estri-

bilho: «Louvai a Deus porque é bom». E os assistentes respondem: «Porque é eterna a sua misericórdia». Continua o chefe do coro ou o outro coro: «Louvai ao Deus dos deuses». Resposta: «Porque é eterna a sua misericórdia». Louvai ao Senhor dos senhores — porque é eterna a sua misericórdia». Os fiéis usavam estes cânticos litúrgicos recitados nos dias de prece oficial e comum, como fórmulas da sua oração privada.

Jesus Cristo, os Apóstolos e a Igreja oram com os Salmos dos hebreus

O povo judaico, Jesus Cristo, os Apóstolos e a Igreja empregaram na sua oração os salmos ou cânticos litúrgicos dos antigos hebreus. Jesus repete na sua paixão as palavras do salmista: «Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste? Nas tuas mãos entrego o meu espírito» (*Salm. 22, 2*). No decurso da sua vida mortal, embora o Evangelho silencie o facto, Jesus devia recitar frequentemente os salmos na sinagoga, no templo, nas festas judaicas e nas peregrinações a Jerusalém. Não é, pois, de estranhar que a Igreja, ainda nos nossos dias, tenha feito do livro dos Salmos o núcleo da sua oração oficial e pública. S. Jerónimo refere-nos que no seu tempo os vinhateiros e os lavradores cantavam os salmos ao mesmo tempo que semeavam ou colhiam a messe sob um sol abrasador.

É que todo o homem encontra nos salmos aquilo que pessoalmente lhe diz respeito, os seus próprios pensamentos, sentimentos e orações adaptadas ao seu estado de alma. Justo ou pecador, feliz ou perseguido, na alegria ou no abatimento, no temor ou na confiança, o homem encontra nos salmos todos estes altos e baixos do espírito, compostos por homens nas mais variadas circunstâncias.

Não há Salmos como os dos hebreus

Os Salmos hebraicos podem ser comparados, embora sejam infinitamente superiores no fundo e mesmo na

forma, com os cânticos siríacos e babilônicos, com os cânticos religiosos dos egípcios, conservados em papiros, marcos e monólitos, com os Vedas da literatura sânscrita. A superioridade dos Salmos hebraicos assenta no facto de Deus permanecer sempre como termo absoluto de contemplação e meditação. O universo todo gravita em torno de Deus, que domina o mundo e a Quem, na Sua qualidade de Deus todo poderoso, apenas Lhe basta estender a mão para salvar os Seus das forças cósmicas divinizadas pelos pagãos.

O valor estético dos Salmos é muito difícil de precisar, por se tratar de uma coleção tão extensa de cânticos, escritos por diferentes autores e em épocas diversas. Ao lado de pérolas inestimáveis e geniais, encontram-se composições mediócras de jovens levitas, despidas de invenção e elegância. Deparamos também com grande diversidade de géneros literários na composição. Uns são jubilosos e triunfais, recitados ao mesmo tempo que o fumo dos sacrifícios subia até ao céu; lamentações tristes, súplicas comovedoras, acções de graças, repassadas de alegria, salmos didácticos cheios de sabedoria prática, cantos proféticos sobre o Messias e Seu povo, delicados poemas sobre a natureza, encantadores idílios.

Os Salmos reflectem todos os sentimentos humanos e religiosos

Todos os sentimentos humanos e religiosos da alma se manifestam nestes versos que, às vezes, vão até ao ditirambo, mas que, habitualmente, deslizam com uma contínua e calma tranquilidade. Nada há tão belo em poesia como os salmos messiânicos: «Porque razão se amotinam as nações, e os povos maquinam planos vãos? ... Aquele que habita nos céus ri-se, o Senhor zomba deles» (2, 1). Nada há tão grandioso, tão polieromamente matizado, como os quadros da criação: «Os céus cantam a glória de Deus e o firmamento anuncia a Obra das suas mãos. O dia fala ao dia, e a noite comunica à noite os

seus pensamentos» (19, 2-3). E que dizer da sublimidade com que são descritas as perfeições de Deus nos Salmos?

Nenhuma cidade do mundo foi tão amada, cantada, glorificada e chorada como Jerusalém e o seu templo, nos salmos religiosos, triunfais e proféticos. Nenhuma literatura exprime, em obras literárias, sentimentos de confusão, arrependimento e confiança, como os que são expressados no *Miserere* e no *De profundis*: «Tem piedade de mim, ó Deus, segundo a tua grande misericórdia. Segundo a multidão das tuas clemências, apaga a minha iniquidade. Lava-me inteiramente da minha culpa e purifica-me do meu pecado. Porque eu reconheço a minha maldade e o meu pecado está sempre diante de mim... Olha que nasci na culpa e minha mãe concebeu-me no pecado... Asperge-me com o hissopo e serei purificado; lava-me e me tornarei mais branco que a neve... Senhor, abre os meus lábios e a minha boca anunciará os teus louvores» (*Salmo 50*).

Seria um nunca mais terminar, se nos puséssemos a citar passagens de um lirismo esteticamente alambicado e profundamente humano. Os que gostam de emoções estéticas leiam o Livro dos Salmos, e os que buscam um perene manancial de sentimentos que os elevem até Deus, procurem familiarizar-se diàriamente com as ideias deste livro sobre-humano.

Os Evangelhos

«Depois de ter lido muitos livros — confessa M. La-boylaye — penso no Fausto e nesta ciência que, ensinando-nos que não podemos saber nada, nos tira toda a crença, toda a alegria, todo o amor. Cansado e abatido, como um homem acabrunhado por um pesadelo, abro o Evangelho: parece-me que saio do império das sombras para entrar no reino da luz e da verdade. Esta linguagem familiar que entusiasma a minha infância, emociona-me com a sua profundidade; vejo e sinto uma ciência que avanteja todas as concepções humanas. Depois de deza-

nove séculos a sabedoria dos homens leva-nos à dúvida angustiada de um mundo em decomposição; depois de dezanove séculos, Cristo fala-nos de Deus, da nossa alma, da salvação, do dever, da liberdade, da justiça, como se tivesse acabado de ouvir o grito do nosso inquieto e conturbado coração. Contemplai as obras dos filósofos Hegel e Espinosa, estudai as suas atormentadas produções, segui a agudeza dos seus arrazoados e depois tomai o Evangelho, lêde, ao calhar, um discurso de Cristo, ponde ao lado de Hegel e Espinosa a doce e serena figura de Cristo. Onde está a doutrina que pode entusiasmar os espíritos mais eminentes e consolar os mais pequenos? Onde está a vida e a esperança? Onde está a regra do dever e da justiça? Os sistemas de Espinosa não sobreviveram ao seu mestre: a teoria de Hegel está morta e arrumada, como todas as obras humanas. Só uma filosofia mantém a sua imutável vigência. É a doutrina d'Aquele que disse aos homens: «Eu sou o caminho, a verdade e a vida» (*Jo.*, 6). «Quem vem atrás de mim não anda em trevas» (*Jo.*, 8, 12). Aquele que guarda a minha palavra jamais perecerá». (*Jo.*, 8, 51).

Lucidez de Alexandre Dumas

Alexandre Dumas, escritor diabòlicamente imoral e degenerado, num momento de lucidez, escreveu sobre os Evangelhos estas palavras atiladas, que transcrevo, para fazer ver como os livros santos exercem uma fascinação irreprimível, mesmo sobre os espíritos extraviados: «Depois de Homero teve lugar um facto extraordinário e imprevisto. No meio dos poemas orfeicos e védicos, depressa se viu cair do céu um pequeno livro a cujo conteúdo não iguala um cântico da *Ilíada* ou da *Ramayana*, e este livro narra aos homens a história mais admirável que seus ouvidos jamais ouviram e propunha-lhes a moral mais pura, mais inteligente e mais consoladora. A Humanidade sentiu-se repentinamente renovada, transformada, com a pregação de certos rapsodos vindos da

Judeia, recitando e propagando pelo mundo o seu poema, com tanta convicção e entusiasmo, que se deixavam crucificar ou despedaçar pelas feras, antes que desmentir uma só palavra que fosse. Os poemas religiosos apagaram-se então, senão da memória, ao menos da consciência dos homens, como as estrelas, anunciadoras da noite, desaparecem ao primeiro raio de sol».

Poesia dos Evangelhos

Os quatro Evangelhos foram escritos em prosa, mas estão animados de um doce e recatado hálito de poesia. Como nos livros históricos do Antigo Testamento, também aqui encontramos excerpts do mais puro lirismo. Tais são, por exemplo, o cântico do *Magnificat* da Santíssima Virgem (*Luc.*, 1, 46): «A minha alma glorifica o Senhor e o meu espírito exulta em Deus meu Salvador, porque lançou os olhos para a baixeza da Sua serva; por isso, todas as gerações me chamarão bem-aventurada. Porque fez em mim grandes coisas Aquele que é poderoso e cujo nome é santo». Da mesma forma os hinos *Benedictus* de Zacarias (*Luc.*, 1, 68) e *Nunc Dimittis* de Simeão (*Luc.*, 2, 29).

Os autores propõem-se esta pergunta: Jesus foi um verdadeiro poeta? Não o foi, respondem, no sentido de que todas e cada uma das suas palavras sejam obras poéticas. Mas, tal como aparece pela comparação dos diversos Evangelhos, temos de concluir que Jesus foi um verdadeiro poeta. Para alguém se certificar, basta ler o hino de acção de graças, quando os discípulos missionários regressaram do seu apostolado: «E os setenta e dois voltaram alegres, dizendo: Senhor, até os demónios se nos submetem em virtude do teu nome...». Cheio de alegria no Espírito Santo, Jesus disse: «Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondeste estas coisas aos sábios e aos prudentes e as revelaste aos pequeninos...». E virando-se para os discípulos disse: «Ditosos os olhos que vêem o que vós vedes. Porque eu vos afirmo

que muitos profetas e reis desejaram ver o que vós vedes e não viram, e ouvir o que vós ouvís e não ouviram». (*Luc.*, 10, 17 e ss.; *Mat.*, 11, 25).

Igualmente se revela como poeta nos discursos didáticos, no grupo de sentenças artisticamente ordenadas, onde se encontram as diversas fórmulas de paralelismo; estes discursos revelam o seu génio poético através de delicadas e acessíveis comparações, de imagens familiares, e também o seu profundo sentido doutrinal. Leiam-se, por exemplo, as parábolas do semeador e da cizânia (*Mat.*, 13 e ss.), as comparações do filho que pede pão: «Se vós, pois, sendo maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais vosso Pai, que está nos céus, dará bens aos que Lhos pedirem? (*Mat.*, 7, 11). Jesus sabia tirar uma luminosa moralidade até de uma circunstância insignificante e trivial. Examinem-se as belíssimas parábolas das dez virgens, cinco delas prudentes e cinco néscias (*Mat.*, 25), e a dos talentos (*Mat.*, 25, 14). Estas parábolas cativam e deslumbram como um artifício dramático, pelo crescente interesse em que se mantém o monólogo e o diálogo.

Leiam-se as cenas ternas, cheias de suave delicadeza, do filho pródigo e do bom samaritano; nenhuma literatura interpretou com mais simplicidade e acuidade psicológica a desgraça de um jovem orgulhoso e da misericórdia de um pai cheio de bondade (*Luc.*, 15-11 e ss.). A cena do bom samaritano arranca-nos sentimentos de compaixão e é um acabado modelo de instrução religiosa. (*Luc.*, 10, 30).

As parábolas, mesmo prescindindo do seu sublime conteúdo, testemunham a presença de um autêntico talento de poeta e de narrador. Por isso, o Evangelho entusiasma e subjuga.

A influência da Bíblia no campo cultural

Segundo o que dissemos anteriormente, a Bíblia é um magnífico e perdurável monumento de arte literária. Nas suas páginas falam poetas, oradores, pensadores profundos, historiadores famosos.

Além disso, a Bíblia, no decurso dos tempos, exerceu uma influência gigantesca em todas as parcelas da cultura humana. Ainda não está feita a história da cultura bíblica, isto é, um livro no qual se exponham, sob todos os aspectos, os magníficos resultados derivados da Bíblia sobre a economia da vida prática e da vida espiritual. Não há dúvida de que toda a cultura dos povos da Europa assenta sobre as colunas da Bíblia e do Helenismo. A arte e a ciência foram e continuam a ser admiravelmente enriquecidas pela Bíblia. Já se disse, com exactidão e justiça, que a «Bíblia e Homero são as colunas da civilização».

Luminoso contraste de uma frase satânica de André Gide

O escritor francês André Gide, prémio Nobel de Literatura, cujas obras estão no índice dos livros proibidos, aliado de Satanás até ao fim dos seus dias, no seu livro *Dostojewski*, escreve estas palavras: «Sem a colaboração do demónio não há verdadeira obra de arte».

Para as produções dos homens perversos, a afirma-

ção pode encerrar muita verdade, pois já Papini dizia no seu recente e infeliz livro «*O Diabo*»: «Na literatura europeia há algumas obras que, pelo seu conteúdo sofisticado, blasfemo e niilista, poderiam ser ditadas pelo espírito de Satanás».

A frase de Gide, acertada no tenebroso campo da influência satânica, tem seu luminoso contraste no campo das criações artísticas e culturais do homem como tal, ligado a Deus pela religião, sublimado e aperfeiçoado definitivamente no Catolicismo. Únicamente quando vai dirigida à religião, a cultura profana encontra seu pleno desenvolvimento, «numa humanidade dignificada e penetrada pelo espírito de comunidade do cristianismo». Uma arte é realmente grande quando está condicionada por um objecto potente e um génio extraordinariamente vigoroso. Religião e Arte estão intimamente entrelaçadas. As perfeições de Deus manifestam-se ao homem no mundo visível. Pela Arte, o homem exprime, em formas visíveis e sensíveis, a sua concepção da revelação divina. Torna sensivelmente inteligível o maravilhoso mundo das perfeições de Deus reflectidas nas suas criaturas. As obras de arte que pretendam elevar o homem acima da desolação quotidiana, devem estar inspiradas na Religião ou, o que é o mesmo, sobre o livro eterno da Bíblia.

Influência da Bíblia em todas as manifestações culturais. —

A influência da Bíblia é tão vasta como múltiplas são as manifestações do espírito humano. Não há manifestação espiritual que não esteja impregnada de inspiração bíblica; a Poesia, as Artes Plásticas, a Filologia, a Filosofia, as próprias Ciências Naturais, a História, o Direito, devem à Bíblia o seu desenvolvimento e o seu esplendor. Relevando a beleza da Bíblia e a sua influência no campo cultural, de modo nenhum diminui a eficácia religiosa do conteúdo divino, antes se agiganta e

reforça. A atracção exercida nos gregos cultos dos séculos II e III não era apenas motivada pela riqueza e variedade do seu conteúdo ou pela sublimidade das suas ideias, mas também pela beleza e elegância de formas com que se manifestava e exprimia esse conteúdo doutrinal.

Por isso, também nos tempos de agora, a Bíblia será cordialmente querida pelos cristãos; e se eles souberem compreender a beleza artística que as suas páginas encerram, então a Bíblia ser-lhes-á um livro imensamente vital para o seu espírito.

Influência na literatura. — Os maiores poetas da história beberam na Bíblia os melhores temas das suas composições. O inglês Milton, inspirando-se nas narrações do Génesis, legou à humanidade a sua imortal obra do *Paraíso perdido*. Dante, sem o modelo da poesia profética, não teria produzido a maravilha da *Divina Comédia*. Goethe foi um assíduo leitor da Bíblia, admirava os velhos profetas e quando viajava levava no bolso o livro de Isaiás; o seu léxico e as suas imagens estão claramente influenciadas pela Bíblia.

Na Espanha, desde Berceo a José Maria Pemán, toda a literatura está impregnada de um profundo sentido bíblico. Grande parte dos seus argumentos, expressões, comparações e metáforas, estão tomados do Texto Sagrado. Frei Luís de Leon sentiu, como ninguém, a poesia da Bíblia projectando-a nos seus poemas. Calderón, «o grande cantor da Bíblia na literatura universal», como lhe chama o cardeal Faulhaber, situa-se sempre dentro da poesia bíblica. São numerosas as produções, tanto em poesia como em teatro, sobre assuntos bíblicos, do *Fénix de los Ingenios*, Lope de Vega. E assim por diante...

Influência na Pintura e outras artes. — tal como a Poesia também a Pintura, a Escultura e outras artes plásticas tiraram da Bíblia os melhores motivos da sua inspiração. A Bíblia é uma fonte inesgotável de comovedores e grandiosos documentos artísticos. Mediante a arte das passagens bíblicas, a história sagrada, cheia de epi-

sódios encantadores, faz-se carne e vida na alma do cristão, especialmente do cristão simples e sem cultura. Desde o princípio, a Igreja aproveitou a ideia expressa mais tarde por S. Leão Magno: *Picturae sunt libri laicorum* (as pinturas são o livro dos simples).

Nas Catacumbas, os motivos tomados da Bíblia — que ainda hoje se podem admirar —, eram uma maneira plástica e intuitiva de ensinar àqueles primeiros cristãos as principais verdades da fé e as passagens mais vitais dos livros sagrados. A pessoa de Cristo predomina nas pinturas funerárias, sobretudo naquelas cenas onde se manifesta o Seu amor aos homens e a Sua misericórdia.

A arte de miniaturas desenvolve-se com uma perfeição e profusão extraordinárias; intercaladas no texto, à margem ou na página toda, as miniaturas complicadas, recamadas de ouro e cheias de colorido, evocam toda a epopeia do povo hebreu e a vida de Nosso Senhor. O seu realismo comove muito mais do que o arrazoado de alguns clérigos cultos.

Bíblias de Pedra

Na Idade Média, não eram apenas os muros, os altares, os vitrais dos templos, igrejas ou capelas, que se decoravam com imagens religiosas, mas também os cemitérios, as portas, os pórticos e claustros do santuário de Deus.

Já se tornou comum a denominação das catedrais românicas e góticas com o nome de «Bíblias de pedra». Jamais se redactou uma história do Antigo e Novo Testamento tão animada, directa e impressionantemente, como a esculpida ou pintada nos capitéis, nos vitrais, nas abóbadas, na madeira, na pedra ou no mármore.

Temos o exemplo perdurável da poderosa influência dos temas bíblicos na arte, na Capela Sixtina do Vaticano. O Papa Júlio II confiou uma obra colossal ao único génio capaz de a levar ao fim. A decoração da Capela

Sixtina começou em Maio de 1508 e terminou em Outubro de 1512. Foram quatro anos de intenso trabalho durante os quais Miguel Angelo passou por terríveis crises de desespero e fadigas sobre-humanas. O nosso espírito extasia-se a contemplar esta obra genial: a meditação é sombria; a visão é trágica, tendo por fundo a Bíblia, onde há ira, anátemas, horror, dilúvio, serpente de bronze, morte de Adão, juízo final. Enquanto Miguel Angelo decora a Capela Sixtina, Rafael, o seu grande rival, trabalha nas habitações contíguas. Da sua paleta saem as admiráveis imagens de Adão e Eva, nas quais parece transparecer nitidamente a justiça original, como se o artista, numa visão privilegiada, tivesse visto o estado dos nossos primeiros pais antes do pecado.

Privada dos motivos inspirados na Bíblia, a Arte ficaria desprovida dos valores que lhe dão sentido.

Influência da Bíblia no desenvolvimento da Filologia. — Juntamente com a mensagem de salvação, os missionários levam, aos povos convertidos à fé cristã, o Livro que transmite aos homens a história da salvação. Para que os cristãos, desconhecedores das línguas em que está escrita a Bíblia, pudessem beneficiar da sua leitura, tornou-se necessária a tradução, pelo menos das partes mais usadas no culto divino.

Para realizar dignamente este trabalho, é preciso conhecer bem as línguas orientais e as dos povos aos quais se deseja comunicar a doutrina do Livro Sagrado. S. Jerónimo, já avançado em anos, lança-se à árdua tarefa de aprender o hebraico, para depois poder corrigir e traduzir convenientemente os Livros Santos. Para uma tradução exacta, além do conhecimento das Línguas originais, é necessário conhecer outras línguas afins que ajudem a interpretação etimológica das palavras mais difíceis. A Bíblia tem sido o livro mais vezes traduzido, comentado, analisado e estudado sob o ponto de vista filológico. Sem ela, provavelmente, as línguas antigas, espalhadas pela geografia do Médio Oriente e países vizinhos, continuariam a dormir o sono do esquecimento.

A necessidade de se chegar a uma inteligência mais perfeita das passagens bíblicas originou o desenvolvimento de outras ciências: a história, a geografia dos povos contemporâneos e vizinhos, as suas instituições, costumes, tradições e verdades religiosas; para melhor conhecer o mundo antigo e, desse modo interpretar as narrações bíblicas, a Arqueologia esquadrinhou as entranhas da terra à procura de documentos e vestígios de civilizações passadas. Graças a esses estudos, a autoridade do Texto Sagrado cresceu esplendorosamente. Deste modo, a Bíblia, além de uma densa e profunda significação religiosa, encerra também um valor cultural de primeira ordem.

Gêneros literários da Bíblia

Pio XII, na maravilhosa encíclica *Divino afflante Spiritu*, diz estas palavras: «Fácilmente se pode verificar que as condições dos estudos bíblicos, e as outras coisas que aos mesmos são úteis, mudaram muito nestes cinquenta anos».

Para isto contribuíram: as escavações na Palestina e nos países limítrofes, nas quais se acharam importantes documentos para o estudo das línguas, letras, sucessos, costumes e cultos mais antigos. A descoberta de papiros foi um enorme contributo para o conhecimento das letras e instituições públicas e privadas, especialmente do tempo do nosso Salvador; foram encontrados e analisados, com sagacidade, vetustos códices dos Livros Sagrados; deu-se outra importância à investigação e estudo da exegese dos Padres da Igreja; finalmente, procurou-se ilustrar, com numerosos exemplos, o modo de falar, narrar e escrever dos antigos. «Tudo isto, que, com o especial conselho da Providência, se tem conseguido até aos nossos dias, convida e admoesta, em certo modo, os intérpretes das Sagradas Letras a aproveitar com denodo tanta abundância de luz, para examinar com maior acuidade os divinos oráculos, ilustrando-os com mais claridade e propondo-os com maior lucidez».

Estes avanços exegéticos obrigam a um estudo mais aturado da tradição exegética, a uma revisão total dos textos aduzidos nos manuais de Teologia; sobretudo, levam a considerar no seu justo valor as decisões do Magistério da Igreja sobre a interpretação de determinados

textos bíblicos, segundo as claras palavras de Pio XII na *Divino afflante Spiritu*: «Em primeiro lugar tenham presente que, nas normas e leis dadas pela Igreja, se trata de coisas de fé e costumes, que é a grande parte que se contém nos Livros Sagrados legais, históricos, sapienciais e proféticos... Além disso, é justo esperar que também os nossos tempos possam contribuir com alguma coisa para a interpretação mais profunda e exacta das Sagradas Letras, visto que não poucas coisas, sobretudo nas concernentes à história, foram explicadas escassa ou insuficientemente pelos expositores dos passados séculos, porque lhes faltavam quase todas as notícias necessárias para melhor as ilustrar».

«É bom de ver, quão difíceis e quase inacessíveis eram algumas questões para os mesmos Padres, nos repetidos esforços que muitos deles fizeram para interpretar os primeiros capítulos do Génesis e, também, pelas renovadas tentativas de S. Jerónimo em traduzir os Salmos, de tal modo que, se descobrisse com clareza o seu sentido literal ou o expresso nas mesmas palavras».

É, pois, inegável, e a autoridade do Papa o afirma peremptoriamente, que a nossa época, possui, graças a Deus, novos meios e instrumentos de exegese. Estudou-se mais a fundo a natureza e efeitos da inspiração e a psicologia do hagiógrafo; explorou-se àvidamente os géneros literários; comparou-se a Bíblia com a literatura dos povos vizinhos e contemporâneos; e utilizaram-se as conclusões acertadas das ciências naturais.

Contudo por causa de certas dificuldades actuais ou sob o pretexto de adaptação ao espírito moderno, não nos devemos deixar arrastar desesperadamente atrás de seductoras novidades, que hoje florescem e amanhã podem passar de moda. As dificuldades, por insolúveis que pareçam, não nos autorizam a abandonar as conclusões certas da Teologia ou a pôr de lado as directrizes do Magistério eclesiástico.

Apesar disso, as dificuldades devem manter-nos num estado de alerta e ser um incentivo para se distinguir,

com esmerado cuidado, o elemento revelado e o seu significado universal, permanente e intangível, do revestimento concreto, da forma literária sob a qual aprouve ao Espírito Santo transmitir a sua mensagem.

Os géneros literários

O estudo dos chamados «géneros literários» foi um passo gigantesco e definitivo na exegese bíblica, abrindo novos e rasgados horizontes. Actualmente, o problema dos géneros literários converteu-se no problema bíblico por excelência.

«Os géneros literários, diz o abade Cl. Vicent, são formas gerais artísticas do pensamento, com suas características e leis próprias. Constituem classes ou categorias nas quais se catalogam as obras do espírito».

Basta ler a Bíblia para notar a diversidade dos seus géneros, os modos de narrar, de expor os factos e as verdades. Há escritos em prosa e escritos em verso, e, nestas duas grandes categorias, diversidade de formas e de estilos.

Foi no século XIX que se começou a agitar a questão dos géneros literários. Alguns católicos empenhados em salvaguardar a inerrância bíblica e defendê-la contra as dificuldades aparentemente insolúveis, vindas especialmente do campo das ciências naturais: Geologia, Paleontologia, Etnografia, Antropologia, etc., lançam-se por caminhos novos com o nobre afã de encontrar uma airosa saída, uma solução ortodoxa e satisfatória para o presumível conflito entre os dados das ciências e as afirmações da Bíblia. Estes autores afirmam a possibilidade de uma variedade de formas históricas, nas quais o hagiógrafo encaixa os factos com maior ou menor liberdade.

Esta hipótese tem um valor incalculável para a interpretação do Texto Sagrado, porque é fora de dúvida que cada género literário corresponde a uma verdade diferente. É evidente, por exemplo, que a parábola da rede e a descrição do processo de Jesus são narrações

cada uma com sua verdade. Para que a parábola da cizânia seja verdadeira é suficiente que a sorte que coube aos peixes bons e maus, caídos na rede, corresponda ao que sucederá no último dia com os justos e malvados, por obra da selecção angélica.

De um modo análogo, às diversas formas de escrever a história deve corresponder um modo diverso de achar a verdade contida em cada forma literária. Para poder descobrir esta verdade é absolutamente necessário conhecer a que género literário corresponde a descrição ou narração, e, uma vez encontrado, investigar as suas propriedades, espírito, razão ou ser, modo de o empregar e argumentos inerentes a cada género.

Foi isto o que pretendeu determinar o P. Lagrange e, sobretudo, o P. Hummelauer nos princípios deste século. Num artigo publicado em *Revue Biblique*, em 1896, o P. Lagrange admitia três diversos géneros de narração: a novela edificante, a verdadeira história e a história das origens. A novela edificante tem um valor meramente didáctico, sem nada de histórico, a não ser o ambiente em que se desenrola. Na verdadeira história, é preciso ter presente que, na antiguidade, não se escrevia história como no tempo dos romanos ou dos gregos, nem como nos tempos modernos; possuíam outros moldes e maneiras de transmitir a história; narram os factos tal como sucederam, revestidos de uma roupagem literária que se deve interpretar com certa liberdade. A história das origens é verdadeira no substancial: existe um núcleo religioso, dogmático e histórico, envolvido em artifícios literários, mais ou menos populares, que servem para dar a vida e plasticidade à narração.

Doutrina do Padre Francisco Hummelauer. —

Em 1904 o Padre Francisco Hummelauer sistematiza a teoria dos géneros literários na célebre obra: *Exegetisches zur Inspirationsfrage*. A doutrina do Padre Hummelauer é de grande interesse, pois a doutrina hoje em voga funda-se substancialmente nos princípios enunciados pelo autor.

Na Sagrada Escritura, segundo a doutrina do Padre Hummelauer, devem distinguir-se vários géneros literários, a cada um dos quais corresponde uma maneira diversa de propor a verdade. Estes géneros agrupam-se em nove categorias: fábula, parábola, poesia épica, história religiosa, tradições populares, história antiga, narração livre, «midrasch» e narração profética apocalíptica.

Para os antigos, a história, mais que uma ciência, é uma arte; por isso, a finalidade dos seus escritos é referir os factos, embora com certa liberdade artística na exposição, que os leva a fingir discursos na boca de personagens históricos, a empregar esquemas e recursos técnicos, etimologias *ad sensum*, números sagrados, etc. A história bíblica, além de encerrar todos os matizes e características da história antiga, é eminentemente religiosa; isto constitui um novo género literário: a história religiosa que admite maior liberdade no manejo das fontes e na exposição dos factos ordenados pelo autor, mais para edificação dos fiéis do que para ilustração histórica. Um género particular na história antiga é o das tradições populares. As tradições, transmitidas de pais a filhos, transformam-se consoante as vicissitudes históricas. Por isso, a verdade destas tradições deve buscar-se no núcleo histórico. Portanto, se um escritor narra essas tradições, não como verdadeira história, mas como tradições, não engana nem mente. Outro género digno de ter-se em conta é o da «narração livre», que se confunde com a nossa novela histórica. Em torno a personagens ou factos históricos, elaboram-se ficções com uma finalidade artística ou religioso-moral, como por exemplo, Rut, Judit, Tobias, Ester.

Da sua exposição, o Padre Hummelauer deduz duas conclusões básicas para salvaguardar a inerrância bíblica: 1) Alguns livros até agora tidos como históricos. «talvez» pertençam a um género literário não estritamente histórico; antes a narrações livres. 2) Os livros históricos do Antigo Testamento não contêm a verdade

histórica segundo a noção moderna de estória, mas segundo a noção que os antigos tinham da história.

Intervenção da Comissão Bíblica. — O desacerto principal do Padre Hummelauer foi ter estabelecido, *a priori*, os diversos gêneros literários, isto é, em vez de deduzir os diversos tipos ou formas de narrar do estudo e análise da literatura antiga, elaborou-os à medida das suas necessidades. Isto fez com que o Magistério da Igreja se precatasse contra a nova teoria. A resposta da Comissão Bíblica, em 1909, estabelecia que, para afirmar que os livros tidos até agora como históricos não eram propriamente históricos, era necessário provar com sólidos argumentos que o seu autor não quis narrar uma história propriamente dita, antes propor outra coisa sob a aparência de história.

A mesma Comissão Bíblica condenava as avançadas afirmações de certos escritores que negavam todo o carácter histórico dos três primeiros capítulos dos Génesis.

Bento XV, na «*Spiritus Paraclitus*», alude aos «que abusam de certos princípios que seriam rectos se se mantivessem dentro de determinados limites». Estes princípios são a teoria dos gêneros literários.

A encíclica «Divino afflante Spiritu». — A 30 de Setembro de 1943 aparece a grandiosa e radiante encíclica *Divino afflante Spiritu*, que fez estremecer de contentamento o coração dos bíblicos católicos e suscitou ressonâncias de admiração e aprovação entre os estudiosos de outros credos. O francês Vaganay denomina o documento «encíclica libertadora». O Santo Padre fez justiça ao esforço dos exegetas católicos modernos, dentro da mais estricte fidelidade à doutrina e às normas da Igreja. Pio XII pensa, sobretudo, nos serviços que pode prestar à inteligência do Texto Sagrado. Por isso, aconselha e manda o seu emprego. «Deus, por condescendência, falou aos homens na Escriptura, segundo o seu modo ordinário de falar. As palavras de Deus expressas em linguagem humana, assemelham-se à humana linguagem, excepto no

cro». Entre os orientais, Deus acomodou-se ao génio oriental. Sob a sua inspiração, os escritores semitas escreveram a história à maneira dos semitas. Este modo de se expressarem, difere profundamente do modo dos gregos, dos romanos e mais ainda dos nossos contemporâneos. É necessário, pois, determinar em que consistia. Este há-de ser o trabalho do exegeta. «O sentido literal muitas vezes não é tão claro nas palavras e escritos dos antigos escritores orientais, como o é na nossa época, pois, o que eles quiseram significar não se determina unicamente pelas leis da gramática ou da filologia, nem só pelo contexto do discurso, mas é preciso que o intérprete volte, por assim dizer, àqueles remotos séculos do Oriente e, com a ajuda da História, da Arqueologia da Etnografia e de outras ciências, diga que géneros literários quiseram empregar ou de facto empregaram os escritores desses recuados tempos, já que não empregavam sempre as mesmas formas e os mesmos modos de dizer como nós empregamos, mas usavam aqueles que estavam em voga entre os homens do seu tempo».

Para evitar os erros em que Hummelauer e outros haviam caído, Pio XII acrescenta: «Quais foram estes (géneros literários), o intérprete não poderá de antemão determiná-los, mas somente mediante uma cuidadosa investigação da literatura do Oriente».

As palavras do Papa são, pois, luminosas, seguras e orientadoras. É necessário esforçar-se por se chegar a conhecer a mentalidade dos orientais, os seus moldes literários e a sua concepção da verdade histórica; fazer um estudo comparativo da literatura de Israel com as outras literaturas orientais. O trabalho será exaustivo, mas poderá contribuir para resolver muitas dificuldades que se opõem à verdade e à fidelidade histórica, e será um precioso auxiliar para se perceber plena e claramente o que quis dizer o Autor Sagrado. O Papa apela para a obrigação e para a grave responsabilidade do exegeta católico se, porventura, se descuida de pôr em prática estas sábias normas: «É persuada-se (o exegeta) de que esta

parte do seu officio não pode ser desdenhada sem grave detrimento da exegese católica».

Carta ao Cardeal Suhard

Estas palavras do Papa dão lugar a uma vivíssima polémica. As largas concedidas para investigar e aplicar aos livros sagrados os géneros literários orientais fazem com que tomem de novo vulto as teorias anteriores à «*Spiritus Paraclitus*» e se traga à balha a discussão da autenticidade do Pentateuco e da historicidade dos onze primeiros capítulos do Génese. Os descobrimentos no campo da Paleontologia e Antropologia tornam a crise mais aguda. De França faz-se à Comissão Bíblica uma consulta sobre estas questões. A Comissão Bíblica responde por meio de uma carta enviada ao Cardeal Suhard, no dia 16 de Janeiro de 1948. Na primeira parte trata-se expressamente do problema das fontes do Pentateuco; a seguir, deixa aos escriptoristas católicos a mais completa liberdade dentro dos limites da doutrina da Igreja e incita-os a estudar, sem preconceitos, os problemas relativos ao Pentateuco «à luz de uma crítica sã e dos elementos de outras ciências relacionadas com a matéria».

A resposta da Comissão Bíblica debruça-se de novo sobre a questão da historicidade dos primeiros capítulos do Génese, sobre os géneros literários, empregados pelos hagiógrafos, e afirma: «Bastante mais obscura e complexa é a questão das formas literárias dos onze primeiros capítulos do Génese. Tais formas literárias não correspondem a nenhuma das nossas categorias clássicas, e não se podem julgar à luz dos géneros literários greco-latinos ou modernos. Não se pode, pois, negar nem afirmar absolutamente a historicidade de todos aqueles capítulos, applicando-lhes arbitrariamente as normas de um género literário, sob o qual, não podem ser classificados... Declarar «a priori» que estes relatos não contêm história no sentido moderno da palavra, seria dar fàcilmente a entender que de nenhum modo a contêm; o facto é

que referem, numa linguagem simples e figurada, acomodada à inteligência de uma humanidade menos avançada, as verdades fundamentais propostas pela Economia da Salvação, ao mesmo tempo que a descrição popular do género humano e do povo eleito». Os onze primeiros capítulos do Génesis são realmente históricos, isto é, os factos que o hagiógrafo nos pretende transmitir sucederam realmente; porém, para a investigação da verdade histórica desses factos não podemos seguir as mesmas regras usadas na investigação histórica greco-romana ou moderna. Sòmente depois de se chegar a conhecer os géneros literários usados na antiguidade é que o intérprete poderá afirmar o que pertence à verdade histórica e o que é roupagem literária para expor essa verdade.

Na encíclica «*Humani generis*», de 15 de Agosto de 1950, o Papa, nas páginas referentes à Eseritura, lamenta e previne audazes imprudências de pretenciosos escritores que ultrapassam, tanto nas ciências biológicas e antropológicas como nas históricas, «os limites estabelecidos pela Igreja», fundando-se erròneamente na carta da Comissão Bíblica ao Cardeal Suhard. Para evitar falsas interpretações, o Papa declara o verdadeiro sentido da carta: «Os onze primeiros capítulos do Génesis pertencem ao género literário histórico em sentido verdadeiro, que os exegetas devem investigar e precisar». A encíclica reconhece, também, a possibilidade de os hagiógrafos se terem servido de tradições populares; porém, fizeram-no sob o influxo da inspiração divina, que os põe a salvo de qualquer erro na eleição e juízo daqueles documentos.

Além de nos ilustrar e orientar no campo da história bíblica, indica-nos a posição que devemos tomar no conflito entre a Sagrada Eseritura e as ciências positivas. O Pontífice enaltece o desejo de harmonizar os dados da Bíblia com os progressos das ciências naturais; contudo, é preciso não esquecer dois sábios princípios: 1) Se se trata de verdades certamente demonstradas, a Igreja aceita-as e promove-as, pois a verdade não pode contradizer a verdade; 2) Se unicamente se trata de meras

hipóteses e conjecturas, de algum modo relacionadas com a Revelação, o mais prudente e científico é manter-se reservado e cauteloso, pois, tratando-se de hipótese, hoje será e amanhã poderá ser substituída por outra. Se esta hipótese se opõe directa ou indirectamente à doutrina revelada, nenhum católico a pode admitir.

Insisti um bocado sobre os primeiros capítulos do Génese, por ser uma questão de máxima actualidade e o cavalo de batalha dos exegetas católicos. Porém, o problema dos géneros literários deve estender-se a todas as passagens do Antigo e Novo Testamento. Cada narração e cada género literário devem ser interpretados em conformidade com a natureza e propriedades deste género. Não podemos aplicar às narrações da Bíblia os moldes das nossas narrações, do nosso modo de fazer história, porque o Texto Sagrado está escrito segundo as normas literárias da época.

A questão dos géneros literários compendia todos os outros problemas e orienta-nos na sua solução. Nunca se poderá chegar à compreensão clara e exacta de uma passagem, limitando-nos apenas ao estudo filológico e do texto. É necessário colocá-lo «no desenvolvimento do conjunto literário e doutrinal, penetrar a psicologia do autor, discernir, com os seus meios de expressão, a finalidade concreta que se propõe, e ver, para além da sua obra, o perfil de um fundo social, e quiçá, também a alma comum de uma colectividade, com os seus sofrimentos, fé e esperanças.

Inspiração e Inerrância

O presente capítulo constitui o núcleo fundamental de todo este livro acerca da Bíblia. Nele estudamos a nota essencial que dá personalidade própria e distinta aos Livros Sagrados; nota, em virtude da qual os livros que integram a Sagrada Escritura, prescindido do fundo e da forma, se diferenciam de todos os outros escritos da Humanidade, mesmo dos chamados sagrados, como os Oráculos de Confúcio, os Vedas de Brahma, os Zend-Avesta dos Persas, o Corão de Maomé.

Este carácter dos Livros Sagrados recebe o nome de inspiração bíblica, que é uma acção do Espírito Santo; como adiante veremos, sobre o escritor sagrado, em virtude da qual Deus é o autor do Livro, juntamente com o autor humano. Daqui a excelência sublime, única e transcendente do Livro Sagrado.

O presente capítulo divide-se em quatro grandes partes: 1) Existência de livros inspirados; 2) Natureza da inspiração bíblica; 3) Extensão; 4) Imunidade de erro.

I. — EXISTÊNCIA DE LIVROS INSPIRADOS

Artigo I — Noção de inspiração

Antes de entrarmos na matéria é oportuno e necessário propor a noção de inspiração bíblica, deixando para mais tarde o estudo minucioso da sua natureza.

O vocábulo inspiração origina-se da palavra latina

«inspiratio»; corresponde ao termo grego (theopneustia), que S. Paulo aplica à Sagrada Escritura numa passagem muitas vezes citada (*II Tim.*, 3, 16) e que se traduz: «inspirada por Deus».

Etimologicamente, o verbo latino «inspirare», corresponde ao grego «pneuo» e significa em sentido primário: soprar, aspirar ar, etc. Em sentido translático: influir de múltiplas maneiras: amor, ódio, medo, desejo, compaixão, etc.

Teologicamente, inspiração é uma graça de Deus que se recebe no entendimento e se chama «ilustração» (illuminatio), na vontade e se denomina «moção», «influência» (inspiratio).

Em virtude desta graça, Deus influi no escritor humano como num instrumento racional, e da acção de Deus, íntima e misteriosamente unida à acção do hagiógrafo ou escritor humano, resulta a composição de um livro, do qual tanto Deus como o hagiógrafo são causas totais, autores verdadeiros, embora Deus seja sempre autor principal. O livro composto por obra e graça do influxo divino e da actividade pessoal e livre do hagiógrafo recebe os nomes de inspirado, canónico, sagrado, divino, etc.

«Este duplo carácter dos livros santos, na sua totalidade obra de Deus e obra do homem, é fundamental para o conhecimento e interpretação das Divinas Escrituras, e quem o não tiver presente, tropeçará na leitura destes livros com inúmeras e insolúveis dificuldades.

O autor humano é órgão, instrumento do Espírito Santo; porém, instrumento vivo, e racional que, sob o acção de Deus, desenvolve a sua actividade e usa das suas faculdades, de tal modo que a sua personalidade fica gravada no livro que escreve, como facilmente poderá deduzir o leitor. É necessário, pois, na interpretação, penetrar nele enquanto possível, não prescindindo de nada que nos possa dar a conhecer o autor com todos os seus rasgos pessoais característicos, sua formação espiritual, condições de vida, tempo em que viveu, fontes

que utilizou, quer orais, quer escritas; os modos de dizer ou os géneros literários que empregou».

Quiz propositadamente citar estas luminosas palavras da introdução à Bíblia de Nacar-Colunga, para que sirvam de orientação e esclareçam o caminho.

Artigo II — Cognoscibilidade da inspiração da Sagrada Escritura

Existe este facto que acabamos de definir? Se existe, como o poderemos conhecer? Que meios ou critérios devemos usar para chegar ao seu conhecimento?

Tratando-se de um facto sobrenatural e interno, no qual intervêm três factores: Deus, o homem e o livro, parece lógico que sòmente possamos conhecer a existência da inspiração, mediante o testemunho divino, o testemunho humano ou o exame das qualidades do livro.

Todo o critério usado na investigação do facto da inspiração tem de ter estas qualidades: *infalível*, de tal modo que dê absoluta certeza, não só humana, mas também divina, para que um livro se possa admitir como sobrenaturalmente inspirado; *universal*, isto é, válido para todos os livros inspirados e só para eles; *acessível* a todos e cada um dos homens, letrados ou analfabetos.

Têm-se aduzido e continuam a aduzir-se critérios insuficientes, uns baseados no mesmo livro, outros no testemunho puramente humano. a) *Entre os primeiros enumeramos os seguintes:*

1) *Critério estético-doutrinal*, empregado pelos anglicanos. A origem divina da Bíblia prova-se pela sublimidade, transcendência e harmonia do seu conteúdo doutrinal, como pela beleza do seu estilo.

Como deixamos escrito no capítulo da excelência das Sagradas Escrituras, é certo que o seu conteúdo doutrinal supera, de longe, as produções mais preclaras do engenho humano e a sua linguagem, em alguns livros, pode comparar-se com as obras mestras da literatura

universal; mas não é critério infalível e universal, pois poderia aplicar-se também a outros livros de doutrina dogmática e moral excelsa, por exemplo, à imitação de Cristo, e, além disso na Bíblia encontramos livros cujo conteúdo religioso está reduzido à mínima expressão, e o seu valor literário é quase nulo.

2) *Critério histórico*, igualmente aduzido pelos anglicanos. A origem divina da Bíblia manifesta-se pelos milagres e profecias ali narrados.

Porém, tal critério não é *universal*, porque há livros nos quais falta o elemento profético e milagroso, V. Gr. Rut, I Paralipómenos e grande parte dos sapienciais. Segundo isto, teríamos de negar a sua inspiração.

Também não é infalível; o milagre, enquanto facto sensível, pode ser descrito por qualquer narrador, seja ou não inspirado.

3) *Critério empírico* (usado entre os Calvinistas, Luteranos e modernistas). Segundo alguns, o leitor descobre a origem divina dos Livros Sagrados pelos efeitos admiráveis que produz na sua alma: gosto, sabor espiritual, sentimentos de compunção, desejos de virtude; segundo outros, Deus põe em cada leitor uma iluminação interna para que ele possa determinar quais são os livros inspirados.

Estes critérios, puramente subjectivos, estão expostos a ilusões e a alucinações: pois há muitos livros ascético-místicos capazes de impressionar mais vivamente certos leitores que outros livros da Sagrada Escritura.

a) *O testemunho meramente humano* é também insuficiente para provar a origem divina de um livro. O testemunho meramente humano está exposto a falhar e, por isso, pode dar uma certeza divina, requerida para admitir o facto da inspiração.

c) *Poderia perguntar-se*: o simples facto de um livro ter sido escrito por um Apóstolo não provaria suficientemente a sua inspiração e origem divina?

A esta pergunta os autores respondem:

1) É certo que S. Marcos e S. Lucas não foram

apóstolos e, contudo, os seus escritos sempre foram tidos como inspirados.

2) O critério de apostolado tem um valor *negativo*, em virtude de se não poder considerar como inspirado um livro escrito depois da idade apostólica. Porque a revelação de verdades novas termina com o último Apóstolo, e, sendo a inspiração um dogma de fé, não pode co-megar a existir depois da idade apostólica.

3) Encerra também um valor positivo, pelo facto de todos os escritos apostólicos que conservamos serem inspirados; mas isto não autoriza a pensar que tudo quanto foi escrito por um Apóstolo se deva considerar como inspirado, pelo facto de sair da pena de um Apóstolo, pois o apostolado não implica necessariamente a inspiração.

Esta é a sentença mais seguida, embora haja católicos que opinem o contrário.

d) *O testemunho formal de Deus*: Sòmente o testemunho divino contido na tradição apostólico-ecclesiástica nos pode dar uma certeza divina do facto da inspiração. Como descobrir esse testemunho de Deus? No artigo seguinte provaremos que a inspiração da Bíblia se demonstra pela própria Sagrada Escritura, pelo Magistério ordinário da Igreja e pelo seu Magistério solene.

Artigo III — Existência da inspiração da Sagrada Escritura

1) O testemunho da mesma Bíblia.

Convém, antes de mais nada, resolver uma objecção muito frequente: Não cairemos num círculo vicioso ao procurar demonstrar a inspiração da Bíblia pela mesma Bíblia?

De modo nenhum, pois tomamos a Bíblia como documento humano, prescindindo da sua inspiração; damos à Sagrada Escritura uma autoridade meramente histórica. Portanto, se nela encontramos afirmações acerca da inspiração feitas por algum profeta, por Jesus Cristo

ou algum Apóstolo, tais afirmações terão um valor irrefutável, visto que a sua missão divina, a sua qualidade de enviados do Pai, está também historicamente comprovada.

Os judeus já consideravam os Livros Santos como palavra de Deus, escrita por Seu mandato. Deus ordena a Moisés que ponha por escrito as suas palavras (*Ex. 17, 14*). Os profetas falam por ordem de Deus, sob o impulso do Espírito Santo, e escrevem os oráculos para que fiquem gravados na memória dos vindouros (*Is. 30, 8; Jer. 30, 2*). Entre os outros escritores existe a convicção de que escrevem em nome de Deus. Os rabinos invocam a autoridade absoluta da Escritura com expressões características, como: «ela disse», «segundo o que foi dito», «segundo está escrito», e outros vocábulos semelhantes.

As mesmas fórmulas encontramos na boca de Jesus e dos Apóstolos. Quando fazem alusão ao Antigo Testamento, usam fórmulas solenes e consagradas, para determinar a autoridade da Escritura: «como está escrito», «está escrito». Acodem às Escrituras quando querem propôr um argumento irrefragável (*Mat. 4, 4; Marc. 11, 17; Luc., 7, 27; Jo., 2, 17; R. 1, 17; I Pet. 1, 16*); «Deus disse» (*II Cor. 6, 16*). A lei de Moisés, os Salmos, os Profetas (*Luc. 24, 44*) devem «cumprir-se» (*Mat. 26, 54; Marc., 15, 28*) e não podem falhar (*Jo. 10, 35*) porque contêm os «oráculos de Deus» (*Hc. 7, 38; R. 3, 2*). É Deus quem falou a Moisés (*Marc. 12, 26; Jo. 9, 29*) e pela boca dos santos profetas (*Luc. 1, 70; R. 12*).

Nas disputas com os judeus, Jesus aduz a Sagrada Escritura com autoridade máxima e infalível: «Esquadrinhai as Escrituras, já que nelas julgais ter a vida eterna, porque elas falam de mim» (*Jo. 5, 39*). Como se dissesse: «Isto é verdadeiro e certo pelo simples facto de estar escrito no livro da Lei». A força do argumento funda-se na convicção da origem divina da Escritura. Isto indica uma causalidade divina, em virtude da qual os livros são palavra de Deus.

Desde os primórdios da Igreja, esta persuasão da origem divina dos Livros Sagrados está tão arraigada no espírito de todos, que nem sequer se pensa em prová-la ou defini-la. Contudo, há dois textos no Novo Testamento tão explícitos, que resumem perfeitamente esta persuasão.

Segundo uma passagem da segunda epístola de S. Pedro (*II, Pet. 1, 20*), os profetas não falaram por própria vontade, mas «movidos pelo Espírito Santo». S. Pedro refere-se às profecias escritas, pois só assim se podiam achar nas mãos dos fiéis, para a sua instrução e confirmação na fé,

Esta moção do Espírito é aclarada por S. Paulo, o qual falando na segunda epístola a Timóteo (*II Tim. 3, 15-17*), diz que toda a Escritura é divinamente inspirada». A palavra grega empregada tem um valor técnico, e dela se deriva o nosso vocábulo «inspiração».

2) *Testemunho do Magistério ordinário da Igreja.*

A Igreja desde o princípio manifesta exuberantemente a sua convicção na origem divina da Bíblia, quer pelo uso que dela faz nos ofícios litúrgicos, quer pelas afirmações dos seus doutores.

No uso litúrgico distingue nitidamente os Livros Sagrados de qualquer outro livro da antiguidade cristã, como as Cartas de S. Clemente, as Actas dos Mártires ou os escritos dos Romanos Pontífices. Enquanto os livros canónicos ou sagrados se lêem sob o nome de Escrituras e, portanto, como inspirados e como regra de fé e de costumes, os outros lêem-se com uma finalidade de edificação espiritual. Os Santos Padres nas suas obras apologeticas, exegéticas e na pregação popular, recorrem à Escritura como autoridade infalível, fonte inesgotável de ensinamentos divinos.

Da análise das afirmações dos Santos Padres podem-se resumir várias fórmulas que mutuamente se completam e mostram como a Escritura é a palavra de Deus. A Escritura Santa foi inspirada ou «ditada» pelo Espírito Santo; tem pois, a Deus por «autor», sendo o

escritor humano seu «instrumento», chamado muitas vezes com nomes, como «cítara do Espírito Santo», «pena», etc. Os últimos Romanos Pontífices sustêm a mesma doutrina: Leão XIII, na *Providentissimus Deus*, (1893), Pio X no Decreto *Lamentabili* e na encíclica *Pascendi* (1907), Bento XV na *Spiritus Paraclitus* (1920), Pio XII nas encíclicas *Divino afflante Spiritu* (1943) e na *Humani generis* (1950).

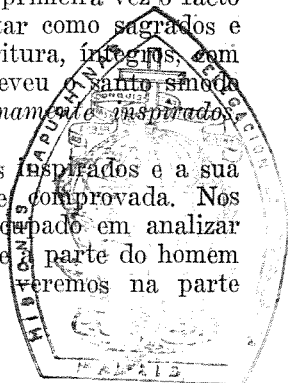
3) Testemunho do Magistério solene da Igreja.

Até ao século V, a Igreja preocupa-se, sobretudo, com definir e defender o conteúdo do Cónon, o número dos livros definidos como sagrados. Do século VI ao XIII, ensina que estes livros são sagrados porque Deus é o seu *autor* e contra os hereges que se opunham à revelação do Antigo Testamento declara que um só é o autor de ambos os Testamentos (*Concílio II de Lyon, 1274*). O mesmo afirma o Concílio de Florença (1441) e dá a razão; «porque os santos de um e outro Testamento falaram sob a inspiração do mesmo Espírito Santo».

O Concílio de Trento, embora não defina a inspiração, pressupõe-na como requisito indispensável e certo da doutrina católica; isto é, a Igreja aceita com a mesma veneração os livros protocanónicos e deutero-canónicos porque foram igualmente inspirados por Deus. Note-se que os Protestantes não admitem os livros deutero-canónicos.

O Concílio Vaticano define pela primeira vez o facto da inspiração. «Se alguém não aceitar como sagrados e canónicos os livros da Sagrada Escritura, ^{integros, com todas as suas partes, como os descreveu o santo sínodo Tridentino ou negar que são divinamente inspirados,} seja anátema».

Portanto, a existência dos livros inspirados e a sua origem divina, fica suficientemente comprovada. Nos últimos anos os estudiosos têm-se ocupado em analisar conscienciosamente a parte de Deus e a parte do homem na composição do livro. É o que veremos na parte seguinte:



II. — NATUREZA DA INSPIRAÇÃO

A inspiração é um influxo sobre o hagiógrafo, em virtude do qual Deus é verdadeiro autor físico dos Livros Sagrados juntamente com o hagiógrafo.

Até ao século XVIII, tanto entre os católicos como entre os protestantes, a inspiração concebe-se como um «ditado» que Deus faz ao hagiógrafo que o escuta e depois o escreve. Não se preocupam nem da psicologia religiosa, nem da evolução da linguagem, nem dos possíveis conflitos entre a Bíblia e os dados das ciências naturais. Os Santos Padres falam do homem inspirado como de um plectro ou uma pena dirigida pelo Espírito Santo. Convém ter presente que estas imagens, tal como a palavra «ditado», implicam muito menos passividade para os antigos do que para os modernos. Mas os estudos filológicos, históricos, filosóficos, de psicologia religiosa e os achados científicos levaram a ponderar com mais atenção e a avaliar convenientemente a actividade do hagiógrafo, a sua cooperação vital e fecunda, na composição do livro.

«A nossa época, diz Pio XII, na *Divino afflante Spiritu*, do mesmo modo que acumula novas questões e novas dificuldades, também, por favor de Deus, subministra novos recursos e subsídios para a exegese. Entre eles é digno de especial menção o que os teólogos católicos, seguindo a doutrina dos Santos Padres e do Angélico Doutor, exploraram e expuseram com maior perfeição que nos séculos passados, a natureza e os efeitos da inspiração bíblica, pois, partindo do princípio de que o escritor sagrado, ao escrever o seu livro, é órgão e instrumento vivo e racional do Espírito Santo, observam rectamente que sob o influxo da divina moção, de tal modo fazem uso das suas faculdades e energias que, pelo livro nascido da sua acção, todos podem verificar a «índole própria de cada um e por assim dizer, os seus rasgos e características singulares».

Posições diversas — Perante a constatação da per-

sonalidade íntegra e total do escritor humano na Bíblia com a sua psicologia, estilo próprio, mentalidade científica, os estudiosos adoptam diferentes posições. Uns, pouco ponderados, negam a origem divina da Bíblia, considerando-a como um livro meramente humano, escrito por diversos autores através dos tempos. Outros, querendo defender exagerada e acertadamente o dom sobrenatural da inspiração, reduzem-na à sua mínima expressão: «mera assistência negativa» que preserva o autor humano de cair no erro; ou «uma aprovação subsequente» pela qual o Espírito Santo faz Sua obra composta por outrem.

Ambas teorias se opõem às declarações do Concílio Vaticano e ao próprio conceito de inspiração. Segundo o Concílio Vaticano, os Livros Sagrados são inspirados, não porque foram escritos pela indústria humana e depois aprovados pela autoridade divina, nem só porque contêm a revelação sem erro, mas porque, tendo sido escritos sob a inspiração do Espírito Santo, têm a Deus por autor, e como tais foram transmitidos à mesma Igreja.

Além disso, tanto no caso da assistência passiva como no da aprovação subsequente, não é Deus o autor do livro, mas sim, única e exclusivamente, o espírito humano. Isto deita por terra o conceito de inspiração bíblica.

Outros, querendo conciliar os supostos erros no campo da ciência profana com a inspiração divina, restringem esta somente às verdades de fé e costumes. Leão XIII, na encíclica *Providentissimus*, repudiando esta limitação da inspiração à doutrina de fé e costumes define o que é a inspiração. Segundo o Papa, a inspiração é um influxo positivo que leva o autor humano a escrever o livro desde o princípio ao fim, de tal forma que a escritura, concebida, querida e realizada sob a moção do Espírito Santo, tenha a Deus por autor juntamente com o escritor humano.

«...De tal modo os estimulou (aos hagiógrafos) e moveu com o Seu influxo sobrenatural a escreverem, e

de tal modo lhes assistiu enquanto escreviam, que eles conceberam rectamente tudo e só o que Ele quis, e o quiseram escrever, e aptamente o expressaram com verdade infalível. De outro modo Ele não seria o autor de toda a Sagrada Escritura».

Com isto a Igreja não pretende remover as disputas sobre a natureza da inspiração; ao contrário, encoraja os exegetas a um estudo cada vez mais profundo. Um dos teólogos mais beneméritos na investigação da natureza da inspiração é o jesuíta Cardeal Franzelin. Propõe uma engenhosa solução que serve de ponto de partida para um melhor esclarecimento do problema. A sua teoria constitui uma espécie de ponte entre a concepção antiga e a concepção moderna. As ideias são todas de Deus, que as infunde no autor humano, quer pela «revelação de ideias novas, quer pela iluminação de ideias já possuídas, mas manifestadas ao seu espírito, para que as projecte no livro». O hagiógrafo é um mero instrumento passivo. Mas no que se refere à forma literária do livro, o autor humano escolhe livremente a roupagem com que deve apresentar as ideias recebidas de Deus; neste trabalho conta com uma assistência divina meramente negativa para exprimir rectamente estas ideias. Na teoria de Franzelin temos, pois, dois autores: um, autor da forma, outro, do conteúdo.

Estado actual da questão. — Contra os meritórios esforços de Franzelin surgem louváveis reacções, que buscam uma solução mais acertada, recorrendo a um estudo exaustivo da doutrina tomista. A inspiração é um mistério, mesmo sob o ponto de vista psicológico, pois, na produção do livro sagrado cooperam duas causas, para nós impossíveis de perceber: uma divina, outra humana. Para de algum modo se explicar este facto, recorre-se à teoria da causa instrumental. Segundo Santo Tomás, o Espírito Santo é o autor principal, e o homem, o autor instrumental. Mas a causa instrumental não obra como tal, com virtude própria, mas enquanto é movida e elevada na sua virtualidade e, por conseguinte, no seu

efeito, pela causa principal. O instrumento tem duas acções: uma própria e outra resultante da sua própria contextura específica. O Santo Doutor dá o exemplo clássico da serra, que, ao serrar, exerce duas acções: a própria, inerente à sua natureza cortante, e a que lhe é comunicada pela habilidade do artífice, que é a de cortar artisticamente. Esta última virtualidade é superior à do simples instrumento material, já que este, de per si, é incapaz de plasmar e conceber a ideia artística; é a acção propriamente instrumental, que o instrumento possui apenas de modo transitório, ao ser manejado pelo artífice. Por outro lado, esta acção superior ao instrumento material não se pode realizar senão mediante a acção própria do dito instrumento, isto é, a acção de cortar. Por isso, as duas acções são inseparáveis na realização da obra: o instrumento actua sob o influxo das duas acções que, embora fisicamente se identifiquem na produção do efeito, contudo, distinguem-se formalmente, pois, há aí uma elevação da virtualidade própria do instrumento, sob o influxo de uma causa superior inteligente que o dirige.

Suposta esta íntima inter-dependência das duas virtualidades ao serviço da causa principal, segue-se que o efeito é fruto da união das duas causas, de tal forma que se não pode atribuir aquele a uma causa com a exclusão da outra. Mas pode muito bem dizer-se que o efeito é obra principalmente da causa principal que elevou e enobrecceu a acção cega e material do instrumento.

Aplicação à teoria da inspiração bíblica. — Aplicando agora esta teoria à inspiração bíblica, Deus é a causa principal de um modo singular, enquanto move e eleva a um plano sobrenatural as potências psíquicas do autor humano, para produzir um efeito sobre-humano. Neste caso, o hagiógrafo é realmente causa instrumental, enquanto age pelas suas potências intelectivas, volitivas e mecânicas, na composição deste livro divino e humano. Esta intervenção da causa superior inclui a elevação das potências anímicas para a produção dum efeito supe-

rior à natureza humana e, além disso, a sua aplicação positiva à consecução desse efeito. Esta moção da causa superior, como superior intrinsecamente à natureza do sujeito instrumental, não é habitual ou permanente, inerente à natureza humana, mas transitória, isto é, dura somente enquanto subsistir o influxo causal do agente principal.

O efeito destas duas causas, agindo intimamente unidas, é pertença de ambas, embora de modo diverso. Como Deus é o autor principal, o livro é singularmente divino, não só pelo argumento, mas por razão da origem. Por outro lado, como a causa instrumental é humana, enquanto o hagiógrafo actua pelas suas potências co-naturais e específicas, desenvolvendo plenamente a sua actividade, como qualquer outro escritor humano, o homem é também, na verdade, autor do livro; precisamente nessa actividade humana, peculiar à causa instrumental, encontramos a razão da diversidade de estilos, e até a possibilidade de deficiências literárias.

A acção de Deus recai primeiramente sobre as potências intellectuais do hagiógrafo, pois o fim concreto da sua actividade é precisamente a produção de um efeito de tipo intellectual: o livro. Por isso, para que o livro seja divino ou sobre-humano, requiere-se uma misteriosa illustração ou iluminação da parte de Deus, para discernir e conhecer a verdade, o que supõe uma especial intervenção de Deus que preserve a veracidade do hagiógrafo (juízo especulativo ou teórico), em tal grau que os juízos emitidos por ele sejam também juízos divinos e, consequentemente, infalíveis, em virtude de os juízos humanos terem sido elevados a uma ordem superior aos meramente humanos do autor. Por outra parte, o autor humano, sob a iluminação da luz divina, julga da conveniência prática (juízo prático) de pôr por escrito tal juízo especulativo ou tal documento que sirva para a illustração da verdade que se propõe exprimir.

Esta iluminação do entendimento especulativo não supõe a revelação de verdades novas, desconhecidas do

hagiógrafo, pois a acção formal do influxo inspirativo recai sobre o juízo, e não afecta necessariamente o acto de captar material para o juízo, que, na realidade é anterior ao próprio facto de julgar. Por isso, é necessário distinguir os conceitos de «revelação» (inclui sempre a comunicação de verdades novas e desconhecidas da parte do que as recebe) e de «inspiração». Apesar disso, mesmo quando o autor sagrado não receba, muitas vezes, novos conhecimentos de ordem sobrenatural, contudo, ainda neste caso ele se apercebe dos que tinha por processo intelectual natural, sob a influência de uma nova luz sobrenatural, suficientemente clara e transcendente, para emitir um juízo divino sobre a sua verdade especulativa. Para a composição do livro, não se exclui, pois, uma acção laboriosa de provisão de materiais da parte do autor humano, como costuma acontecer a qualquer escritor profano. (Luc. 1, 4-4; Marc. 2, 24-32). Até nesta selecção de materiais, o hagiógrafo está sob uma especial assistência de Deus, que o preserva de toda a possibilidade de erro. Contudo; dá-se, muitas vezes, o caso de uma revelação estricta de verdades desconhecidas, naturais ou sobrenaturais, como sucedia com muitos profetas escritores.

Também é necessário supor um influxo causal físico, directo, da parte da causa principal, na vontade do autor sagrado, para que escreva esses conceitos teóricos, resultado simultâneo da elaboração intelectual humana e da iluminação especial e sobrenatural de Deus, pois o fim específico da moção inspirativa é precisamente comunicar, em benefício da comunidade religiosa, os juízos divino-humanos do hagiógrafo, para a edificação e ilustração religiosa dos destinatários. Se o escritor fosse movido a escrever unicamente por impulso da sua vontade humana, sem moção especial de Deus, já não seria verdadeiro instrumento de Deus, mas neste caso seria verdadeira causa principal, deslocando todo o elemento divino requerido para que o efeito, isto é, a obra, seja, de algum modo, divina. Supor como necessária essa moção especial de Deus, não significa que o hagiógrafo

tenha sempre consciência dessa intervenção misteriosa de Deus na sua vontade.

A vontade do escritor, sob este influxo directo, conserva a sua perfeita liberdade, embora, ao mesmo tempo, a acção de Deus seja infalivelmente eficaz. Encontramo-nos diante de mistério idêntico ao da harmonia entre a liberdade humana e a causalidade da graça eficaz na alma.

Por outro lado, este influxo causal de Deus abrange a total composição do livro, objecto da inspiração. O hagiógrafo, no próprio acto de escrever, acha-se sob o influxo da causa principal, pois de contrário, o efeito não poderia ser fruto da conjunção harmoniosa de ambas as causas. (Cf. *Verbum Dei*, tradução esp., tomo 1956, apêndices).

III. — EXTENSÃO DA INSPIRAÇÃO

Estende-se a inspiração ao conteúdo de todo o livro, ou há partes nas quais se não verifica este influxo inspirativo de Deus? A inspiração abrange também as mesmas palavras?

Inspiração do conteúdo. — No século XVII, o sacerdote inglês E. Holden, limita o alcance da inspiração: esta «estende-se somente a matérias doutrinais, ou pelo menos a coisas que dizem relação próxima, necessária com elas. Porém, nas coisas que menciona apenas de passagem ou se referem a coisas que não dizem respeito à religião, julgo que o autor tem unicamente a assistência divina verificada noutros santos». Pouco mais ou menos é este o pensamento do Cardinal Newman. É por causa disto que Leão XIII escreve em 1893: «Não se pode permitir a opinião daqueles que, para fugirem a certas dificuldades (o erro aparente da Bíblia), não têm escrúpulos de conceder que a inspiração divina se estende só a coisas de fé e costumes, e a nada mais».

É célebre a teoria do Cardeal Newman acerca dos «obiter dicta» da Escritura, isto é, das frases incidentais

ditas de passagem, como notas geográficas, históricas, que não servem ao fim próprio da Escritura, por exemplo, ao dizer que os rios do Paraíso eram Pison e Geon.

Querer restringir o carisma próprio da inspiração a certas partes da Escritura é ir contra o conceito da instrumentalidade acima exposto, pois então sucederia que parte pertencia a uma causa e parte a outra, já que as duas colaboram, cada uma no seu grau, na produção do mesmo efeito.

Tanto nos textos de S. Paulo anteriormente citados (II Tim., 3, 16), como nas afirmações dos Santos Padres e Documentos Eclesiásticos, clara e terminantemente se afirma a inspiração omnímota de tudo o que foi escrito. No mesmo pé estão os outros Pontífices: Pio X, no Decreto *Lamentabili* (3 de Junho de 1907), Bento XV na *Spiritus Paraclitus*: «O sopro divino chega a todas as partes da Bíblia, sem selecção ou distincção alguma».

Inspiração das palavras. — Perguntamos, antes de mais nada, se é possível a existência de uma inspiração circunscrita apenas aos conceitos atribuindo a expressão concreta dos mesmos unicamente à actividade mental do hagiógrafo.

É esta uma questão árdua e complicada, que resumo nestas palavras de *Verbum Dei* (Trad. esp. t. I (1956), apêndices): «Tudo o que o hagiógrafo faz ao compor o livro sagrado, fá-lo como instrumento de Deus, e, por conseguinte, na escolha das mesmas palavras é assistido pelo influxo inspirativo de Deus. Se assim não fora, o hagiógrafo converter-se-ia em autor principal e o efeito não poderia adjudicar-se totalmente a Deus, sua causa principal. Além disso, as palavras são a expressão da ideia e não se pode estabelecer uma dissociação das potências psíquicas, limitando o influxo divino unicamente à concepção abstracta da ideia que se deve transmitir. Não há dúvida, mesmo psicologicamente, isto é difícil de conceber, pois uma acção física inspiradora, no entendimento e na vontade, há-de ter sua redundância noutras potências anímicas, como na imaginação, memória, e, de

algum modo também, na mecânica da expressão, posto que se ordena ao fim prático de escrever essa ideia concebida pelo entendimento. Todo o mecanismo de concepção e expressão do hagiógrafo se acha elevado, movido e impellido por esse misterioso influxo inspirativo de Deus. Por outro lado, como o instrumento humano actua *humanamente*, com toda sas suas deficiências, não há inconveniência nas diferenças de estilo verificadas por essa misteriosa condescendência ou «*synkatabasis*» de que o Santo Padre nos fala na «*Divino afflante Spiritu*».

É o caso do bom pianista que executa a mesma peça mestra num piano de grande qualidade, perfeitamente afinado, ou noutro de qualidade inferior e totalmente desafinado. O autor principal é ele próprio, a mestria com que executa a peça é igual, a peça é a mesma, mas o efeito é muito diverso. Também o Espírito Santo, ao activar, com o Seu influxo inspirativo, as potências imaginativas e de expressão de um Isaías, consegue melhor efeito, sob o ponto de vista literário, do que quando toma como instrumento da sua acção a Amós, rude pastorinho. Portanto, essas imperfeições de expressão não se podem atribuir à causa principal, mas ao instrumento deficiente, a não ser de um modo indirecto por ter querido servir-se de uma causa instrumental menos apta. Convém notar, além disso, que o influxo de Deus na selecção dos vocábulos, não exime o hagiógrafo de ter de os buscar. Seria necessário conceber a intervenção de Deus análogamente à sua actuação nas causas naturais, não lhes tirando a liberdade de acção inerente à natureza constitutiva de um sujeito racional capaz de acções próprias.

Portanto, ao falar de inspiração verbal, não se trata de uma actuação mecânica do hagiógrafo que se portaria como mero autómato, mas de alguma coisa exigida pela própria natureza psíquica do sujeito racional e pela própria noção de causa instrumental».

Temos falado, até agora, do autor humano, como de um sujeito único; mas o progresso das ciências bíblicas diz-nos que nem todas as partes são do autor a que se

atribuem; mesmo as obras mais homogêneas na sua origem foram retocadas, enriquecidas com glosas e com adições através dos séculos. Diversos escribas puseram as suas mãos na formação dos livros. Isto em nada muda o seu carácter sagrado, pois o resultado final é a Igreja admiti-los como canónicos e inspirados.

Inspiração das traduções. — Os tradutores dos textos originais ou de versões a outras línguas vernáculas eram inspirados? Os escuritistas respondem deste modo: se a tradução é uma simples cópia servil e material noutra língua, o carisma da inspiração parece desnecessário, pois os dotes naturais do tradutor são suficientes para transmitir autênticamente o texto original.

Mas se o autor traduz, ou copia, transformando, glossando, interpolando o texto que traduz, então é necessária a inspiração, visto que as alterações feitas não terão autoridade se não estão garantidas pelo mesmo Espírito divino que inspirou o original.

IV. — IMUNIDADE DE ERRO

Artigo I. — A Bíblia não contém nem pode conter erro algum.

Do facto de Deus ser o autor principal da Escritura e de unir misteriosamente a sua actividade à actividade do hagiógrafo, deduz-se um corolário necessário, de uma importância fundamental: *A Bíblia não contém nem pode conter erro em nenhuma das suas afirmações.*

Esta é a doutrina constantemente ensinada pelos Santos Padres e pelo Magistério Eclesiástico.

Os Santos Padres. — Os Santos Padres e escritores eclesiásticos afirmam, à compita, a imunidade de erro das Sagradas Páginas. Fundamentam as suas afirmações no facto de terem estas a Deus por autor e serem, portanto, infalíveis. Sirva de exemplo esta declaração formal de Orígenes: «Os Evangelhos nem mentem nem incorrem no erro».

O testemunho apodíctico de Santo Agostinho pode servir de norma na leitura e estudo do Texto Sagrado: «Creio firmíssimamente que nenhum hagiógrafo errou ao escrever. Se há alguma coisa contrária à verdade na Sagrada Escritura, não duvido de que isso seja uma errata do códice, ou má inteleecção do Texto Sagrado por parte do tradutor, ou então sou eu que não o entendo».

Documentos eclesiásticos. — Os documentos anteriores a Leão XIII, quase não fazem referência a esta questão, porque não havia ninguém a combatê-la.

Leão XIII é o primeiro a defender com palavras claras, a inerrância da Bíblia, na encíclica *Providentissimus Deus*, justamente chamada a «carta magna» dos católicos para os estudos bíblicos: «É inútil dizer que o Espírito Santo tomou os homens como instrumentos para escrever, como se incorresse em erro o autor sagrado e não o autor principal. Pois, em virtude de uma acção sobrenatural, de tal modo os excitou e moveu a escrever e lhes dispensou tal assistência, que eles entenderam e escreveram fielmente aquelas coisas e só aquelas que Ele lhes ordenava, e assim o exprimiram idôneamente e com verdade infalível.

«Portanto, os que pensam que pode haver alguma coisa de falso nos lugares autênticos dos Livros Sagrados, esses tais pervertem, certamente, a noção de inspiração divina, ou tornam a Deus autor do erro».

Bento XV propõe igual doutrina, na *Spiritus Paraclitus*; Pio X, na encíclica *Pascendi*, contra os modernistas, e Pio XII, na *Divino afflante Spiritu*, tantas vezes citada.

A própria noção de inspiração implica a absoluta imunidade de erro nas Sagradas Páginas, já que o efeito — o livro —, pertence *totalmente* a Deus e ao hagiógrafo e, portanto, todo e qualquer juízo errôneo afirmado no texto deveria atribuir-se necessariamente à causa principal.

Artigo II. — A inerrância bíblica e as ciências naturais

A Bíblia contém a história da salvação; não pretende ministrar-nos ensinamentos científicos, astronômicos, físicos ou etnográficos. Santo Agostinho adverte oportunamente: «Não se lê no Evangelho que o Senhor dissesse: «Envio-vos o Espírito Santo para que vos instrua sobre o movimento do Sol ou da Lua. O que Ele queria era fazer cristãos e não matemáticos». As páginas bíblicas estão repletas de descrições dos fenômenos físicos que hoje a ciência não pode admitir. Apoiados sobre estas aparentes contradições entre os ensinamentos da Bíblia e os dados científicos de meados do século XIX, os gerifaltes do racionalismo julgaram chegado o momento de sacrificar a revelação nas aras do progresso das ciências.

É costume aduzir-se como exemplos de falsas concepções, a criação do mundo em seis dias, narrada no primeiro capítulo do Génese; mesmo que os seis dias tenham o significado de períodos de tempo, há a dificuldade de, no quarto dia, se colocar a criação do Sol e da Lua, destinados a distinguir o dia da noite. A passagem em que Josué manda parar o Sol, na batalha de Gabaón, dá a entender a imobilidade da terra perante o movimento do sol (Jos., 10, 12-14). O Levítico e Deuterónimo classificam a lebre e o coelho entre os ruminantes (Lev. 11, 5; Deut. 14, 7).

Os escritores do século passado, para salvaguardarem a verdade da Bíblia destes ataques, recorreram a engenhosas teorias, a maior parte delas fundadas numa falsa interpretação do Texto Sagrado.

O Papa Leão XIII, estabelece com claridade meridiana, os princípios que devem esclarecer e solucionar a questão tão debatida. O Pontífice recorda que entre a Bíblia e as ciências naturais não pode haver verdadeira oposição, pois, segundo o Concílio Vaticano, «entre a fé e a razão não pode haver verdadeira discrepância, porque

é o mesmo Deus que infunde a fé e revela os mistérios e que à alma deu a luz da razão». A natureza e a Bíblia — diz belamente Munoz Iglesias —, são duas páginas de um mesmo livro, escritas pelo mesmo autor».

Leão XIII, na *Providentissimus Deus*, aponta, com luz meridiana, o caminho da verdadeira interpretação.

«Antes de mais nada, deve-se considerar que os eseritores sagrados, ou antes, o Espírito de Deus, que falava por eles, não pretenderam ensinar aos homens essas coisas (a íntima natureza ou constituição das coisas que se vêem), pois, de nada lhes serviria para a sua salvação; por isso, mais que intentar em sentido próprio a exploração da natureza, descrevem ou tratam, às vezes, das mesmas coisas, *em sentido figurado ou segundo o modo de falar daquela época*, formas que ainda hoje se empregam na vida quotidiana e usam até os homens mais cultos. E porque quando vulgarmente, nos exprimimos, temos o costume de realçar o que primeiramente cai sob a alçada dos sentidos, da mesma sorte o eseritor sagrado — e isto já o advertiu o Doutor Angélico — se deixa guiar pelo que sensivelmente lhe aparece»; foi isso que Deus teve em vista ao falar aos homens; falar-lhes à maneira humana para que eles o entendessem».

Leão XIII enuncia dois princípios orientadores:

1) Muitas das afirmações bíblicas, que cientificamente parecem inexactas, encontram-se em passagens nitidamente poéticas. São vigorosas e audazes personificações poéticas com as quais o hagiógrafo procura manifestar uma verdade filosófico-teológica. Nabacue, por exemplo, tem esta exclamação para indicar a onipotência e absoluto domínio do Senhor: «esquece-se o Sol do seu levante e a Lua fica na sua morada, perante o brilho das tuas setas voadoras e o resplendor da tua lança fulgurante» (Hab, 3, 11).

2) Outras afirmações encontram-se em passagens despidas de todo o texto poético, dando o autor a entender que as emprega em sentido próprio. Nestes casos deve aplicar-se o segundo princípio de Leão XIII: Tra-

ta-se de uma acomodação à maneira corrente de falar desses tempos e entre os povos aos quais são destinados os Livros Sagrados. Na descrição dos fenómenos naturais atende-se, não à natureza íntima das coisas, mas às suas aparências externas. Ao classificar, por exemplo, o coelho e a lebre entre os ruminantes, a Bíblia, não faz uma apreciação científica, mas vulgar e externa. Ainda hoje os homens de ciência, perfeitos conhecedores da natureza dos fenómenos, usam expressões fundadas nas aparências das coisas; por exemplo: o sol nasce, põe-se, obscurece-se, etc.

A inspiração e, conseqüentemente, a inerrância, recai sobre os juízos, feitos pelo hagiógrafo, e não sobre as opiniões privadas. «O carisma da inspiração não ilumina todo o seu pensamento — escreve Benoît —, e não corrige todos os seus erros, até fazer do hagiógrafo um omnisciente; ilumina-o para que escreva tal livro e garante o seu conhecimento unicamente na medida em que interessa directamente ao seu propósito». Dom C. Charlier diz a mesma coisa em *«Leitura cristã da Bíblia»*: «O erro mede-se pelas pretensões formais de um escritor num dado meio; na Bíblia, porém, tais pretensões têm dois caracteres intimamente subordinados. Por uma parte, o autor principal, que é Deus, não se propõe mais que um fim: *dar ao homem uma doutrina religiosa*. Esta doutrina religiosa apoia-se em ensinamentos humanos, e seria um erro grave restringir o privilégio da impossibilidade de erro apenas às partes da Bíblia que tratam de questões dogmáticas ou morais. Mas esta subordinação total do ensino, dado com um fim religioso, restringe o alcance dos ensinamentos auxiliares: exclui claramente toda a pretensão científica. Por outro lado, esta doutrina divina, dada por intermédio do autor inspirado, está *Incarnada...* etc.

«Deus, que se serve do hagiógrafo como instrumento para transmitir as verdades religiosas ou profanas, enquanto estas têm um alcance religioso e sobrenatural, não tem necessidade de corrigir as concepções

errôneas que não entram nas suas afirmações; através dessas descrições vulgares e da aparência dos fenômenos, expressam-se verdades superiores que constituem o fim da Escritura e, portanto, imunes de erro. «O hagiógrafo manterá sobre numerosas questões os erros do seu conhecimento natural e poderá acontecer que estes erros apareçam em diversos lugares do seu livro: *mas não causarão dano à verdade, porque não formam parte deste ensino formal.* Pode haver no livro verdadeiras afirmações que escapam ao privilégio da inerrância, porque o fim não é ensiná-las. São inspiradas, porque desempenham o seu papel na obra total; mas não estão imunes de erro, porque esta função é acessória, visto não ter conexão necessária com a mensagem essencial que é o objecto próprio do fim doutrinário do livro. Seria supérfluo dizer que o autor sagrado não afirma a rotação do Sol ao redor da Terra ou a derrota de Baltazar «filho de Nabonides» por Dario Medo. «(*Dan. 5, 2; 6, 1*); e seria supérfluo pretender que não estava convencido de uma e outra coisa. *Ensina essas verdades, não enquanto autor inspirado,* porque não dizem respeito ao fim que o levou a escrever...»

Citei, propositamente, estes dois autores da última hora, para mostrar como a inerrância recai sobre *os juízos manifestados pelo hagiógrafo, e não sobre as suas opiniões privadas e subjectivas.*

Artigo III — A inerrância bíblica e a história

O aparente conflito entre os descobrimentos históricos e arqueológicos e as narrações bíblicas exige do estudioso um trabalho mais árduo e difícil. É certo que a Bíblia contém numerosas afirmações históricas, que entram no campo da inerrância, porque formam parte da mensagem de salvação.

Para poder harmonizar as descobertas verdadeiras de outras ciências históricas com as narrações da Bíblia, é absolutamente indispensável estudar a maneira de fazer

história, vigente entre os povos semitas e, principalmente, entre o povo judaico. A questão está estreitamente relacionada com a teoria dos géneros literários, da qual já falei amplamente. Por isso, serei breve na exposição deste artigo.

Luz na «Divino afflante Spiritus»

Pio XII aponta-nos magistralmente o caminho. Esta investigação, diz o Papa, provou já, claramente, que o povo de Israel se avantajou singularmente a outras antigas nações orientais em escrever bem a história, tanto pela antiguidade como pela fiel narração dos factos, o que indubitavelmente procede do carisma da divina inspiração e do fim peculiar da história bíblica, que é essencialmente religioso. Contudo, também entre os escritores sagrados, à semelhança de outros mais antigos, se encontram certos modos de expor e narrar, certos idiotismos próprios, sobretudo das línguas semitas, as chamadas aproximações, e certos modos hiperbólicos de falar. Mais ainda: algumas vezes topamos com certos paradoxos, mediante os quais as coisas ficam melhor gravadas na mente... Conhecendo, pois, e apreciando com exactidão, os modos e as maneiras de dizer e escrever dos antigos, resolver-se-ão muitas dificuldades que se opõem à verdade e fidelidade das Sagradas Escrituras e este estudo será muito proveitoso para se poder entender melhor a mentalidade do autor sagrado».

O problema da historicidade da Bíblia reduz-se ao problema dos géneros literários, pois a sua solução consiste em determinar os modos e os moldes do género literário empregado na Bíblia. O primeiro rasgo fundamental das narrações históricas da Bíblia, é a subordinação, mais ou menos exaustiva, da história a *uma tese religiosa*. Cada livro tem um fim religioso específico; a história bíblica é a história da revelação e a mensagem da salvação. Por via disso, o autor sagrado subordina os acontecimentos, pondo em relevo esta tese religiosa; escolhe

simplesmente aqueles elementos e factos que lhe interessam para consêguir o fim proposto.

O gênio semita usa profusamente artifícios de redacção que chocam à nossa mentalidade de ocidentais e nada adaptáveis ao modo greco-latino e moderno de fazer história. Pio XII proíbe definir e estabelecer «*a priori*», os gêneros literários dos Livros Santos, e, *sobretudo, dos históricos*. É preciso muito esforço para conhecer a mentalidade dos orientais, os seus moldes literários e o seu conceito da verdade histórica, fazendo um estudo comparativo da literatura de Israel com as outras literaturas orientais. O trabalho é enorme e está apenas começado... Este estudo, além de resolver as dificuldades que se esgrimem contra a verdade e fidelidade histórica da Sagrada Escritura, levar-nos-á a penetrar com maior clareza na mentalidade do autor sagrado.

Isto não quer dizer que o historiador semita desvirtue os factos ou que as suas descrições desconforimes com a realidade, mas unicamente indica que verte essa realidade em moldes distintos dos de agora, os quais se devem conhecer para interpretar recta e fielmente as narrações bíblicas.

Artigo IV. — Moralidade de certas narrações da Bíblia

Encontramos na Bíblia certas narrações escabrosas, escandalosas e imorais, imprecções, que nos surpreendem num livro santo, cujo autor é Deus e destinado a transmitir a mensagem de salvação a todos os homens. Porém, a nossa surpresa desvanecer-se-á se considerarmos a Bíblia como a história universal da humanidade e, concretamente, do povo eleito. Esta história está feita de luzes e sombras, de acções sublimes e misérias degradantes; é a história do homem que luta, que ama, que peca, e se arrepende; é a história do amor, da misericórdia e do castigo de Deus. O autor sagrado narra estes factos,

porque assim o exige a tese religiosa, a finalidade concreta que procura realizar ao escrever o livro.

Muitas vezes a Bíblia limita-se à simples exposição do facto, cabendo ao leitor julgá-lo à luz da lei natural ou mosaica (Gén. 19, 30-38); outras vezes, louva-se a conduta heróica de um personagem, sem que isso signifique a aprovação de uma acção mais ou menos pecaminosa, como no caso de Judit (Jud. 19, 10); noutros lugares, o autor sagrado reprova os factos descrevendo os castigos de Deus (Gén. 9, 25-27; 38, 10).

Antes de mais nada, é necessário ter bem presente a mentalidade semita, as suas leis, os seus costumes, a sua linguagem e as suas reacções psicológicas, para depois fazer um juízo recto sobre as descrições, expressões e situações que nos parecem difíceis conciliar com a santidade de Deus.

Interpretação Católica da Bíblia

Deus entrega aos homens a sua palavra para que ela seja para eles espírito e vida. O fim dos livros santos é levar à Humanidade a boa nova da salvação. Tudo o que se escreve sobre a excelência, natureza e conteúdo da Bíblia tem como finalidade concreta e específica ensinar essa boa nova, encarnada na palavra que Deus e o homem escreveram em conjunto.

Todo o conhecimento acerca do Texto Sagrado se ordena necessariamente à sua mais recta e perfeita interpretação. A Hermenêutica ocupa-se da interpretação da Bíblia Sagrada, e ensina a descobrir, mediante determinadas normas, o verdadeiro sentido das passagens bíblicas. Embora às vezes se usem como vocábulos sinónimos, a Hermenêutica diferencia-se da exegese, porque dá as regras que esta depois aplica a uma passagem para conhecer autenticamente o seu sentido. A Hermenêutica divide-se em três partes: *Noemática*, que estabelece as noções dos diversos sentidos que se podem encontrar na Bíblia; *Heurística*, que ensina a investigar os sentidos das Sagradas Escrituras; *Proforística*, que dá normas para propôr o conteúdo dos Livros Santos, v. gr., por meio de traduções, glosas, paráfrases, comentários, homilias, monografias, etc.

Artigo I. — Noemática: Os sentidos da Sagrada Escritura

Deus serve-se dos homens, como de instrumentos, para compor a Sagrada Escritura. Estes escritores, seguindo o processo de qualquer outro escritor, empregam idênticas formas para nos transmitirem o seu pensamento; mas, sendo instrumentos de Deus, o seu pensamento é também pensamento de Deus. É bom não esquecer esta acção que poderíamos chamar «teântrica», para podermos julgar devidamente as diversas posições havidas em relação à pluralidade de sentidos, e a tão debatida questão do sentido pleno.

Noção e divisão de sentidos: — *Sentido* é o conceito determinado da mente para exprimir verbalmente o que alguém diz ou escreve. Difere do *significado* que é uma ideia inerente ao vocábulo tal qual se encontra no dicionário, seja qual for a intenção do autor. Aquele que fala ou escreve, entre os vários significados de uma palavra, escolhe o mais adequado para exprimir o conceito da sua inteligência.

A divisão clássica do sentido bíblico em literal e típico funda-se na diferente maneira de utilizar os meios de expressão.

Chama-se *sentido literal* à verdade ou conjunto de verdades que o escritor pretende directa ou indirectamente comunicar aos seus leitores por meio das palavras que emprega; e *sentido típico* àquele que o autor quer comunicar não directa ou indirectamente por meio das palavras, mas directa ou indirectamente pelas coisas significadas por elas.

2) Sentido literal. — Classes de sentido literal. O sentido literal pode ser: próprio, metafórico, alegórico, parabólico, simbólico, explícito, pleno.

É sentido *próprio*, quando as palavras se tomam no seu sentido óbvio e ordinário, por exemplo, nestas palavras de Jesus: «Bem-aventurados os mansos porque eles possuirão a terra» (Mat. 5, 4). Sentido *metafórico*,

quando as palavras são transladadas do seu sentido próprio a outro sentido impróprio, com o qual têm certa analogia ou semelhança: «Vós sois o sal da terra; mas se o sal se corrompe, com que se salgará?» (Mat. 5, 13). Chama-se *alegoria*, se a metáfora é continuada: «Eu sou o caminho» (Jo. 14, 6), «eu sou a porta» (Jo. 10, 7), são belíssimos exemplos de metáforas na boca de Jesus. Há também exemplos de formosas e delicadas alegorias: Israel, vinha de Deus (Is. 5, 1-7). Jesus, o Bom Pastor (Jo. 10, 11-16); a alegoria da videira e dos sarmentos (Jo. 15, 1-6). A *parábola* fundamenta-se sobre a comparação, do mesmo modo que a alegoria sobre a metáfora. A comparação une dois termos mediante a partícula «como» ou outra equivalente: este homem é como um lobo, semelhante a um lobo, etc. A parábola não é mais que o desenvolvimento desta comparação através de uma narração fictícia, artificial, com uma finalidade didáctica. Temos parábolas de um valor literário insuperável, quer no Antigo quer no Novo Testamento. (2 Salm. 14, 4 e ss.; I R. 20, 38-42). *Símbolo*: em geral, símbolo é o sinal que representa uma ideia, um personagem, uma instituição: a bandeira representa a Pátria; nas catacumbas conservam-se os símbolos do peixe, significando a Cristo; o pão, a Eucaristia; a âncora, a esperança, etc. Os símbolos são muito frequentes na Bíblia, especialmente nos Provérbios e no Apocalipse. Define-se assim: «pessoa, coisa ou acção essencial e convencionalmente ordenada a significar ou representar alguma coisa, relacionada com ela». Isaías e os seus dois filhos são, com os seus nomes simbólicos, presságio de castigos temporais e de salvação definitiva (Is. 8, 18; 7, 3; 8, 3).

O sentido *explícito* é o que imediatamente se tira do significado das palavras; o sentido *implícito* é o que está em certo modo oculto nas palavras do texto, ou também do contexto imediato. Temos um exemplo naquela frase de S. João: «E o Verbo se fez carne» (Jo. 1, 14), que exprime o mistério da Incarnação. É este o sentido literal, pois embora «Verbo» e «carne», separadamente, pos-

sam ter outras significações, na passagem referida o sentido está limitado pelo contexto próximo e remoto, que manifesta a intenção do hagiógrafo, «Verbo» indica Filho de Deus e «carne» significa a natureza humana assumida pelo Verbo. Portanto, o sentido explícito será: «O Filho de Deus fez-se homem»; mas a expressão supõe necessariamente que Cristo, possuidor da natureza humana, tem tudo quanto é próprio da natureza humana.

Não se deve confundir o sentido implícito com o que alguns chamam sentido *consequente*, e outros *conclusão teológica*. É uma dedução do texto mediante um raciocínio que se faz, usando um termo externo à Escritura; esta dedução não é, portanto, inspirada. Os autores aduzem este exemplo: «Segundo o livro dos Actos, Herodes Agripa matou a São Tiago, irmão de S. João (Act. 12, 1 e ss.); ora, segundo a História, Herodes Agripa reinou lá pelos anos 41-44. Portanto São Tiago foi morto nesta época».

a) Sentido pleno. — Existe uma enorme biografia sobre a possibilidade e a existência do «sentido pleno», resultado das discussões e diversas atitudes dos estudiosos, especialmente nos últimos vinte anos. A Espanha ocupa o primeiro lugar, não tanto pela biografia, mas, sobretudo, pela seriedade e competência dos trabalhos realizados.

No referente à nomenclatura e definição do chamado «sentido pleno», que outros denominam «sentido evangélico», não há unanimidade de opiniões. Não nos vamos perder em minúcias, porque iríamos demasiado longe. Contudo, as discussões recaem sobre o conceito mais comum de sentido pleno, dado pelo P. Fernández Truyols: «*o que Deus pretende dizer além daquilo que intenta o autor sagrado, embora na mesma linha*».

Porventura, quis Deus dar às suas palavras um sentido mais profundo e rico que o compreendido pelo hagiógrafo? Os exegetas dividem os seus pareceres. Os que respondem afirmativamente, fundam-se, em especial, no facto de que várias passagens da Escritura sugerem esse

sentido. Os profetas predisseram vários aspectos do Messias e do seu reino. Nenhum deles teve diante dos olhos o quadro completo. A visão de conjunto só a obtiveram as gerações posteriores, que, por sua vez, possuíam as profecias e o seu cumprimento. O sentido literal do Génesis 3, 15, é o de uma luta entre a humanidade e Satã. O desenvolvimento posterior da profecia mostrou que o Messias seria, na verdade, o Vencedor; e este ponto de vista foi, naturalmente, confirmado com a vinda de Cristo. Deus é quem inspira a profecia e faz com que esta se cumpra. Isto poderia parecer um exemplo do sentido pleno, um sentido de que o hagiógrafo não teve consciência.

Os que negam a possibilidade do sentido pleno apoiam as suas razões no próprio conceito de inspiração; não se vê como se possa conciliar a teoria do sentido pleno com a instrumentalidade própria do hagiógrafo. A doutrina tomista da causalidade instrumental ensina que o instrumento só exerce uma virtude instrumental, exercendo a sua própria virtude e na medida em que a exerce. Sendo, pois, no nosso caso, a virtude própria do instrumento conhecer e querer, não se vê como Deus possa empregar o entendimento e a vontade do hagiógrafo como instrumento para comunicar o que o hagiógrafo não entende nem pretende, portanto, comunicar. O hagiógrafo, tal como Deus, é verdadeiro autor do sentido expresso mediante as palavras; mas se essas palavras incluem uma intenção divina desconhecida do hagiógrafo, essa parte que passa despercebida ao autor humano, não se poderá chamar sentido escriturístico. E neste caso não há questão. O sentido pleno não se distingue do próprio sentido literal. Mas se o hagiógrafo ignora tal «plus-valia», como se pode falar de uma prolongação do sentido literal, o qual, por definição, é o que o autor humano se propõe expressar?

b) Unicidade do sentido literal. — Unicidade de sentido literal significa que toda a afirmação da Sagrada Escritura não contém nem pode conter mais que um só

sentido planeado pelo autor, e não os diversos sentidos que o leitor ou o intérprete possa descobrir num mesmo texto. Enquanto a Igreja não determinar outra coisa, poder-se-á discutir, principalmente nas passagens obscuras, qual foi o sentido intentado pelo autor inspirado; porém, será sempre verdade, que este sentido é somente um.

No século XVI aparece a teoria pluriliteralista, que aduz em sua defesa a autoridade de Santo Tomás e de Santo Agostinho. Fundam-se na dignidade da Escritura que exige que uma palavra se tome em vários sentidos. Responde-se, dizendo que a própria autoridade da Bíblia exige que dela se exclua toda a ambiguidade; o autor sagrado exprime-se à nossa maneira humana; e usar palavras que, num determinado contexto, tenham mais que um sentido é incorrer numa confusão e ambiguidade desorientadoras, impróprias do Livro Sagrado.

É verdade que alguns textos do Antigo Testamento, quando são citados no Novo ou pelos Santos Padres adquirem sentido diverso. Assim o Salmo 2, 7-8 «Deus disse-me: tu és meu filho, hoje te gerei» é interpretado nos Actos dos Apóstolos 13, 33 como referindo-se à Ressurreição de Cristo; e na epístola aos Hebreus 1, 5, para provar a divindade de Nosso Senhor. Porém, não é necessário admitir que nos três casos se trate de sentido literal, pois pode ser também um sentido típico ou uma mera acomodação ou aplicação.

«Se a inspiração é teândrica — escreve C. Charlier na «Leitura Cristã da Bíblia» —, o sentido da Bíblia é-o também, necessariamente. O pensamento da Bíblia não é fruto da junção de dois pensamentos heterogêneos e formados independentemente; é o pensamento único de Deus, incarnado no processo humano. Existe necessariamente coincidência — não digo identidade — entre a expressão humana e o pensamento divino, e este último está obrigatoriamente circunscrito pela primeira».

3) Acomodação do texto da Sagrada Escritura.
A unicidade do sentido literal na Escritura não exclui

o uso acomodatório dos seus textos. A acomodação bíblica faz-se quando, em virtude de uma semelhança verbal ou real, os textos bíblicos se aplicam a pessoas ou coisas diferentes das que o autor sagrado tinha em mente significar. A acomodação é útil para ilustrar, recomendar, aconselhar e valorizar uma afirmação. O livro do Eclesiástico exalta deste modo a glória de Abraão: «Abraão foi pai de uma infinidade de nações e ninguém se lhe assemelha na glória». A Igreja na sua liturgia, aplica este texto aos confessores, aos justos em geral. Ao aplicá-lo assim não faz mais que adaptá-lo a uma circunstância na qual o hagiógrafo não pensava, e, portanto, não é sentido da Escritura. Para evitar confusões, melhor que sentido acomodatório deveria dizer-se *acomodação do texto bíblico*.

A acomodação é lícita e legítima, como se depreende do uso que dela fizeram Nosso Senhor (Luc. 2, 3-30), os hagiógrafos (Rom. 10, 8), os Padres, os escritores eclesiásticos e a Igreja na sua liturgia. Esta acomodação pode efectuar-se de diversos modos: em primeiro lugar, *por extensão*, isto é, quando a semelhança da ideia contida no texto é realmente aplicável, v. gr. as palavras que Jesus disse a Maria, irmã de Lázaro: «Maria escolheu a melhor parte...» (Luc. 10, 42) são aplicáveis à Virgem Santíssima na festa da Assunção; em segundo lugar, embora pouco recomendável, a acomodação pode fazer-se por alusão, quando a semelhança existe somente nas palavras: alguns aplicam o texto do salmo 17, 26: «cum sancto sanctus eris, cum perverso perverteris», à influência das más companhias e o salmista fala só do modo como Deus obra conforme os méritos próprios de cada um.

Deve-se reprovar toda a acomodação que se funda numa *interpretação falsa* do texto sagrado. Os pregadores, antes de propor um texto para provar e ilustrar as suas afirmações, deveriam certificar-se do genuíno significado do texto, pois, de contrário, expõem-se a ridicularias e a faltas de respeito para com a palavra de

Deus. Eis os princípios que se devem ter presentes para fazer uma boa acomodação :

1) Nunca se deve apresentar como se fosse o sentido genuíno da Escritura.

2) Deve haver certa analogia ou semelhança com o texto original. Não deve estar em contradição com o sentido literal.

3) A acomodação não serve, e, portanto, não se deve aduzir para provar uma doutrina.

4) Os textos bíblicos nunca se devem aplicar a circunstâncias humanas. Tenham-se presentes as recomendações de Pio XII na «Divino afflante Spiritu»: «(Os exegetas) tenham religiosa cautela em não propor como sentido genuíno da Escritura outros sentidos translaticios. Porque, mesmo quando possa ser útil, principalmente no desempenho do officio de pregadores, certo uso mais amplo do Texto Sagrado, sempre que se faça com moderação e sobriedade para ilustrar e recomendar as coisas de fé e costumes, contudo, não se deve esquecer que este uso da Sagrada Escritura é como que uma coisa externa e acrescentada». (Podem ser muito úteis os livros de *G. Riccieti*: Bíblia e não Bíblia; e de *J. V. Bainvel*, Les contresens bibliques des predicateurs).

4) Sentido típico, (espiritual ou místico).— Sentido típico, segundo a opinião mais usada, é o que deriva, não imediatamente das palavras, mas das pessoas, coisas, acções, instituições, que por disposição divina significaram outras pessoas, coisas, acções ou instituições.

O sentido típico é prerrogativa exclusiva da Bíblia, pois sendo Deus o autor principal da mesma, nela somente pode haver um sentido, intentado unicamente pelo autor principal.

Na tipologia existem três elementos: dois materiais e um formal. Os elementos materiais são o *tipo* e o *anti-tipo*, isto é, o que significa e a coisa significada; o elemento formal está constituído pela *intenção de Deus*,

pela ordenação divina que relaciona um elemento com outro. O Evangelho de S. João (19, 33), ao referir que os soldados se abstiveram de quebrar as pernas a Nosso Senhor, porque já estava morto, comenta: Estas coisas sucederam para que se cumprisse a Escritura: não quebrareis nem um dos seus ossos» (Êx. 12, 46). O cordeiro pascal dos Israelitas, que devia ser assado, é tipo, figura do Cordeiro Cristo (anti-tipo), mas para que esta relação exista, requere-se a intervenção de Deus a ordenar que uma coisa signifique a outra.

Entre os modernos começa a admitir-se que uma comparação conserva o seu valor, embora o termo que serve de ponto de partida não tenha existência real; portanto, uma simples descrição literária pode ser tipo ou figura de um facto real. Temos um exemplo na narração de Jonas engolido por um peixe e seu feliz salvamento; segundo bastantes exegetas, esta passagem conserva o seu valor de figura da sepultura e ressurreição do Senhor (Mat. 12, 39-42). Isto rasga luminosamente novos horisontes da tipologia e soluciona aparentes anomalias.

a) *Existência do sentido típico.* — O elemento formal, a essência da tipologia, consiste na ordenação divina de um facto do Antigo Testamento significar outro do Novo Testamento. Os escritores do Novo Testamento, tinham uma consciência clara da misteriosa unidade dos dois Testamentos, o que não quer dizer que todas as citações aduzidas pelos hagiógrafos neo-testamentários, mesmo quando usam frases como esta: «isto aconteceu para que se cumprisse a Escritura...», devem ser usadas para provar a existência do sentido típico, pois é muito difícil determinar o modo como citam os hagiógrafos e que alcance querem dar às suas citações.

Alguns escritores antigos, como os da Escola de Alexandria, e alguns medievais e modernos exageraram lamentavelmente a tipologia, vendo em cada passagem do Antigo Testamento uma figura do Novo, encontrando

prefigurado nas páginas do Antigo Testamento o ciclo da doutrina cristã.

A relação entre o tipo e o anti-tipo não se pode conhecer senão por revelação de Deus. Esta relação manifesta-se nas fontes: Sagrada Escritura e Tradição, autenticamente interpretadas pelo Magistério infalível da Igreja. Esta é a doutrina exposta por Pio XII, na encíclica *Divino afflante Spiritu*.

«...Este sentido (o espiritual ou típico), nos Santos Evangelhos, é-nos indicado e ensinado pelo mesmo Divino Salvador; e os apóstolos, imitando o exemplo do Divino Mestre, professam-no verbalmente e por escrito; demonstra-o a doutrina tradicional da Igreja e, finalmente, declara-o o antiquíssimo uso da Liturgia, segundo a conhecida sentença: «Lex precandi, lex credendi». A simples analogia que o leitor ou intérprete possa discernir entre os dois objectos não é razão suficiente para se afirmar a existência do sentido típico, mas unicamente poderá ilustrar os elementos resultantes das fontes da revelação. Em última análise, o Magistério infalível da Igreja é quem determina a existência da tipologia nas passagens ou textos bíblicos.

Pio XII, na encíclica «*Humani Generis*», condena a perigosa tendência de alguns intérpretes que, para solucionar todas as dificuldades da Bíblia, caem nas exagerações da Escola de Alexandria, interpretando a Escritura em sentido espiritual e simbólico, sem fazer caso do sentido literal, origem e causa das dificuldades e conflitos. Contudo, o Papa, como se nota na «*Divino afflante Spiritu*», não reprova a exegese espiritual que se funda na própria Escritura e na Tradição.

b) Espécies de sentido típico. — : Há uma divisão já clássica do sentido típico: alegórico, tropológico e anagógico. *Alegórico*: o que tem Cristo ou a Igreja como objecto; por exemplo, o sacerdote Melquisedeq, é figura de Cristo, sacerdote eterno; a Arca de Noé, figura da Igreja, fora da qual não há salvação. *Tropológico*:

O que inclui uma lição a cumprir; no livro da Sabedoria diz-se que o facto de apanhar o maná, antes de nascer o Sol (Ex. 16), é uma advertência de que nos devemos levantar cedo para orar e dar graças a Deus, autor de todo o bem. *Anagógico*: Tem por objecto a vida futura; segundo S. Paulo (Heb. 3, 7; 4, 10) a Terra Prometida é figura da Pátria Celeste.

c) **Valor provativo do sentido típico:** — Todo o sentido típico, enquanto é querido por Deus, tem força provativa. Uma vez provada, com certeza, a existência do sentido típico, este adquire tanta força provativa como o sentido literal. Convém recordar o que dissémos antes: toda a citação encontrada no Novo Testamento acerca do Antigo é indício de um sentido típico ou espiritual; pode tratar-se de simples acomodação; o Antigo Testamento é usado por escritores do Novo, de modo amplo e multi-forme; é necessário estudar a fundo o valor das citações do Novo Testamento.

5) **Breves precisões:** Ao falar do sentido literal, alguém pode pensar que é a mesma coisa que tomar as expressões ao pé da letra. Já vimos as classes de sentido literal; não é outra coisa que o sentido que lhe quis dar o autor do livro. Este deduz-se das palavras tomadas no sentido óbvio que o escritor lhes quis dar, segundo as normas dos géneros literários, vigentes no seu ambiente cultural. Portanto, este sentido literal pode ser próprio, metafórico, alegórico, parabólico, simbólico, moral, etc., segundo a intensão do escritor.

Também se pode prestar a confusões a designação do sentido típico com a palavra «espiritual». Essa palavra evoca a nota de piedade, o que move e alimenta a vida espiritual, em opposição à letra que é fria e sem vida; designaria a vida efectiva do espírito. Não é deste modo, porém, que se deve entender o sentido espiritual, mas tal como explicamos, ao tratar do sentido típico.

Artigo II. — Heurística: Princípios de interpretação.

Que regras se devem empregar para achar o verdadeiro sentido e uma determinada passagem da Bíblia? A Heurística responde a esta questão. Os Romanos Pontífices. Leão XIII, Pio XII, nas suas preciosas encíclicas «Providentissimus» e «Divino afflante Spiritu» estabelecem normas de interpretação que nos servirão de luz orientadora nos nossos estudos. A Bíblia pode considerar-se como simples documento do passado ou como palavra inspirada, transmitida por Deus à sua Igreja. Daí a existência de duas séries de princípios: uns gerais applicáveis a todo o livro ou escrito, e outros particulares, válidos única e exclusivamente para a Bíblia, por causa da sua origem, conteúdo e destino.

1) Princípios gerais:

a) A LÍNGUA HEBRAICA E AS LÍNGUAS AFINS: — O escritor adapta-se às normas gerais da linguagem, enquanto à gramática, retórica, lógica e sentido usual das palavras. Para bem interpretar um livro é necessário conhecer bem as características peculiares da língua em que originariamente foi escrito. Para isto, o conhecimento das línguas de um mesmo tronco filológico, afins na sua raiz e gramática, é um poderoso auxiliar.

«Nos nossos tempos — diz Pio XII na *Divino afflante Spiritu* —, não só a língua grega, que desde o Renascimento ressuscitou em certo modo para nova vida, se tornou familiar a quase todos os cultivadores da Antiguidade e das Letras, mas também a hebraica e outras línguas orientais estão amplamente difundidas entre os literatos, e hoje é tal a abundância de meios para aprender estas línguas, que o intérprete da Bíblia, que negligencie o conhecimento dos textos originaes não poderá, de modo algum, evitar a nota de superficialidade e moleza, pois cabe ao exegeta captar, com sumo cuidado e veneração, até as mais pequeninas coisas saídas da

pena do hagiógrafo, por divina inspiração, para que assim o possa entender perfeitamente. Por isso, fará a diligência necessária para adquirir uma perícia cada dia maior das línguas bíblicas e das outras línguas orientais, para apoiar a sua interpretação em todos os subsídios que lhe possa garantir a Filologia».

b) GÊNEROS LITERÁRIOS:— Pio XII afirma que, para uma recta interpretação do Texto Sagrado, é necessário que o intérprete conheça as diversas formas literárias da antiguidade, «recorrendo, para isso, ao oportuno auxílio da História, da Arqueologia, da Etnologia e outras ciências». O género histórico não é o mesmo que o poético, nem o legislativo-litúrgico é o oratório. O autor, ao escolher um determinado género literário, quis exprimir a verdade correspondente a tal género literário. Os escritores da Bíblia são orientais, os quais usam modos particulares de expressão. É preciso conhecer todos estes modos e géneros de escrever, para se interpretar satisfatoriamente o texto sagrado.

Isto requiere um estudo minucioso do meio cultural e histórico do Próximo Oriente, onde se desenvolvem os relatos da Bíblia: costumes, psicologia, tradições, ritos e festas, marco geográfico e toponímico. Assim se esclarecerão muitos detalhes, que, à nossa mentalidade de ocidentais, passam despercebidos.

Também é imprescindível para uma acertada interpretação, conhecer o fim e a ocasião de cada livro. Os hagiógrafos têm sempre presente os leitores imediatos para quem escrevem: S. Mateus, que escreve imediatamente para os judeus, tem frases que parecem demasiado duras para os pagãos (6, 7; 15, 26).

e) CONTEXTO:— O contexto é a relação mútua entre os diversos elementos de um texto ou passagem, tanto antecedentes como consequentes. O pensamento de um autor reflecte-se em todo o livro; por isso, nunca se deve interpretar uma passagem independentemente do conjunto, mas deve estudar-se em relação com outras propo-

sições e ideias do mesmo livro, ou doutros livros do mesmo autor. Não devemos esquecer na Bíblia o carisma da inspiração, que dá a todos os livros, escritos ao decorrer dos tempos, uma misteriosa e profunda unidade de pensamento. Muitas interpretações falsas têm a sua origem no descuido desta regra que não é despicienda.

d) **LUGARES PARALELOS**: — Chamam-se lugares paralelos aos textos onde se expõe uma doutrina idêntica ou similar, ou se enunciam palavras iguais ou sinónimas. As referências paralelas a um mesmo facto tornam um texto ou um vocábulo mais fácil de entender. Todas as alusões, por insignificantes que sejam, acerca dum relato concreto, devem examinar-se cuidadosamente.

Estas referências encontram-se facilmente com a ajuda de boas concordâncias bíblicas. A observação de S. Boaventura, além de suave e musical, é orientadora e exacta: «Toda a Escritura é como uma cítara, na qual a corda inferior, por si só, não produz harmonia senão juntamente com as outras; igualmente um lugar da Escritura depende de outro; mais ainda, mil lugares vão orientados para um só».

2) *Princípios especiais:*

A Bíblia é um livro singular, não apenas pelo seu conteúdo, mas também jela sua origem divina; aqui está a razão da insuficiência do esforço humano para penetrar o sentido das suas narrações; a inteligência humana precisa de uma luz superior que esclareça as misteriosas profundidades da palavra de Deus. Estes princípios, exclusivos do texto sagrado, reduzem-se a três: Interpretação da Igreja, Consentimento dos Santos Padres e Analogia da Fé.

a) **INTERPRETAÇÃO DA IGREJA**. — Ninguém pode duvidar de que a Igreja, fundada por Cristo, possui o direito sacrossanto de interpretar autênticamente a Sagrada Escritura. Cristo confere à sua Igreja uma auto-

ridade de magistério infalível, para guardar, expor e explicar as verdades reveladas por Deus (Mat. 16, 18 e ss.; 28, 19; Jo. 14, 16; 16, 15); sendo a Escritura uma fonte da Revelação, segue-se que a Igreja tem autoridade para interpretar o seu sentido, em tudo o que se relaciona com a fé e os costumes.

Do século II em diante, os escritores eclesiásticos e os Santos Padres proclamam abertamente o direito exclusivo da Igreja de interpretar infalivelmente os escritos inspirados. Os Concílios de Trento e Vaticano reivindicam para a Igreja a autoridade de «julgar sobre o verdadeiro sentido e interpretação das Sagradas Escrituras».

Além do concernente à fé e aos costumes, há muitas outras matérias na Bíblia, como a Arqueologia, Geografia, Etnografia, sobre as quais a Igreja carece de autoridade para definir o seu significado, embora a inspiração, como vimos no capítulo anterior, exclua também o erro formal sobre estas coisas. Mesmo nestas matérias profanas, a Igreja pode intervir com o seu magistério, quando elas afectam verdades de fé e costumes. Por exemplo, na encíclica «*Humani Generis*», proíbe-se seguir a teoria poligenista, porque «não se vê claramente como tal teoria possa compáginar-se com o que as fontes da verdade revelada e os documentos do magistério da Igreja ensinam sobre o pecado verdadeiramente feito por um só Adão e que, propagando-se a todos os homens por geração, é próprio de cada um deles».

No referente ao modo de interpretação, a Igreja, às vezes, *define infalivelmente* o sentido de um texto; o Concílio Vaticano define, por exemplo, que as palavras «Isto é o meu corpo» (Mat. 26, 26) indicam a presença real na Eucaristia, sob as espécies de pão e de vinho. Outras vezes, condena uma falsa interpretação dada a um texto. Pio VI, em 1779, condena a interpretação de J. L. Isenbiehl, que nega a Isaías (7, 14) todo o sentido messiânico.

Também se costuma aduzir textos escriturísticos nos

decretos dogmáticos para provar ou ilustrar alguma verdade. A bula «*Ineffabilis Deus*», onde se define a Imaculada Conceição, invoca a passagem do Génesis (3, 15;) mas a infabilidade apenas diz respeito ao dogma definido, não aos argumentos ou motivos empregados para o provar. É muito difícil precisar em que sentido são usados os textos escriturísticos nos documentos; e não se pense que a maior parte das vezes são empregados como simples argumentos, ilustrações e acomodações. Pio XII recorda «que são muito escassas as coisas cujo sentido tenha sido declarado pela autoridade da Igreja, e também não são muitas aquelas em que unânime convêm os Padres» (Divino afflante Spiritu). Calcula-se que não cheguem a vinte os textos interpretados infalivelmente pela Igreja.

Além das definições *infallíveis* da Igreja, os decretos dos Concílios e Congregações dão interpretações que têm também grande autoridade. Devem mencionar-se, sobretudo, as respostas da Pontifícia Comissão Bíblica, instituída por Leão XIII, em 1902, como corpo de sábios eclesiásticos, para promover e defender o estudo da Bíblia. As suas decisões devem acatar-se religiosamente, sem que isto implique renúncia a ulteriores investigações sobre a questão.

b) CONSENTIMENTO DOS PADRES DA IGREJA: — Os Santos Padres e escritores eclesiásticos reconhecem a necessidade de interpretar a Sagrada Escritura, «segundo a tradição que remonta até aos Apóstolos». Dissemos que o único verdadeiro sentido é o da Igreja; por isso, os Padres, interpretando a Bíblia gozam de autoridade, enquanto são eco fiel da Igreja. O concílio de Trento fala do *consentimento dos Padres* como princípio de interpretação e de igual modo o afirmam todos os Romanos Pontífices.

Para que a interpretação patrística tenha autoridade infalível requerem-se duas condições: *unanimidade de consentimento e que verse sobre coisas de fé e costumes*.

Não é necessária a unanimidade matemática ou física, mas *moral*; isto é, que um bom número de Padres, pertencentes a diversas regiões da Igreja e a diversas épocas, estejam de acordo num ponto determinado, e que não haja Padres que contradigam as suas afirmações. Esta unanimidade sobre o sentido dos textos escriturísticos é muito difícil de determinar, como diz Pio XII na passagem antes citada. A unanimidade deve versar sobre *coisas de fé e costumes* e propôr a doutrina em forma categórica, não com conjecturas. Nos outros campos, os Padres são filhos do seu tempo e, portanto, as suas opiniões são susceptíveis de aperfeiçoamento, com os avanços filosóficos, arqueológicos, históricos e científicos.

Devem falar, além disso, como doutores e não como escritores privados; contudo, em matéria doutrinal, as suas opiniões privadas devem ter-se em grande respeito, pela sua eminente ciência e santidade.

c) ANALOGIA DA FÉ. — Por *analogia da fé* entende-se a mútua harmonia das verdades reveladas, em virtude da qual se iluminam reciprocamente, sem nenhuma espécie de contradição entre elas. Por isso, não se pode admitir a interpretação de um texto que esteja em contradição com a verdade revelada, porque «sendo o mesmo Deus autor dos Livros Sagrados e da doutrina confiada à Igreja, é evidentemente impossível que dos primeiros se possa deduzir, por meios legítimos, uma doutrina oposta à última em qualquer aspecto» (Leão XIII, *Providentissimus Deus*) (1). O exegeta para poder observar esta regra, há-de estar sòlidamente formado nas ciências teológicas, como insinua Leão XIII. Sem a teologia haverá filósofos, arqueólogos e críticos que cheguem até à periferia, mas não autênticos intérpretes que apreciem o rico conteúdo dos Livros Santos. Esta é a sua princi-

(1) Estão neste caso as palavras de S. Mateus 19, 9 que não se podem interpretar como uma autorização do divórcio, pois esta é explicitamente proibido poucas linhas antes.

pal tarefa: as questões de história, filologia, geografia e outras semelhantes, são válidas enquanto se ordenam às ciências teológicas.

Talvez que um ou outro leitor tenha ficado descoroado ao ler os complicados requisitos para o estudo sério da Bíblia. Como poderão os Cristãos chegar a ler frutuosamente a Bíblia se não são nem escrituristas nem teólogos? Para estes estão as obras de vulgarização, nas quais encontrarão as orientações técnicas essenciais, e breves soluções para os problemas básicos; estão as Bíblias, editadas com profusão de notas concisas e doutrinais.

A Bíblia à Luz das Descobertas Arqueológicas

Por Arqueologia entendemos o estudo científico e sistemático dos monumentos antigos: obras de arte, produções industriais, inscrições, documentos literários, estelas funerárias, etc. Tem por escopo conhecer melhor a mentalidade e a vida dos antigos povos em todas as suas manifestações culturais, bélicas, comerciais, domésticas e diplomáticas. Reservamos para este capítulo o estudo da Arqueologia, como uma luz maravilhosa que nos ajudará a conhecer eficientemente a Bíblia.

Pio XII, na encíclica *«Divino afflante Spiritu»*, relewa a importância das descobertas arqueológicas, paleográficas e etnográficas, para o estudo da Sagrada Escritura: «Fácilmente se pode verificar que as condições dos estudos bíblicos e de outros que para estes são de grande utilidade, sofreram uma considerável modificação nestes últimos cinquenta anos, pois passando por alto outras coisas, quando o nosso predecessor publicou a Encíclica *«Providentissimus Deus»*, a exploração de um ou outro lugar das escavações da Palestina, relacionadas com estes estudos, estavam ainda nos seus começos, ao passo que hoje as investigações deste género se têm multiplicado e levado a cabo com métodos mais severos e aperfeiçoados... E quanta seja a luz que na realidade brota destas investigações para mais plenamente entender os Livros Sagrados, os peritos e os que se consagram a estes estudos sabem-no de sobra. A importância destas investigações aumenta com os documentos escritos, acha-

dos de quando em quando, os quais muito contribuem para o conhecimento das línguas, literatura, história, costumes e religiões antiquíssimas. E não tem menos valor a descoberta e a investigação dos papiros, tão frequente nos nossos tempos, e que tão útil tem sido para o conhecimento das literaturas e instituições públicas e privadas, principalmente do tempo do nosso Salvador».

Desde há um século, sábios americanos, ingleses, franceses e alemães realizam escavações no Próximo Oriente, na Mesopotâmia, Palestina e Egipto. Na Palestina encontram-se à luz do dia, lugares e cidades frequentemente mencionadas na Bíblia; aparecem e estão situadas no sítio onde a Bíblia as coloca. Nas antiquíssimas inscrições e edificações escavadas, os exploradores encontram, com frequência, personagens do Antigo e Novo Testamento. Os baixos-relevos daquela época deixam-nos ver as imagens de povos que só conhecíamos nominalmente. Os seus rasgos fisionómicos, indumentária, cultura e armas, tornam-se-nos familiares, graças às investigações dos arqueólogos. Toda a história contada na Bíblia se vai desenterrando pacientemente para se erguer como testemunho irrefragável de veracidade. A descoberta de monumentos, arquivos e cartas, manifestam que os homens, factos e instituições de que fala o Texto Sagrado, pertencem indubitavelmente à história. À medida que a pá e a enxada do escavador descobrem novos extractos, vão aparecendo povos relacionados com os hebreus, que pareciam para sempre perdidos. Um monólito abandonado no deserto, um selo gravado numa vasilha, uma placa de marfim, revelam datas e nomes que já conhecíamos pela Bíblia. Trabalhadores incansáveis interrogaram diariamente o solo ressequido da Palestina, encontrando, nos testemunhos directos, novas razões de confiança na Bíblia.

A situação geográfica da Palestina e a relação dos antepassados do povo eleito com outros povos circunvizinhos explica a grande necessidade da investigação arqueológica para o estudo das Sagradas Páginas. A Pa-

lestitina é o ponto de união da Ásia e da África, das duas civilizações mais antigas, Egípto e Mesopotâmia. Com o Mediterrâneo à esquerda e o grande deserto da Arábia à direita, a Palestina é a ponte que une a Ásia com a África, o caminho obrigatório dos exércitos dos Faraós e dos reis da Assíria; através da Palestina, as caravanas dos mercadores traficavam com os produtos, de Oriente a Ocidente. O pai do povo eleito é oriundo da Mesopotâmia, levando consigo tradições, folklore e costumes da terra de origem; Moisés, o grande legislador do povo de Deus, é formado e educado no Egípto; outros povos vizinhos, como os hititas e persas, gregos e romanos, exercem extraordinária influência com a sua cultura. Daqui a ineludível necessidade de conhecer a civilização destas nações para se poder entender rectamente os Livros Sagrados.

Vou resumir as descobertas arqueológicas que mais eficazmente têm contribuído para uma melhor interpretação da Bíblia.

I. — MESOPOTÂMIA. — A era das escavações na Mesopotâmia começa em 1842 com os trabalhos do francês Emile Botta, em Nínive e Korsabed. A infinidade de tábuas encontradas na Mesopotâmia permitem-nos identificar muitos nomes de cidades e países desconhecidos; dão-nos novas luzes sobre os costumes, tradições dos patriarcas e as leis do código mosaico; confirmam e completam as narrações históricas, dão-nos base para fixar acontecimentos e demonstram a transcendência das ideias religiosas e morais do povo israelita.

Narrações sobre a criação

Os relatos sobre a origem das coisas, do homem e do seu pecado, paralelos do Gén, 1-10, longe de provar uma influência sobre a Bíblia, mostram a superioridade religiosa do Génesis. Alguns matizes das narrações bíblicas explicam-se conhecendo os costumes e tradições babi-

lónicas. Por exemplo, o querubim que guarda o paraíso, em sinal da expulsão perpétua, pode ser um artifício literário tomado dos génios que guardavam os templos e palácios babilónicos; este artifício literário serve de veículo para uma grande verdade teológica: a perda definitiva do dom da imortalidade corporal. Também a espada flamejante nas mãos do querubim é semelhante ao raio de bronze erigido por Tiglatpileser I sobre as casas arruinadas para indicar que é proibida a entrada ou a ocupação da cidade.

Tábuas de Mari

A descoberta das cartas de Mari, escritas em acádico, aumentaram poderosamente os conhecimentos geográficos e históricos. «Graças aos sincronismos que se topam nas cartas, revolucionou-se a cronologia do segundo e terceiro milénio antes de Cristo, estabelecendo-a sobre uma sólida base. Nomes pessoais do Antigo Testamento, como Taraj, Najor, Sarug, reaparecem como nomes de cidades nas vizinhanças de Jarán. O *dawidum* ou chefe dos bandos errantes semítico-ocidentais, revela a origem do nome de David». Mari, actualmente Tell Harri, foi a capital de um poderoso estado amorreu, muito florescente e poderoso, dominando o vale superior do Eufrates, antes de cair nas mãos de Hammurabi (1695 antes de Cristo). O palácio real constava de duzentos departamentos com uma superfície de 60.000 metros quadrados. Mantinha relações comerciais com numerosos estados; e, das 20.000 tábuas desenterradas, umas 5.000 são cartas trocadas entre os reis de Mari e os funcionários subordinados. Em vários outros pontos da Mesopotâmia, descobriu-se uma enorme quantidade de tábuas de um valor histórico incalculável. Os caracteres cuneiformes eram gravados em argila branda, que depois eram secadas no forno ou ao sol, formando com elas bibliotecas gigantescas, que resistiam à acção demolidora do tempo e às devastações bélicas. No Egipto e nas regiões ocidentais da Síria e

Palestina, usou-se com mais frequência o papiro, que depressa se deteriorava com a humidade, conservando-se, porém, a terra seca e dura do Egipto.

O Código de Hammurabi

Em 1901 é encontrado o famoso código legislativo redactado por Hammurabi, rei de Babel nos princípios do século XVII. Depois, apareceram outros códigos, um siríaco, anterior ao de Hammurabi, e outro hitita, do século XIII antes de Cristo. Com estas descobertas, foi dado o golpe de misericórdia em certas proposições dos críticos da escola de Welhausen. Estes consideravam o código de Moisés como coisa anacrónica para o seu tempo, relegando a parte legislativa do Pentateuco para antes ou depois do exílio. A legislação hebraica, de uma época não muito afastada, está, pois, perfeitamente enquadrada no ambiente histórico. Nos códigos mosaicos e de Hammurabi, existem linhas comuns e diferenças notáveis. O Código de Hammurabi supõe uma avançada civilização e funda-se em princípios utilitários, encaminhados a proteger a propriedade. O código mosaico é redactado para uma sociedade menos avançada, mas apoia-se em princípios morais, e defende a justiça e a caridade. É portanto, muito superior ao de Babilónia.

2. — EGIPTO. — As investigações no Egipto começam com a expedição de Napoleão Bonaparte (1798) e tornam-se mais intensas ao descobrir J. F. Champollion a chave dos hieróglifos (182-2). O Egipto apresenta os vestígios artísticos melhor conservados da antiguidade. No Delta do Nilo, as ruínas mais importantes encontram-se em Tanis. Apesar disso, as escavações não nos dão a prova decisiva para identificar Tanis com Pi-Ramsés (Ramsés do Êxodo, 1, 11). No alto Egipto, a exploração da linha interminável de pirâmides que se estendem de Abou-Roash, ao noroeste do Cairo, até Awra, ao sul de Fayum, manifesta-nos em todo o seu esplendor

a vida privada e pública, a arte, os textos religiosos fúnebres do Império antigo e médio. Flinders Petrie escava Tell el-amarna em 1891, a Ikhetaton de Amenofis IV, a uns 300 quilómetros ao sul do Cairo. Em 1887 descobriu-se grande número de tábuas, cerca de 350, em escritura cuneiforme, pertencentes aos arquivos diplomáticos dos Faraós Amenofis II e IV. Contêm a correspondência destes Faraós com os seus vassallos da Síria e Palestina com os reis de Babilónia, Assíria Mittani, Hititas, Chipre, etc. Nelas transluz todo o mundo oriental, principalmente da Síria e Palestina, proporcionando-nos interessantes elementos de geografia e história.

Karnak e Luxor

A uns 700 quilómetros do Cairo, foram descobertas as ruínas de Karnak, na margem direita do Nilo, e as de Quornah e Medinet-Habou, na esquerda, que indicam o sítio da cidade de Tebas. No grande templo de Karnak, Petrie descobriu (1896) a estela Menephtah, o único documento que nos fala de Israel. São também dignas de nota as listas de cidades sírio-palestinenses saqueadas por Tutmosis III e Sesac (I R. 14, 25). Na cadeia libaneza, frente a Tebas, abre-se o grandioso e maravilhoso vale duplo de Bilan el Molouk, onde se encontraram as tumbas do Novo Império.

Papiros e ostraka

Um dos contributos mais valiosos da egiptologia para o estudo do Antigo e Novo Testamento é constituído pelo aparecimento dos papiros e *ostraka* (cascalho, resíduos de cerâmica com inscrições). Podem dividir-se em duas grande ssecções: bíblicos e extra-bíblicos.

1) **BÍBLICOS.** — Têm para nós particular interesse quatro fragmentos de papiros bíblicos:

O Papiro Nash, aparecido em Fayum (1902), datado de 200-100 anos antes de Cristo; tem uma só página, com

o Decálogo e Det. 6, 4 escritos em hebraico. É muito importante pela data, visto não possuímos manuscritos hebraicos anteriores a 900 depois de Cristo.

O Papiro Rylands Grego 457, descoberto em 1920, provávelmente em Fayum. Contém parte de uma folha de um códice do Evangelho de S. João, cujos fragmentos conservados são os de Jo. 18, 41-33 e 37-38. Os peritos em paleografia colocam-no na metade do século II. É importante pela sua significação histórica, pois demonstra a autenticidade do quarto Evangelho e a rápida difusão que teve na África. O mesmo helenista publicava em 1939 o *Papiro Rylands Grego 458*, a descoberta mais antiga de um texto bíblico; contém fragmentos do Deut. 23-28; foi encontrado nas envolturas de uma múmia e parece pertencer ao século II antes de Cristo, um século apenas, após a tradução dos Setenta.

O Papiro Fuad 266. Foi publicado pela primeira vez no Cairo em 1939. É da mesma época do papiro anteriormente mencionado. A sua origem é também incerta. Confirma a opinião de S. Jerónimo, que alguns críticos contradizem, de que o nome de Javé não se traduzia por «Kirios», mas era escrito com letras hebraicas antigas.

Papiros Chester Beatty. São os mais importantes sob o ponto de vista bíblico. A parte do Antigo Testamento compreende grandes extratos do Génesis em dois códices do século III e IV, fragmentos de Isaías, Jeremias e Eclesiástico, de princípios do século IV, e outras passagens de Ezequiel, Ester, Daniel, de princípios do século III. A parte do Novo Testamento contém relíquias consideráveis de dois códices, um dos Evangelhos e Actos e outro das Epístolas de S. Paulo, pertencentes ao século III, um século anteriores aos nossos primeiros manuscritos do Novo Testamento. A sua importância é grande para o estudo dos Setenta e do Novo Testamento, provando que o Texto do Novo Testamento já estava fixado, a fins do século II.

2) EXTRA-BÍBLICOS: Fornecem-nos uma valiosa informação sobre a língua e ambiente literário e histórico

da Bíblia. Muitas palavras e expressões, que pareciam privativas do Novo Testamento, encontram-se também nos papiros e ostraka. Isto trouxe nova luz para a interpretação corrente de certas expressões e frases. Por exemplo, o uso de «adelfós» (irmão) para significar «parente», nos papiros *Adler* ultimamente publicados, é uma boa confirmação linguística da interpretação tradicional de idêntica palavra no Novo Testamento, onde significa parentes do Salvador.

Os Papiros de Elephantina. Nas escavações realizadas na ilha de Elephantina, perto de Assuam, encontraram-se muitos papiros aramaicos, que nos falam das vicissitudes de uma colônia militar judaica estabelecida nesse lugar, em tempo dos persas (500-400), com um templo dedicado a Javé. Contém precisões de grande valor: fim da dominação persa no Egipto (402-400 e não 404); uma ordenança real persa, onde se regula a celebração da festa dos ázimos, rebate a afirmação dos críticos de que os monarcas persas não se imiscuíam nos assuntos religiosos dos súbditos estrangeiros, o que de ser assim, tiraria toda a autenticidade aos decretos reais persas, contidos no livro de Ester.

3. — PALESTINA. — A Palestina foi escavada palmo a palmo, e os resultados obtidos foram verdadeiramente deslumbrantes. A vida toda de um povo nas suas múltiplas actividades foi posta de novo à luz do dia. Nomes de personagens, de cidades, apetrechos agrícolas e utensílios industriais, dão outro colorido às alusões bíblicas. As ocupações e os gostos de um povo conhecem-se através dos objectos achados: tulhas para grão, lagares para vinho e azeite, cisternas para rega, basilhas de barro de todas as classes, selos, moedas, lâmpadas, brinquedos, caixas de perfumes, pentes de osso e márfitm, grades e arados, armas e amuletos, pérolas, brincos, anéis, braceletes, broches, etc. As imagens da deusa Astarté confirmam as referências do Antigo Testamento ao culto idolátrico prestado a esta deusa.

Um altar de quatro cornos encontrado em Tell Bet-Mirsim, em Judá, deita por terra a opinião dos críticos que não admitem a existência de altares de incenso antes do cativo e corrobora a autoridade do autor das Crônicas quando diz que Ajaz destruiu altares para queimar incenso em todas as cidades de Judá (2 Par. 28, 2-5).

Além de diversos alfabetos anteriores a Moisés, temos de mencionar outros três documentos antigos: o calendário agrícola de Genzer, a inscrição de Mesa de Moab e as Cartas Lakis. O calendário é uma tábua de cal com escritura hebraica cursiva, que descreve o ciclo anual dos trabalhos agrícolas, e parece ser do século XI antes de Cristo. A inscrição de Mesa, achada em Dibon em 1868, relata em língua muito afim à hebraica, a insurreição de Mesa contra Israel no ano 853 antes de Cristo. É de grande valor linguístico e geográfico.

Os *ostraka*, escritos de ambos os lados, encontrados em 1936 na antiga Lakis, hoje Tell el-Duweyr, são dezoito documentos, quase todos cartas de um tal Ya'os (forma abreviada de Jesias), comandante da guarnição de Lakis. São do ano 587 antes de Cristo, alguns anos antes da tomada de Jerusalém por Nabucodonosor. Nessa época, apenas as cidades de Lakis e Azeca opunham resistência, e ambas são mencionadas na mesma ordem na carta número quatro de Jeremias 34, 7. O profeta, cujo nome não é revelado, é, com certeza, Jeremias.

Manuscritos do Mar Morto.

O célebre sábio oriental W. F. Albright qualifica esta descoberta «como o achado mais importante dos tempos modernos». Contudo, é certo para estabelecer resultados definitivos, pois a maior parte dos manuscritos ainda não foram publicados. Neste trabalho colaboram, activamente, sábios especialistas, pertencentes às mais diversas confissões e crenças religiosas. Vou resumir brevemente os dados mais salientes.

1) **Descoberta dos rolos.** — Em Março de 1947, um

beduíno, procurando uma cabra extraviada na zona norte ocidental do Mar Morto, no árido e escarpado deserto de Judá, entrou numa obscura caverna, onde encontrou umas talhas. Pensando tratar-se de um tesoiro, foi chamar um companheiro para com ele explorar o sítio. Os jovens Muhammad a-dh-Dnib e Ahmed Mohammad lançaram-se à busca do que julgavam ser riquíssimos tesoiros, e qual não foi o seu espanto, ao encontrarem algumas dezenas de jarras cilíndricas, de barro cozido, dentro das quais estavam uns rolos de pergaminho cuidadosamente cobertos de linho. Parte deste achado foi vendido ao convento siríaco de Jerusalém e parte ao Museu da Palestina. A descoberta teve lugar a 12 quilómetros, ao sul de Jericó, na vertente-leste do planalto de Judá, quatro quilómetros ao norte de Ain Fesha, perto de Khirbert Kumran, e a dois quilómetros da margem noroeste do Mar Morto. Aquela cabra, esquelética e raquítica, foi para a ciência histórica e bíblica o que a sua colega Amaltea, a cabra que, segundo a mitologia grega, proporcionou o símbolo da abundância.

a) ESCAVAÇÕES NA GRUTA DE KUMRAN.
— A 15 de Fevereiro de 1949, deu-se início a uma metódica exploração dos lugares de Kumran, sob a direcção de G. Lankester Harding, Director do Departamento Hachemita de Antiguidades do Jordão, e do R. P. R. de Vaux, Director da Escola Bíblica e Arqueológica Francesa de Jerusalém. Recolheram elementos de umas cinquenta jarras e 600 fragmentos de manuscritos, muitos dos quais tinham apenas algumas linhas escritas. Segundo o P. De Vaux, as jarras poderiam ter tido uns 150 rolos que remontariam ao século II antes de Cristo.

b) ESCAVAÇÕES DE KHIRBERT QUMRAN.
— Khirbert Kumran é uma pequena ruína situada a um quilómetro da gruta dos manuscritos. Foi escavada em Novembro de 1951. Seria a morada dos que depositaram os documentos na cova. Encontraram-se além das ânforas e outros utensílios de cerâmica, onze moedas de

procuradores romanos, escalonadas desde a época de Augusto até à primeira guerra judaica (66-70 antes de Cristo) e marcam a data final da ocupação de Khirbert.

Nesta ocasião apareceram novos manuscritos nas covas de Wadi Murabba'at, a 15 quilómetros do sul de Ain Fesha. Ainda na região de Kumran foram descobertas umas 30 covas com cerâmica do mesmo tipo que a de Khirbet Qumran e da cova de Ain Fesha, a qual se passou a chamar primeira cova de Qumran. A quarta cova de Qumran é a mais rica em manuscritos. O material achado forma uma biblioteca completa e é mais importante do que o encontrado na Cova de Ain Fesha. Novas investigações foram feitas, em anos consecutivos, nas diversas grutas da região de Kumran, encontrando-se documentos muito variados, tanto bíblicos como extra-bíblicos. Na gruta de Madi Murabba'at foram achados certos fragmentos, alguns dos quais com o nome de Simeão ben Kosebab, chefe dos revolucionários da segunda guerra judaica (132-135 d. de Cristo) e a quem documentos posteriores chamam Bar Kokeba ou Bar Koseba.

2) Descrição dos manuscritos. — Ao princípio, por causa do muito material encontrado, espalhou-se grande confusão em artigos e revistas no referente às citações. Hodiernamente é aceita a forma proposta pelo P. De Vaux, com estas três grandes divisões:

1) Q=material procedente da região de Kumran, antepondo 1, 2, 3, etc., conforme se trata da primeira, segunda ou terceira cova. 2) M=material procedente de Murabba'at. 3) N=material procedente de Khirbet Mird, junto a Wadi en-Nar. Se o manuscrito está em papiro, antepõe-se um p; não tendo esta indicação, supõe-se sempre que está em pele. Segue depois o título da obra em abreviatura, com a advertência de que os manuscritos não bíblicos têm o título em hebraico.

a) MANUSCRITOS DO CONVENTO DE SÃO MARCOS DE JERUSALÉM

aa) O primeiro manuscrito é de Isaías (Is. A). É

um rolo de pele cuidadosamente preparado. Tem 7,34 metros de longitude e 0,26 de largura, composto de 17 peças cosidas juntas. As 54 colunas têm uma altura de 0,26 metros, com 28 a 32 linhas cada uma. O manuscrito traz Isaías completo segundo o Texto Masorético.

bb) Comentário de Habacuc. Rolo de pele de 1,68 metros de longitude e 0,24 de largura. A parte inferior está cortada. O comentário de Habacuc é completo. O comentarista procura aplicar o texto do profeta aos acontecimentos e personagens do seu tempo.

cc) Manual de Disciplina. Rolo de pele de 1,68 metros de longitude e 0,24 de largura. Tem 11 colunas de 0,10 metros de comprimento, com 25 a 27 linhas cada uma. Começa por descrever os ritos litúrgicos da agregação dos candidatos à comunidade. Renunciam ao pecado e prometem observar a justiça, a bondade e a verdade. A segunda parte fala do espírito e do modo como devem viver os membros da comunidade. A seguir dão-se as normas que regulam a vida comum: o juramento da Aliança, a classificação anual dos membros segundo o grau de fervor e inteligência, a correção fraterna, a admissão e formação dos novos membros, o código penal.

b) MANUSCRITOS ADQUIRIDOS PELA UNIVERSIDADE HEBRAICA DE JERUSALÉM

Apenas farei uma pequena referência ao Livro da Guerra dos filhos da luz contra os filhos das trevas. É um rolo de coiro de 2,9 metros de longitude e 0,16 de largura. Tem 19 colunas de 16 a 18 linhas cada uma.

Os filhos da luz são os filhos de Levi, de Judá e de Benjamim. Entre os filhos das trevas estão os Edomitas, os Amonitas e os Kittim de Asur. A primeira batalha termina com a vitória dos filhos da luz. Mas o inimigo volta à carga e a luta estende-se a todas as nações. Parece pertencer ao género apocalíptico: deserção de exércitos, estandartes, trombetas, arengas de chefes e aclamações de vitória.

3) **Data dos manuscritos.** — Muito se discutiu sobre a data destes manuscritos; as disputas converte-

ram-se em verdadeiras batalhas campais entre os sábios. Eram manuscritos da época *ante ou post-cristã*? Quem os colocou naquela cova?

Uns falavam de uma espécie de «genizah» (lugar onde se deitavam os livros que já não serviam para o uso); outros julgavam tratar-se de material escondido nos momentos de perigo. Além disso, os manuscritos não tinham nenhuma data nem elementos históricos claros que nos pudesse dar alguma luz. Empregaram-se vários métodos para lhes fixar as datas. Deitou-se mão da Paleografia, mas muitos não lhe concediam valor provativo, pois a paleografia hebraica, ao contrário da grega e latina, não é uma ciência que permita deduzir consequências claras, devido à falta de documentos. A prova arqueológica também não era apodíctica, já que o material encontrado era muito escasso, e consta que há certos tipos de cerâmica que perduram durante longo tempo mesmo depois da aparição de outros novos.

Restava o testemunho do exame interno dos manuscritos, mas também não havia unanimidade na determinação do tempo a que pertenciam. A maioria (Albright, Burrows, Sukenik, Trever, Dupont-Sommer, De Vaux, Bea, etc.), inclinava-se por uma data anterior ao cristianismo. Outros diziam que eram de uma época cristã, e alguns com Zeitlin, colocavam-nos na Idade Média.

Contudo, uma nova prova fez luz sobre o espinhoso problema, a saber: a análise da radioactividade do «carbono», feita sobre um pedacinho de tela que envolvia alguns dos manuscritos. A análise foi realizada pelo Instituto de Estudos Nucleares de Chicago, chegando à conclusão de que o linho com que haviam sido confeccionadas as telas pertenciam ao ano 33 da Era Cristã, duzentos anos mais duzentos menos, isto é, entre o ano 167 a. de C., e 233 d. de Cristo.

Mas as novas descobertas de Wadi Murabba'at e de Khirbet Mird foram uma prova quase definitiva. Muitos dos manuscritos de Wadi Murabba'at e Khirbet Mird tinham a data explicitada e noutros era fácil de deduzir,

ao menos aproximadamente, em virtude das inscrições das moedas e cerâmica encontradas junto deles. Finalmente, tinha-se encontrado um termo decisivo e definitivo de comparação. Além disso, nas escavações de Khirbet Kumran, encontrou-se uma vasilha de confecção idêntica às que continham os primeiros manuscritos; portanto, era necessário relacionar os manuscritos da cova com os habitantes deste lugar.

Hoje admite-se como certo que Khirbet Kumran são restos de um mosteiro onde vivia um grupo de homens isolados do mundo, com as suas regras, os seus ritos, a sua organização e hierarquia. A julgar pelas escavações, estes homens estabeleceram-se aqui ao findar o século II antes de Cristo, e desapareceram, em parte, com a guerra do ano 70, em que o edifício foi destruído e convertido numa fortaleza romana. Os habitantes deste lugar, cuja cerâmica coincide com a das covas, esconderam os seus manuscritos perante a iminência da invasão, a fim de os preservar da destruição. Portanto, é necessário colocá-lo antes do ano 70.

É evidente que se não pode aplicar uma regra geral a todos e cada um dos manuscritos, pois pode haver grande diferença entre uns e outros. Mas pode-se afirmar que a maioria dos documentos encontrados na região de Kumran pertencem ao período asmoneu (134 a 37 a. de C.), embora haja alguns da época de Herodes e até posteriores.

4) Importância dos manuscritos. — Escreveu-se em Espanha um livro sobre as Descobertas de Qumran, de António G. Lamadrid, onde se resume clara e sistematicamente, tudo o que se escreveu sobre esta importante questão histórica. As descobertas de Qumran dão-nos meios básicos para o estudo do Antigo Testamento e as origens do Cristianismo. Antes de se descobrirem os rolos de Qumran, o manuscrito hebraico mais antigo era do ano 895 da nossa era. Agora, com o aparecimento destes rolos e fragmentos, volvemos mil anos atrás. Alguns destes documentos provam o escrupuloso cuidado

com que os copistas judeus, através dos séculos, conservam o texto da Bíblia. Os manuscritos extra-bíblicos demonstram irrefutavelmente que, mesmo antes do Cristianismo, existia entre os judeus uma corrente elevada de espiritualidade, cujos membros se consideravam como «eleitos» de Deus, com algumas ideias e expressões muito afins ao Novo Testamento. Discutiu-se muito acerca do tempo em que se iniciou esse movimento religioso de Qumran e se os seus membros se devem ou não identificar com os essênios.

António G. Lamadrid, no livro anterior citado, recalca com acerto, a importância do calendário de Qumran para a cronologia do Novo Testamento. Aduz um dado que se deve ter presente para se poder fixar a data da Páscoa de Jesus com os seus discípulos. A literatura de Qumran mostra-nos que o calendário solar era o que se usava no Antigo Testamento. «Sabe-se, conseqüentemente, e isso é de grande importância, que a Páscoa caía sempre numa quarta-feira. Parece que nessa data também a celebravam os monges de Qumran, pois como temos visto, se eles se separaram do judaísmo oficial, em parte foi por questões de calendário: os jerarcas de Jerusalém tinham adoptado o calendário lunar dos sírios, e eles queriam seguir o tradicional, isto é, o lunar». Tal data da Páscoa fez imediatamente pensar que Jesus escolheu também a data de quarta-feira para celebrar a sua última Páscoa, isto é, a Páscoa da Instituição da Eucaristia, já que, evidentemente, Jesus e os Apóstolos celebraram a Páscoa em data diferente e antes que a celebrasse o judaísmo oficial.

Com certeza que os manuscritos do Mar Morto não revolucionaram a Teologia Cristã, mas darão um novo rumo e uma luz nova aos estudos do Novo Testamento, e o historiador do Dogma cristão não os poderá esquecer.

Muitas outras descobertas arqueológicas poderiam ser enumeradas. Do mundo do Novo Testamento apareceram as magníficas construções do rei Herodes. Encontrou-se no coração da antiga Jerusalém o pavimento que S. João

chama «litóstratos» ou «gabatha», onde Jesus esteve diante de Pilatos, feito rei de irrisão e escárnio da soldadesca. Mercê das investigações realizadas, muitas passagens bíblicas podem ler-se hoje com uma luz nova.

O alemão Werner Keller, num livro que escreveu e que alcançou uma venda prodigiosa, compendiou as principais descobertas que podem ilustrar o Texto Sagrado. O autor vai alinhando e classificando as descobertas das ciências para confirmar a verdade bíblica, não somente no campo religioso, mas também no geográfico e histórico. O livro de Werner Keller «E a Bíblia tinha razão» deixa mal paradas as presunçosas críticas racionalistas do século passado, e é uma esplendorosa resposta à pergunta formulada há meio século pelo professor Frederico Detitsch, em Berlim: «Para quê tantos afãs nessas longínquas, inóspitas e perigosas terras? Para quê esse laborioso trasfego de resíduos milenários, esgaravatando até ao fundo da água subterrânea, em lugares onde se não encontrará nem oiro nem prata? Para quê esta luta entre as nações para se assenhorearem dessas áridas colinas, para realizarem as suas próprias escavações? ». O livro é recomendável, muito embora alguns juízos e dados já estejam superados...

Situação actual da Palestina. ***O moderno Estado de Israel***

No meu livro *Pelos caminhos do Senhor*, recentemente publicado, escrevo textualmente: «Em Maio de 1949 fizeram-se tréguas entre os árabes e Israel. Mas isto não acaba com as diferenças existentes entre a primeira nação judaica, desde que os romanos conquistaram e destruíram Jerusalém, e os árabes, seus vizinhos. Julgo sinceramente que a actual conjectura não se pode prolongar indefinidamente. A actual divisão da Palestina é absurda; urge solucionar o problema dos refugiados árabes para poder obter uma paz estável e duradoira. Nós, os cristãos, temos direitos sacrossantos que de nenhum modo podem ser violados. Duas coisas são prováveis: que os israelitas despertem a consciência militar do mundo árabe, ou que constituam um novo centro de discórdia, do qual surja uma nova guerra mundial».

Devo ajuntar, com verdadeira dor, que os últimos acontecimentos políticos confirmam os meus pressentimentos. Os factos são bem patentes: a aquisição de armas por parte do Egipto nos países comunistas, o ataque anglo-francês ao canal de Suez, a influência que Moscovo tenta exercer no Médio Oriente, os contínuos reencontros entre árabes e judeus, a invasão por parte de Israel da península do Sinai e a sua teima em não sair do golfo de Akaba, tudo isto aumenta as dores de cabeça que as Nações Unidas têm tido, por causa desta região, e constitui um eminente perigo para a paz mundial.

Quero, numa síntese muito breve, propor o problema

actual da Palestina, dividindo este capítulo em duas partes: na primeira, farei um sumariíssimo bosquejo sobre as origens do moderno Estado de Israel; na segunda, proponho a sua constituição actual e a sua influência nos acontecimentos políticos.

1. — Origem histórica do Estado de Israel

No ano 70 da nossa Era, as legiões romanas, às ordens de Tito, invadem Jerusalém e destroem o templo, centro das aspirações seculares do povo eleito. Começa aqui a legenda do judeu errante; o êxodo mais trágico que a história regista. As súplicas que os judeus que ficaram na Palestina elevavam a Javé diante do muro do pranto, ao entardecer de todas as sextas-feiras, são o símbolo vivo da ansiedade, dos torturantes anelos de um povo durante vinte séculos. O povo judaico conhece o pó de todas as veredas, mas não abandona a esperança de voltar à terra dos seus antepassados.

Em fins deste século, começa a organizar-se o movimento sionista, provocado em parte pelas imensas desventuras dos hebreus russos. Depressa se forma um movimento com o fim de formar um Lar judaico e para isso se buscam diversos pontos do globo, como possíveis assentos dessa raça errante. O judeu errante deseja encontrar uma casa onde possa descansar e pôr cobro à sua peregrinação de séculos. A 5 de Junho de 1905, Alfredo Rostchid oferece a Teodoro Herzi, jornalista vienense e corifeu do sionismo, a fundação de um Lar judaico na Uganda, mas o sétimo congresso sionista declina cortêsmente esse convite. Parecia mais viável a realização do projecto da colonização judaica de Angola. O governo português, por lei de 1912, concede a cada um dos colonos judeus 250 hectares de terreno, com a condição de estes aprenderem o português e se nacionalizarem portugueses. Contudo, tal projecto caiu no esquecimento. O movimento sionista, honrando o seu nome, exclui do seu programa qualquer pretensão de um Lar judeu que não

a Palestina, país dos seus maiores, o único que pode arrastar e concentrar imensos grupos de judeus de todo o mundo, e o único também que vale o sacrifício de todas as vidas e o dinheiro de todas as bolsas.

Leiam-se as esperançosas palavras de Moses Ness (1812-1875): «Aos povos que uma vez foram julgados mortos e que hoje, na grandeza da sua responsabilidade histórica, reclamam os direitos da nacionalidade, pertence incontestavelmente o povo judeu. Não foi em vão que resistiu durante dois milénios às tempestades da história; não foi em vão que desde todos os extremos da terra volveram o rosto para Jerusalém. Com o perfeito instinto da sua vocação histórica e cultural, para a união do homem e do seu mundo, e para criar a fraternidade humana, este povo conservou a sua nacionalidade dentro da sua religião e prendeu as duas, com laços inquebrantáveis, à terra inalienável de seus pais. Deve concluir-se que nenhum povo moderno que lute pela sua pátria pode recusar o direito que os judeus têm à sua, sem criar para si mesmo uma mortal contradição, que terminará por destruir a sua própria fé e acabará no suicídio moral».

Nos princípios deste século verificaram-se algumas imigrações dos hebreus para a Palestina. As ideias e os esforços sionistas vão criando ambiente, sobretudo no mundo anglo-saxão. Os diplomatas britânicos, em grande parte, são favoráveis à organização de um lar judeu na Palestina. Quando Allembly, general inglês da última guerra, após sangrentas batalhas, entra em Jerusalém, leva já consigo a ordem de contribuir para a formação de um estado judeu. A 4 de Outubro de 1918, o governo inglês vota o projecto sionista, com a aprovação dos Estados Unidos. A 2 de Novembro de 1918, lorde Balfour publica a sua famosa declaração, na qual promete formar um Estado judeu na Palestina. O lorde Balfour, em reconhecimento pelos serviços prestados pelos judeus à Inglaterra na última guerra mundial, dirige a Rotschild a seguinte mensagem: «O Governo de Sua Majestade vê com agrado o estabelecimento de um Lar nacional para o povo

judeus na Palestina, não se poupará a esforços para atingir este objectivo, e nada fará que possa prejudicar os interesses das outras comunidades não judaicas, existentes na Palestina, nem os direitos e o «*status*» político de que gozam os judeus em qualquer outro país».

É interessante conhecer a origem da promessa feita aos judeus pela Inglaterra. Verificou-se durante a guerra, num momento de alarmante escassês na fabricação de explosivos. Neste tempo, o álcool de madeira é um dos ingredientes necessários para a fabricação de matérias inflamáveis. Em 1916, os submarinos alemães tornam impossível a sua importação dos Estados Unidos em quantidades suficientes. Para remediar esta dificuldade, que podia originar uma verdadeira catástrofe, ordena-se aos cientistas ingleses que investiguem o modo de encontrar algum substituto do álcool de madeira.

O judeu Weizmann, brilhante catedrático da Universidade de Manchester, promete trabalhar dia e noite para conseguir essa descoberta. Algumas semanas depois anuncia a gozosa solução do problema. E, deste modo, o Governo inglês tinha assegurado a subministração desse ingrediente para a fabricação de explosivos. Quando lhe perguntam que recompensa gostaria de ter, o doutor Weizmann responde que não quer nada para ele; que a grande ilusão da sua vida é chegar a ver o Lar nacional judeu estabelecido definitivamente na Palestina, e tudo o que pede é que, se a Inglaterra vence a guerra, tome a seu cuidado a possibilidade do Lar nacional judeu.

Os vencedores da primeira guerra repartem entre si a geografia perdida pelos vencidos, ficando a Grã-Bretanha com o protectorado da Palestina. Os árabes põem obstáculos à imigração judaica. Os encontros sangrentos são frequentes; hebreus e árabes sabem que o poder inglês se encaminha para a aplicação prática da declaração de Balfour e que a sua completa realização será questão de tempo. A 11 de Setembro de 1920 é proclamado solemnemente o mandato inglês, e Hubert Samuel, amigo dos judeus, presta o juramento de fidelidade. Assistem, entre

outros, o general Allembý Abdullah, emir da Jordânia e mais tarde rei, os patriarcas cismáticos grego, armênio e sírio, e grande multidão de judeus. O patriarca e o custódio latinos evitam prudentemente comparecer a este acto. A povoação árabe de Jerusalém declara luto nacional e manda fechar o comércio em sinal de protesto. Assim começa uma batalha que se irá avolumando e que trará imprevistas consequências.

Na iminência da segunda guerra mundial, os judeus fogem da Europa para a Palestina, inclusivamente em barcos chamado ataúdes, porque vão a transbordar de gente, caindo muitos ao mar, ficando em terras inóspitas, por encontrarem na Palestina as portas fechadas à Imigração. Na segunda guerra mundial, os judeus ajudam as forças britânicas do Médio Oriente, lutando a seu lado com trinta mil voluntários.

Terminada a contenda e derrotados os inimigos, os judeus vêm chegada a hora de realizar os seus sonhos multi-seculares. Até ao ano de 1947 a Inglaterra exerce o mandato sobre o país, no meio de um constante estado de rivalidade e violência entre árabes e judeus. Cansada de tantos distúrbios e sabotagens, mas agindo com astúcia em benefício das aspirações judaicas, a Inglaterra retira as suas forças e devolve à O. N. U. os seus poderes sobre a Palestina, a qual deve resolver definitivamente este espinhoso problema. O Organismo Internacional decreta a 29 de Setembro de 1947 o plano da divisão da Palestina; aos territórios de Jerusalém e Belém é-lhes concedida a categoria de territórios internacionais. Esta divisão desagrada a gregos e troianos. Os dirigentes da Liga Árabe repudiam-na e começam a guerra com Israel. Este Estado, com o seu improvisado exército, detém o avanço da Legião Árabe e apodera-se das cidades de Haifa, Jafa, nova Jerusalém, Nazaré, etc., expulsando os árabes e assenhoreando-se das suas casas e possessões. A ajuda da Europa e da América faz com que a vitória se incline para Israel. Não se firmou a paz, embora as hostilidades tenham cessado em Maio de 1949. Graças ao

decidido empenho das organizações sionistas e ao jogo unitário da Inglaterra, surge, pois, o Estado de Israel, com os seus 20.000 quilómetros quadrados, ficando-se por aí, como espada de Democles, para a confusão das relações humanas. O seu primeiro presidente é o sábio Chaim Weizmann, cargo que ocupa até à sua morte ocorrida em 1952. Desde então, o assunto da Palestina sintetiza a crise oriental. O nacionalismo árabe, ao contacto com o racismo judaico, vê-se arrastado para o mais radical extremismo. O desejo profundo de unidade, bastante confuso entre os árabes, fortalece-se com o sentimento de um forte agravo feito ao povo árabe e ao Islão. Daqui em diante, o Médio Oriente, segundo a terminologia saxónica, e Próximo Oriente, segundo a latina, converte-se num rio revoltoso, a transbordar de tentações e promessas para qualquer pescador ambicioso.

2. — Organização do actual Estado de Israel

Quando em 1948 deflagraram as hostilidades, viviam na Palestina 1.761.000 habitantes, 600.000 dos quais eram judeus aglomerados principalmente nas cidades de Tel-Aviv, Haifa, Tiberíades, Jerusalém... Para os cristãos, as recordações mais transcendentais estão principalmente nas mãos dos árabes, tais como o Santo Sepulcro, Gétsémani, Uitostrotos, Betânia, Belém, o poço de Jacob, etc. Nazaré, o Cenáculo, a igreja da dormição de Maria, amorosos lugares, embora menos transcendentais, do Tabor e Tiberíades, estão em poder dos judeus. Dos 26.000 quilómetros que tinha a Palestina, 20.000 estão nas mãos de Israel e 6.000 pertencem à Jordânia.

Podemos adivinhar as dificuldades que esta divisão geográfica trouxe para os franciscanos residentes na Palestina, que guardam com devotado carinho os Lugares Santos e também, para o peregrino que deseja visitar comodamente a terra santificada pela presença terrestre do Filho de Deus; este tem de se embrenhar na Palestina por Damasco e Beirut, dando uma volta enfadonha e interminável.

Quais as relações entre estes dois povos, nascidos prematuramente por obra e graça dos inconfessáveis manejos de uma política oportunista e míope? Uma só palavra resume as relações entre o mundo árabe, aferrado às velhas tradições, e o mundo judeu, europeizado e progressista: o ódio; ódio intenso e sempiterno.

Os árabes esperam e preparam o dia da vingança; os judeus sabem bem o que deles pensam os seus inimigos: «Passarão dez anos, passarão cem anos, mil anos se quereis, mas a vingança será nossa». Todo o árabe leva dentro de si este desejo. Palpita dentro dele a voz do sangue. Não podem perdoar àqueles que os expulsaram da sua terra e das suas casas. Um milhão de prófugos vive na Jordânia, no Líbano e na Síria; a Jordânia está materialmente coberta de tendas onde pululam milhares e milhares de exilados, sem outros meios de subsistência que não seja a América do Norte e a Comissão Pontifícia.

Foram expulsos das suas casas, dos seus empregos e possessões. Em Jafa, por exemplo, situada numa planície fértil em produtos agrícolas, com estupendas plantações de laranjas e bananas, viviam 40.000 árabes; hoje é uma cidade completamente hebraica. O mesmo se pode dizer de Haifa e da nova Jerusalém, onde os melhores hotéis e os mais luxuosos palácios estavam nas mãos dos árabes. Muitos deles vivem agora de esmola em tendas de campanha ou em edifícios reservados aos peregrinos, que eles invadiram, ou até nos conventos dos franciscanos, como sucede em Jerusalém, onde os filhos de S. Francisco vivem sob as mesmas telhas que os refugiados, separados apenas por um tabique provisório, que é a clausura.

Não existem relações diplomáticas ou comerciais entre os dois Estados, e nenhum judeu pode atravessar a fronteira, nem vice-versa, a não ser os árabes cristãos para participar em certas solenidades religiosas. Entre as duas fronteiras há uma zona neutra desabitada. A única porta de acesso de uma parte para a outra está em Jerusalém. Esta divisão representa para os cônsules um não pequeno problema. O espanhol, por exemplo, pos-

sua casa nas duas zonas e em cada uma um secretário e outros empregados, vivendo alternadamente numa e noutra parte; é curioso ver como, ao passar com o seu carro de uma zona para a outra, é obrigado a parar na zona neutra, a fim de que o condutor árabe desça e suba o judeu, ou ao contrário, sendo-lhes rigorosamente proibido conversar. Apenas as representações diplomáticas da O.N.U. têm livre trânsito. O franciscano que antes podia ir e vir livremente de um convento para outro, hoje, por habitar diversas zonas — judaica e árabe —, tem de esperar oito dias pela autorização, e, se esta chegar, tomar um táxi, dar uma volta pela nova Jerusalém, para depois se ir colocar a uns cinquenta metros do ponto de partida.

Os 150.000 árabes residentes no Estado de Israel são considerados, naturalmente, como cidadãos do Estado judaico. Mas, em igualdade de circunstâncias, o judeu tem a preferência nos cargos públicos, nas oficinas e em qualquer classe de trabalho manual ou intelectual.

Aspecto técnico

Ètnicamente, o Estado de Israel é uma Babel genuína. O viajante que vai até Israel com a esperança de encontrar o judeu autêntico, sofre uma amarga desilusão. Podemos afirmar que hoje já não existe o tipo físico, fisiológico, que seja um denominador comum para todo o judeu. Os judeus não se unem uns aos outros, nem se diferenciam pelo seu nariz saliente, e faces estreitas e esguias, mas pelo complexo de qualidades psicológicas: aspirações comuns, idêntica religião... O judeu assimila, com perfeição e rapidez, o idioma e os costumes do país onde vive. Misturou o seu sangue com o de todos os povos da terra. Por isso, em Israel há representantes de todas as nações: loiros da Alemanha e Holanda, rostos amplos com olhos cavos e azuis dos camponeses russos, morenos do Yemen e do Iraque. Cada um fala a língua do país da sua procedência. Em nenhum lado do mundo o turista encontrará tantas facilidades linguísticas

como em Israel. Em qualquer auto-carro, hotel ou oficina terá o prazer de conversar com algum seu compatriota...

Embora unidos todos por idênticas aspirações comuns, contudo é grande a divisão que os separa; consideram-se como habitantes de nações diferentes, insultam-se e desprezam-se mutuamente, originando, deste modo, um estado de alarmante e lamentável desagregação interna. É um antêntico mosaico racial e linguístico, desprovido de toda a harmonia.

O tipo de judeu mais comum é o sefardita ou espanhol. Expulsos da Espanha, os judeus estabeleceram-se no Norte de África, nos Balcãs, Grécia e Turquia. Junto com a saudade da península, conservaram a língua um tanto estropeada e misturada com vocábulos italianos, gregos e eslavos. A povoação de Ainkarim, por exemplo, a quatro quilómetros de Jerusalém, completamente árabe e cristã, é hoje ocupada por estes sefarditas procedentes das nações balcânicas. A sua pronúncia é interessante e curiosa, um pouco obscura, com uma acentuação parecida à espanhola. Quando encontram algum espanhol, ficam fora de si e desfazem-se em atenções. Muitos deles são súbditos espanhóis e embora vivam em Israel e noutras nações, o passaporte é espanhol. Geralmente, conservam grande afecto à Espanha e a Portugal, o que não sucede com os judeus procedentes da França e Itália, que também são muito numerosos. Entre os imigrados, os judeus nascidos na Rússia ou vizinhanças, formam o grupo mais considerável. Todos os chefes mais notáveis do sionismo, são russos de nascença: Chaim Weizmann, David Ben Gurion...

Aspecto social

A organização social de Israel é interessante e atrevida. A base fundamental da economia israelita é o campo. Por isso, a sociedade foi estruturada em ordem à produção e colonização agrícolas. O promotor e o impulsionador desta organização é o Keren Kayemet Leis-

rael (Fundo Nacional Judeu), que é uma instituição com a finalidade de adquirir e colonizar as terras de Israel. O dono e proprietário das mesmas é o povo judeu em comum, de forma inalienável e imprescriptível. As principais estruturas sociais implantadas no campo, podemos reduzi-las a estas:

1) *Moshava*: Semelhantes às povoações rurais ou casas de campo da Europa. É um conjunto de proprietários, em maior ou menor escala, que podem dispor de assalariados.

2) *Moshave Ovdim* (estabelecimentos de trabalhadores): É uma pequena colónia cooperativa de pequenos agricultores. A terra é do Keren Kayemet Leisrael (Fundo Nacional Judeu), que é uma das pedras angulares da actual colonização do Estado. As suas funções consistem principalmente nas compras de terra, dissecação de terrenos pantanosos...

Estão cooperativamente organizados os serviços públicos, as máquinas, a terra, as instituições, as incubadoras, o seguro de doença, as escolas, a sinagoga, a venda dos produtos que poupa ao chefe de família o trabalho de vender e a sua consequente perda de tempo. Os cereais cultivam-se em cooperação. *Mas o fruto do trabalho de cada família é propriedade privada*, e esta é uma das notas principais que o distingue do *quibbuts*. Cada família trabalha o que lhe for preciso e os seus ingressos estão em proporção directa com os produtos obtidos. Para a manutenção da comunidade existem duas modalidades: ou se pagam quantidades fixas, ou porporcionais aos ingressos, ou então de ambas as formas. No caso de doença ou morte do chefe de família, o fundo de auxílio mútuo assegura o necessário, ajuda que se dá em dinheiro ou mediante o trabalho dos outros membros. A autoridade é constituída por uma Assembleia geral que elege um Conselho, o qual, por sua vez, delega num *Comité* a administração da colónia.

3) *Quibbuts* (palavra hebraica que significa reunião, agrupamento): É o tipo de colónia mais generali-

zado e mais curioso. Nunca poderei esquecer o calor com que um israelita me falava dos *quibbutsim*. «Estes constituem — dizia — uma das criações mais relevantes do nosso Estado. Os jovens neles educados aguentaram a guerra contra os árabes. As nossas crianças têm à sua disposição toda a classe de meios de instrução e recreio, num grau dificilmente superável pelas famílias abastadas de outros países».

O *quibbuts* é uma colónia colectivista, o que não quer dizer que seja comunista. O princípio que rege a vida do *quibbuts*: «Cada um segundo as suas possibilidades e a todos segundo as suas necessidades». A propriedade é colectiva, e todos, homens e mulheres, trabalham com o mesmo afã. A educação e a vida das crianças é colectiva, e, em parte, também a vida do adulto.

Não existe forma alguma de lucro privado. O que se obtém com a venda dos produtos, satisfeitas as necessidades dos membros, é invertido no melhoramento industrial ou agrícola da organização.

O refeitório, a cozinha, o roupeiro, as medicinas, a sala de leitura, são comuns a todos os membros do *quibbuts*. O lavadouro é uma instituição comunal. Cada um dos sócios dispõe de uma casita numerada, onde tem sempre a sua roupa lavada, cosida e passada a ferro. Não há distinção de ocupações: todas são igualmente necessárias ao fim da comunidade. Por isso, todos recebem a mesma comida, o mesmo vestuário, idêntica habitação, etc. As casas são individuais para casados ou grupos de solteiros do mesmo sexo, embora sempre colectivas.

A mulher trabalha nove horas diárias. Se trabalha na fábrica, a roupa do seu marido será lavada por outros homens ou mulheres que, do mesmo modo, cuidarão da alimentação e educação dos seus filhos.

As crianças vivem noutros pavilhões, conforme a sua idade. Quando a mãe deixa a maternidade, o seu filho passa a formar parte da casa dos bebés. Durante este período, a mãe está em constante contacto com o seu filho, pois é-lhe dada uma ocupação leve, que lhe deixa

muito tempo livre. Além disso, a mãe tem o direito de alimentar o seu próprio filho. Os pais têm acesso a todas as dependências das crianças, sujeitos normalmente à disciplina do colégio. Fora dos dias de festa, os filhos são visitados à última hora do dia.

A propriedade privada, embora pouca, existe. Os seus membros têm aparelho de rádio, vestuário, direito a receber presentes e dispõem cada ano de uma quantia considerável de dinheiro. No *quibbutz*, faz-se também vida social. Recebem-se visitas e festejam-se os anos e aniversários com pequenas reuniões. Neles entram com frequência conferencistas e artistas. Também se comemoram as festas nacionais ou as criadas por tradição.

A comunidade é regida pelo Ase-fa (Assembleia geral), formado por todos os membros, que se reúnem semanalmente e votam levantando o braço, requerendo-se 51% dos votos para a efectivação de um projecto. Ao discutir-se a admissão de um novo membro, é necessária a maioria de dois terços. É necessário que o aspirante, durante um período de prova (geralmente um ano), tenha agradado à maioria, evitando deste modo dissensões interiores. A direcção está a cargo de cinco pessoas, eleitas por um ano, encarregadas de tudo quanto se refere à venda dos produtos.

4) *Mohsav schitufi* (estabelecimento associado): É uma forma intermédia entre o *quibbutz* e o *moshav*. Cada família dispõe de casa própria. O resto é propriedade colectiva e todos trabalham no seu cultivo. As mulheres, por exemplo, têm de trabalhar um determinado número de horas inversamente proporcional ao número de filhos. A que tem três filhos, tem de trabalhar seis horas; a que tem dois, duas horas. Cada pessoa recebe mensalmente uma determinada quantia (principalmente para a roupa e para a alimentação), proporcional à sua idade, independentemente das habilitações ou dias de trabalho dos membros. Por isso, os miúdos recebem também a sua parte e, em caso de doença, continuam a receber o mesmo dinheiro, ou seja, meia mensalidade, porque a

outra é destinada ao fundo de auxílio comum. A terra pertence também ao Keren Kayemet Leisrael.

5) *Kfar avodá* (povoação rural) à qual se junta uma parcela de terra para cultivar. Contudo, os ingressos provêm de trabalhos feitos fora do povoado. Nas horas livres dedicam-se à agricultura. Pode estar organizado como o *quibbutts*, *moshav* ou *mahv shitufi*. Outra modalidade social é aquela na qual se trabalha simultaneamente em diversos ofícios, mas falta o terreno para cultivar. Existem também *quibbutts* de artistas: pintores, escultores, etc., que levam vida colectiva.

Israel é a única nação na qual o êxodo da cidade para o campo é uma realidade. Para isto concorrem dois factores: a luta pela vida torna-se comum, o chefe de família procura assegurar o futuro da sua mulher e filhos, para poder viver sem apreensões os últimos dias da velhice. Em segundo lugar, o camponês goza de todas as vantagens da cidade: concertos, teatros, bibliotecas, tertúlias e, em algumas colónias, colecções de pinturas e discos...

A fim de fomentar o amor ao campo e criar uma forte tradição agrícola, de que tanto carece o povo hebreu, tornou-se necessário um sistema de educação e adestramento. Este amor ao campo é inculcado na escola à criança. Junto à escola há um pequeno horto que os pequenos deverão cultivar sob a direcção dos mestres, aprendendo a plantar e a cuidar das árvores. Para obter o diploma dos estudos do ensino médio é necessário ter trabalhado durante certo tempo nas lides campestres. O serviço militar compreende um ano de trabalho agrícola e outro de adestramento militar pròpriamente dito. Existem escolas de agricultura e uma estação agrícola experimental, que forma parte do Instituto de Investigações Científicas «Dr. Weizmann». Nela se analisa tudo o que se refere à agricultura, aos adubos químicos, pragas do campo, novas culturas... Um grupo de técnicos (geólogos, engenheiros agrónomos e químicos) dão a sua opinião ao serem consultados. É um trabalho muito semelhante ao que

encontramos já realizado pelos missionários franciscanos da Colômbia no século XVII.

São dois os princípios em que se baseia a colonização actual:

1) Trabalho judeu: para dar facilidades aos futuros imigrantes. Trabalho pessoal: O Kenen Kayemet Leisrael dá a cada grupo ou família apenas o terreno que pode cultivar por si mesma, e, deste modo, procura evitar a monopolização do latifúndio e o crescimento dos assalariados ou de gente que vive em inferiores condições de vida.

2) Cultura mista: para evitar o perigo da «monocultura». Nos períodos de má colheita, a cultura mista assegura ao país subsistências necessárias e, ao mesmo tempo, proporciona trabalho a maior número de pessoas, factor importantíssimo nas circunstâncias da intensa imigração actual.

A título de curiosidade, entre os frutos cultivados, enumeramos os seguintes: vinho e azeite. O azeite é tirado das oliveiras, das sementes do gergelim e do girassol. Na Galileia, topamos com toda a classe de frutas. Graças à irrigação, podem-se fazer pelo menos nove culturas de luzerna. A apicultura é uma das principais actividades do camponês israelita. Operou-se recentemente a substituição das abelhas locais pelas variedades italianas, a fim de intensificar a produção, parte da qual é exportada, principalmente para a Suécia.

Pesca (Mediterrâneo): Tive ocasião de conversar com pescadores italianos levados expressamente a Israel para esta faina, os quais são magnificamente retribuídos. A pesca é entregue na sua totalidade ao representante do Governo. Em Tiberíades, há muitas classes de peixes, mas desde a saída dos árabes, a pesca é feita em menor escala.

Indústria: A indústria é escassa em Israel. Algumas colónias agrícolas dedicam-se à fabricação de caixas de madeira. As marmeladas de Asdhot têm merecido renome. Começou ultimamente a exportação de pedra branca (cal), extraída das pedreiras de Galileia. É expor-

tada com o nome de pedra de Nazaré, e, por este motivo, é muito cobiçada nos Estados Unidos.

A condição *sine qua non* e a base preciosa da riqueza agrícola é a água. Esta abunda em Israel e a demonstrá-lo está a esplêndida floração bizantina do Negueb e do Jordão. Encontra-se, porém, em camadas muito fundas. A Sociedade das águas encarrega-se de a conduzir aos lugares secos. As terras regam-se automaticamente, mercê de um dispositivo giratório que espalha regularmente a água nos terrenos de plantio. Um dos fantásticos projectos em curso é o desvio das águas do Jordão para regar o vale do seu nome, mediante um sistema de canais que produziriam ao mesmo tempo energia eléctrica. Julgo que este desvio não será total, em virtude da significação religiosa e histórica deste rio para o povo hebraico.

A fim de manter e alimentar o nível do mar Morto, seria preciso trazer água do Mediterrâneo, a 90 quilómetros de distância, e o desnível de 394 metros seria aproveitado para produzir fluído eléctrico. Este sistema daria acolhimento a mais seis milhões de pessoas. Contudo, o plano será de difícil efectivação enquanto subsistir a divisão actual...

Aspecto económico

Considerando esta estupenda organização agrícola, e lendo nos jornais o entusiasmo despertado entre os judeus da diáspora, ao ver criado o Estado de Israel, sonhado durante tantos e tantos séculos, e contemplando a fotografia dos barcos repletos de hebreus quando abordavam ao porto de Haifa, quase que sentimos inveja e... desejaríamos possuir o sangue de Abraão para fruir dos bens imensos desta nova terra da promessa, na qual, segundo a propaganda sionista, começa a correr outra vez o leite e o mel... Porém, o contacto directo com a crua realidade desvanece estes anelos, e depressa nos

convencemos de que não estamos no reino da abundância como apregoam os corifeus do sionismo.

Israel, economicamente, atravessa uma grande crise, e sem perspectivas de se conseguir uma solução permanente e satisfatória.

São várias as causas que motivaram esta depressão económica. Em primeiro lugar, o campo. Embora os judeus possuam a região mais fértil da Palestina, com as planícies marítimas do Sarón e do Esdrelón, onde há abundância de cereais, laranjeiras, limoeiros e oliveiras, a terra israelita é extremamente pobre, semeada de montículos calcáreos e de pedra branca. Numa superfície de terra de 20.000 quilómetros quadrados vivem mais de meio milhão de judeus. Boa parte desta superfície está formada pelo Negueb, região situada ao sul do país, recheado de imensas estepes e partes desérticas. É certo que o judeu, em quatro anos, transformou a fisionomia geográfica da Palestina, graças à irrigação artificial. Mas a produção agrícola é insuficiente para alimentar os muitos milhares de habitantes que ocupam minúsculo território. Por este motivo, em Israel, os artigos de consumo são estreitamente racionados.

Visitámos alguns tipos de colonização agrícola anunciados, e ficámos maravilhados com a enorme produção realizada, mas também mal impressionados com a miséria física e moral dos seus moradores. As vivendas são, geralmente, estreitas e insuficientes. Num destes *quibbutts*, a comida consistia numas batatas cozidas, um tomate crú, e um bocado de pão negro. Não se podem servir dos frutos do campo onde trabalham. Além disso, a produção é insuficiente para tanta gente.

Um padre franciscano espanhol que presta assistência à igreja católica de Tiberíades contava, com uma pontinha de ironia o que lhe sucedeu com o racionamento dos artigos de vestuário. Deram-lhe dez pontos para o mês e, como fazia grande calor, pensou em comprar uma camisa fina. Dirige-se à barraca com os seus dez pontos; e, qual não foi a sua surpresa quando lhe disseram

que a camisa mais barata custava 22 pontos... Fica indignado com estas trifulhices do Estado, e uma das empregadas responde-lhe sorridente: «Tenha paciência, *rabbinah*, e espere para o mês próximo; com os dez pontos deste mês e os dez do outro e com o desconto de dois que lhe fazemos, poderá então levar a camisa». O padre franciscano, como bom sevilhano, responde com ironia: «Está bem; já que o seu Estado faz tantas promessas e vive na terra da promessa, em vez do título que a menina tem aí na parede: *Estado de Israel*, ponha este: *Estado de promessas*».

Esta depressão económica tem uma causa agravante: a contínua e elevada imigração. Chegam cada mês vinte a trinta mil israelitas: gente miserável, em geral, a quem o Estado deve proporcionar casa e trabalho. Vivem em tendas de campanha durante os primeiros meses e são alimentados pelo Governo. Depois são enviados para diversas paragens abandonadas, para que trabalhem na terra. Nestes lugares, habitam microscópicas casas de madeira, cobertas de lata, com uma única habitação, tendo de suportar os intensos calores de verão e os rigores do inverno. Passado algum tempo, poderão aspirar a uma casa mais ampla e confortável.

Fácilmente podemos adivinhar a desilusão desta gente, a quem tinham dito que o Estado de Israel era um autêntico paraíso. O judeu que tem uma natural aversão ao campo, pois nunca se dobrou para arrancar uma erva, é posto nesta terrível disjuntiva: ou trabalhar na terra ingrata sob a calmaria, ou morrer de fome. E os judeus — muitos deles com os dentes cerrados —, decidem-se a trabalhar no campo. Nota-se em Israel uma actividade e um dinamismo sem precedentes. Terras que outrora eram áridos desertos são agora verdadeiros jardins.

Apesar deste problema económico, o Governo deseja chegar dentro de dois anos a dois milhões de habitantes.

E claro que este propósito é absurdo, mas as intenções judaicas têm horizontes mais rasgados: deseja ter este número de homens para se opor à massa do mundo

árabe. A partir de 1948 a força militar de Israel triplicou-se e continua a crescer num ritmo acelerado. O Governo está decidido a converter o exército israelita na mais poderosa força do Médio Oriente. Os últimos acontecimentos bélicos mostram que nenhum Estado Árabe, tomado separadamente, mesmo o Egipto, poderá fazer frente aos valorosos e disciplinados judeus.

Uma das causas mais graves da crise económica, que pode ser um balde de água fria entornado sobre as esperanças sionistas, é o cerco férreo dos árabes. Uma porta hermética fecha as duas fronteiras. O mesmo sucede com as vias de acesso ao Egipto, Jordânia e Síria. No mundo árabe, encontra-se toda a classe de artigos; existem desempregados, é certo, mas os mercados estão repletos de subsistências. Nada disto pode atravessar a fronteira israelita, à excepção do que é passado por contrabando em pequena escala, efectuado pelos árabes dos dois estados da Galileia. Israel vê-se obrigado a importar e a exportar os seus produtos pelo único porto de Haifa. «O nosso problema económico é horrível — afirmava recentemente um funcionário do Ministério das Relações Culturais — e somente com a ajuda dos judeus milionários estrangeiros se pode aguentar esta difícil situação».

O descontentamento geral que se nota no país, é uma triste consequência desta crise económica. Tive a oportunidade de falar com judeus de todas as classes sociais, com árabes e europeus residentes em Israel, e a impressão comum é que dois terços da população judaica voltariam contentes à terra da sua origem. Sentem-se desenganados, desiludidos nesta terra estéril, entre homens de todas as cores, e de todos os idiomas. Apenas os judeus perseguidos em países estrangeiros, vivem alegres, não porque lhes satisfaça a vida em Israel, mas porque ninguém os perturba e podem proclamar, alto e a bom som, a sua qualidade de filhos dos hebreus.

Aspecto religioso e moral

Ao tratarmos agora da religião em Israel vamos responder a duas perguntas. Primeira: O Estado de Israel é um estado religioso na sua organização e na vida dos seus habitantes? Segunda: Atitude do Governo israelita para com as outras confissões?

1) É difícil e complicado emitir um juízo concreto sobre a religiosidade do Estado de Israel. No seio da comunidade judaica existe uma tendência profundamente religiosa, quase fanática, por parte dos judeus chamados ortodoxos. São, na sua maioria, judeus «autóctones». Distinguem-se fãcilmente pelo seu modo curioso de vestir: túnica comprida e branca, chapéu amplo de peles, usam barba, cabelo encaracolado a cair para a frente, observam estritamente a Lei e as prescrições sabáticas.

Os imigrantes recentemente estabelecidos em Israel, segundo a minha observação pessoal, são, na maior parte, ateus e materialistas, embora no elemento intelectual se note uma vincada inclinação para os problemas cristãos. Nas colónias modernas, ou não existem sinagogas ou então são pouco frequentadas pelos fiéis. Numa das nossas visitas a um «quibbutz», perguntámos pela sinagoga e responderam-nos que não havia e nem lhes fazia falta, desde que tivessem bons e abundantes alimentos. Para eles, o Messias reduz-se à prosperidade material e está simbolizado no trio Einstein, Freud e Marx, cuja fotografia aparece frequentemente nas vivendas dos quibbutsim. A força, a «libido» e a socialização do capital, são as três qualidades que formam o Messias.

O sábado é observado oficialmente com escrupulosa deligência. O trabalho é interrompido na véspera, de sexta-feira até à noite de sábado. Suspende-se todo o trânsito: autocarros, carros particulares, taxímetros. Sòmente os carros dos diplomatas podem circular livremente no dia de sábado, mas devem ostentar a bandeira da sua respectiva nacionalidade, para evitar encontros desagradáveis, pois os judeus ortodoxos têm o mau costume de

arremeter violentamente contra os automóveis que não observam a prescrição sabática. Não obstante este alarde de religiosidade externa, julgo que Israel é, no fundo, um país materialista. Conta-se que o próprio rabino de Jerusalém tinha pronunciado esta frase, um tanto inspirada na filosofia de Hegel: «O Messias já veio; o Messias é o Estado de Israel».

2) Os judeus toleram as outras confissões religiosas existentes no seu Estado: Islamismo e Cristianismo. Os muçulmanos têm as suas mesquitas que frequentam com plena liberdade. No princípio, o espírito hostil dos judeus levou-os a cometer atropelos e profanações nas igrejas cristãs. Na igreja da dormição da Virgem, vimos várias imagens decapitadas; imagens do crucifixo arrancadas da cruz: era esta a acção preferida pelos judeus profanadores.

Actualmente os cristãos vivem com tranquilidade, podem visitar as igrejas sem receio algum. Os franciscanos e, neles, os cristãos são respeitados, não por verdadeira simpatia, mas por medo de suscitar complicadas questões internacionais. Os judeus procedentes de países cristãos, de um modo geral, respeitam os franciscanos, porque se acostumaram a viver entre eles e a admirar a sua obra humanitária e desinteressada. Apesar disso, existe uma solapada antipatia para com o Cristianismo. Um detalhe curioso: a cruz vermelha sobre um fundo branco, que em todo o mundo levam as ambulâncias, foi substituída em Israel pela estrela hebraica. Não se pode rigorosamente precisar o número certo de cristãos israelitas; talvez uns 30.000. Porém, não se podem apresentar como tais, nas manifestações externas, porque se expõem a ser vexados pelos seus companheiros e a perder o emprego. Alguns entram às escondidas nas Igrejas católicas para cumprir os seus deveres religiosos. Conheço um engenheiro agrónomo, judeu de raça, que duas vezes por semana vai à cidade para ouvir a missa.

Com a saída forçada dos árabes, a situação do Cristianismo em Israel é deveras lamentável. A nova Jeru-

salém conta 140.000 habitantes e apenas uns escassos 1.000 cristãos. Antes da guerra, no território que hoje é Israel, existiam 60.000 católicos (além do número duplicado de cristãos cismáticos). Agora são 23.000 católicos, 15.000 cismáticos, 1.200 protestantes e 1.440 abissínios.

Esta falta de religião reflecte-se, naturalmente, nos costumes dos seus habitantes. Uma das causas que mais contribuem para a imoralidade pública é a educação de tipo materialista que se dá à juventude. Rapazes e raparigas vivem juntos nos acampamentos, nas praias, e nos campos; na escola, as crianças são obrigadas a tratar os professores por *tu*, por se julgar este modo de proceder mais conforme com os métodos modernos.

Em Israel, a imprensa é abundante e variada. Editam-se jornais em hebraico, árabe e em todas as línguas europeias. O judeu, tradicionalmente estudioso e intellectual, criou a famosa Universidade hebraica do «Monte Scopus», onde ensinavam, antes da guerra, os professores de renome mundial em estudos orientais. Hoje, as suas portas estão fechadas, pois encontra-se em território árabe, e o mais absurdo é que os árabes não se podem servir da Universidade. Todos os dias se vêem passar camiões blindados, que atravessam a fronteira, carregados de soldados que ali se vão postar para fazer guarda. As diversas faculdades estão distribuídas por outros tantos edifícios também inspeccionados. A de Letras, por exemplo, ocupa o magnífico colégio que os Padres Franciscanos tinham na nova Jerusalém. A Biblioteca dos Padres Jesuítas do Instituto Bíblico, recheada de ricos e selectos volumes, é frequentada, quase exclusivamente, por intellectuais judeus.

Embora frio e indiferente, o judeu é atencioso e educado. Durante o tempo que permanecemos em Israel, fomos respeitados e ajudados como em qualquer outro país europeu. Nos trâmites alfandegários, não sofremos essas intermináveis sondagens que se verificam noutros países ocidentais. O nosso contacto com o mundo hebreu encheu-

-nos de íntima satisfação, fazendo-nos recordar toda a sua história gloriosa e esplendente. A saudação com que as crianças dos *quibbutts* nos recebiam, tocavam-nos a alma: «Chalom»: PAZ. Esta palavra faz-nos recordar o carácter patriarcal do povo judeu e o último colóquio de Cristo com os seus Apóstolos, aos quais oferece a última lembrança do seu dulcíssimo coração: «chalom laquem»: deixo-vos a minha paz, dou-vos a minha paz; mas não vo-la dou à maneira do mundo» (Jo. 14, 27).

É esta, de um modo geral, a origem e a constituição do Moderno Estado de Israel e a situação da Palestina. Que resultado tiveram os políticos ao favorecerem os planos sionistas? Apenas este: reavivar a luta entre os descendentes de Sara e Agar, entre Isaac e Israel, e perturbar indefinidamente a pacífica existência dos povos. Seria para rir, se não nos causasse pena, o pensar que todo este enredo da Palestina se organizou oficialmente para que cada judeu ali encontrasse o seu próprio lar. Como sempre, caiu-se neste característico paradoxo: criar à custa de muitos inocentes, um mal análogo àquele que se queria remediar.

Tem aqui perfeito cabimento a lenda do rei Karakas: Trouxeram, certa vez, à presença do implacável e sanguinário rei Karakas, um pobre sapateiro acusado de ter cometido um crime. O rei ordenou que lhe arrancassem o olho direito. Mas o sapateiro pediu clemência, dizendo: «Ó Majestade, para exercer a minha profissão são-me necessários os dois olhos; mas tens aqui o meu vizinho que é caçador, o qual fecha sempre um dos olhos quando quer matar a sua presa».

Porventura, foram os árabes os responsáveis da mortandade de Berlimou nas fogueiras desumanas de Auschwitz? As consequências devem recair sobre aqueles que oprimiram e mataram os israelitas. Está nisto o grande e incompreensível paradoxo: os árabes nativos da Palestina vêem-se despojados das suas próprias terras, dos seus haveres, do seu próprio lar, a fim de que os judeus apátridas encontrem o seu descanso sossegado.

Israel é um intruso no Médio Oriente e enquanto não adquirir carta legítima de cidadania, o Médio Oriente estará sempre em pé de guerra, porque os árabes vizinhos não consentem que um milhão de homens da sua raça e da sua religião vivam em tendas de campanha, como miseráveis beduinos.

O problema suscitado pelos judeus e árabes é de difícil solução, em virtude da enorme e decisiva influência do sionismo sobre as grandes potências ocidentais e a intransigente obstinação dos interessados. As recentes ameaças de Ben Gurion, levadas a cabo pela força, sobre a imperiosa necessidade de encontrar uma saída para o mar pelo golfo de Akaba, são mais uma prova de que a política israelita tem por finalidade criar e manter no mundo árabe uma atmosfera de permanente tensão, meio sempre oportuno para justificar uma acção militar. Deste modo o Estado de Israel sacudiria o embaraçoso e mortal bloqueio imposto pelo Egipto ao controlar a passagem pelo Canal de Suez.

Segundo o meu modo de ver, a paz do Médio Oriente, no que concerne a árabes e judeus, exigiria o cumprimento destes postulados:

1) Israel deve admitir os expatriados árabes ou indeminizar convenientemente os que preferam viver no exílio.

2) Os árabes devem resignar-se a aceitar a existência do Estado de Israel como um facto real e consumado.

3) Israel deve dar facilidades de acesso à Jordânia pelo Mediterrâneo; por sua vez, a Jordânia e o Egipto devem conceder a Israel facilidades portuárias no Mar Vermelho.

4) Os lugares Santos devem ser internacionalizados, segundo os desejos do Romano Pontífice, que expomos a seguir.

3. Internacionalização dos Lugares Santos.

Pio XII trabalhou incansavelmente para chegar a uma solução estável. Encontramos esta sua preocupação em três encíclicas, nas quais aborda exclusivamente o problema da Palestina: *Auspiciam quaedam* (1948), *in Multiplicibus Curis* (1948) e *Redemptoris Nostri* (1949). A 23 de Outubro, o *Osservatore Romano*, tornava pública a encíclica *In Multiplicibus Curis*, na qual o Santo Padre pedia aos católicos de todo o mundo que se não poupassem a esforços para uma rápida e definitiva solução do conflito entre árabes e judeus: «Não acreditamos que o mundo cristão possa presenciar com indiferença ou com uma estéril indignação o modo como a Terra Santa, da qual todo o mundo se deve aproximar respeitosamente e beijar com o mais ardoroso afecto, é pisada pelas tropas em guerra e destruída pelos bombardeamentos aéreos».

No dia 25 de Abril de 1948, depois de terminadas as hostilidades, o Papa dirigia ao mundo católico a sua encíclica *Redemptoris Nostri*, na qual reiterava o seu pedido para a internacionalização dos Lugares Santos e concretizava os seus desejos nos seguintes pontos: estabelecimento de regime internacional em Jerusalém e arredores; segurança e protecção para todos os Lugares Santos da Palestina, tanto aos que se encontram em Jerusalém como aos das outras cidades e aldeias; garantia para o livre acesso e tranquila estância dos peregrinos; liberdade para todas as instituições católicas de instrução e beneficência... que tão esplêndida folha de serviços possuem naquela terra; vigência de todos os direitos adquiridos pelos católicos durante a sua permanência de séculos nos Santos Lugares».

Em 1948, a O. N. U. aprovou o projecto para a internacionalização; mas os árabes e os judeus tinham-se apoderado da Palestina e não estavam dispostos a ceder uma polegada. Os judeus, com a instalação de vários Ministérios na nova Jerusalém, e os árabes com a cons-

trução da sexta muralha, mostram claramente quais são as intenções com respeito à internacionalização pretendida pelos cristãos. O problema não pode ser resolvido nem pelos árabes nem pelos judeus. Únicamente a O. N. U., organismo supra-nacional, pode intervir definitivamente. O órgão oficial da Custódia franciscana da Terra Santa comentava muito bem esta questão, nos seguintes termos: «Um católico que não tenha interesse nos poços de petróleo do Médio Oriente ou no Wal Street, não pode demonstrar com seu voto uma despreocupação tão grande a respeito dos interesses religiosos que vão ser directamente afectados pela sua irresponsabilidade».

Um cristão não pode permanecer de braços cruzados. A internacionalização dos Lugares Santos é uma reivindicação justa e necessária. Jerusalém é a cidade mais Santa da terra, por ter sido cenário dos factos mais transcendentos e decisivos para a humanidade. Se não se chegar a uma rápida solução do problema da Palestina, ninguém poderá prever as consequências futuras e para ninguém será estranho que aquela terra, santificada pela presença terrestre do Príncipe da Paz, venha a ser a labareda que ateie uma nova guerra mundial.

É bom que, de quando em quando, voltemos os olhos para Jerusalém, anelando que os desejos do Papa sejam secundados pelas potências internacionais, e, também, para exclamar com o salmista: «Por amor dos meus companheiros e irmãos, te desejo a paz, ó Jerusalém» (122).

A Bíblia, Livro de Transformação Espiritual

Não é a Bíblia um livro de filosofia fria, mas sim uma força viva e actuante, donde brotam torrentes de luz espiritual para os homens.

O homem de hoje encontra-se como num cárcere sem saída, no meio deste mundo materializado que não sabe nada de Deus nem de deuses, e que só acredita na técnica, na máquina e na bomba de hidrogénio ou de cobalto. Num mundo sem um Deus pessoal, todas as orações e clamores dos que gemem, ecoam, sem ser ouvidas nem escutadas, nos espaços incomensuráveis de que nos fala a Astronomia, a qual nada sabe acerca de nós e onde nos é impossível penetrar apesar dos foguetões interplanetários.

Os gemidos do homem angustiado e materialista são retransmitidos desde o céu como um eco horrísono do próprio clamor convertido em trevas num vazio medonho.

Nietzsche, ou o desespero do homem sem Deus

«Nunca ouvistes falar — diz Nietzsche — daquele homem frenético que uma vez, sob um sol radiante, ao meio dia acendeu uma lanterna e com ela correu ao mercado gritando sem cessar: «procuro a Deus, procuro a Deus!». Como estavam ali congregados muitos dos que não tinham a fé, ressoou uma enorme gargalhada... Talvez se tenha perdido — comentou um. Saiu para se

divertir com o menino — acrescentou outro. Porventura se escondeu, embarcou, ou irá de viagem, gritaram confusamente todos e trocaram entre si sorrisos de motejo.

De repente salta para o meio deles um homem furioso e dominando-os com o seu olhar, gritou: «Onde está Deus? Eu quero dizer-vos-lo: Demos-lhe a morte, vós e eu. Todos nós somos os seus assassinos... Mas como fizemos isto? Onde iremos encontrar consolo, nós os mais tremendos assassinos da humanidade? Aos golpes do nosso punhal verteu o seu sangue o mais santo e poderoso que o mundo conheceu. Haverá alguém que nos limpe da mancha rubra do seu sangue? Haverá água capaz de fazer desaparecer tal nódoa? Qual é a expiação que temos de fazer ou que cerimónias religiosas temos de inventar? Não é desmesuradamente grande para as nossas forças a grandeza de semelhante acção? Nunca se realizou no mundo façanha mais valiosa, e qualquer homem — só por nascer depois de nós — forma parte, graças a esta acção, de uma história muito superior a todas as que até aqui sucederam.

Dito isto, aquele homem enfurecido emudeceu, lançando um olhar para os seus ouvintes, que também emudeceram e o fitaram maravilhados. Por fim, arrojou a sua lanterna contra o solo que se apagou e se desfez em pedaços. «Venho muito cedo, disse então, ainda não é tempo... Sucesso horripilante... que ainda circula e corre, mas que não conseguiu penetrar mais além dos ouvidos. Relâmpagos e trovões, luz e trevas, precisam de seu tempo, para serem vistos e ouvidos.

Esta façanha dista de nós ainda mais que as próprias distâncias das constelações no mistério dos Céus e, contudo, eles a levaram a cabo... Conta-se, outrossim, que o homem frenético, entrando em diversas igrejas, entoou o «Requiem aeternam Deo». Quando saiu e se pôs a falar, exclamou: Que pensais vós que são esses templos senão sepulcros e monumentos fúnebres de Deus? ».

Deste modo enérgico e dramático descreve o filósofo Nietzsche, a angústia horrível, o vazio incomensurável

do homem moderno, que todo confiado na técnica, dela tudo espera e chega a negar a Deus. A técnica, porém, não pode saciar o seu espírito e eis o homem convertido no ser mais torturado da criação. O homem não encontra sobre a terra quem lhe possa responder às seguintes perguntas: *Porquê? onde?* que sempre o inquietarão ameaçadoramente: Nunca encontrará resposta. Nunca brilhará para ele a luz da verdade.

Sòmente existe um livro sobre a terra capaz de encher as aspirações supremas do homem. Só Deus pode imprimir no homem o selo da verdade. Esse livro é a Bíblia: a carta escrita pelo coração de Deus ao coração do homem. Só pela fé no mistério de Deus oculto nas páginas do texto Sagrado, e por meio delas na sua Igreja, revelado à Humanidade, o homem poderá encontrar solução para as inquietações em si suscitadas pelo mistério de Deus.

É Cristo, morto e ressuscitado, quem ilumina, em transportes de alegria, os caminhos da Humanidade. E Cristo encontramos-lo na Bíblia. As suas páginas falam-nos de Deus e da eternidade; da origem e do destino do homem; do Redentor e da vida eterna. As páginas Sagradas são como uma estrela que perdura e brilha sempre sobre a confusão e as trevas da vida humana, indicando a direcção a seguir àqueles que vão peregrinando.

O livro dos sete selos e o destino do homem

É muito significativa a este propósito uma visão narrada por S. João no seu Apocalipse. Nela lhe foi dado contemplar o céu. Viu a Deus sentado sobre o trono. Tinha à sua direita um livro fechado com sete selos. De repente S. João ouve a voz de um Anjo que grita: «Quem será digno de abrir o livro e rasgar os seus selos? ».

Ninguém presta atenção à pergunta do Anjo. João chora. É necessário alguém que seja capaz de abrir aquele

livro onde se encontram determinados os destinos do homem. Nele está escondido o sentido da história. Para os eternos problemas: Porquê e onde, não há solução possível nesta terra. Por isso S. João chora amargamente! A terrível pergunta continua inquietadoramente sem resposta, torturando e lacerando os homens.

Consola-se, no entanto, porque no fim adianta-se um dos anciãos e dá a resposta tão ansiosamente esperada: «Não choreis, vede que triunfou o leão da tribo de Judá, a raiz de David, para abrir o livro e os seus sete selos». É o Cordeiro que foi degolado e agora vive: Cristo pode decifrar o sentido da história. Só Ele o pode fazer, já que Ele — o enviado do Pai, que o mesmo é dizer, o enviado do amor —, veio estabelecer o sentido. Ele significa a realização do sentido do amor. Este sentido do amor realiza-se através da afeição e do desengano sob a angústia atormentadora da necessidade e da dor.

Cristo entreabriu-o neste mundo ao morrer. Consuma-lo-á, porém, quando terminar a história. Logo que no Céu se ouviu — segundo a visão de S. João — da boca do Anjo, que o cordeiro era digno de abrir o livro da história, isto é, digno de explicar o seu sentido, reboou um hino de amor e de acção de graças: «Digno é o Cordeiro (Cristo) que foi degolado, de receber o poder, a riqueza, a sabedoria, a fortaleza, a honra, a glória e a bênção... Os Anciãos caíram de joelhos e adoraram-No» (Apoc. 5). Quantos homens extraviados, desorientados, se sentiram viver, graças a este livro divino, que a misericórdia e a bondade de Deus colocou nas suas mãos.

Israel Zolli, entra na verdadeira Igreja, através da Bíblia.

Israel Zolli, Professor da Universidade de Roma, Grande Rabino e Chefe da Comunidade Judaica, converteu-se em 1945. Recebeu o Baptismo na paróquia de Santa Maria dos Anjos, na Piazza Esedra, juntamente com a sua esposa e a criada da casa. Na pia baptismal quis

receber o nome de Eugénio, em homenagem de gratidão ao Romano Pontífice, (Pio XII) pela sua caridade para com a perseguida raça dos judeus.

O dom da fé não lhe foi concedido repentinamente através de uma tempestade interior, mas nele foi amadurecendo lentamente «a graça que ia caindo no meu coração, lenta, doce, suave, como um rocio de luz». A caridade da fé ia-o inundando de um modo suave, ano após ano, imperceptivelmente.

O foco donde irradiava essa claridade era a Bíblia. Aprofundando na exegese do capítulo 53 de Isaias, Zolli encontrou-se frente a frente com a imagem exata do Messias Padecente. Ele mesmo descreve como encontrou o Messias no «Verão das Dores» nos cantos do Ebed Yahved (servo de Deus): «Está aqui ante a nossa vista... mudo como uma ovelha. Apresentou o seu corpo aos que o feriam, e não cobriu o rosto ante as afrontas e saliva... Ele levava sobre si os nossos sofrimentos... Vergava sob o peso dos nossos pecados. Nas suas feridas estava a nossa salvação... N'Ele o Senhor castigou os erros de todos nós».

Estas palavras escritas por Isaias 8 séculos antes, parecem escritas ao pé da cruz. Não deixam lugar a dúvidas: este Servo de Deus que sofre por nós, não é senão Jesus.

Zolli reconhece-o nobre e humildemente. E o capítulo 53 de Isaias, que é o ponto de chegada, o ponto culminante do Antigo Testamento, converte-se para Zolli, como para todo o leitor livre de prejuizos, no ponto de partida para atravessar a fronteira e penetrar no Novo Testamento. Zolli já crê que Jesus no Calvário realiza a profecia de Isaias. Agora falta-lhe amar a Jesus. Para isso lê e estuda com afã o Santo Evangelho.

Lia amiúde, ao ar livre, eu só, o Evangelho. Estudava-o em casa com os outros comentários do P. Lagrange e de outros de tipo científico; e no Verão, na solidão do campo, lia-o para saborear a sua doçura e instruir-me. O texto sagrado tornava-se cada vez mais que-

rido para mim; cada dia o amava mais. O amor ao Evangelho foi crescendo e amadurecendo em mim durante uma data de anos. Há muitos anos que tenho o costume de meditar, antes de adormecer, algum texto do Antigo e do Novo Testamento». (*O meu encontro com Cristo. Autobiografia*).

E juntamente com o amor ao Evangelho ia crescendo nele o amor à pessoa de Jesus, até que um dia, inundado de luz, pronuncia estas palavras que o uniriam definitivamente à Igreja: «Jesus Cristo, sou Teu... Jesus Cristo é o caminho e o guia seguro. Sou feliz amando a Jesus. Queria que todos o amassem. Que bela seria a vida!»

Recordarei sempre com emoção, o entusiasmo com que o Professor Zolli nos falava da sublimidade dos Evangelhos, durante as aulas de literatura bíblica no Instituto Bíblico de Roma. Ninguém melhor que ele podia comentar plenamente as palavras de Cristo: «Vinde a mim todos os que andais aflitos e eu vos aliviarei» (Mat. 11, 28).

Dentro do Catolicismo, a Eucaristia e a Bíblia são duas fontes inesgotáveis e fecundas de força, de vida, de luz e consolo. O profeta Isaías descreve, de forma simples e poética, a eficácia da palavra de Deus: «Semelhante à chuva e à neve que baixa do céu e para lá não volta sem antes ter empapado e fecundado a terra, fazendo-a germinar, dando o pão para comer e a semente para semear, assim a palavra que sai da minha boca não volta para mim vazia sem que haja feito o que eu quero e cumprido a sua missão» (Is. 10, 11).

«Eu estava de pé, junto à segunda coluna...»

Na série de homens célebres que «regressaram» à Igreja, influenciados entre outras coisas, pela leitura do Livro Sagrado, quero mencionar o poeta francês, Paul Claudel, recentemente falecido. Ao lado do seu trabalho diplomático, desenvolveu uma intensa e prodigiosa actividade literária, o que lhe mereceu um lugar na Aca-

demia Francesa e o nome relevante nas antologias de versos e nos manuais da literatura universal.

Nos primeiros anos da sua adolescência naufraga na fé levado sobretudo pela leitura da *Vida de Jesus*, de Renan. O jovem Claudel debate-se num materialismo conscientemente vivido, e levado até às últimas consequências no aspecto moral. No Natal de 1886 Claudel com os seus dezoito anos de idade, entontecido pelas leituras materialistas do Poeta Rimbaud, entra na Catedral de Notre Dame de Paris, afim de encontrar nas cerimónias do culto católico um pouco de calma para o seu espírito acabrunhado, e ao mesmo tempo, motivos de inspiração para uns trabalhos literários em projecto.

«Eu estava de pé no meio da multidão — conta o poeta —, junto à segunda coluna, à entrada do coro, à direita do lado da sacristia. Ali se deu o facto que domina toda a minha vida. Os meninos do coro catedralício, vestidos de brancos roquetes, começavam naquele momento a cantar um cântico que mais tarde soube que se chamava o *Magnificat*. Num momento o meu coração foi transformado, e cri. Cri com tal força de adesão, com tal certeza, que não havia lugar para dúvidas. Quando me esforço por reconstruir e desenvolver os minutos que se seguiram a este momento extraordinário, encontro sempre os seguintes elementos, que, no fundo, formam um só raio, uma só arma, de que se servia a Divina Providência para abrir o coração de um desesperado filho Seu: «Que felizes são, na realidade, os que crêm! Se fosse verdade! Deus existe! Está aqui presente! É alguém! É um ser tão pessoal como eu! Ama-me! Chama-me! Os soluços e as lágrimas invadiram-me e o delicado e solene hino do *Adeste Fidelis* aumentou ainda mais a minha emoção».

Apesar de tudo, as minhas ideias filosóficas estavam intactas. O edifício das minhas opiniões continuava de pé. Os sacerdotes e os fiéis continuavam a inspirar-me a mesma repugnância, que às vezes chegava ao ódio e ao desprezo. Esta tenaz resistência durou quatro anos. Tive

que depor uma após outra, as armas que para nada me serviam. As gentes, que com tanta facilidade abandonam a fé, não sabem os tormentos que é necessário passar para a recuperar. Certo dia, veio-me ter às mãos uma Bíblia, com que uma amiga alemã tinha presenteado a minha irmã Camila. Pela primeira vez ouvi ressoar no meu coração a doce e inflexível voz da Sagrada Escritura. Sòmente conhecia a história de Jesus através de Renan; e, fiando-me neste impostor, nem sequer sabia que Jesus se tinha proclamado Filho de Deus e Salvador do mundo. Cada palavra, cada linha, na sua majestosa simplicidade, arguia de mentira as desavergonhadas afirmações daquele apóstata, abria diante dos meus olhos claríssimos horizontes. Reconheci então com o Centurião Romano que Jesus é o Filho de Deus.

«S. Paulo distinguiu-me entre todos e prometeu-me o seu amor. Mas, ao mesmo tempo, não me deixou outra herança que a condenação, se o não seguia».

«O Inferno está onde falta Cristo».

«Oh! não! Eu não precisava que me dissessem em que consistia o inferno. O inferno está onde falta Cristo. É que me importa já o resto do mundo diante deste novo e maravilhoso ser que se me revelava? »

Desde então, todo o seu egrégio lirismo, toda a sua torrente verbal, toda a sua potência de dramaturgo em ideias, em personagens e em construção, desde as «Grandes Odes» ao «Anúncio feito a Maria», nasceram e combateram pela fé católica. O Santo Padre Pio XII, durante uma velada no Palácio Apostólico, em 1950, à qual assistia Paul Claudel, disse do escritor católico: «Parecia-me seguir mentalmente o itinerário de uma alma possuída e conquistada pela graça de Cristo, que, a partir do dia da conquista, se esforçava em manifestar o amor de que estava repleta, sempre com ardor, com entusiasmo, com energia.»

Claudel, a partir da sua conversão, faz-se um apai-

xonado do Evangelho, lendo-o e relendo-o diariamente. Toda a sua produção literária resume um profundo acento bíblico, sinal de uma assídua meditação e estudo do Texto Sagrado.

Em Claudel, realizaram-se as palavras de Cristo à Samaritana: «O que beber desta água, voltará a ter sede; mas o que beber da água que eu lhe der, não voltará a ter sede porque a água que eu lhe der converter-se-á dentro dele numa fonte que jorra para a vida eterna». (Jo. 4, 13).

Na conversão do grande rabino de Roma, Israel Zolli, a leitura da Bíblia influi de uma maneira decisiva; leva-o à conclusão de que Cristo é o Messias anunciado aos Patriarcas, aos Juizes, aos reis do Antigo Testamento.

Através do cântico do *Magnificat* na silenciosa penumbra de Notre Dame de Paris, Deus revela-se à alma do poeta incrédulo e materialista Paul Claudel. A assídua leitura dos Evangelhos, autenticamente interpretados pela Igreja Católica e Romana, revela-lhe a Divindade de Jesus, e acende de novo, no seu coração, a chama da fé, perdida na sua adolescência.

Conversão de Henrique Matorras.

Quero apontar um terceiro homem que recuperou a fé e voltou ao seio da Igreja, levado pela leitura dos Evangelhos: Henrique Matorras.

Foi secretário geral do Comité Central das Juventudes Comunistas de Espanha, desde 1932, até ao ano do seu regresso ao seio da Igreja Católica em 1934. Ele próprio refere a sua conversão e o influxo decisivo que nela teve a leitura do Evangelho:

«A educação que devo aos Irmãos das Escolas Cristãs, tinha-me dado uma boa instrução elementar. Juntamente com uma boa direcção cristã, teria sido para mim uma lição; ao faltar-me esta só serviu para aumentar a minha ruína.

O trabalho diário era duro; desde as oito da manhã até às onze da noite, exposto às inclemências do tempo, tinha de apregoar jornais e revistas. Sensível como era, isto produziu em mim um grande descontentamento. Comparava a minha vida com a de outros rapazes que via passar diante de mim a caminho da Faculdade de Medicina, e o meu entendimento revoltava-se e dizia-me que isto não era justo. Este sentimento despertou em mim desejo de maior cultura, de saber mais, de algum dia tomar uma carreira como eles. Lia tudo: jornais, romances e qualquer outra coisa que me viesse às mãos. Naturalmente, semelhantes leituras não me foram proveitosas e um dos seus primeiros frutos foi a perda da fé».

Em 1930 ingressou no Partido Comunista. As suas leituras favoritas foram Marx, Engels, Lenine, Estaline, etc. Entregou-se com todas as veras à organização de «células» comunistas.

Proclamada a República em 1931, foi nomeado redactor da revista «Juventude Vermelha», e mais tarde de «Mundo Operário». Os seus artigos lançavam ondas de ódio contra a Igreja e a Religião.

Não obstante, os desenganos começaram a deprimir o seu espírito. Procurou um calmante no matrimónio. Teve uma filhinha. Mas ainda isto o não satisfazia. Seu coração doente queria outra coisa mais espiritual, mais sublime que tudo isto. Entregou-se então sem freio, às diversões, mas o resultado era sempre o mesmo: cada vez mais triste e vazio o interior, cada vez mais escura a noite da alma.

«Comprei a Bíblia e comecei a ler».

«Um dia, dirigi-me a uma livraria de livros usados e pedi uma Bíblia, pois desejava ler algumas passagens. Com sinceridade, fazia-o mais por curiosidade que por outro motivo. Não tinha a menor suspeita de que isto podia ser o primeiro impulso para a minha conversão».

«Comprei a Bíblia e comecei a ler. Não demorei a encontrar, entre várias passagens do Evangelho uma sobre a justiça social. Lia-a com avidez e quanto mais avançava tanto mais ia descobrindo horizontes que até então me estavam ocultos.»

Entrevistou-se com um sacerdote, que se mostrou muito compreensivo com ele, animou-o e instruiu-o. A sua companheira também se converteu. Em 1934 casou-se pela Igreja e no mesmo dia se batizou a sua filhinha de três meses. Nas Fileiras do Sindicalismo Católico encontrou ocasião para defender a causa dos operários. E termina assim o emocionante relato :

«Nós, que temos a dita de conhecer, na sua integridade, a mensagem de Cristo, temos o dever de levantar a nossa voz, sem temer as opiniões, os prejuízos, se for necessário mesmo as perseguições, para condenar com valentia a injustiça e impor o respeito devido à dignidade do trabalhador.»

Estes exemplos mostram quão útil é a leitura dos Evangelhos, e que este livro, inspirado pelo Espírito Santo, encerra a verdade pura, santa e única. Mas, para que esta leitura seja verdadeiramente útil, é necessário que seja orientada pelo Magistério Infalível da Igreja, pois é um erro, que não é preciso demonstrar, admitir, como os protestantes, o livre exame e a livre interpretação de cada texto da Bíblia; os seus frutos estão à vista: desagregação doutrinal em milhentas seitas, as quais, muitas vezes apenas coincidem no ódio contra a Igreja Romana, a única Igreja depositária da autêntica doutrina de Jesus.

A Bíblia e o nosso Tempo

É este o capítulo mais trágicamente actual, mais humano, mais conforme com a angústia humana que deprime a pacífica existência do homem: o consolo religioso que a Bíblia pode levar ao coração do homem moderno.

Hilário Belloc, antes da guerra mundial, apresentava, como uma das características crises da Humanidade contemporânea, «a maré alta da desesperação».

O dramaturgo e novelista italiano Pirandello, prémio Nobel de Literatura em 1934, que morreu dois anos depois, escrevia acerca de si mesmo: «O meu teatro é sério, teatro difícil e perigoso. Nietzsche dizia que os gregos levantavam estátuas brancas sobre o abismo para o ocultar. Eu, ao contrário, derribo-as para o revelar». É a tragédia da alma moderna concluí com cinismo e amargura. Por isso, a sua obra foi classificada de desesperada mensagem da arte ao espírito de uma época atormentada.

Este vácuo infinito da sua alma aflita leva-o a formular o testamento mais desumano que se conhece: «Quero que a minha morte seja silenciosa. Não quero que me amortalem. Envolvam-me num lençol. Não se ponham flores sobre o meu leito de morte nem velas acesas. O meu caixão seja o mais vil possível e de tábuas nuas. Ninguém me acompanhe, nem parentes nem amigos. Basta-me o caixão e o carro funerário. Queimai o meu corpo e, no final da cremação, dispersai as minhas cinzas, porque não quero que fique nada de mim.»

Mensagem macabra e arripante, índice do estado espiritual não só de um indivíduo, mas de toda uma sociedade, de uma época.

Inquietação e desespero da alma moderna

No âmago da humanidade do nosso tempo, late uma preocupação, um desespero e tudo isto ocasionado por diversos motivos. Esta tremenda realidade é posta em evidência em todos os escritos dos homens que tem a responsabilidade do pensamento de hoje, desde o magistério ponderado e sensato do Papa até às manifestações dos filósofos e literatos actuais. Uma das principais causas é a grave crise económica e social de milhões de homens: problemas de salário, do trabalho e da habitação.

No que se refere ao governo dos povos e às relações internacionais dos diversos Governos, o horizonte aparece sombrio e aterrador, sem perspectivas optimistas. O estado de terror entre o Oriente e o Ocidente é a chave da angústia fundamental e o plano político internacional. A emancipação de novas nações, como: Índia, Paquistão, Indochina, África do Sul, Marrocos, Israel, Jordânia, Egipto, criam sérios problemas às nações mandatárias e protectoras.

Os contínuos atritos entre árabes e judeus originam um verdadeiro quebra-cabeças aos que superintendem nas Nações Unidas.

O Papa Pio XII, na sua mensagem de Natal de 1954, analisa assim este perigo para a paz internacional: «O que significa, com efeito, no mundo da política, a paz fria, senão uma mera existência de diversos povos contidos pelo mútuo terror e recíproco desengano? Aumenta de ano para ano a ansiedade e podemos dizer o espanto dos povos perante a eminência de um terceiro conflito mundial, de terríveis consequências, que ficará à mercê de novas armas destrutoras, de inaudita potência.»

No íntimo da sua consciência, sempre e em toda a parte o homem se tem considerado um proscrito, um des-

terrado, um angustiado e um culpado. Este sentimento acompanha os homens das aldeias mais afastadas e os da cidade mais populosa e cosmopolita, tanto na simplicidade de uma vida rústica, como na complicada engrenagem da civilização moderna.

Prestemos, no entanto, atenção ao Bispo auxiliar de Nova Iorque, Fulton Heeen: «Os complicados temores e ansiedades da alma moderna não existiam em grau tão pronunciado nas gerações anteriores porque o grande organismo espiritual da civilização cristã tinha influência no conceito que os homens devem fazer desta vida; constituem, no entanto, uma parte tão considerável do homem moderno que nos faz pensar terem-lhe sido injectados quando nasceu.

As consolações que se apresentam ao homem moderno para acalmar a sua angústia e o seu vácuo, são bolas de sabão, chispas de fogo artificial num entardecer alegre e inconsciente. A Arte e a ciência, que são os expoentes máximos dos motivos de consolação, quando separadas de Deus, deixam às escuras e sem vida as profundidades do coração, vendo-se o homem obrigado a exclamar com o poeta, autor do Fausto:

«Ah! estou cansado de tanto trabalhar. Para quê tanta dor e tanto prazer? Doce paz, vem a meu peito, vem».

A Bíblia remédio eficaz para tanta dor

Sem Deus, a vida não é outra coisa senão um calvário sem sentido. Sem Deus, o homem não poderá escapar ao suplício de Tântalo, à sua angústia, ao seu tédio.

Quero ir analisando as causas desta desesperação existente na maior parte dos homens modernos, propondo, ao mesmo tempo, a Bíblia como um remédio eficaz e como calmante misterioso para tanta dor.

Perante esta situação alarmante, as palavras da Imitação de Cristo, o livro mais universal depois da Bíblia, simples, espontâneas e nascidas naturalmente da ver-

dade do coração, parecem-nos orientadoras e sedativas: «Sòmente em Deus que consola os pobres e acolhe os pequeninos, pode o homem encontrar a perfeita consolação e a paz verdadeira. Sòmente em Deus é que se encontra a felicidade autêntica.

Falo do conforto religioso da Bíblia, porque a Bíblia é o livro da Providência Divina, o livro da confiança em Deus, o livro para as horas do sofrimento, o livro do optimismo, o livro da alegria, o livro que ilumina as trevas da morte. Estes são outros tantos aspectos que pretendo desenvolver sucessivamente.

A leitura das grandes obras da literatura, sejam ou não prémio Nobel, oferecem uma consolação excelente, mas puramente natural. A palavra de Deus, cheia de misericórdia, essa traz o verdadeiro conforto. A palavra divina é presença eterna que dimana do Texto Sagrado e cai, gota a gota, no coração, como orvalho suave e benéfico.

Quando, nas horas de amargura, toda a palavra humana de conforto resvalar, como a água no vidro, e desaparecer, não resta senão a Bíblia, através da qual podemos ouvir o Espírito Consolador. É então que se compreenderá a realidade das palavras do Profeta David:

«Este é o conforto na minha aflicção:

A tua palavra que me dá a vida».

Duas coisas, diz o autor da Imitação de Cristo, são necessárias ao homem sem as quais a vida se torna impossível: o alimento e a luz. Estas encontram-se no tesoiro da Igreja. O alimento é a Sagrada Eucaristia; a luz, a Bíblia, onde Deus fala aos homens mediante os profetas, Apóstolos e Doutores.

Quem deseja encontrar a paz para o seu espírito atribulado e a luz para acalmar a angústia da sua inteligência, leia a palavra de Deus aos homens: a Bíblia Sagrada.

A Bíblia esclarece a angústia humana

É frequente, hoje em dia, depararmos com uma abundante literatura, que por vezes atinge um nível artístico apreciável, reflectida na filosofia e no teatro, ilustrando àasperamente, mas com toda a sinceridade, o sentido trágico que constitui o fundo da consciência moderna.

Esta literatura, cujo caudal ideológico se condensa na filosofia existencialista de Kier kegard, de Jaspers e Sâtre, é àvidamente lida no meio científico e universitário. Todas estas obras, em muitos aspectos completamente disparees, coincidem nas descrições arrepiantes da soledade, da angústia, da incerteza do homem moderno, e, ao mesmo tempo, proclamam o fracasso da razão para construir um mundo de equilíbrio e de concórdia, refugiando-se num estoicismo insultador, ou no anelo de uma religião capaz de salvar do naufrágio a civilização.

Fernandez Florez, esquisito estilista espanhol, quase sempre desconcertadamente irónico, escreve: «Como podem ainda existir homens serenos no mundo? É que nunca houve tantos motivos para temer e nunca a desesperação esteve tão justificada! Qual é o panorama da Europa?»

Um novo poder de destruição, como nunca apareceu nenhum, já se descarregou tristemente por sobre a humanidade. Com a bomba atómica encontramos os gérmens do nada... A solidariedade entre os homens, as leis que nos protegiam com a sua garantia, a própria compaixão que

nos impelia ao socorro mútuo, até esses laços um pouco convencionais que nos agrupavam, já não existem... As almas ficaram sem religião, o que implica andarem sem freios. Crer é, muitas vezes, apenas um motivo para morrer mais depressa.

Crise da esperança

A filosofia moderna, que ao mesmo tempo é mãe e filha do homem moderno, está constituída por um conjunto de doutrinas recebendo o nome de existencialismo. O existencialismo é uma filosofia de angústia e de desespero. A angústia, a incerteza e a preocupação radicam na falta de esperança.

Jean Paul é talvez o homem que mais contribuiu para a popularidade da angústia acabrunhante, do tédio e da amargura que torturam a alma do homem contemporâneo. As suas obras, tanto filosóficas como literárias, estão no Índice dos Livros proibidos (em todas elas se nota a influência do espírito da perversidade); têm, porém, o mérito de pôr a descoberto o tremendo vácuo em que se debatem os homens. E tendo dado a morte voluntariamente a Deus, a noite da dúvida da desesperação surge total e absoluta.

Isto ainda não é o pior do nosso mundo. O mais grave e o mais alarmante da presente geração é a crise de esperança sobrenatural entre os cristãos. Esta falta de esperança aumenta com a decadência do espírito evangélico, que se verifica em três campos:

No campo das ideias: O apelo dos Arcebispos Espanhóis aos intelectuais católicos é um símbolo bem significativo.

Decadência no terreno dos costumes: Por toda a parte campeia a imoralidade sexual, conceitos pagãos e animalíscos sobre o uso do matrimónio e sobre o amor, bem assim como a diminuição da natalidade e a educação dos filhos.

Descristianização no terreno da justiça social, que se

reflece na supervivência e poderio de duas grandes forças anti-cristãs: comunismo e capitalismo. O efeito produzido no mundo por este processo desolador foi claro e acertadamente exposto pelo Santo Padre: «Também existem cristãos que, sob o peso quotidiano dos sacrifícios e das provações de toda a ordem, num mundo que se afasta da fé e da moral, ou ao menos do fervor da fé e da moral cristã, vão perdendo tanto na prática interior da fé como na sua vida pública aquele vigor espiritual, aquela alegria e serenidade, sem as quais se não pode aguentar por muito tempo um verdadeiro e vital sentir com a Igreja».

Pretendo — seguindo o Texto Sagrado — estudar este candente problema da angústia e os remédios que podem acalmar, e levar a paz autêntica e estável ao espírito do homem atribulado. Um escritor americano, depois de estudar toda a classe de problemas que sobrecarregam e torturam os homens, exclama: «O temor e as preocupações são o preço que o homem tem de pagar por pertencer à espécie humana. A capacidade de sentir a ânsia é o terreno onde nasce e se desenvolve o humano. Como poderemos deixar de sentir a angústia, ansiedade atormentadora, se estamos na eminência de perder o nosso emprego? Se amamos e não somos correspondidos? Se somos vítima das doenças ou de dívidas e não podemos nem acudir a uma salutar medicina, nem temos possibilidades de solver o nosso débito? »

Num grande número de países, verifica-se um desequilíbrio económico, em virtude do qual os salários se não ajustam às necessidades fundamentais da vida. Isto traz consigo uma intranquilidade, uma instabilidade e compreensível obsessão pelos bens materiais e, devido à enorme influência e profundidade do problema, a desconfiança, a desesperação e a amargura, tanto na classe operária como na média.

Também em muitas nações os operários têm a cada passo motivo para temer que a empresa onde trabalham venha a falir, com o inevitável e angustiante desemprego. Tudo isto provoca uma série de medidas que além de serem

imorais, como a diminuição da natalidade, são um reflexo da triste derrota da humanidade. O mesmo se diga do problema da habitação, ainda quase por solucionar na maioria das nações, e que obriga milhares e milhares de famílias a conviverem de um modo indigno de pessoas humanas, originando rancores, ódios, atritos e lutas; impossibilitando os jovens de boa vontade de fundarem decorosamente os seus lares; e reclamando-lhes um esforço mais que heroico para enfrentarem com confiança o problema dos filhos.

A todo o homem foi imposta uma penosa tarefa

Todas estas causas submergem os homens de hoje numa atmosfera de inquietação, de ansiedade e de angústia que os oprime e desespera. Os homens agravam, contudo, a sua desventura, porque não compreendem que a luta a sustentar com o meio em que vivemos faz parte da nossa herança, desta complexa aventura de pertencer à espécie humana. A angústia e o desassossego são o denominador comum a que se deve reduzir toda a realidade da vigília e a realidade do sono.

Já lá disse o sábio, no seu livro chamado Eclesiástico, onde dá normas que são filhas da reflexão e da experiência, que têm valor para todas as conjunturas da vida: «A todo o homem foi imposta uma penosa tarefa, e um pesado jugo oprime os filhos de Adão, desde o dia em que saem do seio da sua mãe até ao dia em que voltam ao pó da terra — mãe de todos. Não só ao que se senta cheio de glória num trono, mas também ao que se arrasta pela terra e pelo pó; não só ao que se veste de púrpura e se adorna com uma coroa, mas também ao que se cobre com grosseiras peles de animais...

A cólera, a inveja, a perturbação, o temor, a ansiedade da morte, a ira e os queixumes, perturbam os sonhos noturnos do seu coração. Quando desperta e nota que está salvo, admira-se de seus próprios terrores» (40, 1-7).

A angústia não perdoa a ninguém: grandes e pe-

quenos, ricos e pobres, sacerdotes e leigos, a todos ela envolve igualmente, desde o seio materno até à sepultura. É o destino normal que caracteriza a criatura enquanto tal.

É a angústia que vai unida à existência humana, que atinge igualmente bons e maus, crentes e descrentes.

Graças a esta angústia e a esta insatisfação, radicadas no mais profundo do ser humano, o homem faz progressos, aperfeiçoa-se e triunfa. O grande compositor Haendel, encontrou-se um dia numa situação desesperada pois, sem ter recursos absolutamente nenhuns, viu-se na necessidade de pagar aos seus credores que o ameaçavam com a prisão. O sofrimento obrigou-o a realizar a maior façanha da sua vida.

Ardendo em febre de desesperação, compôs, quase sem parar, durante 24 dias seguidos, a sua imortal obra: «*O Messias*», onde se contém o majestoso coro do *Alleluia*. Se não fossem as preocupações, o mundo teria perdido muito e ele também. Trabalhar para solucionar os nossos problemas é contribuir para o aperfeiçoamento do mundo e para melhorar o destino do homem. A luta é uma fonte de fortaleza e de experiência. Os grandes acontecimentos não fazem o homem heroico nem cobarde, como diz um pensador, simplesmente põem à vista o seu carácter.

Silenciosa e imperceptivelmente, quer estejamos a repouso quer a velar, vamo-nos debilitando ou fortalecendo, de modo que só uma grave crise nos vem descobrir aquilo a que chegamos. A ansiedade, património comum dos homens, é, portanto, a luz e a força, que os homens têm na sua mão para alcançar o bem-estar individual e colectivo, e assim, longe de ser uma desgraça, converte-se num dom precioso do Senhor em cujas mãos estão os caminhos da humanidade.

O escritor americano Ardis Whitman escreve: «Um inquérito demonstrou que de dez pessoas entrevistadas, nove tinham problemas que não sabiam como os resolver. Isto vem confirmar que todo o ser humano normal é vítima da ansiedade, da preocupação ou do sentido da culpabilidade».

Duas espécies de angústia

Acompanhando os ensinamentos da Bíblia, distingo duas espécies de angústia, separadas entre si como por um abismo, e absolutamente opostas; a angústia dos malvados, dos homens que vivem afastados de Deus, porque ainda O não encontraram ou porque o renegaram; e a angústia, a inquietação dos que descansam e confiam no Senhor.

Ainda ninguém descreveu tão perfeitamente a angústia dos perversos como o autor do Livro da Sabedoria. «A descrição da angústia total, no Livro da Sabedoria, aparece como suspensa entre dois extremos: por um lado, é uma imagem das trevas que um dia devorarão os maus, ou seja, a vacuidade definitiva das trevas depois da morte; e por outro lado, a angústia não é senão uma imagem porque Deus castiga os seus inimigos com certos paliativos, com uma justiça mitigada pela Sua bondade e paciência».

Grandes e imprescutáveis são os teus juízos, diz o Sábio, e por isso, as almas em trevas se extraviaram. Pois, supondo os iníquos que podiam dominar sobre a Nação santa, ficaram prisioneiros das trevas e encadeados por uma longa noite, encerrados debaixo dos seus tetos, excluídos da Tua eterna Providência. Nenhuma força de fogo era capaz de lhes dar luz, nem a brilhante chama dos astros podia iluminar aquela horrenda noite... Apenas sobre eles se estendia uma densa noite, imagem das trevas que os esperavam, mas eles eram para si próprios mais pesados que as trevas.» (17, 1 ss.).

Esta obscuridade que esmaga e desespera, porque nasce da ausência de Deus, origem e razão de todas as coisas, é a que encontramos na alma desses filósofos existencialistas que, cansados de viver sem Deus, se revoltam e maldizem tudo quantos os rodeia, na ordem afectiva e social. Afirma Sartre: «Nada tem razão de ser, nem causa nem necessidade; a vida é uma empresa frustrada, desde o princípio ao fim; a vida social é insuportável; por

isso, a luta e o ódio serão a resposta. A amizade e o amor serão uma ilusão.» Eis aqui o resultado negativo e horripilante a que conduz esta filosofia do desastre. É que há-de necessariamente terminar assim o homem abandonado no torvelinho cósmico, quando a razão fracassou na sua vã tentativa de procurar o ponto absoluto, o fundamento seguro, sobre o qual possa sòlidamente edificar a vida. Não fica outro caminho para a filosofia do desespero senão encontrar as suas soluções em Deus, na eternidade, na imortalidade pessoal.

O homem necessita de Deus

Apesar das valentias aparentes, o homem não pode viver sem Deus, e, à falta do verdadeiro Deus, fabrica sucedâneos de Deus, para iludir a sua horrível desventura. Sem Deus o homem caminha nas trevas, desamparado, órfão. «O caminho dos ímpios está cheio de escuridão; não advertem o precipício aonde vão cair» (Prov. 4, 19). «Os ímpios são como um mar tempestuoso que não pode ter bonança, cujas ondas desdobram lodo e emundície. Não há paz para os ímpios, diz o Senhor». (Is. 57, 20-21; 59, 3). Assim fala a Bíblia, livro eterno da Humanidade.

A sociedade moderna postergou a Deus e caiu no abismo da sua própria incredulidade, não podendo sair dele por ter quebrado a lâmpada que Deus tinha na mesa da Família do mundo. Os homens tombaram a lâmpada de Deus, e ficaram mergulhados na escuridão. «Ouvia-se entre soluços esta palavra de dor: terá chegado a hora do juízo? Com os olhos a saltar das órbitas, todos procuravam, entontecidos um pouco de luz e, neste desvario, o irmão calcava o seu irmão. Houve muitos heróis na aparência que diziam: eu vou acender a luz, permiti-me que me afaste um pouco daqui. Mas a escuridão continuava esmagadora. Homem, o fósforo que pode acender o fogo não debes procurá-lo no teu bolso mas no teu coração. Seca o sangue, enxuga as lágrimas e clama a Deus deste

modo: Meu Pai! Já não pode acender-se de outra maneira a lâmpada que deve alumiar a mesa da Família do mundo. «Deste modo patético descreve o húngaro Ivan Osz o tenebroso estado da sociedade afastada de Deus, a qual somente encontrará a luz virando-se generosamente para Aquele que é a luz do mundo, Que dissipa toda a escuridão para os que o seguem.

«Ontem sonhei que via Deus...»

A crise da consciência moderna é crise de fé, e, por conseguinte, de esperança. Podiam aplicar-se aos homens da nossa época as sombrias palavras que A. Machado, tão excelente poeta como pobre mortal, escrevia de si mesmo: «tinha uma alma sempre na sebenta, cheia de rasuras, de vacilações e de arrependimentos.» Esta frase reflecte as vacilações, flutuações, esperança e desesperação dos homens que quebraram a lâmpada posta sobre a Mesa da grande família do mundo. Atormentados pela dúvida e pela incerteza, exclamam também com o poeta:

*«Ontem sonhei que via
Deus e a Deus falava;
E sonhei que Deus me ouvia...
Depois sonhei que sonhava».*

É a angustiosa aspiração do homem que deseja a luz para dissipar as trevas do seu espírito. Mas essa luz não chega a entrar no orgulho insensato dum entendimento limitado que, não obstante, quer compreender tudo, abraçar tudo, analisar tudo. O homem não quer convencer-se de que existem parcelas de realidade às quais apenas se chega com a inteligência fortalecida e sublimada pela fé, da mesma forma que com um microscópio se descobrem os milhares de seres que existem numa gota de água.

Há uma promessa de Cristo que não pode esquecer-se e que enche de consolo as profundidades do coração: «Bem-aventurados os que não viram e, no entanto, acreditaram» (Jo, 2, 29).

Sem Cristo, a angústia humana carece de sentido,

não tem destino, porque é a sensação da impotência de existir no pecado sem possibilidade de redenção. A angústia radical do homem é a sua consciência de criatura, a indigência da sua caducidade unida ao desejo de viver, à sua ânsia de eternidade.

Cristo dá sentido à angústia humana

Antes de Cristo, o pensamento da fugacidade da vida enchia de tédio os espíritos mais cultos. Assim, Sófocles exclama, desesperado: «Ó mísero mortal género humano! Que somos senão sombras, vagueando pela terra como inútil peso?»

Também os cristãos sentem como é terrível a consciência de uma vida efêmera e cheia de dores, mas, ao contrário dos pagãos, daqueles que não têm fé, encontram uma luz consoladora e salvadora em Cristo: «Eu sou a luz do mundo, o que me segue não anda em trevas» (Jo. 8, 12). «Eu sou a porta, o que por mim entrar se salvará». (Jo. 10, 9).

O apóstolo S. Paulo recomenda aos fiéis de Tessalónica que se não aflijam como os pagãos que não têm esperança.

Jesus Cristo, ao aparecer na história do mundo, suprime a angústia do homem, transformando-a na angústia do cristão. Cristo tira ao homem a angústia da solidão, da sua caducidade, do seu desespero, dando-lhe a jubilosa e tranquila segurança, fundada na certeza do seu eterno destino.

Diz-se que o único modo de suportar um grande sofrimento é encontrar uma grande consolação; e este consolo que o homem afanosamente procura está em Deus. Ora, para achar consolação em Deus é preciso ter fé. Santo Agostinho compreendeu perfeitamente esta fundamental indigência da humana natureza afastada de Deus, e no-la descreve nas suas «Confissões» com acentos de profunda sinceridade: «Formisura sempre nova, que tarde comecei a amar-Te! Tu estavas em mim e eu estava

fora. Procurava-Te fora, e com o meu deformado modo de ser, irrompi no teu formoso mundo criado. Tu estavas comigo e eu estava conTigo. Simples criaturas que sem Ti nem sequer existiriam, levaram-me para longe de Ti! »

«Depois deixou-se ouvir a Tua voz convidando-me; quebraste o silêncio da minha alma surda; acendeu-se em mim a Tua luz brilhante, e dissipaste as trevas que em mim havia. A Tua fragância desbordou; respirei-a, e agora ardo por Ti. Provei-Te, tenho fome e sede de Ti. Feriste-me, e eis que me acendi em desejos da Tua paz!»

A raiz do mal: a perda da fé

A raiz profunda e trágica de todos os males que torturam as consciências dos homens é a falta de fé. A angústia, o tédio, a desorientação e o desespero de tantos espíritos, são efeitos sangrantes da morte de Deus e de Cristo na alma. «A fé, diz S. Paulo, é a firme certeza do que esperamos, a convicção do que não vemos». (Hebr. 11, 1).

A razão e a fé dão-se as mãos para nos conduzir a Deus: A razão é a esquerda da alma; a fé, a direita.

Não há catástrofe mais trágica do que a perda da fé em Deus, pois isso significa carência de fé na organização racional do universo e, portanto, nalgum sentido da vida humana, ou implica a negação do destino transcendente da alma humana.

Nietzsche, filósofo nilista, demoníaco e blasfemo, sentiu aterradoramente no fim da sua vida a melancolia desesperada da sua árida existência: «Aonde poderei ir ainda com os meus desejos? Desde o alto de todas as montanhas procuro a casa paterna. Mas não encontrei lar em nenhuma parte... Onde está o meu Lar? Perguntou-o, procuro-o e procurei-o, mas jamais o encontrei. Ó Eterno por qualquer lado! Ó Eterno em nenhuma parte! Ó Eterno em vão!»

Eis a desesperação horrível de um homem que pôs a sua inteligência ao serviço da destruição, do sarcasmo

e da negação; o seu orgulho foi maior que o super-homem por ele exaltado e, por isso, as palavras de Cristo não encontraram eco nos seus ouvidos: «Eu vim como luz do mundo, para que todo o que crê em mim não permaneça nas trevas» (Jo. 8, 12).

Para chegar à fé, para poder aumentar a fé já existente, é necessário, possuir um espírito de reverência, de oração e de unidade. O orgulho é o obstáculo insuperável no caminho que conduz ao reino. Os anjos caíram pelo orgulho; com ele, ninguém chega até Deus. São realmente significativas as palavras de Cristo: «Eu Te louvo, Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e discretos e as revelastes aos pequenos» (Mat. 11, 25).

A Igreja decifra o enigma do nosso destino

O homem, em todos os seus actos, mesmo nos mais anormais e contraditórios, procura a verdade que serena as inquietações e oscilações da alma. Onde está a verdade que salva e como chegar a encontrá-la?

Poderíamos responder com as palavras de Aranguren no seu livro «O Catolicismo de dia a dia»: na nossa busca de Deus, procuremos reparar em tudo, porque poderia suceder que, onde menos se espera, Deus se manifestasse. Deus pode estar ausente por detrás da sua aparente presença e presente numa aparente ausência. As frases evangélicas que se meditam no dia de Páscoa: « Procurais Jesus Nazareno? Não está aqui, mas vê-lo-eis na Galileia! », valem para todas as ocasiões. Também nós, como as santas mulheres, nos encontramos mais de uma vez com o «não está aqui», onde, segundo os cálculos humanos deveria estar, e temos de procurá-lo não já na Galileia mas na Samaria e até mesmo em lugares muito mais improváveis.

Sòmente num lugar é impossível deixar de encontrá-lo: NA IGREJA.

A Igreja decifra o enigma do nosso destino e possui

a felicidade para a nossa alma. Ela é o lugar clássico onde marcam encontro todas as verdades que no mundo são ou foram. É o milagre permanente de dois mil anos de história humana; ela é a cidade de Deus sobre a terra.

Para chegar à fé e robustecer esta mesma fé, depositada no grande organismo fundado por Jesus Cristo, é necessário pôr nesta investigação, como anteriormente fiz notar, a razão, a inteligência, a seriedade, a oração e a pureza de coração. A vida imoral e costumes pecaminosos constituem um sério, quando não insuperável obstáculo a Cristo, que é a própria santidade.

Nenhuma confissão religiosa fora da Igreja Católica encerra a verdade completa, e salva e esclarece o caminho dos humanos. A gozosa realidade contida nesta afirmação sentiram-na vivamente todos aqueles que, depois de longos e penosos rodeios, tornaram à casa paterna. Assim exclama um famoso convertido: «Quando tornais ao altar, onde os vossos pais adoraram o Todo-poderoso durante quinze séculos, antes que as seitas não católicas vissem a luz do dia, não fazeis senão voltar à fé dos vossos pais, ao vosso verdadeiro lar espiritual. Ao entrar nesta Igreja, divinamente estabelecida, não vos desprendeis de nenhum elemento do Cristianismo histórico, antes adquiris o muito que tinheis perdido no cataclismo religioso do século XVI, ao aparecerem as seitas protestantes, enumeráveis e contraditórias. Quando vos ajoelhades diante do altar do Senhor, nesse instante experimentareis o gozo e os transportes de alegria do filho que regressou, depois de longa ausência, à casa do pai e sente o terno abraço da sua mãe. Dos seus lábios nascerá, espontâneo, o grito: «grasas a Deus, estou novamente em casa, na casa de meu Pai!».

A segurança espiritual de que tanto precisa o homem de hoje, somente pode existir ali, onde há unidade na imutabilidade da doutrina. Como poderá o protestantismo oferecer ao mundo um programa de salvação, se ele, dividido em centenas de seitas arbitrarias e circunstanciais, não chega a um acordo sobre a pessoa de Jesus Cristo?

Exemplo de G. K. Chesterton

Um comovedor e esplêndido exemplo do espírito que cada um deveria ter para investigar a verdade divina, encontramos-lo em Gilbert K. Chesterton, um dos valores literários mais eminentes do nosso século.

Sentado à luz de um lar de uma humilde reitoria de Beaconsfield (Inglaterra), está o padre O'Connor, pároco da aldeia. Ruge o vendaval e a tempestade desencadeia o seu furor contra os vidros da janela. Sentindo que chamavam à porta, admira-se de que alguém, de noite, no meio daquela borrasca, ali esteja. Abre a porta. Um homem alto e robusto, de cachecol ao pescoço e chapéu na cabeça está esperando.

— Entre, por favor — exclama o Padre O'Connor.
— Em que lhe posso ser útil?

— O Senhor pode fazer-me o maior favor que um homem pode fazer a outro, responde o visitante.

— Então que deseja?

— O Senhor não é um sacerdote católico?

— Sim.

— Se é assim, o senhor possui o depósito da verdade divina. Dê-me essa verdade, mas dê-ma toda.

Nesse momento o Padre O'Connor reconhece no visitante o escritor cuja fama é conhecida em todos os recantos do mundo, onde se fala a língua inglesa.

— O Senhor é *mister* G. K. Chesterton, não é verdade? — pergunta o padre O'Connor.

— Sim.

— Então recomendo-lhe que vá falar com alguns dos ilustres catedráticos da Igreja de Oxford, que não está muito longe daqui. Ali está o P. Ronald Knox, filho de um bispo anglicano... E o P. Maritim d'Arcy, professor de Oxford.

— Compreendo — replica Chesterton. Irei dialogar com eles se o senhor insiste. Mas, porventura, não possui as mesmas verdades?

— Sim — respondeu vagarosamente o sacerdote. Na Igreja Católica a doutrina é a mesma em todas as partes.

— Então, porque me não pode instruir?

A sua timidez desaparecera e compreende agora a magnânima humildade do homem que tem na sua frente.

— Posso, replica o padre — e quero. Quando quer começar?

— Bem; lembro-me da frase de Cristo: «se não vos fizerdes como criancinhas não entrareis no reino dos Céus». Por onde começa uma criança?

— Pelo Catecismo de cinco tostões.

— Pois bem; comecemos pela primeira pergunta.

...Alguns meses depois, na humilde capela de Beaconsfield, o padre O'Connor, recebe o famoso escritor na Igreja Católica. Pouco depois, em sinal de reconhecimento pelo favor recebido, Chesterton immortaliza o humilde pároco da aldeia na figura do padre Brown, numa das suas célebres novelas policiaes.

A simples humildade infantil e o espírito de reverência e oração que Chesterton pôs no estudo das verdades reveladas por Cristo e guardadas pela Igreja infalível é a imagem moderna e perfeita da prece suplicante do cego do Evangelho: «Senhor, fazei que eu veja». E alcançou a resposta gratuita do alto: «Vai-lava-te na piscina de Siloé. E ele foi, lavou-se e começou a ver». (Jo. 9, 7).

Fica connosco que anoitece!

No dia da Ressurreição, iam dois discípulos pelo caminho que leva de Jerusalém a Emaús, uma senda estreita acidentada e difícil, bordada de oliveiras e cactos. Assombrados e perplexos pelos acontecimentos dos últimos dias, buscavam uma explicação! Enquanto caminhavam com a sua angústia e pena, Jesus ressuscitado juntou-se-lhes e acompanhou-os. Eles não o reconheceram.

— De que vinheis falando pelo caminho e porque estais tristes? . Respondeu o que se chamava Cléofas:

— Porventura, és forasteiro em Jerusalém, e não sabes o que lá aconteceu nestes dias?

E Jesus continuou com eles o seu caminho, interessando-se pelos seus problemas.

Estavam já perto da aldeia para onde se dirigiam, e Jesus fingiu ir para mais longe.

— Fica connosco, disseram-lhe, porque anoitece.

E entrou, para ficar com eles. E sentando-se à mesa, tomou o pão, abençoou-o, partiu-o e deu-lho. Abriram-se-lhes então os olhos e reconheceram-no, mas Ele desapareceu da sua presença.

— Não ardiam os nossos corações dentro de nós, disseram entre si, enquanto no caminho nos falava e nos declarava as Escrituras?

Assim, deste modo tão simples, nos refere S. Lucas um dos mais íntimos e significativos factos da vida de Jesus. O caminho de Emaús, fica, pois, como símbolo e sinónimo do caminho que conduz a Cristo. A todos os que caminham angustiados na dúvida, na desorientação, na incerteza religiosa, Cristo, na pessoa dos seus embaixadores, clérigos ou leigos, se apresenta como companheiro, disposto a esclarece-lhes o que lhes parece confuso.

Sòmente através da Igreja, Corpo Místico de Cristo, prolongação da Encarnação no Tempo e no espaço, se podem desvanecer as dúvidas torturantes.

Cristo, na pessoa dos seus ministros, dos seus embaixadores, apesar das claudicações e misérias, percorre todos os caminhos, pronto a dar a luz precisa para reunir as peças do enigmático jogo da vida e do destino humano. A obra da Igreja está acima de todas as fronteiras nacionais e leva Cristo e o seu Evangelho aos homens e mulheres de cada país e põe-no ao seu alcance.

«Não ardiam os nossos corações, dentro de nós, enquanto no caminho nos explicava as Escrituras?» Com estas ou parecidas palavras se manifesta a alegria no coração de cada peregrino que encontrou a plenitude da verdade divina e, com ela, o sentido da segurança e da paz.

Deus e o destino de cada homem

A Bíblia é, por excelência, o livro da Providência e da acção de Deus no mundo. O cónego belga Charles Moeller, na sua substanciosa obra, *Literatura do século XX e Cristianismo*, no primeiro tomo, intitulado «O silêncio de Deus», escreve com acerto: «Há períodos em que os homens notam claramente a aparente ausência de Deus no mundo. Este é um desses períodos. O nosso século, tempo apocalíptico, está asfiziado pela influência dos falsos profetas. Começamos a ver a lenha com que se queimam esses senhores! Não queremos nada com eles! E, contudo, milhões de vítimas sofrem: dois em cada três indivíduos não têm o suficiente para viver... Os cristãos parecem sofrer ainda mais que os outros: não estão isentos das pragas universais, e, por outro lado, oprime-os o sentimento do pecado. Vacilam perante o espectáculo da Igreja perseguida; é-lhes exigido ser cruzados todos os dias, e não se sentem com forças para isso. Diante deste enigmático silêncio, alguns cristãos desejariam uma manifestação sensacional de Deus, uma espécie de trovão celeste que serenasse definitivamente a atmosfera e conduzisse novamente à fé a massa da humanidade...»

Deus age, influi na história e no destino de cada homem

Apesar do seu aparente silêncio, Deus age e influi eficazmente na história e no destino de cada homem. Deus

é o criador, o conservador e senhor absoluto do mundo. Esta ideia palpita em cada página da Bíblia. É a vontade moral de Deus único e verdadeiro, e não um destino cego e trágico, quem dirige todas as coisas do mundo. Deus encaminha cada acção e todas as coisas para o seu último fim, tanto o destino dos povos e dos Estados como o de cada indivíduo em particular. Deste modo, desaparece a concepção materialista que alguns fazem de um mundo sem Deus, em cuja engrenagem, os homens, os desgraçados homens, foram lançados e rodopiam sem rumo definido.

Aquele que se nega a admitir a acção de Deus nos acontecimentos humanos vê-se atravessado por um sentimento de horror e de espanto, que o vai minando lentamente, angustiosamente. Pense-se nos milhares de seres humanos que vivem sem ideal nem plano de vida, subjugados por uma atmosfera de temor; os animais não sofrem esse medo subjectivo, porque não têm um destino eterno. Mas o homem vive entre dois mundos. De um lado, sente sede de infinito, ânsia inata que não pode destruir; de outro, agarra-se ao finito, ao caduco, voltando as costas à acção de Deus.

O homem moderno — que se obstina em fechar os olhos à luz de Deus, não tem a certeza do seu destino, «teme sempre, diz F. Cheen, ser novamente lançado no nada donde saiu, e duvida se há ou não alguma coisa ao final da escada. O resultado de tudo isto é a vertigem e o temor. A cultura moderna, na sua maior parte, procura suprimir esse espanto: pastilhas soporíferas, drogas, alcaloides, busca desenfreada de prazeres, corrida louca a todos os desportos e no fim... a tortura e a inquietação. Porque é que uma vaca não sente vertigens nem temor? Porque nenhum animal possui uma alma capaz de conhecer o infinito. Se eu fosse como uma formiga, uma criatura que vivesse somente para este mundo, nunca poderia conhecer a desesperação. É necessária a eternidade para que um ser humano se desespere...»

Na Bíblia, a natureza não é um velho e torturante

inigma, cuja solução só pode ser dada por um louco, na frase de Henri Heine. Ao contrário, deve servir os fins do seu Criador e Conservador; a natureza inteira proclama o Seu Poder, Beleza, Sabedoria e Bondade. O autor do Eclesiástico exclama cheio de entusiasmo: «...a glória do Senhor reflecte-se nas suas obras. O Senhor investiga o abismo e o coração do homem, e penetra nos seus mais recônditos escaninhos. Conhece o passado e o futuro, e as coisas mais ocultas... Tudo vive e permanece para sempre, e tudo lhe obedece. Todas as coisas diferem umas das outras e nenhuma delas é inútil. Quem se cansará de proclamar a sua beleza?» (Cap. 42).

Deus dirige também o curso da história para um fim determinado, segundo o seu plano preestabelecido. A acção sobrenatural de Deus na história da humanidade, segundo a Bíblia, aparece moralmente determinada pela Sua justiça e, em última análise, ajusta-se aos fins da Sua vontade e paternal amor, quer quando derrama o suave rocío da sua bênção, quer quando castiga os povos e os homens para lhes ensinar o caminho da autêntica sabedoria; porque, segundo a Bíblia, a terra está cheia do seu amor e este amor permanece eternamente, pois como diz Van Der Meers, no seu romance «Corpos e almas», para além do amor, há apenas o amor, que é Deus».

Os livros históricos, os salmos, os Cânticos e orações da Bíblia estão informados pela ideia da Providência. Em cada página supõe-se ou afirma-se que é Deus quem ordena e dirige todos os destinos da humanidade. «Deus da morte e da vida, faz baixar ao sepulcro e sair dele. É Ele quem empobrece e enriquece, quem humilha e exalta. Levanta o pobre do pó, e do estereco eleva o indigente, para que se sente com os príncipes e ocupe um trono de glória». (I Salmo 2, 6-8). Ainda ninguém conseguiu descrever a Divina Providência com palavras tão sublimes e cativantes como Job, o homem das dores, oprimido pela mão de Deus. O próprio Deus dá-lhe a resposta com palavras que são uma magnífica lição da insuficiência do homem e da incomensurável grandeza do seu Criador:

«Quem é este que mistura sentenças com discursos ignorantes? Cinge os teus ombros como um homem; interroga-te-ei e responde. Onde estavas tu quando lançava os fundamentos da terra? Sabes quem deu as medidas para ela? e quem estendeu sobre ela a régua? Sobre que foram firmadas as suas bases? ou quem assentou a sua pedra angular, quando os astros da manhã me louvaram juntos e quando todos os filhos de Deus estavam transportados de júbilo? Quem pôs diques ao mar, quando ele transbordava, como que saindo do seio materno? Quando é que eu pus as nuvens por sua vestidura e o envolvi em obscuridade, como a um menino sobre faixas? Eu o encerrei nos limites que lhe prescrevi e pus-lhe ferrolhos e portas, e disse: chegarás até aqui e não passarás mais longe, e aqui quebrarás as tuas empoladas ondas?» (38, 2 ss.). Deus continua a enumerar a série indefinida dos mistérios incompreensíveis aos homens: Por fim, Job exclama admirado por este excelso poder: «Como sou pequeno! Que hei-de responder? Porei a minha mão sobre a minha boca. Falei uma vez; não falarei mais; não ajuntarei mais palavras» (38, 34-35).

Poderíamos repetir estas palavras de Job aos homens da nossa actual geração, fascinados pela técnica, e por toda a classe de produções. Na sua deplorável estultícia, julgam ter conquistado os segredos mais recônditos do «cosmos», e não vêem que cada nova descoberta científica vem sempre acompanhada de uma série de inquietantes problemas.

Entrevista de Gog com Alf Wikovitz

Giovani Papini, grande escritor católico, tão contraditório em muitos aspectos, soube, como ninguém, captar as ondas do mar profundo que perturbam a nossa geração actual. Como complemento da narração de Gog e Magog, no Livro Negro, Papini vai-se entrevistando com personagens reais ou fantásticos, através dos quais nos apre-

senta os problemas políticos, religiosos, morais, sociais e psicológicos que angustiam o homem moderno.

Gog, o incansável viajante, entrevista-se com o assistente do mais célebre astrónomo do Monte Wilson, de nome Alf Wilkovitz.

Sob um céu profusamente iluminado de estrelas, Alf Wilkovitz, começa a falar com a voz desesperada :

«Mister Gog, sinto a necessidade de lhe confessar alguma coisa que até aqui não confiei nem sequer aos meus mestres. Penso que me compreenderá melhor que eles.

«De alguns anos a esta parte, a Astronomia parecia-me a mais divina das ciências; foi o meu primeiro amor intelectual, apaixonado e forte. Hoje, após ter conhecido mais de perto o céu, sinto-me perplexo, conturbado, cheio de dúvidas, às vezes até atemorizado. A Astronomia desiludiu-me. Compreenda-me bem; a Astronomia, como ciência exacta, é um dos edifícios mais maravilhosos levantados pela mente humana nos últimos séculos; mas, ao contrário, o seu objecto decepcionou-me: o universo sideral. Que sucede lá em cima? Isto: inumeráveis e imensos fogos fogem e se consomem. Porque fogem? Aonde vão? Estamos acostumados às rotações regulares dos nossos planetas ao redor dessa estrela mediana que é o Sol... As nossas medidas são ridiculamente pobres, os nossos telescópios mais poderosos podem-se comparar aos olhos de um insecto que observam firmemente as excelsas quebradas do Himalaia : o céu que vemos não é o céu de hoje, e o que agora contemplamos é o céu de vários séculos, e o que se vê noutras partes é o céu de milénios. Os astros fogem como desesperados, perseguidos e, ao fugir, convertem-se em fogo, isto é, destroem-se. Milhões de nebulosas, milhares e milhares de estrelas, há séculos e séculos que não fazem mais que fugir e destruir-se, sem uma razão imaginável... É possível que uma inteligência superior e perfeita tenha querido esta dilatação enorme, perene e completamente inútil? Perante este pensar, a mente humana fica aterrorizada... Era

como se os homens iluminassem todas as noites, com milhões de lâmpadas e reflectores, o deserto do Saará ou os oceanos árticos, lugares onde ninguém habita... Quando regressar o meu mestre, abandonarei o meu observatório e a Astronomia. A exemplo dos outros homens, contentar-me-ei em ser um pobre insecto faminto, que se move entre a erva dos prados terrestres».

É o símbolo do homem orgulhoso da sua ciência, que pensa ter captado a realidade com as suas fórmulas, mas depois vê que novas realidades escapam ao seus cálculos e medidas; rebela-se contra o Criador, porque não chega a compreender que no conjunto harmónico do universo tudo foi posto com número, peso e medida, na frase da Bíblia anteriormente citada. É nas mãos de Deus onde está tudo, sem que nada se possa subtrair à sua forte e paternal providência. «Certamente, diz o Papa, os tempos que o mundo atravessa não são para deixar tranquilos os que, privados de uma fé viva, põem toda a sua esperança nas pessoas e nos cálculos humanos». As pessoas e cálculos humanos desligados de Deus, levam ao desespero e à angústia, e convertem o homem no pobre insecto faminto que se move entre as ervas dos prados terrestres. É preciso interpretar as realidades do mundo à luz daquele princípio de S. Paulo, na carta que escreve aos fiéis de Roma (11, 36): «D'Ele, por Ele e para Ele são todas as coisas. A Ele se dê glória por todos os séculos. Amem» (Rádio-mensagem do Natal, 1956).

Não vos inquieteis com o dia de amanhã..

Um perspicaz conhecedor da alma moderna, no seu livro *Das neue Reich*, «O novo Reino», escreve: «Em qualquer lugar onde se tenha derrubado um templo ou um santuário religioso, tornou-se necessário construir uma casa de saúde para os neurasténicos». Se desaparecesse o grande santuário da Bíblia e com ele a confiança ilimitada no Criador que a Bíblia deu ao mundo, seria inumeráveis os sanatórios para neurasténicos, psicópatas e tarados mentais. Porque o único remédio para a angústia que estrangula o mundo é, sempre e em todo o lugar, a confiança em Deus, misericordioso e justo, guia providente do universo.

A Bíblia, livro da Providência, é também o livro da confiança em Deus, causa suprema de todas as coisas, cheio de sabedoria e amor, que se projecta luminosamente em tudo quanto acontece aos pobres mortais. No sistema dos antigos pagãos, privados da verdadeira fé, o homem é um grão de areia cirandado pelos demónios; na Bíblia, o homem é objecto do amor paternal do criador do universo que cuida indistintamente de todas as criaturas, e sem cuja permissão nem um só cabelo cai da nossa cabeça nem um pássaro do telhado. Únicamente a confiança absoluta em Deus pode libertar o homem da angústia que envolve a terra. O temor de Deus, proclamado em cada página da Bíblia, exime-nos da desesperação. O *taedium vitae*, o fastio da vida, característico da filosofia existencialista de Nietzsche e Sartre, tem sua origem na ausência de Deus, na falta de confiança no Deus de toda

a consolação, e sem esta confiança em Deus não lhe resta mais que a ampola de veneno ou a bala de um revolver.

Ansiedade do homem moderno

Noutros tempos, os homens sentiam ansiedade pela sua alma; hoje, esta ansiedade converteu-se em angústia, fruto desse frenesi que só se preocupa com o corpo. As principais preocupações da actualidade são as da segurança económica, saúde, pele, riqueza, prestígio social e sexo. «Ao ler os anúncios modernos julgava-se que a maior calamidade que poderia acontecer a um ser humano era a de ter as mãos arruinadas pela esfregação ou por uma tosse de garganta». A angústia aumenta à medida que o homem se afasta de Deus. Como Nietzsche, procura substitutos de Deus: arte, super-homem, cultura, vontade de poderio; mas nenhum dos mitos por ele inventados conseguem substituir a Deus ausente; nem a arte, nem a cultura, nem o super-homem, nem essa «vontade de poderio», cuja invenção manifesta, na aberração trágica da razão de Nietzsche, o último fracasso dos seus esforços para remediar válidamente a «morte de Deus».

À leitura da Bíblia, livro eterno da humanidade, dá a cada leitor uma segurança e uma calma, que os defensores de filosofias e sistemas existencialistas desejariam possuir. A palavra de Deus enche de confiança o coração do homem, porque sabe que Deus não o esquece, pois criou os grandes e os pequenos, e interessa-se igualmente por todos. A Bíblia diz-nos que o homem não conseguirá desfazer-se das suas inquietações enquanto não puzer em Deus a sua confiança. Aí está a experiência de muitos e grandes santos para o confirmar. Na alma moderna brilhará sempre a alegria, se benévola e se admitissem alguns dos conselhos dados por Jesus no Sermão da Montanha, quando nos manda viver sem preocupações pelo que nos há-de suceder no dia de amanhã...: «Olhai como as aves do céu não semeiam, nem colhem, nem enchem os seus celeiros e, no entanto, vosso Pai celestial as ali-

menta. Porventura, não sois mais que elas? Qual de vós pode ajuntar um côvado à sua estatura? E sobre o vestuário, porque andais aflitos? Olhai como crescem os lírios do campo: não trabalham nem fiam. E digo-vos que nem Salomão em toda a sua glória se vestiu como um deles; pois, se a erva do campo, que hoje é e amanhã se deita ao fogo, Deus assim a veste, quanto mais a vós, homens de pouca fé? Não vos inquieteis pelo dia de amanhã; deixai a cada dia o seu cuidado» (Mat. 6, 22).

Regra de Ouro, que deveria anunciar-se em letras luminosas nas ruas e nas praças do mundo inteiro. E se o homem aceitasse na sua vida a mercadoria preciosa do reclamo, a paz autêntica, a serenidade que acalma e dignifica, seria o inestimável tesouro da sua consciência. A confiança no Deus que veste os lírios do campo e alimenta os passarinhos do bosque é o único meio capaz de varrer a inquietação do espírito e a angústia que tortura e mata. Só há angústias insuperáveis para quem não crê em Deus, nem em Jesus Cristo.

Blake busca o paraíso

O livro negro de Papini, apresenta-nos uma nova edição de Mister Gog, multi-milionário e fanático colecionador, contando-nos como na sua secção de manuscritos inéditos, encontrou uma obra de William Blake, intitulada «*O Paraíso achado novamente*». Nessa obra imaginária, Blake tem a convicção de que o novo Edem não desapareceu da terra e lança-se à aventura de o encontrar. Com o mesmo fim, finge ter embarcado antes de Colombo, mas teve a má sorte de encontrar novas e ricas terras que o detiveram, impedindo-o de levar por diante o seu principal propósito. Mas espera ser melhor sucedido, e com esta ilusão põe-se a viajar durante muitos anos. Encontra raras e variadas belezas, mas nenhum sinal do paraíso. Porém, uma bela noite, dormindo sobre o musgo de uma vetusta caverna, começa a sonhar e ouve uma voz que lhe fala... A sua constância mereceu

de Deus a revelação da grande nova que só alguns santos chegaram a entrever. Ainda existe o paraíso terreal; o Paraíso é toda a terra. Adão e Eva não foram expulsos dele, mas unicamente, afectados de cegueira para que perdessem o sentido da orientação e não o voltassem a encontrar. «E eu, conclui Blake, depois de agradecer ao Senhor com um cântico novo, regresssei à minha cidade, à minha pobre casinha, e só então caí na conta de que até a minha reduzida horta de Londres era um rincão ignorado, do Edem omnipresente e eterno».

O homem prossegue na busca do Paraíso, sem pensar que tanto o paraíso como o inferno podem estar dentro dele mesmo. Onde está Deus está o Paraíso. Contudo, os homens esforçam-se por lançar no mercado do mundo substitutos do Paraíso autêntico. Dois documentos recentes do Magistério Eclesiástico — a mensagem de Natal do Romano Pontífice e a Carta Colectiva do Episcopado alemão —, falam-nos claramente do problema. Pio XII denuncia o facto de a «sociedade produtora se apresentar permanentemente ao trabalhador como única e viva realidade, como poder que a todos sustém e é medida de toda a sua vida». A Carta do Episcopado alemão abarca um problema de ressonâncias universais: «O trabalho remunerado está a converter-se num ídolo que tudo domina». A nossa sociedade, no desastroso empenho de se alhear de Deus, tem necessariamente de criar ídolos que o substituam; e esse ídolo, na hora presente, é o trabalho. Por isso, o Papa condena a teoria dos que procuram basear a segurança e o bem estar do homem somente no incremento da produção social. Mesmo na época da técnica, a pessoa humana, criada por Deus e remida por Cristo, diz o Santo Padre, continua elevada no seu ser e na sua dignidade, e, portanto, a sua força criadora e a sua obra têm uma consistência superior».

Diz-se que o alemão dos nossos dias é mal humorado, egoísta, descortês, porque não tem esperança; entregou-se de corpo e alma ao trabalho, erigindo-o em seu ídolo e seu Deus; isto pode estender-se ao paraíso do proletariado

e ao paraíso do homem de negócios; todos eles forjaram um paraíso sem um Deus eterno, pessoal e transcendente, e agora começam a ver que sem Deus não há paz, não há harmonia nem felicidade; a serpente do egoísmo e do egocentrismo divide profundamente os homens, convertendo-os em lobos famintos.

O Paraíso terreal está na paz interior

O verdadeiro paraíso de que nos fala Papini, procurado por todos os homens no mais recôndito do seu espírito, mesmo que se trate de falsários ou malvados, tem apenas este vértice insubstituível: Deus e Jesus Cristo. O Paraíso Terreal consiste na paz com nós próprios, com os nossos semelhantes e com Deus; esta paz só a ilimitada confiança em Deus a pode dar... A Bíblia é o livro da confiança em Deus; cada página é um entusiástico hino ao Senhor, fortaleza, auxílio e protecção do homem angustiado e desvalido. Numerosos leitores da Bíblia encontraram nela o caminho que os conduziu à conversão, à paz e à segurança do seu espírito atribulado. As próprias inquietações que preocupam os homens do nosso tempo, têm na Bíblia uma solução satisfatória e definitiva. Deus está presente ao leitor da Bíblia de um modo especial; quem não lê a Bíblia perde na sua vida religiosa e nas suas relações com Deus alguma coisa de verdadeiramente irreparável sobre a terra.

Miguel Ângelo, o incomparável génio de todos os tempos, imortalizado na Capela Sixtina, na famosa Pietá e na cúpula de S. Pedro, deixou-nos preciosos vestígios daquilo que seria a obra culminante da sua vida: o mausoléu para o Papa Júlio II. Na Igreja romana de S. Pedro *ad vincula* está exposta a figura central de todo o conjunto: a estátua de Moisés. É impossível descrever a perfeição, a majestade, a elegância, a vida e o sangue que parece animar o finíssimo mármore. Conta-se que Miguel Ângelo, satisfeito da sua própria obra, bateu na estátua com ar de triunfo, exclamando: «Agora fala».

Mas a estátua permaneceu muda; isto abismou-o em pensamentos profundos sobre a grandeza do Criador e a pequenez da criatura.

O homem moderno, apesar disso, procurou nas leis físicas, na energia nuclear e na técnica, os substitutos de Deus; a sua orgulhosa ciência criou os monstros que agora o dominam e lhe impõem a sua força cega e mil vezes superior à dos seus criadores. É longe de se humilhar em gozosa e reverente contemplação, como Miguel Ângelo, coloca-se no centro e vértice do Universo. Alfred Adler tinha razão ao afirmar que os nevróticos estão animados de uma ingovernável ambição de «ser como Deus», que o homem ao tomar consciência da mediocridade da sua efémera obra, sente, na sua carne, que faliu o próprio engenho e vê que os seus recursos são insuficientes para solucionar os problemas íntimos, para resolver a incógnita da morte, a única coisa inevitável da qual o homem não possui conhecimento algum por experiência...

O poeta Novalis compreendeu bem esta premente necessidade que o homem tem de Deus: «Sem ti, que seria eu? Sofreria o temor e a angústia; estaria espantosamente só neste mundo; ignoraria tudo o que amo; o futuro seria uma azinhaga obscura e sem saída; e quando o meu coração estivesse aflito, com quem partilharia as minhas penas e a minha dor? ».

A Bíblia fala-nos da ilimitada confiança em Deus

Em lugar da angústia, do temor, da inquietação, a Bíblia Sagrada fala-nos da ilimitada confiança em Deus; do amor de Deus para com os homens, da Sua constante preocupação por todas as nossas necessidades e misérias. São muito numerosas as narrações do Antigo Testamento acerca da confiança depositada no Senhor pelos patriarcas, pelos reis, pelos profetas, pelas mulheres ilustres... O profeta Isaías descreve-nos esta terna solicitude de Deus para com o seu povo: «Pode a mulher esquecer-se do fruto do seu ventre? Ou não compadecer-se do fruto

das suas entranhas? E mesmo que ela se esquecesse, Eu não te esqueceria» (49, 14-15). O livro dos Salmos é um hino triunfal de confiança no Senhor: «Deus é o nosso amparo e a nossa fortaleza, e o nosso auxílio nas tribulações. Por isso, embora a terra trema, e caíam os montes ao abismo do mar, e bramam e espumem as suas ondas..., nada temos a temer» (46, 2-4). O filósofo estoico, fatalista e puritano, resigna-se, e afronta, impávido, a realidade adversa, mesmo que o mundo se desmorone, como diz Horácio nas suas Odes; mas os escritores sagrados sabem que Deus pode salvar o homem e o salvaria se o mundo fosse abalado por algum cataclismo. O crente sente-se amparado e protegido por Deus em qualquer lugar que esteja: «Porque me amou, eu o salvarei; defendê-lo-ei, porque confessou o meu nome, diz o salmista no cântico à Providência de Deus sobre o justo.

É preciso reconhecer que a mesma onda de aflição e angústia sacode todas as almas, até a dos cristãos. É verdade que em certos momentos tudo parece negro, e que a humanidade caminha a passos largos para aquilo que um autor chamou o «suicídio cósmico».

Não sejamos, porém, alarmistas; tenhamos fé em Deus e façamos nossas as palavras do livro dos Provérbios: «Confia em Deus de todo o coração, e não te apoies na tua prudência. Pensa n'Ele em todos os teus caminhos e Ele aplanará as tuas veredas. (3, 5). Encomenda a Deus os teus cuidados... O que teme a Deus está seguro» (16, 3).

A confiança no Senhor, do qual nos provém todo o bem, toda a luz e toda a graça dissipará necessariamente a nossa angústia e desesperação; a causa básica, diz Fulton Cheen, da nossa infelicidade é uma inquietação dentro do tempo, pelo facto de termos sido criados para a eternidade. Se houvesse na terra algum lugar para descansar, fora de Deus, podemos ter a certeza de que a alma humana, na sua larga história, já o teria encontrado». Disse Santo Agostinho: «Criaste-nos, Senhor, para Ti, e os nossos corações não descansarão enquanto não repousarem em Ti».

A dor à luz da palavra divina

A Bíblia é o melhor livro para as horas do sofrimento. A narração da Paixão de Cristo, nos Evangelhos, a do martírio dos primeiros cristãos, no livro dos Actos dos Apóstolos e do Apocalipse, levaram a paz a muitos corações torturados. Na Paixão de Jesus, o Evangelho propõe aos cristãos a ideia da mais alta perfeição, inacessível à humana debilidade quando se trata de suportar a dor. No livro de Job, o homem experimenta a imperfeição do sofrimento humano e a fraqueza do servo de Deus, o qual, apesar de tudo, acaba por triunfar.

O maior enigma que Deus apresenta aos homens é que também estes são visitados pela dor. Na actual economia do mundo, a dor é inerente à existência humana! semelhante experiência, para os que vivem em união com Deus, é uma dura prova de fé. Como é possível crer num Deus justo, numa ordem recta do mundo, se a dor atinge indistintamente o pecador e o justo, e, até, como sucede muitas vezes, condena os maus e castiga ferozmente os bons? Então faz-se esta angustiosa pergunta: *Donde provém o mal?* À luz da fé, quando se acredita num Deus, Criador e Todo-Poderoso, que fez bem todas as coisas, que é a razão última de tudo o que acontece no mundo, justo em todas as suas acções, cheio de misericórdia para com as suas criaturas, este problema converte-se numa questão de Teodiceia sobre a justiça de Deus no mundo. Tal problema está proposto em cada página do Antigo Testamento e, singularmente, em alguns salmos, no livro de Job e do Eclesiastes.

Três soluções para o problema da dor

O incrédulo é incapaz de dar uma resposta cabal a esta pergunta sobre o sofrimento. Três soluções se podem dar ao problema da dor. A dos estoicos que é: cerrar os dentes e aguentar. A segunda é a da filosofia de Buda, para a qual todo o sofrimento vem do desejo. Se pudéssemos extinguir todos os nossos desejos, chegaríamos, conseqüentemente, a um ponto de tranquilidade em que seríamos absorvidos no grande Nirvana do inconsciente. A terceira solução é a filosofia hebraico-cristã da dor, que crê que a dor e o sofrimento podem ser sublimados (Fulton Cheen). Esta filosofia da dor reflecte-se nas páginas da Bíblia, que é o livro dos livros. O que se vê oprimido pelo jugo do sofrimento, tem na Bblia motivos de inefável consolação.

A primeira resposta da Bíblia ao problema do mal é a seguinte: o mal proclama a justiça de Deus. Serve para manter a ordem moral estabelecida pelo Criador, donde se segue que o sofrimento castiga toda a infração a esta ordem. Do mesmo modo que, pela culpa, a morte e a pena entraram no homem, assim, com frequência, a culpa e o pecado são causa do sofrimento, de tal modo que não resta outro remédio senão o de nos inclinarmos perante a justiça de Deus.

Contudo, a explicação da dor, enquanto castigo, não vale para todos os casos nem para todos os homens. À luz da ideia de solidariedade, esta explicação pode-se estender a uma povoação inteira, pois, nela há sempre pecadores. Por isso, no Antigo Testamento, a fé em Deus, Pai e Benfeitor, fez brotar a pedagogia do sofrimento. A pena que castiga o pecado provém da justiça de Deus, mas o sofrimento que educa é fruto do amor que quer a salvação dos homens e dos povos. Assim o aconselha o sábio no livro dos Provérbios: «Não desdenhes, meu filho, as lições do teu Deus; não amues se Ele te corrige. Porque Deus ama aquele a quem corrige e aflige o filho que é caro» (Prov. 3, 11-12).

Nas páginas da Bíblia encontramos uma espécie de *abstractum*, que constitui o que poderíamos chamar fundamento metafísico do castigo e que se acha profundamente concretizado na frase dos Provérbios, anteriormente citada. A fórmula mais elevada do temor de Deus é a generosa aceitação das provas, as quais são também um sinal da benevolência divina. Este pensamento está amplamente desenvolvido em Job: «Ditoso o homem a quem Deus castiga» (5, 17-18; 33, 16-28; 27, 30). Como bem comenta o grande Bossuet, a bondade e a justiça são os dois braços de Deus; mas a bondade é o braço direito. «Castiga porque ama, e ama aos que castiga, pois, castiga no tempo para não ter de castigar na eternidade». A razão última da dor é o amor de Deus para com os homens.

Quando o sofrimento entra a formar parte da vida do homem, os horizontes da alma tornam-se mais amplos. A luz da eternidade cai sobre a alma quando esta se sente subjugada pela violência das lides quotidianas, ensinando-a a estimar as coisas e os acontecimentos do mundo, no seu justo valor.

Pela dor, o coração humano conhece quase sempre o verdadeiro sentido das suas acções e a necessidade da conversão. Lendo a vida dos homens que, afastados da Igreja, encontraram um dia a luz da verdadeira fé, concluimos que foi a dor que, lenta e silenciosamente, os fez entrar no santuário da verdade. Deste modo, a dor converte-se num meio de sofrimento.

A dor na conversão de Garcia Morente

Garcia Morente, professor incrédulo de filosofia que, juntamente com Ortega e Gasset ensinou na Universidade Central de Madrid, e a quem um venturoso dia Deus saturou de tanta abundância de luz até o levar ao sacerdócio —, escreve estas admiráveis linhas sobre a eficácia e missão da dor no destino dos indivíduos:

«Há sempre tempo e oportunidade para pensar em Deus e na nossa alma. Mas há momentos na história que parecem expressamente dispostos pela Providência divina para que com mais afinco, gravidade e profundidade, endereçemos o nosso olhar para o alto e imploremos do céu protecção e amparo. Nos períodos de bonança que, às vezes, Deus concede à Humanidade, o homem sucumbe facilmente à tentação de julgar que o passo lento e regular dos acontecimentos, numa normalidade ecuménica, não é obra de Deus, e sim efeito das leis naturais da história, da sociologia, da psicologia, da economia. Às vezes, o orgulho do homem chega ao extremo de esquecer que a suprema direcção da sucessão histórica pertence a Deus, e de julgar que a vida dos homens — individual e colectiva — pode ficar integralmente determinada pelas averiguações científicas, obtidas pelo exercício metódico da razão. Contudo, um dia, aparecem inesperadamente densas nuvens de tempestade a toldar o horizonte sereno. Estala o conflito, sobrevém a crise... O homem — que se imaginava timoneiro onnipotente do seu próprio destino — vê-se, de repente, náufrago no mar da incerteza, e incapaz de prever e preparar o futuro... O que razoavelmente se podia esperar não se realiza, porque a morte nos ronda a porta; espreita-nos e cai sobre nós como o tigre sobre a sua presa.

...É nestes momentos que o homem volve os seus olhos para Deus. O angustioso espectáculo da sua pequenez e da sua impotência leva-o a procurar a origem de toda a grandeza e de toda a força. O vendaval que sacode as altas construções humanas, sobre a face da terra, acende ou reaviva na intimidade das almas — de muitas almas — a chama luminosa da fé, da serena esperança e do amor de Deus. Graças sejam dadas à Providência, que nestes períodos de provação permite os males para deles tirar melhores bens e, às vezes, para endireitar o curso sinuoso de muitas vidas, tanto dos indivíduos como das nações...».

Estas palavras tão comovedoramente humanas e tão

íntimas, só as poderia escrever quem, como Garcia Morante, experimentou no seu próprio coração a eficácia redentora do sofrimento.

Ideia consoladora do sofrimento através da Bíblia

Quem não se deixa subjugar pelos laços do amor, mais dia menos dia, vê-se obrigado a voltar para Deus, preso nas redes do sofrimento, do castigo e da pena moral que constrange e prostra a alma. A Bíblia, livro da Humanidade, fala-nos claramente desta eficácia da dor na conversão do homem. Por isso, toda a Bíblia proclama a consoladora ideia do sofrimento e da conversão.

Esta ideia está patente nas palavras dos três amigos de Job, o homem que foi provado com toda a espécie de dores e desprezos: «Ditoso o homem a quem Deus castiga. Não desdenhes, pois, o castigo do Omnipotente. É Ele quem faz a ferida e quem a cura; é Ele que com a sua mão fere e cura (Job, 5, 18-19). Porque o Senhor não castiga indefinidamente os homens. Se tu dispuzesses o teu coração e elevasses para Ele as tuas mãos... sentir-te-ias seguro e nada temerias. Mas os olhos do malvado consumir-se-ão... e a sua esperança será o último suspiro».

O sofrimento tem também uma função preventiva, como se pode ver neste discurso de Eliú, amigo de Job: «Deus é sublime no seu poder e quem é terrível como Ele?» (Job, 36, 22). Deus fala de um modo, fala de outro, mas o homem não o entende... Corrige-o com dores no seu leito, com a dor contínua dos seus ossos; a sua vida tem horror ao pão; e a sua alma horror ao manjar mais esquisito; a sua carne consome-se até desaparecer, e aparecem os ossos que antes se não viam; aterra-o (Deus) com suas aparições, para o afastar do mal e precaver contra a soberba» (Job, 33, 14-20).

O livro de Job mostra-nos como o paciente idumeu encontrou, apesar de tudo, o verdadeiro caminho na fé e na confiança em Deus; sem luta não existiriam tais

heróis. Job demonstra igualmente que os melhores pensamentos e os sentimentos mais profundos nascem do sofrimento. Se assim não fosse, como explicar a vida e a obra fecunda de Nino Salvaneschi, o cego admirável que escreveu tantas e tão sublimes páginas sobre a excelência da dor? O homem, metido nos moldes da dor, forja uma personalidade sublimada e transcendente. Assim, o mal colabora na realização do reino de Deus, e o próprio Satanás converte-se numa força que quer sempre o mal e faz sempre o bem. Como é consoladora esta ideia de purificação do homem mediante o sofrimento! Deus transforma os melhores corações para neles infundir uma vida superior e imensamente mais fecunda.

A Bíblia orienta o homem sobre o sentido da dor no meio da humanidade. A dor proclama a justiça de Deus; o sofrimento que castiga vem da justiça do Senhor, mas o sofrimento que educa é fruto do seu amor imenso, que procura e deseja a salvação de todos os homens.

Bancos de sacrifícios e sofrimentos

Quando alguém se queima ou desfigura violentamente no rosto, a cirurgia estética arranca um bocado de pele de outra parte do organismo para o enxertar no rosto alterado. Os anémicos recebem uma transfusão de sangue fornecido por outro membro da sociedade. Se é possível fazer-se a transfusão de sangue, também se pode fazer a transfusão de sacrifícios. Existem bancos de sangue a fim de que outras vidas se possam salvar mediante a doação do nosso próprio sangue. As dores, as desilusões, as injustiças e as angústias, são elementos preciosos com os quais se pode formar um riquíssimo tesouro, para dele se abastecerem os pecadores, os anémicos, os espíritos cobardes e indecisos, a fim de curarem as suas almas feridas ou doentes.

Nunca chegaremos a compreender plenamente o grande mistério da comunicação da graça, da vida e dos

benefícios existentes na Comunidade cristã. O sofrimento expia as faltas próprias e as faltas alheias; e é esta a maravilhosa e genial ideia dada pela Bíblia ao problema da dor. Esta ideia dos Livros Santos sobre o sofrimento, que procede do amor de Deus e do próximo por amor de Deus, que dá o perdão e causa a salvação, é a morte do egoísmo, e coloca no centro da religião a expressão mais perfeita e heróica do amor: o sacrifício do espírito. «O sofrimento é sublimado mediante o amor», escreve Monsenhor Fulton Cheen no seu livro «*Vale a pena viver*». A dor sem amor é sofrimento ou inferno. Sofrer com amor é sacrifício. O amor não tem o poder de matar a dor ou de a extinguir; mas, tem o poder de a diminuir ou de a sublimar, de a transformar. Depois de haverem perdido o seu dinheiro, os gastadores dizem com muita frequência: «Oxalá tenha ido parar às mãos de algum pobre!». O amor aos pobres suaviza a perda sofrida. Uma mãe permanece de vela toda a noite junto do leito de seu filho prostrado pela febre; para ela, a sua vigília não é sofrimento, mas amor e sacrifício...

Vivemos num mundo em que nos é possível ser úteis aos outros. O que veste um fato de boa lã, embora nada tenha feito para criar e melhorar as ovelhas e as lãs, está a usufruir do trabalho das outras pessoas. A maior parte da gente não cultiva as verduras e as frutas que come; porém, todos participamos, de uma forma ou de outra, na comunidade dos trabalhadores. Do mesmo modo, podemos também dar e comunicar aos outros os méritos dos nossos sofrimentos, oferecidos em união com a cruz.

«O grande mistério da vida reside não no que sofremos, mas no que nos falta quando sofremos. É-nos possível cunhar moeda para a nossa salvação e para a salvação do mundo. A grande tragédia da dor em vão, das lágrimas que não são santificadas! Oh! As dores sombrias, os repugnantes sofrimentos, as enervantes contrariedades! Quantas delas se perdem e, por isso, se convertem em maldições, porquanto os que as sofrem não têm ninguém a quem amar! A vida pode comparar-se a um

jogo de cartas. Não podemos evitar o jogo que nos foi distribuído, mas podemos remediá-lo na maneira como jogamos. O desamor de certas vidas é sempre por culpa de uma alma; a dor da vida nem sempre é assim. O segredo é saber levar as nossas pequenas cruces, sob a sombra da cruz, «daquele cujo Amor transformou a Vida, cuja vida transformou a dor e cuja dor transformou a morte» (F. Cheen).

Nada há tão forte no mundo como o sacrifício do amor, que vence o próprio sofrimento; portanto, os sofrimentos e a morte, oferecidos com amor, são a perfeição mais sublime da vida, e tudo o que de mais heróico o homem pode fazer sobre a terra. Por isso, a Paixão do Filho de Deus sobre o Gólgota é o acto culminante da história do mundo. Na comunidade solidária da vida e do amor, na Igreja de Cristo, as obras e sofrimentos de cada qual fazem-se bens de todos; tal como a Paixão de Cristo, a dor de cada cristão obtém o perdão para os outros. Assim explica a Bíblia o enigma da dor no mundo. O Novo Testamento dá ao sofrimento um posto relevante no centro da religião. O que no Antigo Testamento era promessa luminosa para o futuro, no Novo Testamento converte-se em gozosa e tangível realidade, graças aos sofrimentos que o Salvador padeceu pelos homens. Mediante a Sua palavra, o Seu exemplo e os Seus Sacramentos, os discípulos herdaram o rico património das divinas consolações. «Pois, como diz S. Paulo, à medida que crescem em nós os sofrimentos de Cristo, cresce também por Cristo a nossa consolação» (II Cor., 1, 5).

Humildade perante a insondável grandeza de Deus

«Eternidade! Insondável eternidade da dor! Multiplicar-se-á maravilhosamente a espécie humana; realizar-se-ão as mais profundas transformações! ... Junto a um balcão, na cidade, ou em casa haverá sempre um homem com a cabeça reclinada entre as mãos, meditando e triste. Não lhe poderão tirar o dolorido sentimento que

assim o prostra». Estas palavras do grande estilista espanhol *Azorin*, do seu livro *Castilla*, são a expressão de uma realidade universal, ineludível e sempiterna. «Do mesmo modo que ninguém se pode eximir do amor, também ninguém se pode libertar da dor», diz a *Imitação de Cristo*.

A posição que, segundo a Bíblia, devemos adoptar perante a dor, é a resignação paciente e o acatamento voluntário. A resposta de Deus no livro de Job assim o dá a entender. Para a vida religiosa do homem, o poeta dá ao problema do sofrimento uma solução insuperável: Deus é o guia onnipotente e sábio do mundo. A Providência acompanha o curso da vida de cada ser humano com tal atenção, que cada alma está numa relação única, no seu género, com o Criador e Conservador da sua existência. Todo o ser humano extraviado, que anseia e suspira pela Pátria celeste, conta com uma absoluta e singular protecção para se não perder num caminho cheio de atalhos. Se os seres humanos desconhecem esta protecção que envolve toda a sua existência, é porque não compreendem ou não querem a sua felicidade, confundindo-a com os planos da vontade própria do bem estar burguês. Mesmo que a Providência use para com eles os meios de correcção e os fira, fá-lo sempre com sabedoria e amor. A vontade própria deve ser desintegrada pelos sofrimentos, de sorte que se forme na alma um espaço vazio para receber a graça.

No conjunto harmónico do Universo é onde se realizam os planos de Deus. A razão divina possui e dispõe de todos os fios que o canhamação das realiaddes cósmicas vai tecendo. Deste modo, o universo tem uma orientação e um sentido. Deus vê esta finalidade que só parcialmente é inteligível ao espírito do homem. Os transtornos que se verificam nos pormenores da economia universal só têm essa triste significação para as pobres e limitadas perspectivas do homem. Contudo, vistos do plano de Deus, inserem-se na ordem e na harmonia do todo. Portanto, o indivíduo coopera nas mais vastas e universais inten-

gões de Deus. O homem não compreende os caminhos de Deus no governo do seu destino...

A resposta ao problema da dor não é a renúncia definitiva e mal-homurada do pessimismo. É antes, a prévia tranquilidade do optimismo, o qual busca em Deus a solução de todos os enigmas que nos torturam. É, em última análise, a profunda e humilde piedade, que se inclina com respeito diante da insondável grandeza de Deus, crendo na Sua justiça e no Seu amor, mesmo sob os golpes do sofrimento.

Como exortação aos homens de todos os tempos, dobrados pela dor, a resposta do paciente Job, às queixas da sua rabujenta e insofrível mulher, têm ressonâncias de eternidade:

«Disse-lhe então sua mulher: *Ainda perseveras na tua simplicidade? Bendize a Deus e morre.* Job respondeu-lhe: Falaste como uma das mulheres insensatas; se nós recebemos os bens das mãos de Deus, porque não haveremos de receber também os males» (Job, 2, 9-10).

Em todas as coisas está latente um mistério de Deus

O sofrimento não pode ser banido da terra. A sabedoria está, pois, em nos sabermos acomodar ao mal. Na Bíblia aprendemos a sofrer. Aprendemos a arte real da paciência, sem a qual a vida é noite escura e dura pena. «Porque a aurora — na frase de Tomás de Kempis — nasce para quem se refugia em Deus durante as horas obscuras; o seu acto de abandono é o canto matinal que anuncia e sauda o novo dia».

Os que amaldiçoam a vida não chegaram a compreendê-la. Só o cristão a pode abençoar, por saber que vive para cumprir um glorioso destino e para participar na execução de uma obra eterna. Cristo deu-nos o exemplo na última noite, na sangrante soledade do Monte das Oliveiras: «Pai, se é possível, afasta de mim este cálice; mas, faça-se a Tua vontade e não a Minha» (Mat., 26, 39).

Dostoyeski, numa das suas novelas, escreve esta bela e lúcida frase: «Tudo é mistério; em todas as coisas está latente um mistério de Deus. Em cada árvore, em cada fiozinho de erva, na corola de cada flor..., no pássaro que canta, tudo é um só e mesmo mistério».

Tal como o amor, a dor é também um mistério. Mas um mistério que aproxima os homens de Deus, segundo aquelas palavras de Goethe: «Quem não regou ainda com as suas lágrimas o bocado de pão que mete à boca, ou não passou noites difíceis, chorando sozinho no seu leito, é porque Te não conhece, Céu bondoso». «Se as coisas te correm mal vem para junto de mim», diz Tomás de Kempis. O homem nasceu para sofrer; «nascer aqui e em corpo mortal, é começar a estar doente», tinha dito Santo Agostinho. A dor engendra na alma uma misteriosa melancolia, que nos faz sentir saudade de outra vida melhor. (Cfr. Marechal, *Esperance a tous ceux qui pleurent*).

«Levanto a minha voz a Deus e clamo...»

É Deus que nós procuramos no fracasso, nas claudicações, nas ingratidões, na falência económica, na traição do amigo. O homem que sofre — e todo o homem sofre e pena —, poderia gravar no seu coração as exclamações do salmista, repassadas de viva esperança: «Levanto a minha voz a Deus e clamo, e Ele me escuta. Procurei Javé no dia da minha tribulação, e as minhas mãos se erguiam para Ele sem descanso, pela manhã e à noite... A minha alma lembra-se de Deus e chora; e o meu coração medita e vive angustiado... Ó Deus, santos são os Teus caminhos! Qual Deus é tão grande como o nosso Deus? Tu és o Deus que opera maravilhas» (Ps., 77, 2-4, 14-15).

Os autores sagrados compuseram igualmente consoladoras orações para o tempo do sofrimento. Isto indica que a prece foi o principal meio de consolação tanto para o povo de Israel como para a primitiva igreja. O após-

tolo S. Tiago exorta deste modo os fiéis: «Está alguém aflito entre vós? Faça oração» (5, 13). As religiões do antigo paganismo estavam dominadas pela ideia do destino, o qual, como força cega e inexorável, oprime os homens e os deuses. Os salmos elegíacos, e também, as outras elegias da Bíblia, têm por fundamento a confiança em Deus, que regula os destinos dos homens, permite e causa as feridas, e, ao mesmo tempo, dá o bálsamo que suaviza e cura.

Prescindindo das orações da Bíblia, como é grande a consolação que experimentam os que sofrem, com a simples leitura do Texto Sagrado! Basta abrir a Bíblia e ler o discurso da última ceia de Jesus, que é a sua grande oração sacerdotal: «Deixo-vos a minha paz, dou-vos a minha paz; não vo-la dou à maneira do mundo. Não se perturbe nem intimide o vosso coração». (Jo., 14, 27). Se se medita com compaixão na agonia de Jesus no Horto das Oliveiras, no Pretório de Pilatos, as Páginas Sagradas convertem-se em caudalosas fontes de alívio e consolo. A oração é um direito inalienável do homem; a oração feita em nome de Jesus é o precioso privilégio dos seus discípulos. Aquele que dedica a sua vida ao trabalho é ouvido com particular benevolência: «Uma só oração de quem põe em prática o mandato de ganhar o pão com o suor do seu rosto é mais depressa atendida que centenas de preces daqueles que se esqueceram deste mandato», diz Santo Agostinho. Aquele que cumpre a sua lide diária com perfeição, fazendo-se violência dia a dia, hora a hora, como servo fiel de Deus, segundo o seu plano divino, imprime à sua vida o mais alto sentido e mais nobre finalidade. Consagrar-se assiduamente a uma constante fidelidade a estes insignificantes deveres, vencer a cada instante a preguiça e a sensualidade por amor de Deus, eis o espírito do sacrifício cristão: tomar aos ombros a cruz de Cristo e, com Ele, caminhar pela senda dos heróis. Tal vitória sobre os seus sofrimentos representa para o homem a fonte de consolação, que brota eternamente fresca, pois, participando das dores de Cristo,

terá parte com Ele no reino da sua glória e encontrará a paz.

Mas é da caridade praticada pelos actos de misericórdia espiritual e corporal que a consolação jorra com mais abundância. É isto que os profetas e os sábios de Israel recomendam com insistência: «Ser grato a Deus é oferecer a flor da farinha; e praticar a esmola é oferecer sacrifício de louvor» (Ecl., 35, 4).. O que se sente atribulado e se entrega a praticar actos de caridade, esse sublima e domina plenamente o sofrimento.

Fome de alegria

A Bíblia, além de ser o livro da Providência, da confiança em Deus e da vitória sobre a dor, é também o livro da alegria, do gozo sereno e beatífico. A nossa época procura inventar cada dia novos meios de refinada felicidade; o homem trabalha por eliminar da sua vida o sofrimento, as angústias e as penas; a civilização moderna procura raivosamente «um areal onde a dor não exista — diz Saitschick — e no meio do qual se oiçam os murmúrios cantantes de uma fonte de delícias»; contudo, a filosofia, a literatura, a sociologia, em todas as suas manifestações, afirmam, à compita, que, apesar dos progressos técnicos, do embelezamento da existência, do aumento de novos prazeres, a civilização moderna não satisfaz o homem, nem enche o infinito vazio da sua alma, cumprindo-se à risca as palavras de Byron «que hoje tudo é feliz menos o espírito do homem».

Nunca como hoje se verificou tanta falta de alegria nas almas; mesmo quando se entregam a paródias e folguedos loucos, falta-lhes a verdadeira e genuína alegria. «E muitos e muitas que gastaram demasiado cedo a sua vida, vendo cair as folhas, exclamam como outrora Jônatas, o arrogante e belo filho de Saúl, primeiro rei de Israel: «apenas provei um bocado de mel que estava no extremo da vara, e eis que tenho de morrer» (I Sam., 14, 43). É essa a tristeza de todos aqueles que sabem, por dolorosa experiência, tudo o que a vida lhes pode dar e que vêm esvaír-se, nas obras do tempo, os seus mais belos sonhos.

Louvores à alegria

O douto Von Kepler, no seu maravilhoso livro *Mais alegria*, analisa com ampla e profunda visão das coisas, o grande valor individual e social da alegria; são dignos de nota os capítulos intitulados: *a alegria e a época actual; modernos destruidores da alegria; excessivos prazeres e pouca alegria; alegria e juventude*. Recomendo aos meus leitores a leitura atenta deste precioso livro para que possam sentir no seu coração a realidade daquela exclamação de Raynal: «Existirei para obedecer à voz da natureza; pensarei para conhecer a verdade; sentirei para amar a virtude. Abrirei o meu coração todas as manhãs à alegria de sentir que existo e posso exercitar-me em fazer o bem; dormirei pela noite, com a satisfação de ter vivido na inocência e trabalharei no dia seguinte em fazer aquele bem que não pude fazer na véspera. Gozarei de todos os bens da vida sem orgulho e sem justiça; saberei privar-me das coisas que não tenho sem me arrelhar nem murmurar. Ó Verdade, sê tu a luz da minha mente! Ó virtude, sê tu o único alimento do meu espírito! Ó beneficência, ó amor, ó amizade, sêde toda a ocupação da minha vida!

A história da literatura moderna exhibe um sem número de inimigos da alegria e de profetas da melancolia e do pessimismo, que foi alcançando celebridade a partir de Leopardi, «o cisne negro de Racanati», até Schopenhauer, Nietzsche e seus tenebrosos imitadores.

Em pleno século XVIII, um frade capuchinho iniciou a nova empresa de defender a alegria dos rigores jansenistas que enchia de sombras a vida religiosa e a existência inteira. Chamava-se Ambrósio de Languedoc (França); o seu trabalho intitulado *A alegria da alma* é digno de ler-se. É dele este louvor feito à alegria:

«É proveitosa para a virtude, para os negócios temporais e para a sociedade; numa palavra, para todo o bem... Se possuis a alegria, a tua inspiração será mais fecunda, a tua imaginação mais viva, o teu coração mais

satisfeito, as tuas aspirações mais elevadas, o teu trato mais agradável, a tua saúde mais firme, a tua piedade mais delicada e a tua virtude mais heróica...».

Assim como Goethe chama à alegria a mãe de todas as virtudes, Faber (religioso inglês, falecido em 1863, que muito lutou para banir o pessimismo dos seus compatriotas) diz que a alegria é o ambiente de todas as virtudes heróicas. «Diz-se que no nosso planeta houve uma época na qual, em virtude das grandes quantidades de ácido carbónico espalhadas na atmosfera, a vegetação era exuberante, rápida e gigantesca. O mesmo sucede na vida espiritual, quando tudo transpira santa e serena alegria».

A alegria que os Livros Santos tanto encarecem, não é a alegria do mundo. Os filhos deste mundo passam o tempo em divagações e prazeres, que depois de sentidos causam tédio... Goethe, que conheceu bem o que era o prazer, escreve: «Entregam-se a doidas correrias como que possuídos do espírito diabólico e chamam a isto concupiscência da carne e soberba da vida, e ao fim, como diz Frederico Schiller, *não conhecem nada da autêntica felicidade*».

Leia-se a dolorosa experiência e a confissão desoladora do homem que teve ao seu alcance os meios mais refinados de prazer, desse gozo intenso por que suspiram os homens: «Fui grande, maior que todos os que antes de mim foram em Jerusalém, conservando a minha ciência. E não recusei aos meus olhos coisa alguma de tudo o que eles desejaram; nem proibi ao meu coração que gozasse de todo o prazer, e se deleitasse nas coisas que eu lhe tinha preparado; e julguei que esta seria a minha sorte, o desfrutar do meu trabalho. Depois reflectindo em todas as obras que as minhas mãos tinham feito e nos trabalhos em que eu debalde tinha suado, vi em tudo vaidade e aflição de espírito e que nada havia estável debaixo do sol» (Ecles., 2, 10 ss.).

A fome de alegria da alma imortal não pode ser satisfeita com os prazeres materiais. As próprias artes não são suficientes para acalmar o espírito. No fim, sobrevém

sempre a insatisfação: os prazeres, as diversões, os postos privilegiados na política, na economia ou nas ciências, são ténues fiozinhos de água que levam certo repouso aos homens; mas se o fiozinho se extingue, a paz também desaparece. Aquele que procurar a autêntica alegria, a paz estável, deve primeiramente enterrar os seus ídolos, e então terá a paz verdadeira que lhe vem de Deus.

Motivos lícitos de alegria

Os livros sagrados — palavra ditada pelo coração de Deus ao coração dos homens —, não condena, como maus, os motivos naturais da alegria: «Jovem, regozija-te na tua mocidade, que o teu coração te proporcione alegria nos dias da tua juventude. Caminha, segundo os ditames do teu coração e segundo o movimento dos teus olhos; mas sabe, que de tudo isso darás contas a Deus» (Ecl., 11, 9). É coisa lícita e digna aproveitarmo-nos dos bens que Deus colocou à nossa disposição, sempre que nos conservemos nos limites que requer e exige a dignidade humana. O sábio exclama: «Deus faz crescer a erva para os rebanhos, e as plantas para o serviço do homem; faz brotar do seio da terra o pão que nutre, e o vinho que alegria o coração do homem» (Prov., 104, 14-15). «O vinho e a música recreiam o coração, mas o afecto do amigo excede ambas estas coisas» (Ecles., 40, 20). «O vinho bebido com sobriedade é uma segunda vida para os homens» (Ecles., 31, 32). «Come com alegria o teu pão e bebe o teu vinho com o coração alegre» (Ecles., 9, 7).

Isto quer dizer que todos os bens da terra e do céu pertencem ao cristão. Tudo o que tem valor natural é dom de Deus. Entre os motivos naturais da alegria, estão, em primeiro lugar, aqueles que nascem da natureza, como obra maravilhosa e portentosa de Deus; o mundo todo é iluminado por Ele e tudo fala do Seu poder, da Sua sabedoria, da Sua beleza; o mundo inteiro é um hino de louvor em honra do Todo-Poderoso, uma verdadeira har-

monia de vozes e sons multiformes, na qual o homem eleva também o seu grito num canto jubiloso e pacífico: «Louvai a Deus no Seu santuário; louvai-O no firmamento da Sua majestade; louvai-O pelos Seus feitos; louvai-O pela munificência da Sua grandeza; louvai-O ao som de trombetas... Tudo quanto respira louve a Deus! (Ps., 150, 1 e ss.).

Desta concepção do mundo, nasce toda a poesia dos antigos povos e é nisto que o homem moderno tem de fundamentar a sua alegria, no meio dos acontecimentos quotidianos. Ninguém, como o cristão, tem direito a ser alegre, porque ninguém como ele compreende que Deus está presente nas árvores, nos pássaros, no mundo orgânico e inorgânico, em todas as criaturas e, por isso, a sua alegria tem necessariamente de se distinguir da alegria dos mundanos que se divertem louca e insaciavelmente. Disse-o Jesus: «Dou-vos a minha paz, deixo-vos a minha paz, mas não vo-la dou como o mundo a dá» (Jo. 14, 27).

Só o cristão tem direito a esta autêntica e beatífica alegria, porque ninguém fora dele resolveu os inquietantes pontos de interrogação que entenebrece o espírito do homem. «Não há dúvida: o homem extraviou-se na aspiração unilateral dirigida ao aperfeiçoamento do exterior e do entendimento, e perdeu-se nos ermos arenosos despídos de toda a vegetação. Uma civilização que somente penetra no cérebro e não no fundo do coração e da alma, uma civilização que unicamente aperfeiçoa e exalta os sentimentos inferiores, é uma civilização sem alegrias, porque não pode satisfazer nem fazer feliz o homem interior».

Vivemos numa época raquítica ou pletórica de alegria? O optimista que isto se atrevesse a afirmar seria um indesejável e, com certeza, bem poucos acreditariam nele. Porque a característica da nossa época, o rasgo fundamental da vida popular — apesar da fanfarra externa e do sorriso na flor dos lábios — é a tristeza em todas as faces e uma ausência de alegria que leva ao desespero.

A civilização não dá alegria verdadeira

Rodolfo Eucken, um dos mais sérios e nobres filósofos modernos, considera evidente a insuficiência de toda a cultura meramente natural; isto é, a que prescinde dos valores sobrenaturais e da crença na outra vida. «Tal civilização enche a vida de vigorosos contrastes. O homem decide apartar-se da frialdade de um mundo sem alma e reconcentrar-se em si mesmo, para depois se transladar da estreiteza e do pesadelo da condição humana para a espaçosa grandeza do universo». Eucken pinta a civilização moderna como um simples progresso humano e material, sem a cultura legítima do espírito, e põe em relevo a sua completa inutilidade na escala dos valores transcendentais e perduráveis.

«Uma engrenagem imensa, uma agitação e uma pressa incessantes, um apaixonado afã de se engrandecer, uma tenaz competência para se sobrepor uns aos outros; nada de assuntos da alma e de esforços internos; já se não vê o fervor puro e a verdadeira caridade, mas faustoso palavriado; o egoísmo a imperar mesmo nos trabalhos mais sérios; o homem com as suas miras interesseiras e a sua veleidade, juiz supremo do mal e do bem, do verdadeiro e do falso, descambando no exagerado desejo de alcançar a estima dos outros e de salvar as aparências: tudo isto, com a pretensão exterior de belos ideais e o fingimento de elevados sentimentos, produz a falta de veracidade, a hipocrisia, o anquilosamento intelectual e o vazio da alma».

Esta confissão do filósofo Eucken não pode ser mais exacta. Na verdade, o egoísmo, a hipocrisia, as aparências, a ânsia do bem estar material, são o movel das acções dos homens do nosso tempo! E qual é o resultado de toda esta engrenagem? O desespero, a falta de paz, que muitas vezes leva ao suicídio. O engenhoso Salvation Remy inventou a mais moderna forma de previsão social: estabeleceu nas principais cidades (Londres, Berlim, Melbourne, Nova Iorque, Chicago, São Francisco, Los Ange-

les) oficinas contra o suicídio, para aconselhar e converter os desesperados.

E outra coisa não se pode esperar, quando não há uma meta clara e definida; quando o caminho está envolto em trevas e se carece da luz para as dissipar.

Isto, porém, sucede deste modo por vontade dos indivíduos; porque há perto de dois mil anos Cristo nos ensinou muitas coisas, e lançou entre os homens uma série de abençoados paradoxos, que são luz para os de coração puro e escândalo para os néscios.

Infelizmente esta arripiante afirmação de Ruskin é muito verdadeira: «Em toda parte a estrepitosa alegria está unida a uma muda desesperação!»! E eu não sou pessimista nem desmancha-prazeres; cansei-me de repetir anteriormente que ninguém como o cristão tem direito a divertir-se, a gozar os encantos da Natureza, obra maravilhosa saída das mãos do Criador...; mas, é necessário sermos sinceros, verdadeiros para com nós próprios e para com o ambiente que nos rodeia. Grande parte da sociedade das grandes nações da Europa enveredou loucamente pelo caminho das festas mundanas, dos passatempos, dos prazeres do jogo, para desse modo camuflar o incomensurável vazio do seu espírito e a inutilidade da sua vida insípida.

«Grande parte da expansão e, nomeadamente, do bom humor deste mundo, não serve para as pessoas de idade madura a não ser para as fazer esquecer por algumas horas aquilo que de outro modo não poderia suportar, que noutros momentos as enche de profunda tristeza e mesmo de desespero. Vivem disso os teatros, os cinemas, as salas de concertos e outros lugares de recreio; não é, pois, sómente o imoderado desejo de prazeres nem o sentimento da arte que os mantém abertos. Um dos verdadeiros motivos que também arrasta os homens a procurar o bulício é o medo de se encontrarem sòzinhos com os seus pensamentos.

O desporto, as excursões domingueiras às montanhas, ao rio, às praias, ao cinema, ao teatro, são passatempos

dignos que acalmam os nervos e tonificam o organismo; porém, quando de tudo isto se faz, não um meio, mas um fim absoluto e total, então sobrevém a desordem, e com ela o fastio, a insatisfação.

A verdadeira alegria segundo a Bíblia

Em todas as suas páginas, a Bíblia exalta a felicidade do homem alegre: «Todos os dias do homem que vive aflito são maus, mas o coração contente é uma festa contínua» (Prov., 15, 15). «Um coração alegre é uma excelente medicina; um espírito abatido seca os próprios ossos» (Prov. 18, 22). «A alegria do coração é a vida do homem, e a alegria do homem traz-lhe longevidade, existência longa» (Ecles. 30, 22). «Justos, alegrai-vos no Senhor e vivei contentes; prorrompei em gritos de alegria, todos os que tendes o coração recto (Ps. 32, 11); servi a Deus com satisfação, e vinde à sua presença com alegria. Foi Ele quem nos fez e a Ele pertencemos; nós somos o seu povo e o rebanho dos seus prados» (Ps. 100, 1-3).

Estas definições lhanas e simples mostram como a Bíblia dá valor e define a verdadeira alegria. Esta consiste em nos sentirmos no mundo criaturas de Deus, ligados pelos mesmos direitos e pelas mesmas obrigações diante do Pai comum, do qual procede toda a vida; a verdadeira alegria consiste em usar das coisas, das descobertas e progressos técnicos, como revérberos da sabedoria, do poder e da beleza de Deus. A nossa atitude diante dos meios de prazer e de diversão, que Deus colocou ao nosso alcance, há-de ser esta: usar deles de tal modo que vejamos neles um reflexo do rosto de Deus. O mundo para o cristão é isto: um sinal da passagem de Deus, que nele deixou os vestígios dos seus infinitos atributos. O mundo está cheio de Deus; os homens prescrutam a Deus na natureza e na história; e a consciência desta presença divina na alma, em estreita amizade com Deus, conduz o espírito à felicidade, à paz dura-

doira, independentemente das circunstâncias externas. Mas, para que isto possa ser assim, é preciso saber soletrar no grande livro das criaturas o nome radioso do Criador; o que só se conseguirá se formos humildes e de coração puro.

Na sua *Apologia do Cristianismo*, Weis escreve: «O mundo deu sempre em dizer que a vida do Cristianismo é uma vida triste e aborrecida. Já os primitivos cristãos tiveram de suportar esta acusação, lançada pelos que apenas conheciam a sua conduta por referências. Os que pensam desse modo, não sabem o que significa o verdadeiro cristianismo, praticado com seriedade. De contrário, compreenderiam melhor a origem desta vida alegre, a infantil jovialidade, o ânimo franco e sereno que distingue todas as esferas cristãs e todas as épocas da história onde singularmente predomina a fé».

Mesmo nos tempos actuais — tempos de compreensão e de fingida coexistência —, trilhando a esteira do nihilista e lunático Nietzsche, acusa-se o Cristianismo de destruidor da alegria. «Um Crucificado, formoso Deus de alegria», exclamam. É certo que a Cruz, com as suas linhas rígidas e duras, o madeiro despojado e frio, com dois troncos nus a fingir de braços, à primeira vista, parece ser um símbolo de tristeza e de desconsolo. S. Paulo, enfrentando a oposição do seu tempo à pregação evangélica, afirmava: «Nós pregamos a Jesus Cristo, estultícia para os gentios e escândalo para os judeus...» (I Cor. 11 23-24). Aqui está o profundo e insondável mistério cristão; uma cruz fonte de felicidade, de gozo sempiterno; porém, só o é para aqueles que dobram humildemente a sua razão engrandecida e se submetem humildemente, com a simplicidade de uma criança, aos incompreensíveis postulados da fé; a razão tem os seus limites, e há uma linha divisória entre o que pode ser percebido pela razão e o que unicamente pode ser captado pela luz da fé, fundada na autoridade de Outrém que conhece a existência desse mundo de verdades incompreensíveis para o contingente e falível entendimento do homem.

Afirmação exacta de Carmen Laforet

A Cruz de Cristo converteu-se num perene manancial de água de vida e em potente facho de luz. É certo que para o cristão a norma de vida é grave e dura; mas assim como ao lado da Arca da Aliança e das tábuas da Lei, rigorosa e exigente, se encontrava a ânfora com o confortável maná, assim na Igreja, ao lado das obrigações impostas por Cristo a todos os que desejam participar nos bens do Seu reino, estão os Sacramentos, fontes inexauríveis de força e de consolação; está a Hóstia Sacrossanta, alimento permanente para o homem desfalecido e atribulado; estão as incontáveis graças invisíveis, mas eficazes, graças que robustecem e alegam as almas. Carmem Laforet, autora da *Mulher Nova*, onde faz a apologia dos imensos valores contidos na luz de uma vida reconstruída em Deus, afirma que o Cristianismo vivido a intermitências é uma tortura, mas vivido através dos sacramentos, é a coisa mais bela que pode existir. Os homens, engolfados nos seus negócios temporais, não podem compreender a alegria sincera de um cristão nem o imenso gozo dos santos.

Contudo, as alegrias dos autênticos e sinceros cristãos são valores efectivos, reais, os únicos que podem explicar o facto de ser cem vezes maior o número de homens felizes dentro do cristianismo que noutros sectores da sociedade, para os quais o prazer e o gozo são os fins absolutos da vida. Em muitas sepulturas, exteriormente brilhantes e limpas, se poderia colocar o epitáfio do poeta alemão que escreveu: «Teve muita fortuna durante a vida, mas nunca encontrou a felicidade» (Dingesstedt).

A placidez inalterável dos santos, dos homens excepcionais na virtude e dos simples cristãos que vivem conscientemente a sua Religião, não é mais que o clarão da sua fé simples, da sua piedade sincera, da sua íntima proibidade. Abençoados sejam esses homens, essas lumieiras de olhos serenos, bondosos, corações de oiro, esses benfeitores da sociedade. Se este número fosse cem mil vezes

maior estaria resolvido o problema da alegria. Como aumentar esse número? Cumprindo as palavras de Cristo: «Buscai primeiro o reino de Deus e a sua justiça, e todas as outras coisas vos serão dadas por acréscimo» (Mat., 6, 33).

A Bíblia fala-nos da alegria para os tempos da dor, dessa alegria que é paz e amor. Quando se sente vivamente a presença de Deus, a alegria íntima que se experimenta é um contrapeso para todos os sofrimentos. A época em que vivemos não é a mais propícia para a serenidade e tranquilidade de espírito. As almas vivem numa contínua tensão e num renovado sobressalto. Os verdadeiros cristãos vivem no meio de um ambiente hostil e perverso, em que é uma verdadeira heroicidade conservar sempre um comportamento digno e honesto. Não são dores somente os sofrimentos materiais e morais, as perseguições e os cárceres, mas também a indiferença religiosa e a descarada hostilidade em que o cristão se vê envolvido ao manifestar a sua fé. Num mundo materialista e materializado, o cristão autêntico é um habitante anaerónico, desambientado e atrasado. Por isso, o sofrimento há-de alagar necessariamente a sua alma boa; mas não se perturba, porque sentindo-se unido a Deus, na paz do seu reino, a sua alma enche-se de íntimo e tranquilo gozo. Foi assim que o velho Eleazar, no meio do seu martírio se deixou morrer com um sorriso nos lábios, para cumprir a lei de Deus, dizendo: «O Senhor Santíssimo viu bem que, podendo libertar-me da morte, prefiro entregar o meu corpo aos açoites; mas a minha alma sofre-os com alegria pelo temor de Deus». Assim se finou a sua vida, diz o cronista, deixando a todos os da sua nação um exemplo de nobreza e uma lembrança de virtude» (II Mac., 6, 30-31).

As promessas do Mestre

As palavras do Divino Mestre encontraram sempre formidável ressonância, de maneira particular no nosso

tempo, feito de ódios, de satânica hostilidade, de surda e constante perseguição. «Bem-aventurados os que sofrem perseguição pela justiça, porque deles é o reino dos céus. Felizes de vós, quando vos perseguirem e disserem todo o mal contra vós por causa do meu nome: alegrai-vos e exultai, porque será grande a vossa recompensa» (Mat., 5, 10-11).

S. Paulo rejubila no meio das suas dores, sente-se feliz nas suas tribulações e exclama: «Estou cheio de consolação, transbordo de alegria em todas as minhas tribulações; (II Cor., 7, 4); «nem a morte, nem a vida, nem criatura alguma me poderá separar do amor de Deus» (Id.).

A Bíblia ensina, pois, que, o sofrimento não pode quebrantar interiormente o justo, o qual, mesmo no meio da provação, permanece firme no amor de Deus. Até na noite mais cerrada do espírito, a paz e a alegria brilham na sua alma e no seu rosto. A religião, fonte de amor, de paz e de consolo, dá já neste mundo a sua sanção às almas boas.

De resto, não teriam explicação tantas vidas imoladas alegremente no meio de suplícios que superam a resistência humana; desde o dia em que se cometeu o primeiro pecado, duas forças antagónicas dividem o universo: as forças do mal, do anti-cristo, e as forças do bem, representadas nos homens que seguem a Cristo, ou naqueles que adoram a Deus, apesar da sua ignorância sobre a verdadeira religião.

Estas forças destroem-se mutuamente; a paz do que sofre com serenidade e a certeza do triunfo eterno destroem a eficácia dos tormentos transitórios, que não podem matar a alma nem a esperança de eternidade. Só assim se compreendem os púbilosos hinos dos primeiros cristãos, a energia inquebrantável das virgens, e decisão dos jovens, a alegria dos velhos, no meio dos mais horrosos tormentos. É também esta força que dá coragem aos mártires modernos que sofrem e morrem para além da cortina de ferro ou de bambú, por confessarem a Jesus

Cristo. E não o esqueçamos: Nós, os cristãos, vivemos hoje os tempos das catacumbas, talvez mais obscuras ainda que as primitivas, mas também mais gloriosos, porque a força de Deus é tanto maior quanto maior é o perigo que se tem de vencer.

Jesus, antes de deixar esta terra, prometeu-nos perseguições, mas prometeu-nos também a paz e a alegria no meio delas. A Cruz de Cristo, na qual um herói morre e triunfa, converte-se numa fonte primacial de alegria. A cruz é sinal de vitória e, conseguintemente, de alegria... O madeiro da cruz transforma-se na árvore da vida, cuja força é inexgotável. Está aqui o segredo da nossa dor e do nosso gozo.

Tudo está bem e é formoso

Optimismo é a palavra mais repetida, mesmo por aqueles que não entendem o seu significado. Diante da dor que nos oprime a alma, ou do porvir sombrio motivado pela escassês de meios económicos; perante a injustiça do inimigo, ou a ingratidão do amigo, dizem-nos carinhosa e invariavelmente: é preciso ser optimistas. O conselho é certamente admirável, e nele vão incluídos toda essa indefinida gama de sentimentos e atitudes que o homem deve tomar nos momentos cruciantes da vida: valentia, decisão, serenidade, paciência, aquilíbrio.

O optimismo perdurável nasce da fé em Deus e da confiança em si mesmo. A fé infunde nas nossas almas um optimismo inquebrantável e constante, no meio das múltiplas vicissitudes da nossa existência. Este optimismo — que às vezes chega a ser sublime e heróico — tem o seu manancial e o seu ponto de apoio em Deus.

Deus é a central eléctrica; a fé, o cabo que une essa central ao foco do nosso coração. A fé dá o vigor e comunica energias novas à nossa vida; sem a fé, tudo é treva, noite fechada, incerteza e amargura sombria.

O pessimismo, que é a cerração dos horizontes e o estancamento da nossa actividade espiritual, conduz à desesperação, e esta desemboca na filosofia existencialista, brutal e devassa, de Sartre; quando falta a fé, e, portanto, o optimismo e a esperança, torna-se necessário aproveitar, ao máximo, o prazer que podem proporcionar as criaturas. A seguinte página de Joergensen, convertido ao catolicismo, do seu livro *O Nada e a Vida*, é o retrato

vivo dos existencialistas e dos que perderam a esperança: «Os que nos prometeram alegria, enganaram-nos; como o poderão negar? Não faltam falsos acusadores, ao longo dos caminhos, cuja mão agonizante apertou a ampola do veneno ou o gatilho dum revólver... Oíço uma voz, a de Heine: Deixemos o céu para os pardais e para os anjos. Quanto a nós, queremos champanhe, rosas e a dança de ninfas sorridentes... Para o que não tem com que pagar o vinho, nem as rosas, nem as ninfas, o melhor remédio é afastar-se um pouco —, o bastante para não perturbar a alegria dos outros — e encostar aos seus ouvidos o cano da pistola. Um homem que se vai, é um átomo a menos».

É este o fim horripilante dos homens valentes na aparência, mas que, no íntimo do seu espírito, levam a tara de um coração insatisfeito e desgraçado, duma inteligência sem luz orientadora que acalme e quiete as dúvidas acabrunhantes.

O optimismo dá ao crente a certeza de que tudo o que existe sobre a Terra é bom para a Humanidade. O que é preciso é ter fé em Deus e nos homens, e crer que a vida tem um sentido e uma finalidade, e que Deus guia e governa o mundo.

A Religião é a arca do refúgio

Os Livros Sagrados ensinam-nos que Deus criou o mundo e dirige a Humanidade para um fim por Ele preestabelecido; dizem-nos que Cristo trouxe ao mundo a esplendorosa mensagem de salvação; os valores da Redenção de Cristo são transmitidos aos homens, através da Igreja. Por isso, não tem escusa de espécie alguma aquele que fecha os seus olhos para não ver a luz; agir assim é condenar-se na sua própria incredulidade; a Igreja, por meio dos seus sacerdotes, é a tocha sempre acesa a fim de que os homens se possam esclarecer com os seus resplendores. Não se admitem desculpas infantis. Se aquele que sustenta e oferece a luz está ele próprio

em trevas, a sua responsabilidade será maior e mais terrível, mas a luz continua a brilhar e aceitá-la é sempre uma obrigação.

Quando pregado na cruz, Jesus atraiu para Si todas as coisas. E quando após a Ressurreição sobe para a dextra de Deus Pai, deixa ao mundo a última prova de optimismo: «Todo o poder me foi dado na terra e no céu. Ide, pois, ensinai a todas as gentes, baptizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a observar tudo quanto vos tenho mandado. Eu estarei convosco todos os dias até à consumação dos séculos» (Mat., 28, 18-20). Está aqui o optimismo mais sólido, e a afirmação mais completa da vida.

Ao enviar os seus Apóstolos por todo o mundo a anunciar aos homens a mensagem salvadora, Cristo infunde-lhes um optimismo pacífico, suave e seguro. Se no seu discurso de despedida fala de lágrimas e de dores, também anuncia a paz, a alegria e a confiança: «Deixei o Pai e vim ao mundo; de novo deixo o mundo e vou para o Pai... Eis que é chegada a hora em que vos dispersareis cada um pelo seu lado e deixar-me-eis só, porque o Pai está comigo; Disse-vos isto para que tenhais paz em mim; no mundo havereis de ter tribulações, mas tende confiança, eu venci o mundo» (Jo., 16, 33).

Com esta gloriosa herança de optimismo, os Apóstolos renovaram a face da terra. O filósofo alemão, Eucken, comenta deste modo o grande valor do optimismo legado por Cristo: «Jesus, com a sua luminosa e esperançadora palavra, regenerou a humanidade fatigada e exausta, fazendo-lhe conhecer as excelsas realidades da vida; impôs aos homens novos deveres, encheu-os de novas esperanças e de um glorioso destino. Sobre o imenso e sombrio oceano de pecados que se vai avolumando no tempo, a religião é a arca do refúgio, e, como no antigo episódio do arco-íris, somente a cruz se ergue em sinal perene de reconciliação.

Para defender o rico património legado por Cristo

à Humanidade, os homens têm de viver em perpétua vigília, de pé e com a espada desembainhada, prontos para o sacrifício, como os antigos hebreus antes de iniciarem a sua caminhada para a Terra da Promissão.

Luta pela verdade até à morte

Van der Meersch, romancista francês, no seu romance *Corpos e Almas*, descreveu prodigiosamente o estado de luta e de optimismo que o homem deve manter no meio de um mundo hostil. Domberlé, médico crente, um dos personagens desse livro profundamente humano, escreve ao seu discípulo Michel que se esforce por seguir o seu caminho, apesar dos risos malévolos dos companheiros: «luta pela verdade até à morte e Deus Nosso Senhor combaterá por ti»; «Sucedea o que suceder, a luta pela verdade merece todos os sacrifícios. Ser chamado a divulgá-la, não é um maravilhoso destino? Que obra de caridade se lhe poderia igualar? O bem que se faz aos homens é passageiro. As verdades que se lhes lega são eternas, disse Cuvier. Cristo disse também que tinha vindo à «terra para proclamar a verdade».

Noutra carta, o velho médico exprime a sua fé em Deus, na verdade e na vida. «O teu comportamento é impoluto, Michel. Trilhas o bom caminho e possuis a verdade e a vida. Sofrer para os seus semelhantes, ensinar-lhes o caminho da verdade e expiar por eles, é a única ordem existente... O mesmo é estar só, provocar injúrias e sarcasmos, passar por louco, viver duramente da sua profissão, deixar-se roubar por aqueles a quem levamos o benefício da cura..., estar a par das traições, das ingratidões, das dúvidas, das lágrimas, das agonias. Sustentar-se com pouco, sofrer sem buscar os remédios para si mesmo, para atender aos outros e ser apostrofado: «Amaldiçoado de uma vez a Deus e morre». Esta é a vida, esta é a ordem. Tudo está bem e é formoso. Isto é viver, é levar a cabo a missão da verdade. Bendito seja o nome do Se-

nhor. E mesmo que Deus me enviasse a morte, não tiraria d'Ele a minha esperança. Lê outra vez a Job, Michel».

Quantas vidas jovens encontrariam o equilíbrio sereno na sua vida se soubessem pôr em prática estes conselhos optimistas do médico crente de *Corpos e Almas*.

«...E todas as outras coisas vos serão dadas por acréscimo»

O optimismo que a Bíblia nos ensina tem a Deus por fim e o seu reino: «Buscai primeiramente o reino de Deus e a sua justiça e todas as outras coisas vos serão dadas por acréscimo» (Mat., 6, 33). Há no Evangelho uma expressão de Cristo, que é suficiente para dar valor e consciência à nossa vida: «Uma só coisa é necessária» (Luc., 10, 42): conquistar o reino de Deus. O próprio Jesus nos dá a palavra de ordem: o combate, o estado perpétuamente agónico da nossa existência: Não vim trazer a paz mas o gládio. A atitude moral de todo o homem, no decurso desta luta constante, deve constituir o centro primordial da sua vida. A ideia que domina toda a Bíblia e a fé na força do bem dentro da humanidade, e, apesar de todos os obstáculos provenientes de homens diabólicos e pervertidos, este bem há-de triunfar um dia. Desde os começos da história humana, a vitória do reino de Deus está prometida na vitória que Cristo há-de alcançar no fim dos tempos. Os cristãos têm grandes e esplêndidas promessas a alentá-los no meio das perseguições, do ódio satânico e de toda a espécie de escárnios. Os homens podem continuar a cometer os seus pecados, as suas blasfémias e sacrilégios: Deus vê tudo isso e sorri, porque há um sorriso de Deus mais terrível que a sua cólera: é o sorriso do amor desprezado... Só o cristão pode contemplar impassível e cheio de optimismo os acontecimentos, pois ninguém como ele conhece as infalíveis promessas do triunfo.

«Numa das novelas de Tolstoi, Sevine, que acaba de celebrar os seus esponsais, caminha pelas ruas da cidade e acha tudo belo e admirável; o céu é mais belo, os pássaros cantam melhor, o velho porteiro olha-o com singular ternura. Mas, neste dia, Sevine teria sido igualmente feliz em qualquer cidade. Teria visto pessoas e coisas completamente diferentes e também as teria achado admiráveis. Consigo leva a luz que lhe faz ser tudo belo e esta luz é a essência da sua felicidade» (André Maurois, *Sentimentos e Costumes*).

A paz, fonte perene de optimismo

O optimismo é uma luz que esclarece, que sublima e transfigura, como um novo monte Tabor, a vida e as coisas. Já disse que a ideia que domina toda a Bíblia é a ideia do bem dentro da Humanidade.

Este bem, que constitui a fonte perene do optimismo, é a paz que provém da justiça e do amor, que vence o pessimismo e o egoísmo. O amor é a alma do reino de Deus, e, portanto, o princípio que orienta a existência humana.

A paz política entre os povos supõe em cada um a paz social. Segundo a Bíblia, esta paz existe onde existe o amor e a justiça. Só este mandamento «amarás ao próximo como a ti mesmo» pode levar a paz aos povos que se degladiam ferozmente em defesa dos mais elementares princípios de liberdade e de justiça. Tal é o optimismo moral e social, fundado na fé em Deus e nos homens.

Dando-nos a certeza e a segurança do futuro, o optimismo da Bíblia consola nos momentos difíceis e imprime força e valor para os superar. A crença firme na economia moral do universo e no triunfo do bem é necessária para a acção. Um exército que não confia na vitória é um exército vencido antes de entrar na batalha. O pessimismo é mensageiro da tristeza; paraliza toda a acção.

e todo o gesto generoso e nobre, «pois a tristeza, segundo o mundo, leva-nos à morte» (II Cor., 7, 10).

Jesus deu-nos o fundamento do nosso optimismo e da nossa alegria; a paz, não uma paz serena e suave, mas sim obtida à custa de porfiados esforços: «Eis que chega a hora, e já é chegada, em que cada um se dispersará para o seu lado e a mim me deixareis só; mas não estou só, porque meu Pai está comigo. Digo-vos estas coisas para que tenhais a paz em mim; no mundo havereis de ter tribulação, mas tende confiança, eu venci o mundo» (Jo., 16, 32-33).

Promessas de imortalidade

Resta-nos ainda um capítulo muito importante e sempre actual, sobretudo nos nossos dias, em que os homens parecem fruir diabólicas delícias na imolação dos seus talentos ao serviço da discórdia e do aniquilamento. É o capítulo a que dou o título: «Promessas de imortalidade».

Uma recente literatura, federada no «Club do sorriso», adoptou como tema dos seus sarcasmos uma verdade séria, tão pavorosa e evidente, como a morte ou os mortos: tais são, entre outros, os livros dos brincalhões Alvaro de Laiglesia e Rafael Azcona: *Só morrem os idiotas* e *Os Mortos não se tocam, Nené*. É para lastimar que dotes tão brilhantes sejam estragados em coisas tão banais; toda a literatura que não seja construtiva, que não eleve, não se pode classificar entre as obras recomendáveis... «Não temas o decreto da morte — diz o Eclesiástico — ; Lembra-te do que existiu antes de ti, e do que virá depois de ti: é um decreto que Deus pronunciou para todos os mortais» (Ecles., 41, 5). «Toda a carne envelhece como o feno, e como as folhas que crescem sobre as árvores verdes. Umhas folhas nascem e outras caem; assim é a geração da carne e do sangue: uma fenece e outra nasce. Toda a obra corruptível virá, enfim, a perecer, e aquele que a fez irá com ela» (Ecl., 14, 18-20).

Exclamação de um desesperado

Escreveu um autor com a raiva de um desesperado: «E nem os mortos podem estar tranquilos sob as flores e as mentiras dos cemitérios». Tão categórica afirmação é falsa e atrevida.

«Deus, escreve o livro da Sabedoria, criou o homem para a imortalidade, e fê-lo à imagem da Sua natureza, mas, pela inveja do demônio, entrou a morte no mundo, e passam por ela todos os que lhe pertencem» (Sab., 2, 23-24). Que o ímpio autor medite esta frase inspirada da Bíblia.

É verdade que todas as sepulturas são encimadas pela cruz, adornadas pelas flores e sobre elas é colocado este epitáfio: «Descansa em paz»; «morreu na paz do Senhor; subiu ao céu». Nelas, porém, uns repousam tranquilos e outros não. Por isso, às vezes, os cemitérios estão cheios de mentiras. As mentiras das sepulturas serão eternas para sempre: sob as loisas que mentem não há paz nem felicidade; há inferno. Porque, sob a mentira de uma morte exemplar, se esconde uma vida cheia de claudicações, de infâmias e remorsos. Deste modo, ali tudo é mentira; até as flores, porque Satanás não é um jardineiro...

Mas também há outros túmulos onde os mortos repousam em paz sob as flores... Dentro, como em todas as tumbas, um esqueleto, pó, nada; porém, sob aquela loisa, igual às outras, há tranquilidade e paz profunda, sempiterna. São os mortos que viveram como desejaram viver e morreram como desejaram morrer. É esta a paz que é a eterna fruição dos mortos que dormem o sono dos justos, sob as verdades e as flores dos cemitérios. Numa tarde fria de Novembro, fui ao campo santo rezar pelos nossos mortos; sobre as suas sepulturas simples, não há flores nem lápides; sabemos, porém, que descansam em paz; vendo outros túmulos adornados com flores e lindas inscrições, recordei-me da frase do autor blasfemo e corrijo-a piedosamente, segundo as palavras da Bíblia: «Só os mortos que morrem na paz do Senhor podem estar tranquilos sob as flores e as verdades dos cemitérios».

Mensagem de imortalidade

A Bíblia transmite a todo o homem, se este humildemente a quiser escutar, uma esperançosa mensagem de

imortalidade: «E sobre a ressurreição dos mortos não tendes lido o que Deus disse, falando convosco? : eu sou o Deus de Abraão, e o Deus de Isaac, e o Deus de Jacob? Ora ele não é Deus de Mortos, mas de vivos» (Mat., 22, 32). Assim proclama Jesus, às turbas maravilhadas e sedentas de consolo, a esperança na imortalidade. Longe de ser o fim, a morte é o começo; só a vida eterna pode matar a nossa sede de vida; a vida moderna não sacia a insatisfação da nossa humanidade. Frederico Sciarca tem uma meditação breve, mas profundamente humana, sobre a fé na morte: «Só o homem entre todos os seres vivos, tem a consciência de que morre. Os outros, não: têm apenas o violento instinto de viver. Isto parece estranho à primeira vista: os animais «não sabem» que morrem e, apesar disso, efectivamente morrem; o homem sabe que morre e, contudo, tem a certeza de que sobreviverá. Mas não é de admirar: a consciência da morte prova a sobrevivência e a imortalidade da alma pessoal. Por isso, não há fé na vida, sem fé na morte. Quando esta falta, a vida parece um paradoxo em carne e osso... O que teme a morte não tem fé e tem medo da própria vida a que está aferrado, não como uma tábua de salvação, mas como uma pedra que o lança ao fundo; e desespera». (Em *Pensamentos e Meditações*).

Jesus deu aos seus esta ditosa certeza: «porque esta é a vontade de meu Pai: que todo o que vê o Filho e crê n'Ele tenha a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último dia» (Jo. 6, 40). Na primeira das suas epístolas S. João comenta, alvoroçado: «O que crê no Filho de Deus tem este testemunho em si mesmo. O que não crê em Deus faz-se embusteiro, porque não acredita no testemunho que Deus nos deu de seu Filho. E o testemunho é que Deus nos deu a *vida eterna e esta vida está no Filho*».

O Novo Testamento está cheio de consoladoras promessas para além da morte, prometendo, como prémio da luta vitoriosa, a herança eterna do Céu (II Cor., 9, 6; II Tim., 4, 6-8). Por isso, o Apocalipse exclama triun-

falmente: «Escreve: bem-aventurados os que morrem no Senhor, para que descansem dos seus trabalhos, pois seguem-nos as suas obras» (Apoc., 14, 13). O mesmo livro, descrevendo a Nova Jerusalém, pátria definitiva e pacífica dos eleitos, tem esta exclamação de alegria: «Vi um céu novo e uma terra nova, porque o primeiro céu e a primeira terra tinham desaparecido; e o mar já não existia... Ouvi uma grande voz, que do trono dizia: Eis o tabernáculo de Deus com os homens e habitará com eles. E eles serão o seu povo e o mesmo Deus com eles será o seu Deus; e Deus enxugará todas as lágrimas dos seus olhos; e não haverá mais morte, nem luto, nem clamor, nem mais dor, porque as primeiras coisas passaram». (Apoc., 21, 1 ss.).

A morte converte-se, portanto, num manancial sossegado de força e de consolação. O problema da dor tem a sua solução perfeita na recompensa que Deus dá ao justo na Sua glória. Nada se faz sem sentido: a angústia, a dor, o sofrimento, enfim, toda a obra saída do coração do homem, tem a sua repercussão triunfal na eternidade. Apenas se requiere uma coisa: morrer unidos a Cristo, princípio de imortalidade: «Eu sou a ressurreição e a vida, diz Ele a Marta, e todo o que vive e crê em mim não morrerá jamais» (Jo. 11, 25-26). Cristo é a cabeça do grande organismo cristão e a sua ressurreição é causa e princípio da nossa, segundo aquela enérgica expressão do Apóstolo: «Se nesta vida somente esperamos em Cristo, somos os mais miseráveis dos homens. Mas Cristo ressuscitou dos mortos, sendo ele as primícias dos que dormem; porque assim como a morte veio por um homem, também por um homem veio a ressurreição dos mortos. E, assim, como todos morreram em Adão, assim também todos serão vivificados em Cristo» (I Cor., 15, 19-23).

Eis aqui a mensagem de esperança e de salvação para um mundo careomido pela dúvida, pela angústia, porque não crê em Cristo, Caminho, Verdade, Ressurreição e Vida.

Meios para um renascimento bíblico entre sacerdotes e fieis

1. — Origem da renovação bíblica

a) **AMBIENTE LITÚRGICO.** — É indiscutível o ressurgimento litúrgico no campo católico. O povo participa mais activa, gostosa e conscienciosamente na Liturgia da Igreja. Isto implica necessariamente um maior conhecimento da Bíblia, já que o livro sagrado constitui a maior parte das lições, orações e antífonas, etc. Principalmente nas missas dos domingos, em que a leitura da Bíblia em língua vulgar encontra a sua função catequística adequada, ressalta claramente a actualidade da Bíblia, o seu significado e a sua importância, integrados no mesmo mistério da história da salvação.

É por isso que as funções litúrgicas, tanto as mais simples como as mais solenes e espectaculares, são uma fonte de informação bíblica, um grande estímulo para a aquisição de um conhecimento mais profundo, consciente e vívido do Texto Sagrado.

b) **AMBIENTE FAMILIAR.** — É no lar, remanso tranquilo e sereno da vida cristã, onde se forjam os homens do futuro, e, nesta formação, o papel a desempenhar pela leitura da Bíblia é sobremaneira preponderante, visto que nenhum livro como a Bíblia pode propôr à criança uma galeria de homens ilustres, tão variada e tão rica, como exemplos de heróicas virtudes, tanto no Antigo como no Novo Testamento.

E, finalmente, nenhum livro como a Sagrada Escritura pode propôr aos homens tão directamente o ideal de perfeição, o destino definitivo e sobrenatural, já que ela é a mesma palavra de Deus revelada aos homens.

Fazendo cada noite a leitura da Bíblia, alternando o Antigo e o Novo Testamento, escolhendo as passagens mais apropriadas à capacidade dos leitores, ou seguindo as surgerências da liturgia dominical, a Bíblia torna-se um meio insubstituível de formação, não somente religiosa, mas também moral e humana.

«Aproveitando o momento mais intenso de união, que é o da oração em comum à tarde, pode-se muito bem fazer uma leitura da Bíblia. Renovando a sua leitura num ambiente de silêncio e de recolhimento, a palavra de Deus tem de penetrar profundamente nas almas. Lida com solenidade e simplicidade no momento da oração, ela mesma se converte numa magnífica oração».

Assim, a criança como o jovem vão entrando progressivamente no conhecimento da história da salvação, e os temas tradicionais do ensino da catequese e da liturgia da Igreja, através dos séculos, passaram a ser mais familiares e inteligíveis, uma vez que são lidos no seu contexto adequado.

e) AMBIENTE PEDAGÓGICO. — Seria sumamente útil e proveitoso passar em revista todos os métodos pedagógicos de educação e de formação, dando à Bíblia, que é a palavra de Deus, sempre oportuna para todas as circunstâncias da vida, um lugar de mais destaque e de merecida primazia e uma função de maior relevo e eficácia.

Os catecismos, admiráveis compêndios de teologia, carecem por completo de intuição e de adaptação pedagógicas. A criança limita-se a repetir umas fórmulas maquinalmente, proferindo quase inconscientemente uns termos esquisitos e umas afirmações cheias de sabedoria, mas que ela não entende nem pode entender. Assim vai o pequenito gastando preciosas energias que poderiam ser

empregadas na assimilação de alimentos mais fáceis de digerir.

«Estes catecismos não seguem de maneira alguma o método do Deus de Israel falando a Moisés desde a Sarça ardente ou desde o Sinai, e muito menos os métodos do Deus de Oseias, segurando a seu filho e ensinando-lhe a andar».

Nada há, contudo, mais oposto à prática da Igreja. Qual foi a obra da Igreja nos seus primórdios, senão educar os fiéis e catecúmenos mediante o ensino da Bíblia?

A Bíblia não deve ser uma colecção de exemplos, como muitas vezes acontece, que vem completar a catequese, mas deve ser a mesma catequese. A Bíblia deve ser a substância das conferências catequísticas devidamente explicada, adaptada e ilustrada

2. — Meios eficazes para um renascimento bíblico

a) A MISSÃO DA UNIVERSIDADE. — O Renascimento perdurável e eficaz tem de se fundamentar forçosamente no ensino universitário. As Universidades devem ser lares e potentes projectores de luz escriturística. Os professores universitários, consagrados de alma e coração ao estudo da Sagrada Escritura, são os que determinam, sob a orientação do Magistério Eclesiástico, os verdadeiros progressos exegéticos, e proporcionam aos professores dos Seminários e Institutos, aos pregadores e divulgadores, a doutrina sã e autêntica, que se deve ensinar aos aspirantes do sacerdócio e aos fiéis.

É, portanto, necessário para um eficaz renascimento bíblico existirem professores e investigadores competentes. É, outrossim, urgente valorizar, em toda a sua capital importância, os estudos bíblicos nos seminários e nas Universidades.

É bom recordar aqui a instrução da Pontifícia Comissão Bíblica aos Senhores Bispos, aos Superiores de

Ordens Religiosas, aos Reitores e Professores de Sagrada Escritura, sobre a maneira de ensinar esta.

Tal instrução tem por fim levar a cabo os desejos e as instruções da encíclica *Divino afflante Spiritu*, a fim de que estas prescrições e orientações do Romano Pontífice se levem a efeito com o máximo cuidado e fidelidade. A Comissão Pontifícia de Estudos Bíblicos houve por bem aplicá-las de um modo especial ao ensino da Bíblia nos Seminários e Colégios religiosos, onde não se pode dar com a mesma amplidão que nas Faculdades de Teologia e nos Institutos especializados.

Depois de uma breve introdução, onde se faz alusão aos esforços de Leão XIII e de outros Pontífices, ordena-se que «nos Seminários e nos colégios religiosos, os estudos de Sagrada Escritura sejam tidos no seu justo apreço, e que as Divinas Letras neles se ensinem de uma maneira adequada à importância desta ciência e às necessidades da nossa época».

A instrução divide-se em três partes: na primeira, trata-se das qualidades que devem adornar o professor de Sagrada Escritura; na segunda, da maneira de ensinar a Sagrada Escritura; na terceira, dão-se algumas normas e conselhos no sentido de se efectivarem as aspirações do Sumo Pontífice e da Comissão Bíblica.

Aos professores de Sagrada Escritura manda-lhes que se entreguem de alma e coração a estes estudos e, para conseguir isto, os prelados deveriam dispensá-los de outros ministérios, embora muito santos e nobres. As explicações na aula devem ser preferentemente doutrinárias, feitos com rigoroso método, sólidas e completas, tendo sempre em vista «subministrar aos alunos tudo o que lhes poderá fazer falta no futuro, tanto no seu trabalho sacerdotal, como na sua santificação pessoal e na salvação das almas que lhes forem confiadas».

Para conseguir isto, o professor escolherá como tema das suas preleções aqueles pontos mais importantes, não segundo o seu gosto pessoal, mas conforme o interesse dos alunos destinados a serem pregadores da divina palavra.

Enquanto à matéria a tratar, a Instrução propõe que se procure dar uma introdução especial, o argumento, o fim, o autor e a data de cada um. Na exegese do Antigo Testamento recomenda que se dêem algumas explicações acerca das origens do género humano.

Com os alunos mais bem dotados, o professor fará estudos especiais, e examinará as homilias dos alunos de teologia. Nas bibliotecas dos Colégios e dos Seminários deve haver as obras dos grandes intérpretes católicos, sobre Teologia Bíblica, Arqueologia, História Sagrada, assim como Enciclopédias, Dicionários Bíblicos e Revistas de carácter bíblico.

Finalmente, a fim de favorecer os estudos bíblicos, mesmo depois de terminada a carreira, nos exames triennais e quinquenais dos sacerdotes e dos Religiosos, como nas conferências que habitualmente se fazem sobre questões de Moral e Liturgia, incluir-se-ão também questões de Sagrada Escritura, ao teor dos cânones 131 e 591.

Se todos os professores de Sagrada Escritura tivessem presentes as sábias orientações de Pio XII dadas na encíclica *Divino afflante Spiritu* e as da Pontifícia Comissão Bíblica, e se entregassem com todo o entusiasmo ao estudo das Sagradas Letras, a Bíblia seria verdadeiramente o alimento espiritual dos seminaristas e mais tarde dos sacerdotes que, por sua vez, fariam com que os fiéis se alimentassem de leitura tão salutar.

Graças a Deus, os católicos contam com verdadeiros especialistas em ciência bíblica, superando mesmo, em alguns pontos, os mais bem cotados críticos racionalistas. Os principais centros docentes de Sagrada Escritura são: Lovaina, Roma, Jerusalém, Paris e algumas Universidades da Alemanha.

b) ASSEMBLEIAS BÍBLICAS. — Últimamente, na Bélgica, está-se a verificar um facto deveras sensacional; trata-se de assembleias bíblicas, cuja iniciativa partiu de alguns leigos que se reuniam espontâneamente com seus amigos. Não se trata de uma corporação organizada, pois ali encontram-se frequentemente protestan-

tes, incrédulos, cristãos isolados e pessoas estranhas a qualquer movimento católico. Não se olha a categorias, nem a objectivos particulares, nem a ritos. Todos estão dominados pela mesma preocupação: ler e entender a palavra de Deus.

Como se realizam estas assembleias? Cada um dá a sua sentença conforme a sua capacidade e a sua experiência. A princípio, pode-se tratar de uma simples conferência. Pouco a pouco estas conferências evoluem para uma participação mais directa e pessoal, em que todos tomam parte activa e se preparam para expôr os seus pontos de vista, tendo por objectivo a acção apostólica. Os ouvintes variam, conforme as regiões e a elevação cultural das assembleias.

Às vezes, o tema da discussão da assembleia é sugerido pela leitura de um artigo, a todos os presentes, sobre alguma passagem da Sagrada Escritura. Outras vezes, é um livro que dá pé à troca de impressões. Também o ano litúrgico dá pretexto para vários comentários, durante a mesma assembleia. Foi assim que o Padre Poelman manteve a atenção do seu auditório, durante vários meses, o qual era constituído por 150 pessoas. Fez isto graças à leitura seguida do Evangelho de S. Mateus, acompanhada de um breve comentário.

Em Amesterdão, o sacerdote A. Th. Brouvwer procede da seguinte maneira: Primeiramente, faz uma introdução para orientar o seu auditório sobre o Evangelista de que vai falar. Depois, deixa que cada um exprima as suas próprias ideias, que devem ser fruto da meditação pessoal sobre o Evangelho lido. Para amenizar, de vez em quando, introduz alguns temas mais sugestivos, como: «A oração em S. Lucas; Como chama S. Paulo a vida depois da morte», etc.

Na recente instrução da Pontificia Comissão Bíblica aos Excelentíssimos Ordinários do Lugar, acerca das associações bíblicas, dos Congressos e reuniões do mesmo género, aprova e louva os frutos que as assembleias bíblicas, os dias bíblicos, as semanas, etc., podem trazer para

um maior conhecimento da Bíblia sempre que se observem as seguintes condições: 1) — Tudo deve ser preparado com grande cautela e realizado com grande cuidado. 2) — Devem-se escolher os temas que mais facilmente contribuam para o conhecimento da Sagrada Escritura e para o aproveitamento dos fiéis. 3) — Os oradores devem sentir a responsabilidade do seu ensino e, para isso, é preciso que dominem a matéria de que vão tratar, devendo sujeitar-se às normas emanadas do Magistério Eclesiástico, ser prudentes e sóbrios na exposição, consoante o nível científico do auditório.

A fim de se evitarem lamentáveis desvios da orientação da Igreja, «estas associações bíblicas e todas as reuniões de carácter bíblico, os livros, artigos em Revistas ou jornais sobre assuntos bíblicos, serão submetidos à aprovação dos Ordinários».

A seguir, a Comissão dá algumas normas práticas, das quais é digna de se ter em conta a que segue:

«Todas as reuniões destinadas a quem não está dedicado *ex professo* aos estudos da Sagrada Escritura, e nas quais se vão tratar temas bíblicos, necessitam da autorização e aprovação do Ordinário competente, e terão de lhe ser antes apresentados os temas e os oradores que os vão desenvolver.

«Uma vez terminada a conferência, aquele que presidiu dará rigorosas informações ao Senhor Bispo de tudo quanto se discutiu e de todas as conclusões a que se chegou, o que não deve demorar a fazer.

«A mesma relação terá de ser enviada ao Secretário da Comissão Bíblica, juntamente com a lista dos oradores e o programa da reunião. Nestas reuniões devem ser tratados assuntos que promovam a sólida instrução dos ouvintes na fé, na moral e na ascética, que excitam nos seus corações um sincero amor à Sagrada Escritura, destruindo toda a vã curiosidade e desejos de novidade».

c) ENSINO BÍBLICO.— Para o ensino da Sagrada Escritura são necessários manuais de divulgação, feitos por especialistas nas diversas ciências — um trabalho de

conjunto —, nos quais se ponha ao alcance dos fiéis o verdadeiro sentido teológico da Bíblia, fonte da vida. São muito convenientes as reuniões periódicas de educadores, para compulsar e transmitir as experiências, dificuldades, resultados prósperos ou adversos, do ensino das questões bíblicas. Para que estas reuniões produzam efeito, é necessário que os educadores estejam sólidamente formados na palavra de Deus, o que se consegue, ao menos em parte, por meio de cursos, retiros espirituais, fundados nos Livros Sagrados.

Na França têm-se feito esforços, mais ou menos coroados de êxito, para tornar acessíveis às diversas categorias de alunos os modernos conhecimentos bíblicos.

Assim temos, entre outros, os seguintes manuais: Albert F. Lapparent: «*Nos origines, les donnés de la Bible et de la Science*» (Paris 1944); J. Colomb: «*Aux sources du Catechisme. Histoire Sainte et Liturgie*», (Desclée, 1947); H. Lusseau: «*Précis d'Histoire Biblique*»; De Gigord, Saint: «*Ancien Testament*» (Desclée, 1947).

d) EDIÇÕES BÍBLICAS. — A todos é notória a grande importância das edições da Bíblia em língua vernácula, com notas explicativas claras e bem compendiatas. São dignos de consideração os esforços que em tal sentido se têm feito em Espanha, França, Itália, Bélgica e, em menor escala, mas com persistência nestes últimos anos, em Portugal. Assim, por exemplo, do Novo Testamento de Dom. Botte, da Abadia de Maredsous, venderam-se em 1954, na Bélgica 154.000 exemplares. Igualmente em Espanha, das edições do Novo Testamento da A. F. E. B. E. e da B. A. C., venderam-se já alguns milhões de exemplares. Em Portugal, também já ultrapassou o milhão de exemplares do Novo Testamento vendidos ao grande público. Todo este movimento editorial, de divulgação, deve ser apoiado por doudas introduções em língua vulgar, por comentários adaptados à mentalidade popular, por revistas e boletins de informação, e, sobretudo, de iniciação à leitura da Bíblia. Neste aspecto

são modelo: *Lumen vitae*; *Nouvelle Revue Theologique*; o suplemento *Lumière et Vie*, da Revista *Paroisse et Liturgie*; *Cultura Bíblica*, na Espanha; *Bíblica*, em Portugal; *Palestra del clero*, na Itália. Principalmente a Revista *Bible et Vie Chretienne*, consagrada unicamente à Bíblia, esforça-se, por intermédio do seu *Cahier de la Bible*, e suas *Experiences et Chroniques* do movimento bíblico, por resumir os diferentes aspectos da actividade contemporânea, e por isso se intitula «Revista de doutrina de Espiritualidade e de Pastoral Bíblica.

e) OUTROS MEIOS. —

1) Organização de retiros bíblicos, cursos bíblicos para sacerdotes, professores e educadores, dirigentes da A. C. e para o público segundo as diversas categorias sociais.

2) Informação bíblica na imprensa católica mediante artigos e recensões bibliográficas.

3) Reuniões periódicas de especialistas para estudarem em comum problemas actuais de exegese. Tais colóquios podem versar também sobre a formação bíblica de futuros sacerdotes.

4) Formação de catequistas e professores de religião.

5) Criação de um centro de material de projecções para ilustrar as conferências bíblicas, o ensino nos seminários e centros paroquiais sobre a Pátria de Jesus, povos com ele relacionados, história de Israel, de Cristo, da primitiva comunidade cristã, etc.

6) Edição de um calendário bíblico que contenha na folha de cada dia algumas passagens escolhidas da Bíblia, conforme um determinado plano. Isto torna familiar o texto sagrado e acende em nós o desejo de ler toda a Bíblia. Já se experimentou isto mesmo na Suíça com excelentes resultados.

7) O principal meio, segredo do verdadeiro êxito, é a união e colaboração, que não é o mesmo que absorção ou monopólio, trabalhando todos com uma única finalidade: a difusão da palavra divina entre os fiéis.

Nem todos estes meios serão os mais eficazes, mas, sem dúvida, são bons e úteis, pois que, nalgumas nações foram postos em prática, em maior ou em menor escala, e com resultados favoráveis. Cada qual pode descobrir outros novos, segundo os tempos, lugares e outras circunstâncias. Deste modo contribuiremos para satisfazer os desejos manifestados pelo Romano Pontífice, em 1950: «Pedimo-vos que empregueis o melhor do vosso zelo para que a Bíblia se encontre em todos os lares, para que esteja à disposição de todos os homens, a fim de que possa ser lida e meditada e influir profundamente na vida de cada um».

Lancemos generosamente a semente à terra e esperemos com confiança que o Pai do Céu a faça frutificar, porque «nem o que planta nem o que rega é alguma coisa, mas Deus que dá o desenvolvimento» (I Cor., 3, 7).

Epílogo

O cónego Charles Moeller, um dos espíritos mais esclarecidos deste século, acaba de publicar o segundo tomo da sua vasta, e penetrante obra, em seis volumes, (Literatura do século XX e Cristianismo), com um título inquietante — às vezes angustioso —, consolador e sempre luminoso: *A fé em Jesus Cristo*. Neste tomo estuda o pensamento religioso de quatro grandes autores literários: Jean Paul Sartre, Henry James, Roger Martin du Gard e Joseph Malégué. O Prólogo abre com umas palavras, com as quais vou concluir o meu livro: «Os cristãos deste século querem pão, pão verdadeiro que mate a fome; querem água, água verdadeira que mate a sede; querem luz, luz verdadeira que não se extinga; querem ouvir falar da palavra divina, núa, poderosa que penetre no mais íntimo do espírito. Esta palavra de Deus é Jesus Cristo. É n'Ele que a Igreja nos pede que acreditemos; n'Ele e em mais ninguém; mas com Ele, n'Ele, no Pai e no Espírito Santo».

O pão que nutre e fortalece; a água que refresca e sacia; a luz inextinguível que orienta, esclarece e sublima, encontram-se nos livros dos livros: A Bíblia Sagrada. «Eu sou o pão da vida — disse Jesus —, e o que vem a mim não terá mais fome; e o que crê em mim nunca mais terá sede. Desci do céu não para fazer a minha vontade, mas a vontade d'Aquêle que me enviou. Esta é a vontade de meu Pai: que todo o que vê o Filho e crê n'Ele tenha a vida eterna, e eu o ressuscitarei no último dia» (Jo., 6, 35 e ss.). Poderia servir de comen-

tário a esta passagem, a bela e profunda meditação de Frederico Seiacca sobre os Pães e o Pão: «Ter necessidade é um facto universal da criação. A criatura é a que tem necessidade» (Hello). «O homem é petição; ele pede o seu pão: «o pão nosso de cada dia nos dai hoje». Este prodigioso indigente está sempre faminto e sedento; come e bebe; o pão e a água são os elementos da sua fome e da sua sede inextinguíveis. O pão e a água têm para ele mil sentidos, respondem a mil necessidades, uma das quais exige um pão determinado e uma água determinada. Inumeráveis necessidades e enumeráveis pães; mas, todos, necessidades e pães em plural, traduzem a única necessidade de pão em singular. O homem é múltiplo e multiforme nos seus gostos e desejos; muitas são também as maneiras de pedir, mesmo quando não saiba pedir bem, pede sempre a mesma coisa: o pão substancial... Esse pão é necessário desejá-lo hoje, porque amanhã pode ser tarde; hoje, para que ninguém morra antes da hora do seu próprio pão. No fundo todos desejam, na experiência da morte, saborear pela vez primeira o gosto da vida».

S. João termina o seu Apocalipse com uma visão que é um ardoroso convite à leitura do Texto Sagrado: «E mostrou-me Deus um rio de água viva resplandecente como cristal, que saía do trono de Deus e do Cordeiro... E disse-me: Estas são palavras muito certas e verdadeiras. E o Senhor Deus dos espíritos dos profetas enviou o seu anjo a mostrar aos seus servos as coisas que devem acontecer dentro de pouco tempo. E eis que venho a toda a pressa. Bem-aventurado aquele que guarda as palavras da profecia deste livro... Eu sou o Alfa e o Omega, o Primeiro e o Último, o Princípio e o Fim... E o que tem sede venha; e o que quer, receba de graça a água da vida» (Apoc., 22, 1 e ss.).

Influência considerável na cultura profana, importância religiosa de uma força excepcional, como fonte de luz, de consolo e de fortaleza, tais são, os valores da Bíblia na ordem da vida, considerados ao longo deste li-

vro. Juntamente com o Verbo Encarnado e Eucarístico, a Bíblia constitui o presente mais valioso que o Pai ce-leste legou aos Seus na terra.

Gabriela Mistral, recentemente falecida, poetisa chi-lena de fama universal, prémio Nobel de Literatura em 1954, declara que a Bíblia é o livro mais belo e mais enérgico de todas as literaturas. A poesia de Gabriela Mistral está embebida da simplicidade evangélica, do amor ao campo e aos humildes; não era em vão que fazia da Bíblia o seu livro predilecto e diário de medi-tação sossegada, e também de consolo para o seu espírito inquieto e atribulado.

É necessário que a Bíblia volte a ocupar, na Igreja, o lugar que tinha no primitivo Cristianismo e antes da invenção da imprensa. Nestes tempos críticos, de tão pro-fundos problemas religiosos, devemos fazer a nós mesmos esta pergunta: Puzemos da nossa parte tudo o que estava ao nosso alcance para propiciar aos nossos semelhantes a bênção da palavra divina, a fim de que os seus olhos brilhem com mais fulgor e o seu coração vibre com maior intensidade? Segundo a intenção da Igreja, a Bíblia não pode deixar de transformar e iluminar a vida omnímota da própria Igreja.

Os esforços realizados, de alguns anos a esta parte têm conseguido que os fiéis, mesmo as crianças, bebam diàriamente a força divina do Verbo Eucarístico, recebido na Santa Missa, para assim se sentirem fortes para su-perar as dificuldades e as lutas de cada dia. Hoje um novo movimento se põe em marcha para levar a essas almas o Verbo da Bíblia. É frequente lamentarmo-nos dos estragos causados pela moderna literatura na alma dos nossos contemporâneos, ávidos de leituras. E não em-pregamos os melhores e mais eficazes meios para contra-balançar essa literatura vulgar, medíocre e insípida, que nos inunda como um dilúvio; uma literatura perversa, ou pelo menos, sem vigor, sem ideias, sentimental e ordi-nária. Poderíamos dizer de muitos leitores empederni-dos, o que o profeta Jeremias afirmava do povo Judeu:

«Um duplo crime cometeu o meu povo: deixou-me a mim, fonte de águas vivas, e escavou para si cisternas rotas, incapazes de reterem a água» (Jer., 2, 13).

Voltemo-nos para a Bíblia, que a Igreja interpreta, guarda e proclama no Ritual, no Missal e no Breviário. «Não há mais que um livro: a Sagrada Escritura: palavra divina, viva, eficaz e penetrante até ao mais recôndito da alma e do espírito».

Índice

Prólogo	3
I. — Um original programa de televisão	
Origem dos programas dos «quiz»	5
Etapas sucessivas	6
Semana de angústia	7
A primeira que chega à terceira semana é uma assídua leitora da Bíblia	8
II. — Renascimento Bíblico	
Actualidade eterna da Bíblia	10
Hoje são poucos os que conhecem a Bíblia	11
Nenhum lar sem os Evangelhos	12
É preciso trabalhar	13
III. — Excelência da Bíblia	
ARTIGO I. — Sua origem divina	15
ARTIGO II. — <i>O seu conteúdo: Deus, Cristo, Moral</i>	17
ARTIGO III. — <i>Doutrina Moral da Bíblia:</i>	
1) Primado do amor: amor a Deus e ao próximo	21
2) O Decálogo	23
3) Importância na vida social e internacional	24
a) Obediência aos poderes públicos	25
b) Relações entre pais e filhos	26
c) Obediência aos chefes religiosos da comunidade cristã	27

d) A questão social:	27
Na época dos Patriarcas	28
Ao estabelecerem-se os hebreus em Canaã	28
Nova organização com David e Salomão	29
Pobres e ricos na Legislação Mosaica	31
Pregação social no tempo dos Profetas	32
Na literatura sapiencial	33
Sociologia do Novo Testamento	34
São Paulo	34
Vida da primitiva comunidade	35
Que era o «comunismo» da primitiva Igreja	35
O Cristianismo não é um movimento político-social, mas religioso	36

ARTIGO IV. — *A sua influência:*

Na Teologia	38
Na antiga Igreja	39
Na Idade Média	39
Na idade de ouro da Escolástica	41
Na liturgia:	41
A Bíblia contém todos os sentimentos do homem perante Deus	42

IV. — *A leitura da Bíblia*

ARTIGO I. — <i>Necessidade: «Cristo, a Luz, está comigo»</i>	44
Falsas afirmações e verdadeira posição católica	45

ARTIGO II. — *Utilidade:*

A Bíblia, livro popular de edificação espiritual	47
A Bíblia, alimento espiritual dos primeiros cristãos	48
Simplicidade dos Livros Sagrados	49
Palavras sempre actuais de Lacordaire e Tomás de Kempis	51

ARTIGO III. — <i>A Igreja convida-nos a lê-la</i>	52
Recomendações de alguns Papas	53
Bento XV	53
Orientações de Pio XII	54

ARTIGO IV. — *Leitura da Bíblia em lingua vulgar*

Normas da Igreja	56
Razão das normas eclesiásticas	57
Natureza do Livro Sagrado	57
Exige-o o dever pastoral da Igreja	58

V. — A Bíblia e o Sacerdote

Conselho de Deus a Josué	60
ARTIGO I. — <i>No aspecto espiritual :</i>	
Exige-o a sua missão	61
A Bíblia, devocionário predilecto do sacerdote	62
A Bíblia, livro de meditação diárria do sacerdote	63
ARTIGO II. — <i>No aspecto científico :</i>	
Queixas dos profetas contra os sacerdotes	64
Os Papas impõem ao sacerdote o estudo da Bíblia .	66
O estudo da Bíblia nos centros de formação religiosa	68
Exemplo e conselho de Maldonado	69
A Bíblia no campo da Apologética	70
«Come esse pergaminho e depois fala à casa de Israel	71
ARTIGO III. — <i>No aspecto pastoral :</i>	
Toda a Escritura é divinamente inspirada	72
A Bíblia é a principal fonte de apostolado	74
Pio XII	75

VI. — Bíblia e tradição oral

ARTIGO I. — <i>Nomes da Bíblia :</i>	
A palavra «Testamento»	78
Testamento, segundo S. Paulo	79
ARTIGO II. — <i>Número de livros :</i>	
O Antigo Testamento	79
O Novo Testamento	80
ARTIGO III. — <i>Escritura e tradição :</i>	
Os filhos de Abraão aprendem e transmitem de boca em boca a revelação	82
Jesus também não escreveu	83
A Bíblia e a tradição são fontes de revelação . . .	84
ARTIGO IV. — <i>Formação dos livros :</i>	
a) Cânones dos livros sagrados	84
Canonicidade e inspiração	85
b) O Cónone dos judeus e dos cristãos	85
c) Livros apócrifos	86
ARTIGO V. — <i>Unidade e variedade :</i>	
A Bíblia nasce na península da Arábia	87
A Bíblia conservou-se substancialmente a mesma através dos séculos	87

Variedade de estilos e de autores	88
Autor principal e ideia unitária da Bíblia	90

VII. — Línguas, Escrituras, Textos e Versões

1. — <i>Línguas</i> :	
a) Livros escritos em hebraico	92
b) Livros escritos em aramaico	93
c) Livros escritos em grego	94
2. — <i>Escrituras</i>	94
3. — <i>Textos</i>	95
4. — <i>Versões</i> :	96
a) Versão dos Setenta	96
b) A Vulgata	97

VIII. — Conteúdo dos Livros da Bíblia

LIVROS DO ANTIGO TESTAMENTO :

1.º—Pentateuco; 2.º—Livros históricos; 3.º—Livros proféticos; 4.º Livros sapienciais	99
------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LIVROS DO NOVO TESTAMENTO :

1.º—Evangelhos e Actos dos Apóstolos; 2.º—Epístolas; 3.º—Apocalipse	100
-------------------------------------------------------------------------------	-----

1. — Pentateuco	100
2. — Livros históricos: O livro de Josué; Livro dos Juizes; Livro de Rut; Livro de Samuel; Livro dos Reis; Livros das Crônicas; Livros de Esdras e Neemias; Livros de Tobias, Judit e Ester; Livro dos Macabeus	102
3. — <i>Livros proféticos</i> :	
O profeta Isaías	106
Livro de Jeremias	107
Livros de Ezequiel e Daniel	108
4. — <i>Livros sapienciais</i> :	
O livro de Job e a angústia	109
O livro dos Salmos	110
Livros dos Provérbios e Eclesiástico	110
Livro do Eclesiastes	110
Livros dos Cânticos e da Sabedoria	111
5. — <i>Os Evangelhos e os Actos dos Apóstolos</i> :	
Os Evangelhos	111
Os Actos dos Apóstolos	113

6. — <i>As Epístolas do Novo Testamento e o Apocalipse :</i>	
Epístolas paulinas	113
Epístolas aos Coríntios	114
Epístolas católicas	114
7. — Apocalipse	115

IX. — Beleza da Bíblia

Poesia da Bíblia	117
Gêneros poéticos : epopeia e lirismo	118
O livro de Job	122
O Livro dos Salmos	123
Jesus Cristo, os Apóstolos e a Igreja oram com os salmos dos hebreus	124
Não há Salmos como os dos hebreus	124
Os Salmos reflectem todos os sentimentos humanos e religiosos	125
Os Evangelhos	126
Lucidez de Alexandre Dumas	127
Poesia dos Evangelhos	128

X. — A influência da Bíblia no Campo Cultural

Luminoso contraste de uma frase satânica de André Gide	130
Influência da Bíblia em todas as manifestações culturais	131
Influência na literatura	132
Influência na Pintura e outras artes	132
Bíblias de Pedra	133
Influência da Bíblia no desenvolvimento da Filosofia	134

XI. — Gêneros literários da Bíblia

Os gêneros literários	138
Doutrina do Padre Francisco Hummelauer	139
Intervenção da Comissão Bíblica	141

XII. — Inspiração e inerrância

I. — EXISTÊNCIA DOS LIVROS INSPIRADOS

ARTIGO I. — <i>Noção de inspiração: etimológica e teologicamente</i>	147
ARTIGO II. — <i>Cognoscibilidade da inspiração da Sagrada Escritura :</i>	

1.º) Critérios baseados no mesmo livro	148
a) Critério estético-doutrinal	149
b) Critério histórico	149
c) Critério empírico	149
2.º) O testemunho meramente humano	149
3.º) Critério do Apostolado	149
ARTIGO III. — Existência da Inspiração da Sagrada	
<i>Escritura :</i>	
a) O testemunho da mesma Bíblia	150
b) Testemunho do Magistério ordinário da Igreja	152
c) Testemunho do Magistério solene da Igreja	153
II. — NATUREZA DA INSPIRAÇÃO :	
Posições diversas	154
Estado actual da questão	156
Aplicação da teoria da causa instrumental à inspi- ração bíblica	157
III. — EXTENSÃO DA INSPIRAÇÃO :	
Inspiração do conteúdo	160
Inspiração das palavras	161
Inspiração das traduções	163
IV. — IMUNIDADE DE ERRO :	
ARTIGO I. — <i>A Bíblia não contém nem pode conter erro</i> <i>algum</i>	163
ARTIGO II. — <i>A inerrância bíblica e as ciências naturais</i> Leão XIII enuncia dois princípios orientadores . . .	166
ARTIGO III. — <i>A inerrância bíblica e a história</i> . . .	168
Luz na «Divino afflante Spiritu»	169
ARTIGO IV. — <i>Moralidade de certas narrações bíblicas</i>	170
XIII. — Interpretação Católica da Bíblia	
ARTIGO I. — <i>Noemática : Os sentidos da Sagrada Escri- tura</i>	173
1) Noção e divisão de sentidos	173
2) Sentido literal — Suas classes	173
a) Sentido pleno	175
b) Unicidade do sentido literal	176
3) Acomodação do Texto da Sagrada Escritura . . .	177
4) Sentido típico (espiritual ou místico)	179
a) Existência do sentido típico	180

b) Espécies de sentido típico	181
c) Valor aprovativo do sentido típico	182
5) Breves precisões	182

ARTIGO II. — *Heurística* : Princípios de interpretação :

1) Princípios gerais	
a) A língua hebraica e as línguas afins	183
b) Géneros literários	184
c) Contexto	184
d) Lugares paralelos	185
2) Princípios especiais	
a) Interpretação da Igreja	185
b) Consenso dos Padres da Igreja	187
c) Analogia da fé	188

XIV. — A Eíblia à luz das descobertas arqueológicas

1. — <i>Mesopotâmia</i> : Narrações sobre a criação	192
Tábuas de Mari	183
O código de Amurabi	194
2. — <i>Egipto</i> :	
Karnak e Luxor	195
Papiros e ostraka: a) Bíblicos : Papiro de Nash.	
Papiro Rylans Grego 457. Papiro Fuad 266.	
Papiros Chestr Beatty	195
b) Extra-bíblicos : Papiros de Elefantina	
Manuscritos do Mar Morto : 1) Descoberta dos rolos	198
3 — <i>Palestina</i> : Manuscritos do Mar Morto:	
1) Descoberta dos rolos	198
a) Escavaçõesna gruta de Kumran	199
b) Escavações de Khirbert Kumran	199
2) Descrição dos Manuscritos :	
a) Manuscritos do convento de S. Marcos de	
Jerusalém	200
b) Manuscritos adquiridos pela Universidade	
hebraica de Jerusalém	201
3) Data dos manuscritos	201
4) Importância dos manuscritos	203

XV. — Situação actual da Palestina!

O moderno Estado de Israel.

1. — Origens históricas do Estado de Israel	207
2. — Organização do actual Estado de Israel :	211

a) Aspecto técnico	213
b) Aspecto social	214
c) Aspecto económico	220
d) Aspecto religioso e moral	224
3. — Internacionalização dos Lugares Santos	229

XVI. — A Bíblia, livro de transformação espiritual

O livro dos sete selos e o destino do homem	233
Israel Zolli, entra na verdadeira Igreja, através da Bíblia	234
«Eu estava de pé, junto à segunda coluna»	236
«O inferno está onde falta Cristo»	238
Conversão de Henrique Matorras	239
«Comprei a Bíblia e comecei a ler»	340

XVII. — A Bíblia e o nosso tempo

Inquietação e desespero da alma moderna	243
A Bíblia, remédio eficaz para tanta dor	244

XVIII. — A Bíblia esclarece a angústia humana

Crise de esperança	247
«A todo o homem foi imposta uma penosa tarefa»	249
Duas espécies de angústia	251
O homem necessita de Deus	252
Ontem sonhei que vi a Deus	253
Cristo dá sentido à angústia humana	254
A raiz do mal: a perda da fé	255
A Igreja decifra o enigma do nosso destino	256
Exemplo de G. K. Chesterton	258
«Fica conosco que anoitece»	259

XIX. — Deus e o destino de cada homem!

Deus age, influi na história e no destino de cada homem	261
Entrevista de Gog com Alf Wikovitz	264

XX. — Não vos inquieteis com o dia de amanhã...

Ansiedade do homem moderno	268
Blake busca o paraíso	269
O Paraíso terreal está na paz interior	271
A Bíblia fala-nos da ilimitada confiança em Deus	272

XXI — A dor à luz da Palavra Divina

Três soluções para o problema da dor	275
A dor na conversão de Garcia Morente	276
Ideia consoladora do sofrimento, através da Bíblia	278
Banco de sacrificios e sofrimentos	279
Humildade perante e insondável grandeza de Deus	281
Em todas as coisas late um mistério de Deus	283
«Levanto a minha voz a Deus e clamo»	284

XXII. — Fome de alegria

Louvores à alegria	288
Motivos lícitos de alegria	290
A civilização não dá alegria verdadeira	292
A verdadeira alegria, segundo a Bíblia	291
Afirmção exacta de Carmen Laforet	294
As promessas do Mestre	297

XXIII. — Tudo está bem e é formoso

A Religião é a arca do refúgio	301
Luta pela verdade até à morte	303
«...E todas as outras coisas vos serão dadas por acréscimo»	304
A paz, fonte perene de optimismo	305

XXIV. — Promessas de imortalidade

Exclamação de um desesperado	307
Mensagem de imortalidade	308

XXV. — Meios para um renascimento bíblico entre Sacerdotes e Fiéis

1 — Origem da renovação bíblica:	
a) Ambiente litúrgico	311
b) Ambiente familiar	311
c) Ambiente pedagógico	312
2. — Meios eficazes para um renascimento bíblico :	
a) A missão da Universidade	313
b) Assembleias bíblicas	315
c) Ensino bíblico	317
d) Edições bíblicas	318
e) Outros meios	319
EPÍLOGO	321

Composto e impresso
na
Gráfica Santa Clara
Vila do Conde

«Ignorar as Escrituras Sagradas, é ignorar
o próprio CRISTO» (S. JERÓNIMO)

«É uma espécie de impiedade não ler aquilo que por nós escreveu
a mão do próprio Deus». (S.^{to} AGOSTINHO)

«Trate-se de difundir as revistas de carácter
bíblico para aproveitamento espiritual dos
fieis» (PIO XII) «Divino afflante Sp.» 30-IX-1943

«BÍBLICA»

— REVISTA DE CULTURA E DIFUSÃO, ÚNICA NO GÉNERO EM PORTUGAL —

Finalidade: — *Divulgar e dar a conhecer melhor a Palavra de Deus, a Bíblia, segundo as orientações e apelos da Igreja Católica, abençoada pelo Sr. Núncio Apostólico e por mais 18 Prelados.*

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Simples (os 6 números cada ano)	10\$00
Benfeitor » » » »	20\$00
Benemérito » » » »	50\$00

Pagamento Adiantado

No nosso esforço editorial pretendíamos corresponder a colaboração de V. Ex.^a angariando-nos assinaturas.

DIRECÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
DIFUSORA BÍBLICA
Avenida Conselheiro Barjona de Freitas, 10
TELEFONE, 782371 — LISBOA

EDIÇÕES DA

DIFUSORA BÍBLICA

MISSIONÁRIOS CAPUCHINHOS

Av. Conselheiro Barjona de Freitas, 10
Telefone, 782371 — LISBOA - 4

- « Os quatro Evangelhos »
- « Santos Evangelhos em concordância »
- « Feitos dos Apóstolos »
- « Cartas de S. Paulo »
- « Cartas Católicas e Apocalipse »
- « Semana Santa Restaurada »

Facilitamos cada um destes 6 livros pela oferta de 2\$50

*

MISSAL BÍBLICO

Novo Milagre da DIFUSORA BÍBLICA

Boa apresentação, Missa dos Domingos, Festas de 1.^a e 2.^a classe, Semana Santa Restaurada, Comum dos Santos, e um Pequeno Catecismo e Devocionário.

*Encadernação simp'les, 7\$50; com
capa de plástico, 12\$00; luxo, 30\$00*

NO PRELO: NOVO TESTAMENTO. SALMOS E CÂNTICOS DO BREVIÁRIO

Difusora Bíblica

Av. Cons. Barjona de Freitas, 10

L I S B O A